

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Departamento de História

Programa de Pós-graduação em História

LEONARDO ALEXANDRE DE SIQUEIRA OLIVEIRA

REDES DE PODER EM GOVERNANÇAS DO BRASIL À ANGOLA:

ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO DE ESCRAVOS NO ATLÂNTICO SUL

(LUÍS CÉSAR DE MENESES, 1697-1701).

Niterói,
2013

LEONARDO ALEXANDRE DE SIQUEIRA OLIVEIRA

REDES DE PODER EM GOVERNANÇAS DO BRASIL À ANGOLA:

ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO DE ESCRAVOS NO ATLÂNTICO SUL

(LUÍS CÉSAR DE MENESES, 1697-1701).

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em História.

Área de concentração: História Social

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA FERNANDA BAPTISTA BICALHO

Niterói,
2013.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

- O48 Oliveira, Leonardo Alexandre de Siqueira.
 Redes de poder em governanças do Brasil a Angola: administração e comércio de escravos no Atlântico Sul (Luís César de Meneses, 1697-1701) / Leonardo Alexandre de Siqueira Oliveira. – 2013.
 240 f.
 Orientador: Maria Fernanda Baptista Bicalho.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.
 Bibliografia: f. 212-227.
1. Meneses, Luís César de, 1697-1701. 2. Brasil; relações exteriores; Angola. 3. Angola; relações exteriores; Brasil. 4. Atlântico Sul, oceano. 5. Comércio. I. Bicalho, Maria Fernanda Baptista. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 327.810673

LEONARDO ALEXANDRE DE SIQUEIRA OLIVEIRA

REDES DE PODER EM GOVERNANÇAS DO BRASIL À ANGOLA:

ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO DE ESCRAVOS NO ATLÂNTICO SUL

(LUÍS CÉSAR DE MENESES, 1697-1701).

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em História.

Área de concentração: História Social

Aprovado em setembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Fernanda Baptista Bicalho
Universidade Federal Fluminense – UFF (Orientadora)

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (Arguidor)

Prof^ª. Dr^ª. Marília Nogueira dos Santos
Universidade Federal Fluminense – UFF (Arguidora)

Niterói,
2013.

*À minha mãe Vera Lúcia.
Ao meu pai Antônio.*

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha orientadora Maria Fernanda Bicalho que me incentivou, desde a especialização, com suas palavras de confiança e valorização. Pela solicitude e gentileza com que trata os assuntos acadêmicos, do qual não foi diferente para com a minha pesquisa, sobretudo, por me atender em momentos de grandes dúvidas quando ainda estava sem orientação. É a quem devo muito minha progressão como pesquisador.

Ao professor Roberto Guedes, agradeço por todas as críticas lançadas e, principalmente, pela disponibilização dos documentos fulcrais da pesquisa, que sem os mesmo ficaria inviável. Não deixando de reconhecer a polidez com que tratou ao pontuar as deficiências do trabalho no exame de qualificação.

À professora Marília dos Santos por sua importante contribuição para pesquisa, sobretudo, a partir de seus conhecimentos acerca do tema, tanto por suas críticas, quanto pelos trabalhos realizados na área juntamente com a professora Maria de Fátima Gouvêa.

Ao professores do PPGH, em especial, ao professor Carlos Gabriel Guimarães por sua atenção e gentileza, ao professor Marcelo Rocha Wanderley, que muito contribuiu através da disciplina que ministrou, e às professoras Márcia Motta e Gladys Ribeiro.

Ao professor Manolo Florentino por contribuir com seu grande conhecimento na área, ao qual tive contato através do curso que ministrou no PPGHIS da UFRJ.

Aos profissionais do IHGB do Rio de Janeiro, em especial, ao professor Pedro Tórtima e a professor Maria Regina Wanderley.

Aos funcionários do Real Gabinete Português de Leitura; à Faculdade de Letras da UFRJ; aos funcionários da Biblioteca Central da UCAM; ao Departamento de História da PUC-Rio e a todos os funcionários da Secretária do PPGH pelo suporte dado.

Os corpos diretivos das instituições que trabalho como docente por viabilizarem tempos compatíveis para a realização da pesquisa.

À Maria de Fátima Varino pela amizade e por se dispor a viabilizar livros importantíssimos para a pesquisa, que apesar de serem comercializados somente em Portugal, entregando-os em minhas mãos.

Ao grande amigo Erisson, por sempre dividir momentos importantíssimos numa amizade de grande parceria. A ele devo muito de minha caminhada tanto acadêmica, como pessoal.

Ao amigo Alexandre Henrique de Andrade Figueira com quem muito aprendi nessas um pouco mais de seis anos de amizade. A quem devo muitas conquistas particulares.

À querida Vivi, por sua compreensão, carinho e incentivo, pelas ajudas dadas sem pedido prévio e principalmente pelo companheirismo.

Ao senhor Paulo e a Dona Ana por seus grandes valores e por todo carinho que têm me dado.

À Simone Salles por sua amizade, atenção e múltiplas palavras de carinho e confiança.

À Danielle, amiga historiadora, que mesmo em outra instituição caminhou comigo nesta empreitada acadêmica

Ao amigo Luiz Fernando (Buda), que apesar dos desencontros faz parte desta caminhada, ao qual desejo manter essa grande amizade.

À minha madrinha Dora, que sempre me passou o melhor de ser humano. A quem, para mim, sempre será um exemplo de humanidade.

À minha mãe Vera Lúcia e ao meu pai Antônio, a quem dedico este trabalho.

Muitas outras pessoas poderiam ser citadas, mas prezando pela brevidade deixo meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que fizeram parte do que sou hoje.

Resumo

Em finais do século XVII, as conexões entre Brasil e Angola estavam firmadas em torno do comércio marítimo, sobretudo, de escravos. Neste cenário, homens de prestígio exerciam seus cargos de governança em ambos os lados do Oceano Atlântico, buscando ascender em suas carreiras no mesmo passo em que aumentassem seus cabedais a partir das prerrogativas dos postos ocupados. O propósito deste trabalho é analisar as relações administrativas e comerciais no Atlântico Sul, entre Brasil e Angola, a partir das redes de poder de Luís César de Meneses, governador de Angola. Além de suas incumbências administrativas, este governante organizou uma complexa companhia mercantil tendo como principal mercadoria escravos africanos. Para seu funcionamento contava com uma grande rede de indivíduos a ele subordinados ou associados exercendo múltiplas funções para conectá-lo de Angola ao Brasil, como também ao Reino, diminuindo as distâncias.

Palavras-chave: Luís César de Meneses; Brasil e Angola; redes de poder; Atlântico Sul; comércio; governo.

Abstract

In the late 17th century, the connections between Brazil and Angola were signed around the maritime trade, especially in slaves. In this scenario, prestigious men exercised their governance positions on both sides of the Atlantic Ocean seeking to ascend in their careers at the same time to increase their earnings from the prerogatives of occupied posts. The purpose of this paper is to analyze the administrative and commercial relations in the South Atlantic between Brazil and Angola, from the networks of power to Luís César de Meneses, governor of Angola. In addition to his administrative duties, this ruler organized a complex trading company whose main merchandise were African slaves. For its operation he had a large network of individuals under him or associates performing various functions to connect him from Angola to Brazil, as well as Portugal, decreasing distances.

Keywords: Luís César de Meneses; Brazil and Angola; power networks; South Atlantic; trade; government.

Sumário

Agradecimentos	VI
Resumo.....	VIII
Sumário	IX
Lista de Abreviaturas	XI
Lista de Croquis, Figura, Gráficos, Quadros e Tabelas	XII

Introdução.....	1
------------------------	----------

Capítulo 1.....	9
------------------------	----------

As rotas de formação das redes de Brasil e Angola: negócios de governo e políticas de comércio

1.1 A composição das redes e a manutenção do poder.....	14
1.2 A cabeça e as partes governativas do Estado.....	21
1.3 A expansão da nova ordem: governos dos méritos, a conquista das conveniências.....	23
1.4 A <i>atlantização</i> das rotas comerciais e os “negócios” do ofício	34

Capítulo 2.....	46
------------------------	-----------

Uma perspectiva das redes de poder em governanças angolanas

Luís César de Meneses, o Governador	47
2.1 Vidas e carreiras dos Meneses: redes familiares em trajetórias governativas	51
2.1.1 Pedro César de Meneses, o tio	53
2.1.2 Pedro César de Meneses, o sobrinho	62
2.1.3 Rodrigo César de Meneses.....	65
2.2 O papel da família nas trajetórias governativas	70
2.2.1 Dom João de Lencastre.....	75
2.3 Dominados vs. dominantes	78
2.4 Análises a partir da administração do Governador Luís César de Meneses.....	81
2.4.1 O alargamento dos domínios em proveito de seus cabedais.....	90

Capítulo 3.....	96
A rede comercial do Governador e Capitão General, Luís César de Meneses	
3.1 O estilo de Meneses em sua organização mercantil.....	98
3.2 As rotas comerciais	114
3.2.1 “Carregações” a partir de Angola.....	120
3.2.2 “Carregações” com destino a Angola.....	128
3.2.3 Mercadorias emitidas.....	131
3.3 A rede relacional da companhia mercantil de Meneses	138
3.3.1 Análises quantitativas da rede.....	140
3.3.1 Análises qualitativas da rede.....	155
Considerações finais.....	200
Anexos	204
Fontes e referências bibliográficas	212

Lista de Abreviaturas

ADL – Arquivo Digital de Lisboa

AHN – Arquivo Histórico Nacional de Angola:

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

CU – Conselho Ultramarino

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LRB – Livro de Registro de Batismo

PADAB – Projeto Acervo Digital Angola-Brasil

Lista de Croquis, Figura, Gráficos, Quadros e Tabelas

Croquis

Croqui 1: <i>Indivíduos efetivos nas respectivas localidades</i>	178
Croqui 2: <i>Indivíduos com representação de recebimento e envio de produtos nas respectivas localidades</i>	188

Figura

Figura 1: <i>Registro de Batismo de Luís César de Meneses.....</i>	48
---	-----------

Gráficos

Gráfico 1: <i>Quantidade pipas de aguardentes introduzidas no comércio em Angola.....</i>	132
Gráfico 2: <i>Variação de remessas de escravos e marfim.....</i>	137
Gráfico 3: <i>Quantitativo de funções e categorias</i>	142
Gráfico 4: <i>Número de cartas por indivíduo</i>	148
Gráfico 5: <i>Principais correspondentes de Meneses</i>	150
Gráfico 6: <i>Número de citações em cartas</i>	153
Gráfico 7: <i>Nível relacional por categorias funcionais</i>	154
Gráfico 8: <i>Efetividade relacional na empresa mercantil de Luís César de Meneses.....</i>	174
Gráfico 9: <i>Ligação entre os indivíduos na rede</i>	176

Quadros

Quadro 1: <i>Genealogia dos César de Meneses em cinco gerações</i>	52
Quadro 2: <i>Variante de lucro sobre a pipa de vinho.....</i>	103
Quadro 3: <i>Quantitativo de funções e categorias.....</i>	140

Quadro 4: <i>Lista de sócio.....</i>	144
Quadro 5: <i>Lista de indivíduos centrais por localidade</i>	177

Tabelas

Tabela 1: <i>Governadores nomeados e empossados em Angola, de 1665 a 1701, que prestaram ou não serviços militares na Guerra de Restauração</i>	27
Tabela 2: <i>Navios da Carreira da Índia portuguesa com destino ao Oriente.....</i>	36
Tabela 3: <i>Lista de embarcações de Meneses</i>	116
Tabela 4: <i>Lista de embarcações de terceiros</i>	116
Tabela 5: <i>Locais de destino das carregações com origem em Angola.....</i>	121
Tabela 6: <i>Embarcações saídas de Angola com nº partidas e nº de destinos</i>	122
Tabela 7: <i>Locais de origem de embarcações com destino a Angola.....</i>	128
Tabela 8: <i>Carregamentos para Angola.....</i>	131
Tabela 9: <i>Carregamento de escravos, marfins e açúcar</i>	135
Tabela 10: <i>Indivíduos por quantitativo de cartas e seus locais</i>	146
Tabela 11: <i>Número e percentual de cartas por local</i>	150
Tabela 12: <i>Número de citações em cartas</i>	151

Introdução

Quando direcionamos o projeto de pesquisa para a seleção de mestrado, ainda sob influência do trabalho de conclusão de curso da especialização, tínhamos em mente questões voltadas para as relações de poder governamental e comercial entre o Rio de Janeiro e Angola, como espaços privilegiados, conjugando a interatividade de seus respectivos governadores. O corte cronológico se estendia por longos sessenta anos (1680-1740), onde seria analisada a administração de cerca de dez governadores para cada lado do Atlântico. O que exigiria uma investigação muito atenta para que não fossem lançados, de maneira anacrônica, padrões generalizadores sobre as características desses governos.

No avançar da pesquisa pressupôs-se que somente o Rio de Janeiro como local em conectividade à África seria insuficiente para compreender os espaços preenchidos por seus atores, visto que, a idéia de uma rede não era compatível a uma linha unindo apenas duas pontas. Com efeito, a gama de governadores num período tão longo poderia caracterizar a pesquisa numa linha de investigação tradicionalista e descritiva, bem próxima de uma historiografia clássica da década de 1960. Com o alerta feito inicialmente pelo professor Manolo Florentino, que em muito contribuiu com suas críticas bem fundamentadas, adicionamos a pesquisa as perspectivas historiográficas em torno do valor conceitual do indivíduo na sociedade. Sobretudo com o aporte teórico de Norbert Elias e George Simmel, que acabaram virando grandes referências bibliográficas para amadurecer o entendimento das relações entre os indivíduos, independente do tempo investigado.

Através da disciplina ministrada pelo professor Marcelo Wanderley, discutindo-se densamente as teorias de *redes*, houve a necessidade que rever toda a intencionalidade da pesquisa que por hora deveria se direcionar para a escolha de um indivíduo adentro de uma rede. O que não seria cabível num universo de tantos governantes. Posteriormente, com a solicitude da orientadora Maria Fernanda Bicalho, chegou-se ao ponto de resolvermos a incógnita que estava latente, porém muito simples: o espaço e o tempo a ser retratado.

O espaço “Brasil” descortinava-se então como um grande campo investigativo que demandaria maior labor durante a pesquisa, mas que dava sentido a toda lógica espacial e configurativa das *redes de poder* do indivíduo que elegemos para ser investigado, Luís César de Meneses, governador do Rio de Janeiro e de Angola, e governador-geral do Brasil. Poucos indivíduos poderiam ter tantos atributos afeitos às intenções de pesquisa que havíamos construído. No avançar da pesquisa era cada vez mais gratificante a escolha feita, ainda mais por descobertas de curiosidades pueris que nem mesmo caberiam num trabalho de dissertação, como, por exemplo, o suposto fato de que a residência da família, o Palácio de Sabugosa, inicialmente construído no século XVI, depois de ter passado por várias obras de ampliação e restauração, através de seus respectivos descendentes, serviu de inspiração para descrição da Quinta do Ramalhetes¹ na obra *Os Maias*, do grande escritor português Eça de Queiroz, amigo próximo de António Maria Vasco de Melo Silva César e Meneses, 9º Conde de Sabugosa. Livro que fez parte do imaginário de uma tenra idade, ainda na escola básica.

Desde o início da primeira projeção investigativa tivemos pretensões de conectar governanças e comércio de escravos. Convenientemente Luís César de Meneses dispunha de afluente documentação voltada para suas relações extra-governamentais, com detalhamento de largo comércio de escravos, e outras mercadorias, realizado no tempo em que foi governador de Angola, se correspondendo com vários de seus representantes nas principais capitanias do “Brasil” (Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro). Tratava-se de uma documentação já descrita no projeto entre as que seriam utilizadas, mas que só passaram a fazer parte efetivamente do trabalho em data já avançada. A dívida do acesso a toda ela devo ao professor Roberto Guedes Ferreira, que igualmente fez importantíssimas críticas no exame de qualificação, que deram o direcionamento preciso à pesquisa juntamente à Marília Nogueira dos Santos, integrante na banca e pesquisadora especialista na investigação de indivíduos ligados as redes do governador. Sem negar, pelo contrário, reconhecendo toda a importância na perspicácia da professora orientadora ao escolher estes pesquisadores que contribuíram decisivamente para a melhor continuidade da pesquisa.

¹ Residência fictícia da família Maia, principais personagens da obra.

Os trabalhos realizados por Maria de Fátima Gouvêa, João Fragoso e Marília Nogueira dos Santos, em torno das *redes de poder* estabelecidas entre as famílias Lencastre e César de Meneses, tanto são inspiradores para trabalhar as redes de Luís César de Meneses, quanto são os viabilizadores da pesquisa. Uma vez que deixou um grande caminho percorrido após profícuos debates historiográficos que em outrora pouco ou nada se tinha em discussões sobre redes governativas, mas, com efeito, permite-nos visualizar lacunas a serem preenchidas no que diz respeito à trajetória deste personagem.

A partir de agora exporemos os assuntos abordados no trabalho juntamente com as principais fontes e referências bibliográficas utilizadas.

Para o primeiro capítulo da pesquisa trabalharemos com a perspectiva de construção do Brasil e Angola como locais de ascendente representatividade no cenário do Atlântico Sul, partindo do contexto político e econômico, interligando ao poder de certas redes sociais que tramitavam a favor de seus iguais para se beneficiarem. Conta-se, primordialmente, com as relações parentais entre esses atores e suas múltiplas objetivações.

Dando prosseguimento, trataremos do quadro que se desenhou durante o século XVII do importantíssimo contato entre os dois lados do Atlântico dando luz às mudanças políticas dentro do Império português, com a relação de principal efeito do Brasil a Angola, sendo este abordado em questões teóricas e práticas.

Para esse contexto foram analisados os imprescindíveis trabalhos de três autores que são de grande relevância para a historiografia, não somente diante do tema que se propuseram a esmiuçar, mas como seus papéis na historiografia como um todo, tratando-se de clássicos da grande área de História. Para a conjuntura das interligações do Brasil (em sua própria formação) com Angola esquadriharemos as análises do historiador Luiz Felipe de Alencastro em *O Trato dos Videntes*. Num quadro em que também interliga Brasil a Angola, as obras de Charles Ralph Boxer, *O Império Marítimo Português* e *Salvador de Sá e a luta por Brasil e Angola*, tornam-se obrigatórias para a ornamentação do cenário que proporemos delinear acerca da proximidade entre as duas praças para compreendermos a configuração quer da política, quer da economia que perfizeram sua história de “proximidades” e “identificações”. O terceiro a ser citado é José Roberto do Amaral Lapa na obra *A Bahia e a Carreira da Índia*, sendo pertinente ao passo que maneia as rotas do

Oriente que tinham interligação com o principal porto do Brasil no século XVII, o de Salvador, na Bahia, que possibilitou a tramitação e o alargamento do comércio “brasileiro” seja com o Oriente, seja com Angola. Momento em que os artigos asiáticos ganharam grande materialidade pela troca por escravos.

Na primeira obra citada vale destacar as interpretações voltadas para o prelúdio das convergências entre Brasil e Angola no que tangem, modicamente falando, os interesses que envolviam cada região. De um lado a progressiva importância do Brasil como colônia portuguesa em comparação com o, porquanto, remansoso declínio (porém em potencial efeito a médio e longo prazo) dos negócios do Oriente (nas devidas proporções gerais no que se refere à perda de entrepostos comerciais para outros estados europeus e, quando não, da latente concorrência com os mesmos). De outro, a imbricada deflagração de sucessivos fatores voluntários e involuntários que compuseram a ligação entre as duas conquistas que se completavam dentro da máquina burocrática no cerne da grande empresa colonizadora portuguesa que, ao mesmo tempo, possibilitou a projeção do Brasil como introdutor de seus próprios interesses em Angola, tratando-se ambos de permutadores de comércios afins, mas com prevalência ao Brasil – inclusive em alguns pontos, por vezes, suplantando interesses reinóis – com assimetria em seus proveitos particulares, porém com articulações no que diz respeito aos seus agentes burocratas no Brasil e em Angola.

Através do referencial bibliográfico buscaremos o *link* entre as *carreiras* orientais e a Bahia. Esta coadunada como ponto estratégico e de conveniência logística para melhor garantir a boa navegação à Índia como também se beneficiando com os produtos que chegavam a seu porto. Tal logística foi propícia para que, conseqüentemente, tanto artigos orientais, como produtos de origem brasileira ganhassem propulsão em África, mesmo com determinados empecilhos metropolitanos, e por vezes ambiguidades.

Nas duas obras do historiador Charles Boxer a história biográfica desenvolvida em torno do célebre Salvador Correia de Sá e Benevides nos põe em questões detalhadamente discutidas muito além das particularidades do personagem. Traz-nos ao mundo do Atlântico Sul e das vivacidades do Império português, aonde seu protagonista, nesta importante obra, vai além de Brasil (principalmente Rio de Janeiro, como tratado pelo autor) e Angola.

Paralelamente, se faz concebível associar essa conjuntura ao elemento que configura de forma fulcral todo o aparato de coadunações geográficas, políticas e econômicas que até então serão abordados – impreterivelmente mais alargado em comparação ao corte cronológico apontado no título do trabalho, para que assim se faça uma análise mais substancial. Sendo este um grande fator incorporador das práticas delineadas no período apresentado no capítulo: a conformação do comércio de escravos no Atlântico Sul ligados tanto, obviamente, a economia, quanto a política.

Tratar-se-á, por hora, de uma abordagem inicial, tão somente para construir o corpo basilar da pesquisa que seguirá, visto que, o assunto será trabalhado mais detalhadamente em capítulos posteriores quando da relação do trato negreiro com as práticas governativas e trocas simbólicas de indivíduos que compõem grupos de interesses compartilhados, dentro de *redes de poder*.

Autores como Joseph Miller, José Carlos Curto, Filipe Nunes de Carvalho, Roquinaldo Ferreira, dentre outros, representarão essencialmente seja por seus debates teóricos, seja pelo espólio deixado por suas investigações funcionais sobre o comércio de escravos no Atlântico Sul, principalmente em Angola.

Todo o assunto trabalhado até então servirá de apoio organizador para discutir sobre as governanças nessas localidades. Assim, ainda no primeiro capítulo faremos uma relação entre o contexto de estruturação do Atlântico Sul, até então elucidado, como crescente espaço colonial adentro do Império português com análises acerca da governabilidade nesta macro-região através das práticas de seus governantes. Para tal os trabalhos de historiadores como Ângela Xavier, Antônio Hespanha, Francisco Cosentino, Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro, dentre outros, darão a base teórica para debater historiograficamente com os termos governo, governantes e o comércio, tratando-se essencialmente do Atlântico Sul e, com efeito, indispensavelmente, suas relações com a Metrópole.

Nesse encadeamento será evidenciado o papel desenvolvido pelos governantes conforme as governanças que ocupam, analisando o acesso a tais ofícios, os próprios conceitos em torno das nomenclaturas empregadas, a classificação hierárquica desses postos e a importância peculiar dos postos que abarcam mais especificamente à pesquisa, sendo tanto o de governador quanto e os que estão interligados a ele, subordinadamente ou elevadamente.

No segundo capítulo entraremos na análise acerca das trajetórias da família de Luís César de Meneses, organizando sua estrutura genealógica e carreiras construídas, sobretudo, em Angola. Neste sentido serão abordadas as vidas, carreiras, trajetórias e ações, que afirmaram aliados através de laços de parentesco para auferir benefícios e diferenciação mais dilatados ao futuro. Traçando com isso o papel que esta família exerceu neste governo que, por sinal, teve um histórico recorrente dentre os que receberam nomeação para o posto de governador. Logo, exporemos os respectivos nomeados evidenciando as particularidades como governantes, suas nuances e inflexões, destacando, afora suas práticas governativas, as questões que norteiam as permanências, grosso modo, de suas condutas políticas e econômicas, além das modificações que se mostraram necessárias diante dos imprevistos em potencial e dos que ocorreram de fato.

Ao que pese suas trajetórias, serão examinadas suas atribuições diante da necessidade de manutenção de seus *status* como indivíduos diferenciados que se empenharam, igualmente, em alçar esferas de poder mais elevadas em busca de engrandecimento para si que possibilitasse ser repassado aos seus descendentes.

No que diz respeito às fontes deste capítulo, basicamente falando, os documentos de nomeação para o cargo de governador enviado pelo monarca comporão a tonalidade dos méritos concedidos e a qualidade categórica do ofício investido. Da mesma forma, as ordenações baixadas pelo rei determinando como proceder nos casos inerentes a administração em Angola. As fontes existentes na Coleção do IHGB (tanto o material em papel, quanto digitalizado, sobretudo, o existente no Arquivo Histórico Nacional de Angola) serão a base que comporá os conteúdos expostos.

A investigação atinente às práticas e eventualidades durante os governos que mencionamos será viabilizada através das volumosas obras de Antônio de Oliveira de Cadornega (1681) e de Elias Alexandre da Silva Corrêa (1782), que sem as quais a pesquisa se tornaria indiscutivelmente menos fértil, mas não deixando com isso de avaliá-las de forma crítica. A partir delas faremos minuciosa análise de seus conteúdos para extrair informações de localização, datação, sucessão de cargos, modificações infraestruturais em Angola, deflagração de eventos casuais, detalhamentos quantitativos, as próprias características culturais tanto da sociabilidade, quanto da governação, assim como a constituição genealógica dessa

família. Neste último, juntamente com o conjunto de tomos de António Caetano de Sousa intitulado *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (1948), que fornece toda a base estrutural da genealogia dos César de Meneses.

Dando evidência a trama entre os Meneses e os Lencastre, faremos uma discussão sobre o papel das famílias como congregações que possibilitavam a alçada no poder e, doravante, sua reprodução e distribuição para seus familiares. Nessa linha são imprescindíveis os trabalhos de Maria de Fátima Gouvêa e Marília Nogueira dos Santos sobre as próprias famílias discutidas, assim como os conceitos que projetam e debatem sobre o tema *redes de poder*. Assim como as contribuições de João Fragoso junto a Gouvêa.

Buscando um aporte teórico mais detalhado, tanto as análises de redes no Antigo Regime desenvolvidas por José Maria Imízcoz, Michel Bertrand e Zacarias Moutoukias, quantos as contribuições de Juan Luis Castellano sobre mobilidade social no período, permitirão, além disso, melhor interpretação epistemológica acerca das trajetórias conduzidas pelas famílias. Por conseguinte, a partir dessas interpretações utilizaremos exemplos através de casos peculiares adentro dos governos dos César de Meneses, incluindo, com efeito, o próprio Luís César de Meneses e João de Lencastre, seu cunhado.

O terceiro e último capítulo é o mais detalhado em informações sobre as relações de Luís César de Meneses com seus representantes no Brasil, em outras localidades e todas nuances relacionadas ao comércio feito através de sua companhia mercantil. Inicialmente, faremos uma análise qualitativa acerca do estilo com que Meneses articulava sua companhia possibilitando seu funcionamento, mostrando como seu modo de agir frente ao comércio passava muito de sua personalidade e principalmente o tipo de relação que estabelecia com seus interligados, sejam eles subordinados ou associados.

Dando prosseguimento, passaremos para a descrição e elucidação da logística das rotas comerciais das embarcações que estiveram a serviço de Meneses. Utilizaremos para isso o nome das embarcações com seus destinos através de métodos quantitativos e exemplos narrativos com o auxílio de inúmeras citações, que darão a tônica da inserção de determinadas mercadorias. Destas incluímos tabelas gráficos e quadros explicativos que mostram seus fluxos, das que saíram e

entraram em Angola, paralelamente, com análises ponderativas sobre seus números que sozinhos poderiam obscurantar as peculiaridades casuais.

Doravante, partiremos para análises que desdobrem as relações diretas de Luís César de Meneses com seus procuradores e *amigos* governadores (via cartas) espalhados pelas principais praças o Atlântico Sul, notadamente, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Angola, Lisboa, dentre outras minoritárias, como Paraíba, São Tomé e Ilha da Madeira. Lançando mão também das conexões entre os indivíduos que com ele se correspondiam, buscando melhor compreender sua rede de atuação em sua maior amplitude. Neste caso, é importante frisar relevância de análises inicialmente quantitativas com métodos que estabeleçam o papel de cada indivíduo na estrutura comercial montada e centralizada em Meneses. Com isso procuraremos tornar inteligíveis as qualidades dessas relações que demonstrem os interesses peculiares do personagem. Para isso, buscaremos uma explanação que não se resuma a um único campo analítico e epistemológico.

Igualmente, há a preocupação de no tempo em que analisarmos as conjunturas e atribuições em torno de um indivíduo, traduzamos, além disso, algumas das características do próprio comércio Atlântico em si.

Em meio às cartas pertinentes para análise, seja quantitativa ou qualitativa, fecharemos o capítulo e a pesquisa estruturando os indivíduos envolvidos, cada qual em sua posição mais ou menos efetiva, na rede comercial de Meneses. Para tal, utilizaremos uma base de dados minudentemente elaborada através de todo o volume de cartas que foram direcionadas a procuradores e outros indivíduos a ele correlacionados. A citar somente alguns, no Rio de Janeiro, por exemplo, o governador daquela cidade e “*amigo*”, Arthur de Sá e Meneses, o “*companheiro*” Luiz Lopes Pegado e os capitães Gonçalo Ferreira Souto e Ignácio Correia, tendo com este último um maior número de correspondências.

Outros tantos correspondentes perfilharão por longa lista, o que nos ajudará a compreender a dimensão da rede, de como alguns vínculos independem da assiduidade com que mantinham contatos por cartas para denotar afetividade entre as partes, mas que em outros casos eram preponderantes no aspecto afetivo e institucional. Como sempre, em todos os casos, dependerá da análise qualitativa, incluindo as exceções quando cabível para valorar o tipo do vínculo e só assim podermos visualizar o todo.

Capítulo 1

As rotas de formação das redes de Brasil e Angola: negócios de governo e políticas de comércio

Nossa história colonial não se confunde com a continuidade do nosso território colonial. Sempre se pensou no Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o país aparece como prolongamento da Europa. (...) A colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de reprodução escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII. (...) O que se quer (...) é mostrar como essas duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo.¹

A formação de cada local do Império português não poder ser entendida sem a integração de um com o outro. Igualmente, as práticas culturais, econômicas e políticas não podem ser visualizadas, numa perspectiva de pontos marginais, as colônias, ligados a um *ponto de fuga*² no centro, a metrópole, como nos métodos utilizados para dar profundidade e simetria às obras renascentistas. Tal como Luiz Felipe de Alencastro elucida a idéia de formação do Brasil – fora do Brasil – às demais colônias portuguesas também podem ser mais bem compreendidas, a partir da ideia de interação umas com as outras, com trocas de mercadorias, pessoas, papéis e culturas. Uma sem a ligação com a outra poderia até ser algo concebível, numa possível prática da Coroa portuguesa, mas isto se daria apenas no plano conjectural, numa realidade que não faria jus à configuração do Império: as rotas marítimas com escalas em diferentes colônias; a necessidade de produtos oriundos do Oriente e da África em mercados da América portuguesa; e a introdução de produtos do “Brasil” em retorno a estes locais.

¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: A Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 09.

² O *ponto de fuga* é um ponto de convergência ao fundo do plano de visão, que constitui a interseção correspondente de retas paralelas todas confluentes para este ponto fixo. Todo *ponto de fuga* estabelece-se na linha do horizonte. Cf. ARGAN, Giulio Carlo. *Clássico anticlássico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 12-167.

A compreensão de regiões de dominação portuguesa, dentro de um espaço tão amplo e de diferentes culturas, requer análises cuidadosas, no que se refere ao tipo de relação da Coroa com esses locais. Vincular um tipo de cultura política homogênea, como modelo administrativo prático, está fora de cogitação para aquela realidade. Fazer pareamentos de suas conjunturas dá a entender que o comportamento dos indivíduos, em diferentes regiões, é análogo e as particularidades e vontades de seus atores eram, totalmente, reprimidas pela centralidade das ordenações régias.

Segundo o Russel-Wood ³ não faltaram intransigências, por parte da metrópole, que desencorajasse o vulto do mercado interno colonial, seja por: restrições à produção manufatureira no Brasil e produtos concorrentes; desvio de dízimo para fins seculares; criação de companhias de comércio monopolistas ultramarinas; restrições a publicações e disseminação de ideias. Impugnações, com que tiveram dificuldades de permanecerem na prática no tocante de importância, sobretudo da América portuguesa, no cenário econômico do Império português, tornaram esta a principal colônia, mormente, a partir do século XVIII. Mas na noção de centralização metropolitana, o autor ressalta a progressiva existência de forças centrífugas, reforçando a autoridade das forças locais na colônia, dando notoriedade à atuação desses agentes locais e sua destreza em flexibilizar o sistema. Por esta linha Laura de Mello e Souza considera que a América portuguesa, em sua formação, esteve conduzida por uma sociedade múltipla étnica e culturalmente, que mesmo sendo infligida pelos ímpetus metropolitanos de caráter, acima de tudo, tributário, auferiu novas disposições e adaptações em seu cerne que encobrissem seu caráter aterrorador. ⁴

Apesar da busca por centralização, como, por exemplo, a criação, em 1642, do Conselho Ultramarino e a limitação do acesso aos altos escalões – sejam da Igreja ou do Estado – sobretudo aos cargos munidos aos nascidos na metrópole, Portugal não logrou em impedir o agravamento da autonomia dos colonos na busca de seus próprios interesses. Estes introduziram pressões suficientes às autoridades metropolitanas com o objetivo de manter ou mesmo ascender sua força no corpo burocrático e/ou comercial. Tal crescente autonomia foi palco de uma relação de negociação entre centro e periferia,

³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808". *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n° 36, 1998.

⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 72-77.

não deixando, claro, de existir oposições às sanções metropolitanas. Ainda segundo Russel-Wood, as Câmaras representaram as forças de negociação em proveito, e em proteção, aos interesses da elite local, perceptivos as influências, junto a Corte, por meio de poderosos ligados ao monarca.⁵ Há de se considerar, o papel central do Rei, nesta conjuntura de *redes de poder*, onde era do próprio a incumbência das nomeações e resoluções às questões diversas, sobre o ultramar e sobre consultas de seus súditos. Porém, a inviabilidade de controlar territórios longínquos trouxera uma abertura, sob a responsabilidade de governadores, que no século XVIII buscaram autonomia em relação, desta vez, aos vice-reis, direcionando suas correspondências diretamente ao Rei, que segundo o autor fez com que gerasse o enfraquecimento da posição dos vice-reis. Este contato fez-se útil para o Estado português, interessado em atenuar o governo central de suas possessões – os governadores-gerais e vice-reis.

Em Fragoso, Gouvêa e Bicalho,⁶ os autores defendem a idéia de flexibilização da estrutura política do Estado, e conseqüentemente, uma descentralização política, mas sob a égide da lealdade. Enxergam, com efeito, o papel visceral das câmaras no cerne do mercado local, e na montagem de sua elite, intervindo diretamente no *pacto colonial*, na prática e, por conseguinte, epistemologicamente no conceito levantado por Novais em seu clássico trabalho publicado em 1979 – *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. Estabelecem dois pontos principais para ensejar essa estrutura: na regulação do mercado pela política e na noção de *hierarquia social excludente*, tecendo a rede hierárquica em alcance do *status* monopolizador, formando com isso *redes de reciprocidade* onde asseguravam sua hegemonia por via de uma complexa engenharia política. Porém, segundo Laura de Sousa, a conceituação de Antigo Regime deve seguir linhas que se preocupem também com as implicações adjacentes quanto ao seu uso. Com críticas aos conceitos utilizados em *O Antigo Regime nos Trópicos*, a autora aborda as especificidades do mundo colonial nos moldes de uma sociedade hierarquizada e regida pelos privilégios e distinções, comuns à sociedade do Antigo

⁵ Espólio da fundamentação encetada por Charles Boxer ainda na década de 1960. BOXER, Charles R. "Conselhos municipais e irmãos de caridade". In: *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 2001, 267-286.

⁶ FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, nº 23, 2000, pp. 67-88.

Regime, porém sob o *lobby* de recriação social apoiada no escravismo. Essa estrutura estaria aliada à metrópole pelo antigo sistema colonial, caracterizada por muitas particularidades, portanto não podendo ter uma perspectiva homóloga, unida aos protótipos do Antigo Regime aos moldes europeus. Estas atribuições não deveriam ser avaliadas a partir dos modelos europeizados, pois correria o risco de cair em orientações eurocêntricas, visto o fato de os impérios se assentaram sobre relações de dominação, todavia, através de reciprocidades, a exemplo dos conceitos lançados por Russel-Wood.⁷ Nessas perspectivas a comunicação e integração das periferias sob a tutela da Coroa é que viabilizaram a interação com o centro, que através de suas nomeações aos devidos cargos definiam a governança do Império, mesmo sob pressões ou influências quer na Corte ou nas colônias.

A distinção e a hierarquização dos postos ocupados no ultramar, a exemplo das câmaras como escada nobiliária dos colonos, serviam de via de negociação com a Coroa, pois possuíam privilégios que lhes davam ferramentas para participar do conjunto governativo da política do Império pelo fato de, além de fazer parte do corpo burocrático, lograr de conhecimentos e acessos entre os mais notáveis do Reino.⁸

A autonomia da colônia caminhou, por conseguinte, a ascensão do controle de comerciantes coloniais sobre a economia Atlântica, constituindo um grupo com ambições políticas voltadas para a ligação mercantil com outras colônias, sobretudo com a África, mas também à Ásia e, até mesmo, ao mercado interno. Desafiando à hegemonia comercial metropolitana, gerou-se a descentralização mercantil, “dada à natureza multi-continental” de seu império, desenredando do arrimo ao crédito e às casas comerciais portuguesas.⁹ As consequências mais funestas, para o momento, estariam no sentimento de autossuficiência da colônia, face também ao contrabando, e identidade colonial. Levando-se em conta que muitas práticas políticas e mercantis estavam interligadas entre redes locais e indivíduos oriundos do Reino possibilitando a expansão de suas conexões.¹⁰

⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *Op.cit.*, passim.

⁸ Cf. FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Op. cit.*, pp.67-88.

⁹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Op. Cit.*, 1998.

¹⁰ É importante frisar o trabalho de Fragoso e Gouvêa sobre *monarquia pluricontinental*, compreendendo as *repúblicas* como formadoras de hierarquias legitimadas pela Coroa. “A monarquia pluricontinental se torna uma realidade graças à ação cotidiana de indivíduos que viviam espalhados pelo império em busca

O advento da descoberta de ouro nas minas suscitou enumeras disposições, para o incremento da autonomia colonial. O surgimento de diversas vilas e cidades, a partir do século XVIII, a crescente capitalidade do Rio de Janeiro e a ligação entre esses territórios, fizeram com que houvesse uma grande dinamização comercial na América portuguesa.

A conjunção das partes do Império, para compor os interesses locais, foi um via praticada, comumente, e que deu corpo, acima de tudo, ao comércio entre alguns locais, visto que, a entrada de algumas mercadorias da Índia no Brasil, por exemplo, fez com que elas fossem introduzidas em outros comércios que não somente no Brasil, mas em África, além de outros produtos africanos que foram comercializados na América portuguesa como destino final. Ligando os pontos, que são as colônias, vemos o Império como uma rede, que antes de assim serem no âmbito espacial há sua obrigatória composição dos indivíduos que transitavam entre elas, pois são eles os únicos sujeitos capazes de formá-la. São eles que materializam todas as rotas, todas as trocas e suas próprias locomoções, fazendo desses espaços uma grande rede.

1.1 A composição das redes e a manutenção do poder

O intuito de uma perspectiva teórica, voltada para a reconstituição das redes sociais, em uma determinada sociedade, apresenta-se com o propósito de recompor as identidades sociais, por meio das trajetórias individuais dos atores, através de suas escolhas, de suas decisões pessoais, denotando suas experiências e subjetividades. Não deixando de elucidar as trajetórias associativas, que são obrigatoriamente construídas em parcerias, para alcançar objetivos em comum com suas adesões, sejam elas conscientes ou inconscientes, na busca da composição de suas configurações dentro de grupos sociais, nos quais esses indivíduos transitam e se identificam.¹¹

de oportunidades de acrescentamento social e material; indivíduos que não se colocam passivos diante das regras gerais e que se utilizam das fraturas existentes no permanente diálogo travado entre regras gerais e locais”. FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII”. *Tempo*, Niterói, vol. 14, n.º 27, jul-dez de 2009, pp. 49-63.

¹¹ BERTRAND, Michel. “Grupo, Clase o Red Social? Herramientas y debates en torno a la reconstrucción de los modos de sociabilidad en las sociedades del Antiguo Régimen”. In: Casaús Arzú,

A individualização é o divisor de águas para a composição de um novo grupo. Para George Simmel, grupos fechados atravancam a ampliação do círculo social impedindo vantagens e apoios. Desta forma, as várias associações fazem com que se amplie seu meio relacional numa pluralidade de círculos que mantêm vínculos. Entretanto, a abertura de novos círculos aumenta o número de interesses, assim como os conflitos se avultam de maneira a conduzir o indivíduo a manear os equilíbrios interno e externo para se manter dentro da rede de maneira estável.¹²

Obviamente, os grupos que se coadunam dentro das redes buscam melhores vantagens para seus membros, e, para que possa prosseguir usufruindo-as, um indivíduo procura fortalecer sua própria rede com suas ações individuais, assim como torná-la mais robusta no que se refere à influência de seus participantes. Caso contrário, toda sua estrutura pode ser comprometida ao passo que alguns de seus membros venham a perecer diante de infortúnios causados por suas más trajetórias e escolhas malogradas. Essas redes mantêm indivíduos de vários graus hierárquicos, algumas delas centralizadas num indivíduo, não querendo dizer que este não faça parte de outra rede ao qual não seja ele o indivíduo central.

Acerca de suas trajetórias, a capa que envolve seus sequazes está propensa a sofrer seu perecimento igualmente – ou ao menos a ameaça de sua degradação ou enfraquecimento – diante de terceiros que não são pertencentes à rede e que apresentem interesses divergentes, e, por que não, possuam dissensões revestidas também por hostilidades. Fazendo que haja, por exemplo, forças que os contra-ataquem para impedir o dano de outros em seus interesses particulares.

Ora, nesses parâmetros, em se tratando de uma atmosfera de Antigo Regime, no tocante a carreiras e postos auferidos por meio de suas glórias, honras e mercês, o sentido de justiça revestido pelo rei era essencial para ratificá-los,¹³ que paralelamente não estava acima da justiça, pois deveria honrar com as leis estabelecidas e garantir o direito como árbitro. As mercês poderiam ser concedidas sejam diretamente pela

Marta Elena; Pérez Ledesma, Manuel (eds.). *Redes Intelectuales y formación de naciones en España y América Latina (1890-1940)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2004, p. 53.

¹² SIMMEL, George. *Questões Fundamentais da Sociologia, de George Simmel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 101-103.

¹³. Cf. HESPAÑA E XAVIER. “A representação da sociedade e do poder”. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal – O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 131.

condescendência real, ou, em muitos casos, reivindicados na justiça por quem se achava no direito de obtê-las, conseguidas em remuneração ao serviço em favor da Coroa.¹⁴

Para a manutenção do poder, estavam igualmente em jogo esforços que imbricavam no legado herdado das trajetórias de seus ascendentes na escalada que estes fizeram por honrarias de cargos. Buscavam movimentos de ascensão ou, ao menos, suficientemente estabelecedores do *status quo* de suas distinções honoríficas e titularidades passadas por herança, concedidas por direito e justiça ou reivindicadas por pelo merecimento.¹⁵ Isso se refere à manutenção da Casa diante de suas trajetórias na tentativa de ascensão social, posto que, não conseguindo ascender por meio de suas estratégias e escolhas, mediante os serviços prestados, o que traria menor acometimento seria justamente não pôr em ruína o seu posto de partida, ou seja, não decair socialmente dentro do estrato a que já pertence. Caberia ao indivíduo à obstinação e o esforço que lhe são indispensáveis para lograr êxitos futuros, levando-se em conta também as grandes probabilidades de fracassos numa trajetória em particular.¹⁶

Com isso, devemos afirmar que a manutenção de suas honrarias não estaria necessariamente assegurada independentemente de injunções externas. Sua preservação carecia igualmente do empenho dos que as detinham, justamente devido à concorrência existente entre outros indivíduos e grupos que buscavam distinções, sendo que estas não estavam disponíveis num total equivalente à demanda, por motivos óbvios de seletividade e acesso às prerrogativas políticas, sociais e econômicas reproduzidas numa sociedade de Antigo Regime. Reservavam-se privilégios a poucos grupos, os quais se mantinham muito bem relacionados, mesmo porque, as nomeações e consentimentos de cargos, benesses, mercês e honrarias eram dispostos, mormente, por critérios que correspondessem às características políticas e sociais ansiadas no Reino. Da mesma forma, os postos governativos dos diferentes territórios de conquista achavam-se hierarquizados e se distinguiam por pesos e medidas diferentes.

¹⁴ Cf. OLIVAL, Maria Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Évora: Estar, 2000, p. 20-22.

¹⁵ Cf. SANTOS, Marília Nogueira dos. “Serviços, honra, prestígio e... fracasso: a herança imaterial dos governadores-gerais do Brasil e vice-reis da Índia, no século XVII”. *Anais das Jornadas de 2007 do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*.

¹⁶ Obviamente leva-se em conta todo o poder revestido ao rei e o mérito que envolvia todas essas prática. No entanto, referimo-nos ao ato subjetivo de buscar caminhos que leve o indivíduo a manter-se no poder ou buscar ascensão a partir do ponto em que foi estabelecido pelos seus pais.

O Império português era constituído por territórios de desigual valor para a Monarquia e que podemos hierarquizar a partir do seu peso económico, militar e simbólico, elementos estes que estão patentes em indicadores como a titularidade dos cargos de governo, os ordenados dos governantes e a atração social que suscitavam.¹⁷

Nessa lógica, a seletividade e a hierarquização vão além da esfera social, económica ou política. Estão também impressas no espaço, ao passo que é nele e através dele, impreterivelmente, que se exerce e fomenta o poder; que se reproduz a operacionalidade governativa do Estado e suas relações múltiplas; que se constrói para o reino o reconhecimento indispensável para adquirir distinções; que se produzem ganhos por ordenados, emolumentos, câmbios, etc.; que se desfruta de benefícios materiais, sociais e morais.

Evidentemente, os logros acerca da elevação social, sobretudo para grupos e indivíduos que não desfrutam de um escalonado influente, são deveras diminutos em comparação às frustrações existentes nas tentativas de mobilidade, tendo em vista o funilamento indubitável do acesso aos privilégios que mantinham certos grupos no poder, como já mencionado. Os ajustamentos sociais, as movimentações e maleabilidades de relações entre os *estabelecidos*¹⁸ favorecem uma ordenação conjuntural que estabelece conformidades sociais pela indisponibilidade – pautada pelos interesses e conflitos – de generalização das prerrogativas do sistema de trocas e ganhos. “Os que não têm melhor que se conformem com o estado em que os constituiu Deus e a Natureza”.¹⁹ Nesta lógica, assim como o soberano temporal é escolhido como tal pela vontade de Deus, os que não desfrutam de privilégios estão inseridos no cunho natural que a eles foi reservado. Abre-se, desta forma, o precedente alegador da concepção estamental de cerceamento de predileção. Nesse sentido, segundo Castellano, a função das ordens delimitadas,

¹⁷ CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XII).” In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista. & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*, 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007, p. 72.

¹⁸ Cf. ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹⁹ CASTELLANO, Juan Luis. “La movilidad social y lo contrario”. In: González, Inés Gómez; López-Guadalupe Muñoz (orgs.). *La movilidad social en la España del Antiguo Régimen*. Granada: Editorial COMARES, 2007, p. 11.

Nesse contexto [,] se justifica [pelo] o privilégio [aos beneméritos] (...) que não pode ser a mesma natureza para todos os indivíduos de um mesmo estamento. Porque em cada um deles existe uma hierarquia perfeitamente estabelecida, que todos devem conhecer e guardar para manter a ordem quista por Deus.²⁰

(...) Porque seria tanto como evitar a desordem, a diferenciação, que segundo alguns deles, era própria do inferno.²¹ E sua missão era procurar a salvação de todos. Como? Mantendo a ordem, ou seja, fazendo que cada um aceitara com resignação cristã o lugar que havia sido destinado pela Divina Providência.²²

Portanto, o pensamento de uma sociedade igualmente feliz por um modelo de poder almejado vai de encontro ao caráter peculiar de cada indivíduo. Ao pensarmos diferentes estratos sociais, entendemos diferentes objetivos e interesses entre estes, e diferentes em escala, no que concerne às aspirações subjetivas do indivíduo único em um estrato de pessoas afins. Logo, a assimetria de prerrogativas e o acesso a determinados serviços e bens materiais e morais não comportaria ou não daria conta de satisfazer a todos os indivíduos igualmente, levando em conta os variados interesses existentes de um extrato para o outro ou, com efeito, dentro de um mesmo estrato.

Por esta premissa, cada peça composta na rede, ou seja, cada ‘ponto’, que representa um indivíduo postulante de maiores alçadas na escalonada do poder, deve ter um valor qualitativo que corresponda às aspirações do grupo dentro de um âmbito que denote valores específicos no que tange a suas práticas peculiares. Espera-se deste sujeito à reciprocidade perante seus aliados levando-se em conta a sua capacidade de transmitir benefícios, sejam eles de caráter material, sejam eles concebíveis por meio de influências através do cargo que ocupa, e na relação com outros indivíduos que gozem de poder maior ou equivalente, mesmo que estes não façam parte diretamente da rede mais estrita da qual participa o primeiro, ampliando deste modo o raio de ação da rede.

Na mesma conjuntura, as ‘linhas’ que ligam os indivíduos devem estabelecer reciprocidades que ajudem a fortalecer toda a rede. Mas há de se considerar, da mesma forma, os ‘nós’ que os unem, os vínculos estabelecidos entre os indivíduos, atinentes à sua qualidade e a dos vínculos firmados entre os sujeitos, sendo eles mais apertados ou mais frouxos. O que vai classificar a condição dos ‘nós’ na trama é o tipo de vínculo

²⁰ CASTELLANO, Juan Luis. *Op.cit.*, p. 13.

²¹ *El Alcalde de Zalamea*, México, 1991, Tomo III, p. 1.422 *apud* Idem, p. 17.

²² Idem. *Loc. cit.*

estabelecido entre os indivíduos, mas não condicionado à situação de imutabilidade, por mais apertados que sejam, já que os vínculos estabelecidos a priori são passíveis de ser sobrepujados por futuros interesses igualmente mutáveis e reacomodadores, de acordo com escolhas não alheias a fórmulas prontas, devido à falta de controle acerca das ações coletivas que influem diretamente e extemporaneamente sobre todos os indivíduos.

Estes vínculos e as várias associações fazem com que se amplie seu meio relacional numa pluralidade de círculos que mantêm vínculos. Entretanto, enfatizamos que a tendência de acomodações e reacomodações das relações e interesses intracírculos pode sofrer perturbações à medida que esses se abrem para a admissão de novos indivíduos, podendo gerar novos conflitos entre atores que não compartilham das mesmas aspirações, ou pelo simples fato do novo componente representar ameaças.²³

Ao passo que se desdobram círculos relacionais, onde a princípio encontravam-se uniões mais restritas e, posteriormente, se complexificam suas relações – e consequentemente seu conjunto de traços culturais – podem tais vínculos ultrapassar limites políticos e institucionais. Assim a complexidade e a combinação de um sujeito, em vários grupos, o torna cada vez mais singular na combinação desses, sendo muito mais difícil se defrontar com outro indivíduo com tais atributos em comum.

Há de se considerar, e ressaltar, que apesar de um número elevado de círculos oferecer subsídio, que viabilizem o maior conhecimento da unidade “eu”, a abertura desses leques também aumenta o número de interesses e de conflitos. O conflito, no entanto, nem sempre pode ser visto como algo desfavorável, pois é exatamente em um ponto determinado, que estabelece o desenvolvimento da promoção de consciência individual, que apresentaria um atributo resolutivo para sociedade como um todo, mormente, no momento em que se processa a transposição dos conflitos, mediante acordos.²⁴ Estes, por sua vez, passam por um momento inicial de avaliação que podem ser alterados e ajustados conforme os termos da transação.²⁵ Esta é uma propensão engendrada pela conjuntura estratégica da negociação, não deixando de enfatizar que não considerar relações conflitivas remonta a não considerar a inerência da sociedade no indivíduo, ao passo que desta maneira se empreende somente os laços solidários.

²³ Cf. SIMMEL, George. *Op. cit.*, 2006, p. 101-103.

²⁴ Idem, p. 84.

²⁵ Cf. BARTH, Fredrik. “Models of social Organization” (I, II, III). In: *Process and form in Social life: Select Essay of Fredrik Barth*. London\Boston\Henley: Routledge&Kegan Paul, 1981, pp. 32-75.

Usemos como exemplo a inflexão provocada pela morte do governador de Angola, Paulo Caetano de Albuquerque.²⁶ Assim de seu falecimento, o posto fora ocupado pelo Senado da Câmara, havendo questões ordinárias peculiares, por premissa régia, que endossavam a favor da interinidade por parte de um mestre de campo. Tendo sofrido intervenção Real, este impasse acabou gerando uma modificação nas regras gerais daquela colônia acerca da sucessão interina. A partir de então, na falta de um mestre de campo, caberia o cargo ao oficial régio de maior patente – episódio que trabalharemos mais detalhadamente em outro capítulo. Desta forma, vemos que o conflito pode gerar novas ordenações que vai pender favoravelmente para um dos lados conflitantes. Cabendo aos atores deste lado, doravante, manter suas conquistas.

Entre os conflitos transitam atores que se unem pelo interesse imediato de sancionar as alterações. São indivíduos que dividem um interesse em comum ou mesmo um laço de solidariedade que permita acionamentos mútuos. Por esta linha de raciocínio, entende-se que o comportamento dos indivíduos está permeado por suas necessidades e mesmo por interesse, sobretudo ao tratar da noção de grupos que se unem para o bem comum, e que posteriormente divergem ao passo de uma reconfiguração de injunções em torno do poder.²⁷ Se os camaristas citados acima se uniram para compartilhar o poder governamental, igualmente poderiam cindir-se ao gerar discordâncias, fazendo com que as disputas se tornassem maiores do que a força que os uniu, justamente por disporem de personalidades variadas. Desta maneira, os conflitos podem significar a união ou o rompimento situacional dos grupos, o que vai depender da situação relativa das partes no embate dentro de uma sociedade bem hierarquizada.

A conveniência de um grupo pode partir de interesses impulsionados por questões peculiares que podem se coadunar em grupos de interesses afins. Mas tanto a forma quanto o conteúdo podem variar conforme ou em busca de um determinado interesse.²⁸ Devido à natureza da sociedade, como a cada grupo estava atribuída uma função particular, a cada um também deveriam ser garantidos os meios para que suas funções fossem adequadamente desempenhadas. Assim, cada função ou ofício social

²⁶ Governou de 07 de maio de 1726 até sua morte em 10 de dezembro de 1732.

²⁷ Cf. BARTH, Fredrik. *Op. cit.*, pp. 32-75.

²⁸ SIMMEL, George. *Op. cit.*, 1986, p. 426-429.

dava origem a um *status*, acompanhado por certos direitos e deveres, que garantiam o desempenho de sua função.

1.2 A cabeça e as partes governativas do Estado

De certo que cada monarquia europeia vivenciou e elaborou sua respectiva história. Entre os portugueses, destaca-se o ímpeto nos mares, que lhes proporcionou conquistas pioneiras e trouxe consigo a necessidade de ampliar sua jurisdição sobre diferentes e longínquos domínios. Nessa grande malha territorial em que se constituiu o Império ultramarino português foi plausível que se estabelecesse uma distribuição de funções, dentre as quais, aquelas que davam notabilidade a determinados indivíduos que compartilhavam a disposição de prestar serviço ao Estado, que, por sua vez, pode ser entendido como um corpo que não era regulável harmoniosamente sem que as partes estivessem em funcionamento sincrônico, por serem interdependentes.

A monarquia era “cabeças pensante” e articuladora das jurisdições das várias instâncias que constituíam o império. Segundo Fragoso e Gouvêa,

a ideia de um império ultramarino hierarquizado e rígido passa a ser substituído pela de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas.²⁹

Assim, como uma peça somente não completa um quebra-cabeça, todas as peças necessitam de uma “cabeça” que as organize e as regule. Porém, a sociedade nesse sentido não pode ser pensada como um bloco coeso, como também não é autorregulável por si só. Metaforicamente, a sociedade no Antigo Regime pode ser interpretada como uma estrutura robusta, um corpo em que cada elemento detinha uma função particular. Sendo o monarca a cabeça do corpo, pertencia a ele a função de compor a simetria de toda a estrutura, assegurando a harmonia do Estado, sem a qual os súditos não perceberiam seu caráter real, baseado em seu senso de justiça, como um rei justo e

²⁹ FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Op.cit.* 2009, p. 42.

honrado, detentor de um posto que fosse concedido pela vontade de Deus.³⁰ Igualmente, para garantir o equilíbrio e a coesão do Estado, era necessária uma distribuição de cargos, o que demandava certa autonomia de seus ocupantes, não se traduzindo a autonomia entre as partes como uma inoperância do governo central, visto que as partes se completavam.

Dessa forma, o governo do vasto império necessitava tanto de órgãos, com os vários de conselhos e tribunais, como de pessoas. Estas últimas – e aqui colocamos em destaque os governantes ultramarinos, sem os quais não seria possível a governabilidade do império – eram incumbidas de cumprir as ordens régias transmitidas, por meio de Cartas, Patentes e Regimentos num “modo de governar baseado na escrita”.³¹ Eram os governantes os representantes do rei em suas devidas áreas de atuação, sendo que cada governança tinha seu peso e medida conferidos conforme sua relevância, de acordo com a hierarquização dos territórios. Apesar de certas limitações acerca dos poderes exercidos, devia “ser conferida a autonomia necessária para que pudessem desempenhar o seu papel sem comprometimento da articulação natural dos corpos, ou seja, a cada um, de acordo com sua ordem, aquilo que lhe competia”.³²

Essa prática era deliberada de maneira, igualmente, a possibilitar ao rei governar à distância através do envio desse conjunto de correspondências. Portanto, o papel, por longa data, ordenou as funções e regimentou os espaços de longas distâncias, condignos aos preceitos régios e consonantes a naturalidade das singularidades das práticas de seus governantes e condições de cada colônia. Esse todo era uma grande trama que além de

³⁰ Cf. HESPANHA, Antônio Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. *Op. cit.*, p. 134-145.

³¹ Marília Nogueira dos Santos relata como o Brasil progressivamente passou a enviar cartas sobre os assuntos relativos às governanças do governo-geral assim como instruir sua forma de escrita. Esse quadro se desenhou propriamente no período filipino e que dá evidências de continuidade após o rompimento entre as coroas ibéricas, com suas devidas mudanças conforme os novos regimentos estabelecidos. Ver em: SANTOS, Marília Nogueira dos. “O império na ponta da pena: cartas e regimentos dos governadores-gerais do Brasil”. *Tempo*, Niterói, vol. 14, nº. 27, jul-dez de 2009, pp. 117-133. O mesmo conteúdo encontra-se majoritariamente no capítulo I de sua dissertação de mestrado: SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o Império: A correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1702)*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007. Dissertação de Mestrado.

Sobre os regimentos feitos para o governo-geral do Brasil, ver também em: COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2005. Tese de Doutorado.

³² COSENTINO, Francisco Carlos. “Perfil social e importância política dos Governadores Gerais do Estado do Brasil (1640-1705)”. *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades: UFRN, Caicó (RN)*, vol. 9, nº. 24, Set/out. 2008, p.140.

produzir bem material ao Reino, produzia valores e ganhos aos seus próprios componentes. E era ela mesma a funcionabilidade do Império.

1.3 A expansão da nova ordem: governos dos méritos, a conquista de conveniências

O processo de expansão e conquistas marítimas de Portugal figurou-se como os mais importantes delineadores de formação do mundo moderno. Seu domínio preambular sobre os mares, se tratando de um país ibérico de incipiente demografia, pode ser visto, por determinado ângulo, como paradoxal se relacionado com sua cobertura administrativa, jurídica e política sobre os três continentes – África, América e Ásia. Categoricamente os portugueses construíram tanto relações comerciais com diferentes povos e territórios como também transferiram para os mesmos sua cultura social e política, dando um sentido prático mais amplo à palavra colonização.

Além das justas medidas e dentre outras inúmeras características, compuseram a aculturação seja de um determinado local no Império, de um território para o outro trasladado em diferentes continentes, além da influência cultural dessas conquistas sobre os próprios portugueses, delimitando experiências governamentais equiparadamente heterogêneas. Em certas áreas sua organização burocrática ajustava-se quer aos anseios de comerciantes portugueses, quer às práticas culturais e tradições locais.³³

Como já dito, entre as localidades do extenso Império ultramarino português havia uma segmentação classificatória da importância de suas possessões, mas que sofreu alterações ao longo dos séculos de colonização. Até a segunda metade do século XVI, por exemplo, o Oriente ainda encontrava-se em grande evidência aos olhos da Coroa para a garantia necessária do manejo mercantil que esta incentivava para fortalecer a economia do Estado. Porém, ao que pese o comércio de especiarias, ainda nos finais dos Quinhentos, de maneira quase imperceptível, e mais acentuadamente na centúria seguinte, o deslocamento de navios para a Índia sofrera uma progressiva diminuição, ao passo que se verificou um crescimento da importância do comércio no

³³ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 17.

Atlântico, propriamente ao Sul.³⁴ Não significando com isso uma derrocada dos negócios do Oriente, assim como não houvera ainda a suplantação dos interesses lusitanos dirigidos ao Atlântico Sul em detrimento daqueles direcionados à Índia. Discussão que merece mais atenção, ao passo que o delinearemos mais adiante ao tratarmos do impulso no comércio atlântico.

Cabe salientar que este crescimento tomou maiores proporções a partir de meados do século XVII, sobretudo no tempo após o fim do jugo espanhol sobre a Coroa Portuguesa, que só foi possível após a aclamação da dinastia de Bragança em Portugal. Este novo estado de governo resultou na confecção de novas ordens régias que garantissem a permanência da Casa sobre o trono português e em defesa do revigoramento dos órgãos tradicionais do Reino – outrora rechaçados pelas reformas políticas promovidas no reinado de Filipe IV da Espanha (III de Portugal).³⁵ Processo este que durou mais algumas décadas até sua consolidação, em 1668, entre contendas políticas, intrigas palacianas e batalhas de campo, resultando numa renovada estruturação de núcleos sociais de poder, que representou a arquitetura de mecanismos para a configuração daquelas que seriam as elites sociais do Império. Isso não representou vicissitudes na arquitetura plena do Estado português, que preservou alguns de seus modelos corporativos, ainda tendo sua organização social fundamentalmente baseada na herdade (de *solum proprietas, in alio e intuitus personae*)³⁶ e nos privilégios.³⁷

No decorrer das quase três décadas da Restauração Portuguesa (1640-1668), os indivíduos que compunham os estratos mais notáveis em várias regiões do Império, principalmente no Reino, se empenharam em conceder seus serviços em favor da nova dinastia, atendendo às convocações para a luta pelo fim definitivo do “jugo espanhol”. Durante esse período, os indivíduos que se movimentaram a favor da Coroa recentemente restaurada puderam com isso assegurar honrarias e prestígio diante da Casa Real, que estava igualmente disposta a retribuir os serviços prestados

³⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira das Índias*. São Paulo: Editora Brasileira, 1968, p. 01-02.

³⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas. “A Consolidação da Dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: Centros de Poder e Trajetórias Sociais (1668-1750)”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*, 2ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2001, p. 129.

³⁶ Baseado na propriedade de terras, no arrimo e no dom natural repassados, por outrem, sobretudo, por familiares.

³⁷ HANSON, Carl A. *Economia e Sociedade no Portugal Barroco*. Lisboa: Dom Quixote, 1986, p. 33.

possibilitando para estes eméritos súditos a ascensão nas carreiras dentro do império português.

A relação, de um lado, da dinastia buscando afirmação, e de outro, de nobres, fidalgos e outros indivíduos de “menor valor”³⁸ dispostos a obter distinções promoveu os elementos exequíveis para acordos mútuos, apesar das infrequências políticas notadas no período de consolidação e em mais algumas décadas seguintes, ordinárias num novo governo que se projeta para sua afirmação política e governamental.

A Restauração, ao subtrair Portugal das amarras castelhanas, tendo promovido modificações em sua ordenação hierárquica que, posteriormente, conduziu ao assentamento da aristocracia qualificada e titulada, desenvolveu a competência do Estado monárquico para estatuir os matizes sociais do poder governamental nos sítios ultramarinos. Momento que doravante buscou-se, por parte do governo português, estabelecer alguns cargos que viabilizassem uma administração mais categórica sobre as colônias para o alargamento e o domínio da autoridade real. Dentre tais cargos, reguladores a serviço da administração da Coroa, como exemplo, que aqui se faz admissível e em destaque, podemos citar o de Secretário de Governo para Angola, Rio de Janeiro e Maranhão, disposto em ordem régia de 28 de fevereiro de 1688.³⁹ Cargo este que permitia ao empossado as atribuições de liberação de quaisquer documentos de caráter administrativo, em âmbito político ou comercial, tal como o serviço de despachar quaisquer embarcações direcionadas ao Reino e às várias colônias lusitanas. Proeminências que, se por um lado intencionou assegurar maior domínio sobre as administrações locais, possibilitou ao incumbido da função exercer grande poder e vantagens para si e para os que o circundava.

Progressivamente, as funções a serviço da Coroa tiveram maior apreço para a elite nobiliária que aderiu aos regulamentos expostos pelo poder central e deles buscavam habilmente obter maiores benefícios.

Por essa linha de interpretação é importante percebermos a influência dos ensejos decorrentes da Guerra de Restauração para a seleção dos homens que

³⁸ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *Op. cit.*, p. 130-132. O fato de indivíduos de “menor valor”, como citado, buscarem distinções não significa que os mesmos tomariam para si condições sociais acima daqueles obtidos por indivíduos mais destacados. Mas abria-se uma premissa para que fossem prestados os devidos serviços e se ascendessem à condição precedente.

³⁹ Ordem Régia do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – Angola, cx. 13, doc. 59.

garantiriam a partir dessas premissas suas posições em torno da Casa Real. Neste contexto, os indivíduos que prestaram seus serviços na guerra foram os mesmo que desfrutaram de prerrogativas de cargos e ofícios dali em diante, seja no Reino ou em postos coloniais.⁴⁰ Não deixando olvidar que, por sinal, tratava-se de mecanismos que funcionavam de forma contínua, pois ao ocupá-los almejavam mais adiante novas mercês para se diferenciarem ascendentemente, de forma a contribuir para a reprodução, de um lado, do funcionamento da engrenagem corporativa do império, por outro, da perpetuação de suas famílias e de seus congêneres.

Esta orientação de prestar–receber é exemplificada em inúmeros postos de governança, seja em Angola, seja no Brasil com suas muitas capitanias. Fazendo uma análise no caso de Angola, por exemplo, a partir de 1665, poucos anos antes do fim da guerra de Restauração até o princípio dos Setecentos, sucedeu-se que uma série de homens de *qualidade* foi nomeada para este governo. Estes beneméritos indivíduos detinham carreira militar e por isso possuíam as virtudes caracterizadamente pré-requisitadas. Um mostra da presença da *espada* como elemento corroborador para concessão dos cargos é o fato de que dos dez governadores nomeados e empossados em Angola no período, nove deles há a confirmação de que tiveram efetiva participação nas batalhas da guerra de Restauração. O único ao qual não se confirma sua participação é Luís César de Meneses. Como outros que assumiram o governo em Angola, era um indivíduo descendente da nobreza, havendo o diferencial de que historicamente outros de seus familiares foram empossados naquele governo.⁴¹

⁴⁰ Diga-se se passagem que evidentemente se tratava de homens com espólios de fidalguia com disposição natural para tais méritos, mas que sem os devidos esforços não os lograria e muito menos promoveriam mobilidades em suas condições efetivas.

⁴¹ Nascido no ano de 1653, ao fim de guerra de Restauração tinha apenas quinze anos. Em suas *Memórias*, Tristão da Cunha Ataíde, 1º Conde de Povolide, faz referência a D. Luís de Meneses, sendo este o 3º Conde de Ericeira, como participante da Guerra de Restauração como general de artilharia combatendo nas seguintes batalhas: de São Miguel (1658), das Linhas de Elvas (1659), na batalha do Ameixal (1663) e na batalha de Montes Claros (1665), além das conquistas Évora e Valença de Alcântara, entre outras. Não há menção sobre Luís César de Meneses em toda sua obra, mesmo que em outra forma de escrita. Da mesma forma, a extensa obra do próprio D. Luiz de Meneses, de quatro volumes, dentre centenas de nomes citados, também não há qualquer menção sobre Luís César, mas somente de seus tios Pedro César de Meneses, no posto de general da cavalaria e Sebastião César de Meneses, ambos em vários trechos. Cf. ATAÍDE, Tristão da Cunha (1º Conde de Povolide). *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e D. João V. Memórias Históricas 1º Conde de Povolide*. Lisboa: Chaves Pereira - Publicações, S. A., 1989 & MENEZES, D. Luis de. (3º. Conde de Ericeira). *História do Portugal Restaurado*. (1ª. Edição 1698) Porto: Livraria Civilização – Editora, 4 Vols. , 1946.

Vejam os abaixo uma tabela com o nome de todos os governadores nomeados e empossados durante o período mencionado informando o tempo de governo de cada um e sinalizando dentre aqueles que prestaram e o que não prestou serviços militares na Guerra de Restauração. O cálculo é feito contando-se do ano de 1665 até 1701, sendo a primeira data contabilizada a partir da nomeação de Tristão da Cunha, em 12 de Setembro de 1665⁴² – o qual recebeu sua patente em 12 de outubro do mesmo ano – e a última da posse do já octogenário Bernardino Tavares, em 5 de setembro de 1701.⁴³

Tabela 1: Governadores nomeados e empossados em Angola, de 1665 a 1701, que prestaram ou não serviços militares na Guerra de Restauração *

Governadores	Período de governo	Sim	Não
Tristão da Cunha	1666 a 1667	x	
Francisco da Távora	1669 a 1676	x	
Aires de Saldanha de Meneses e Souza	1676 a 1680	x	
João da Silva de Souza	1680 a 1684	x	
Luiz Lobo da Silva	1684 a 1688	x	
João de Lencastre	1688 a 1691	x	

⁴² Consta a data do início de governo de Tristão Cunha a partir de sua posse em 20 de agosto de 1666, diferentemente da data de nomeação e/ou de patente, que foi a data de utilizada como partida desta análise diferente do que se vê na tabela acima. Para as informações sobre Tristão da Cunha cf.: CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*, Tomo I. Lisboa: Ática, 1937 (1782), p. 285; CADORNEGA. Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*, Tomo II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972 (1681), p. 574.

⁴³ *Tristão da Cunha* – “Havia [...] servido na guerra com bom nome, exercitando os postos de Capitão de Cavallos, e Mestre de Campo de Infantaria”; *Francisco da Távora* – serviu na guerra “tendo então sido tenente-general da cavalaria de Traz-dos-Montes e general de batalha”. Depois de seu governo foi Vice-rei da Índia (1681-1686); primeiro Conde de Alvor; presidente do Conselho Ultramarino (1693-1710); *Aires de Saldanha de Meneses e Souza* – “tinha [...] antes deste Governo servido na guerra”; *João da Silva de Souza* – “que serviu na guerra de Acclamação com gr.de distinção, e merecimento, e depois de ocupar vários postos, foi General de Artilharia da Provincia de Alentejo e Governador de Rio de Janeiro”; *Luiz Lobo da Silva* – “Servio [...] da guerra da Acclamação do posto de Capitão de Cavallos, e na Armada de Saboia...”; *João de Lencastre* – “Servio [...] na guerra de Acclamação achando-se nas batalhas de Ameixal, e Monte Claros, em q. recebeu duas feridas”; *Gonçalo da Costa de Alçacova Carneiro Menezes* – “sêrvio na guerra de Acclamação, achando-se nas batalhas das Linhas de Elvas, e Monte Claros”; *Henrique Jacques de Magalhães* – “Servio [...] na guerra da Acclamação, comessando de 11 anos de idade a carreira militar, de 12 foi Capitão de Infantaria. Achou-se também da restauração de Evora, na batalha do Ameixal em q. saio ferido em huma perna, e na tomada do Forte da Guarda”; *Luis César de Meneses* – Não serviu. Tendo nascido em 1653; *Bernardino de Távora de Souza Tavares* – “Tinha [...] servido na guerra com reputação de bom soldado”.

Sobre a participação na guerra de Restauração e as demais informações contidas sobre Francisco Távora, ver em: GOUVÊA, Maria de Fátima. “Trajetórias administrativas e redes governativas no Império Português (1668-1698)” In: *VI Jornada Setecentista; Conferências e Comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006, p. 402.

Para as citações e informações sobre os demais governadores acima, ver em: CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 286, 300, 304, 310, 312, 319, 320, 326, 331.

* Idem, p. 286, 300, 304, 310, 312, 319, 320, 326, 331.

Gonçalo da Costa de Alçacova Carneiro	1691 a 1694	x	
Henrique Jacques de Magalhães	1694 a 1697	x	
Luís César de Meneses	1697 a 1701		x
Bernardino de Távora de Souza Tavares	1701 a 1702	x	

Fonte: CORRÊA, Elias Alexandre da Silva (vide nota de rodapé ‘*’).

Nesses parâmetros é iniludível atribuir a importância da *espada* para a obtenção de privilégios a partir das concessões retribuidoras da Coroa para os ofícios de governança, visto que, nas palavras de Ronald Raminelli,

a busca da real generosidade aproximava os vassallos do projeto de construção do Estado que, no período se confundia com a figura do rei. A concessão de cargos, postos e ofícios pautava-se na lógica da “centralidade” do rei, pois a própria administração era extensão do poder soberano.⁴⁴

Os serviços militares compunham um dos acessos às mercês principalmente numa época de correntes tribulações como as invasões holandesas no Nordeste da América portuguesa e em Angola,⁴⁵ e no caso mais notabilizado e citado acima, o período da Restauração portuguesa até sua consolidação.⁴⁶

A prestação de serviço militar estava da mesma forma numa “lista” que ordenava sua importância nas várias localidades. Notadamente aqueles que serviram no Reino tinham maior aporte militar, aumentando seus prestígios em comparação aos indivíduos que tinham em seus currículos batalhas nas colônias como a guerra contra tribos na América e na África.⁴⁷ Logo, os que para alargar as áreas de colonização

⁴⁴ RAMINELLI, Ronald. *Op.cit.*, p. 21.

⁴⁵ Sobre a América portuguesa ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Sobre Angola ver: BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1973.

⁴⁶ Thiago Nascimento Krause faz uma análise sobre a *busca da honra* durante da Restauração portuguesa e a ascensão da Casa de Bragança ligando ao universo das mercês e serviços militares prestados em torno das guerras holandesas com pedidos de hábitos na Bahia e em Pernambuco. Cf. KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da Honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641 – 1683)*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010. Dissertação de Mestrado.

⁴⁷ Evidentemente as guerras tiveram influência externa que, segundo Roquinaldo Ferreira foram além dos trâmites comerciais, pois ajudaram também a aplicar as técnicas militares já existentes na América portuguesa em guerras angolanas. Cf. FERREIRA, Roquinaldo. “O Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII).” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n°. 39, jan.-jun. de 2007, pp. 3-23.

portuguesa estiveram presentes nas *guerras angolanas*,⁴⁸ por exemplo, não poderiam dispor dos mesmos valores atribuídos àqueles que lutaram nas batalhas da guerra da Restauração do Reino, obtendo a preferência para ocupação dos melhores ofícios.⁴⁹ Assim como a prestação de indicados serviços em determinados lugares passava por seleção conforme o valor de sua estirpe.⁵⁰ Da mesma forma, em termos de localidades, as áreas mais longínquas, e se tratando de regiões de grande valor para a organização mercantil portuguesa como Índia, América Portuguesa e Angola, deveriam trazer atrativos que dessem conta de recompensar a faina conferida por seus governantes. Estímulos que além da honra pudessem garantir ganhos em vantagens comerciais a partir do estabelecido ofício governamental.

Não obstante, esses modelos de honrarias, mercês e serviços inextricavelmente correspondiam as historicidade e conjunturas peculiares de suas épocas. Pois se no contexto de beligerância em que Portugal se encontrava era propício o emprego das armas e, como consequência, a gratificação por tais feitos, outrora, que não nas mesmas circunstâncias, os serviços e imperativos foram outros. A propósito, desde as primeiras conquistas e ainda nos Quinhentos a valoração expressa acerca da outorga do mérito fora baseada pelos escritos, transmitidos em viagens por relatos feitos pelos quatros cantos do mundo diante dos surpreendentes e singulares locais conquistados. Foram documentos entremeados pela cosmografia e a cartografia que tão bem forneceram as informações e registros imprescindíveis ao Reino para projeção do melhor controle e mais adequado planejamento sobre os domínios ultramarinos, onde “o conhecimento era parte de uma troca, de um negócio entre rei e seus súditos”,⁵¹ tornando visível um império tão vasto e tão distante geograficamente da realidade do rei, mas que por meio

⁴⁸ Dentre elas se destaca a Batalha de Ambuíla contra o Reino do Congo, que em outrora havia sido vassálico de Portugal. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.*, p. 290-294.

⁴⁹ Trabalhado por Maria Fátima de Gouvêa há o exemplo André Cusaco, indivíduo que conseguiu bons frutos em sua carreira após a guerra de Restauração, mesmo não tendo descendência nobre, que na ocasião lutou no encargo de mercenário. Após proveitoso serviço a Coroa portuguesa e de se estabelecer em vigorosas redes sociais, ocupou diversos cargos no além-mar como: ajudante do Mestre de Campo Geral da Corte de Lisboa; tenente de mestre de campo na Bahia e, posteriormente, mestre de campo da mesma capitania; governador interino do Rio de Janeiro (de agosto 1694 a abril 1695), após adoecimento do governador Antônio Paes Sande; por último, em 1698, passou a governador do Castelo da Ilha Terceira em Açores. Cf. GOUVÊA, Maria de Fátima. “André Cusaco: o irlandês ‘intempestivo’, fiel súdito de Sua Majestade. Trajetórias administrativas e redes governativas no Império Português, ca. 1600-1700.” In: VAINFAS, Ronaldo & SANTOS, Georgina Silva dos & NEVES, Guilherme Pereira das. *Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português XVI a XVII*. Niterói: EdUFF, 2006.

⁵⁰ Levam-se em consideração as exceções como a descrita na nota anterior.

⁵¹ RAMINELLI, Ronald. *Op.cit.*, p. 20.

dos relatos e escritos buscou-se uma maneira de integrá-lo apesar de sua amplitude. E que posteriormente, passado o tempo de guerra e de certa forma regularizada sua estabilidade política, operacionalizou novos mecanismos.

Esta conjuntura elucida o fato de vigorar o assentamento de designadas famílias da nobreza que desfrutavam das prerrogativas anuídas pela Coroa. Por conseguinte, ao se estabelecerem como indivíduos que basicamente formariam a elite nobiliária e política do império, juntamente com a consolidação bragantina nas décadas posteriores, houve a diminuição de concessões de titularidades, afunilando cada vez mais o acesso a distinções.⁵² Logo, as normas para honras concedidas passaram a seguir outros parâmetros, baseados mais frequentemente pelos serviços de bom governo, melhorias que correspondessem, sobretudo, o aumento da receita e do poder do Estado, seja através da expansão de seus territórios e/ou pela ampliação e desenvolvimento do comércio.

Se existia pré-requisitos para se apossar das governanças do Império português, e que nos cabe evidenciar em ambos os lados do Atlântico Sul, a prática seguiu muito a teoria nos critérios que o Reino delimitava. Essas nomeações passavam por análises tanto sobre o histórico familiar dos postulantes, como também acerca de seus serviços, até então prestados, empregados como autenticadores do merecimento da honra, seja para cargos de governo ou de comando militar. Este afunilamento pôde ser inteligível após ter sido posto em marcha uma progressiva interposição do poder real na realização da escolha de nomes para os principais cargos de governança, o que propiciou uma reorganização nas regras de seleção. Sendo cabível aqui assinalar, entre inúmeras, uma das ações fundamentais como instrumento de maior centralização sobre a administração das colônias – além dos órgãos já existentes entre conselhos e tribunais –, a criação, em 1642, do influente e requisitado *Conselho Ultramarino* por decreto de 14 de Julho de 1643, do rei D. João IV. A princípio este corpo era constituído por três conselheiros, recrutados entre a nobreza e alto funcionalismo áulico, tendo a instituição, aproximadamente, os mesmos alvitre corporativos do já fenecido e efêmero *Conselho da Índia*, fundado por D. Filipe III da Espanha (II de Portugal), em 1604.⁵³ Ao

⁵² RAMINELLI, Ronald. *Op.cit.*, p. 25-26.

⁵³ Criado pelo rei espanhol em 1604, este conselho foi a mimese do antigo *Consejo de Indias*, criado em 1524, que coordenava a diretiva das colônias espanholas, sobretudo da América. Porém, este modelo

Conselho Ultramarino atribuíram-se competências das mais variadas qualidades concernentes aos assuntos das colônias. Para citar somente algumas: as questões a respeito da edificação, ampliação, restauração, manutenção e/ou reforma das fortalezas e outras obras públicas. Prontamente, deveriam dirigir-se ao Conselho Ultramarino todas as cartas, requerimentos e despachos dessas áreas coloniais expedidos ao monarca. Com as alargadas funções e prerrogativas de cunho administrativos, detidas por este órgão, se tornou mais eficiente o controle da Coroa sobre os postos e territórios do Império.⁵⁴ Assim, a Coroa, através do Conselho Ultramarino, empenhava-se em melhor coordenar as operações e designações de seu enorme complexo administrativo.

As qualificações aos respectivos cargos de governança procediam seja por avaliações de posição social, seja pelo valor atribuído a cada território do além-mar, dependendo igualmente se o indicado aceitaria ou não o ofício concedido. Nesses termos, segundo Mafalda da Cunha, para boa parte das nomeações de colônias portuguesas eram atribuídas qualidades diferenciadas sob uma enumeração ranqueada de importância de seus territórios para os postos ocupados, que comumente sofrera alterações de um tempo ao outro, ainda que algumas delas por não possuírem maiores notabilidades não eram passíveis de classificação.⁵⁵ Cabe ainda pontuar que com as mudanças ocorridas principalmente durante o século XVII, com o aumento deflagrado de rotas Portugal–Brasil–África, e evidentemente as de comércio, esta lista sofreu nova ordenação de importância no que se refere aos espaços territoriais. Mas no que diz respeito aos cargos, primeiramente a lista era encabeçada pela Índia, seguida por Brasil,

reproduzido para as “possessões portuguesas” durou apenas dez anos, sendo extinto em 1614 após antagonismos protagonizados por componentes de antigos tribunais portugueses. Entre a abolição do *Conselho da Índia* e a criação do *Conselho Ultramarino* (1614-1643) os assuntos colônias eram atribuições concernentes, principalmente, sob a direção da *Mesa de Consciência e Ordens* e o *Conselho da Fazenda*, que passaram a ser os principais tribunais para essas questões. Para mais informações sobre o assunto, ver em: BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1973, capítulo I.

⁵⁴ Já em meados do século XVIII o Conselho Ultramarino sofreu algumas mudanças no seu funcionamento e, no ano de 1763, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ilustríssimo primeiro-ministro de D. José I, criou outro órgão mais especializado, a Secretaria de Listado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Cf. CAETANO, Marcelo. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1968.

⁵⁵ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. cit.*, p. 72-74.

Angola, Cabo Verde, São Tomé, posteriormente, além disso, viria Maranhão e Rio de Janeiro.⁵⁶

Essas novas disposições requeriam uma gama de fatores classificatórios para a obtenção dos ofícios de maiores prestígios. Além dos quesitos já mencionados, as qualidades sociais dos indivíduos também eram distinguidas de forma mais alargada, buscando um histórico familiar que manifestasse desde seus precedentes de nobreza e fidalguia até mesmo sua procedência local. Recairiam, portanto, no merecimento conforme sua procedência de longo prazo, que indispensavelmente, afora a linhagem nobiliária, e não em menor valor, fossem conferidas também as prestações de serviços militares de seus antepassados, e não somente as do próprio indivíduo.⁵⁷

Em termos de nomeação, todavia, é passível ter como observação as casualidades ocorridas pela falta de nomes mais adequados aos cargos, podendo ser pela urgência de designar alguém para um posto devoluto, pela interinidade de um cargo e, ademais, outros fatores que poderiam fugir à regra. Concretamente, isso requer uma prática além dos critérios pré-definidos, pois tais fatores não são alheios aos estabelecimentos mais rígidos sob regras fechadas ou leis e pareceres imutáveis, comuns em interpretações estruturalistas. Houve elementos que reformularam o entendimento sobre as causas burocráticas do Império português dando novos sentidos à prática administrativa conforme o ineditismo dos casos, que não no todo, ao menos em questões pontuais.

Essas exceções são evidentes, citadamente, entre alguns titulares de governo. No caso de Angola, que durante os Seiscentos – no período referido acima quando da

⁵⁶ CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. cit.*, p. 72. Percebemos ser inopinado a não citação de Pernambuco na lista mencionada por Cunha, mas leva-se em conta que se trata de uma relação documentada pela Coroa, não cabendo responsabilidade à autora a referida ausência. Cabendo aqui adicionar a importância deste local como posto governamental no Brasil, no Império português como um todo e na própria logística de rede a que este trabalho se propõe.

⁵⁷ Nos estudos de Mafalda Cunha são estabelecidas categorias que analisam os critérios de procedência, sendo: “1. Filhos de titulares e filhos da primeira nobreza de corte; 2. Filhos de fidalgos inequívocos; 3. Filhos de pessoas que gozava [m] claramente de nobreza pessoal; 4. Indivíduos cujos pais podiam ou não gozar de nobreza pessoal; 5. Filhos de pessoas inequivocamente mecânicos; 6. Naturais dos próprios territórios (no século XVII, maioritariamente elementos da [s] oligarquias locais); 7. Naturais da Madeira e dos Açores; 8. Estrangeiros ou eclesiásticos.” *Idem*, p. 76. Como podemos ver, segundo Mafalda Cunha, os eclesiásticos estariam em oitavo lugar entre as categorias para nomeação de cargos numa escala de 1 a 8. No entanto, não faz referência aos status de eclesiásticos que descendiam de famílias nobres de titularidades ou aqueles concedidos diretamente pelo rei. Como no caso de Sebastião César de Meneses, intitulado como Bispo Conde de Coimbra. Para esta última informação cf. MENESES, Sebastião César de. *Summa Política*, 2ª edição. Tipografia de Simão Dias Soeira, Amsterdã, 1650, p. 209.

análise sobre os governadores que prestaram ou não serviços na Restauração – teve interinidades exercidas pelo Senado da Câmara por duas vezes, primeiramente, após a saída conturbada de Tristão da Cunha antes do término de seu mandato.⁵⁸

Estes [os oficiais da Câmara] apossando-se do governo derão conta a S. Magestade do execrando excesso dos Angolenses, e das cauças que promoverão ao insulto cometido [à Tristão da Cunha]. Rezultou Ordenar El Rey em cata [carta] firmada de Sua Real Mão, com datta de 9 de julho do mesmo anno 1667; que Servindo da dita Carta de Patente, governasse a Camera [sic] com as perogativas de Governador, e Capitão General, sucedendo-se huma, a outra, em quanto não mandasse Governador: Em observância desta Ordem Regea seguirão-se.⁵⁹

E, posteriormente, no governo de Bernardino Tavares, o qual deixou vago o posto em decorrência de sua morte, onde mais uma vez o mesmo órgão assumiu o governo.

Não era a primeira vez, como temos referido, q~. tomava o governo da Conquista nas urgentes precizoens de reger os povos, e prestar-se aos interesses geraes, e particulares deste Estado, mas não lhe sendo de ventura favorável passarão pelo disgosto / os membros do deste Senado / , de suceder no seu tempo huma Catastrofe, que reduzio o Prezidio de Benguela a estado lastimozo.⁶⁰

Mesmo que claramente se exigisse maiores distinções entre indivíduos designados aos postos dos governos da Índia – então no topo dos cargos governamentais do ultramar –, e do Brasil – onde “os governadores-gerais foram sempre seleccionados entre os fidalgos mais selectos e politicamente significativos”⁶¹ –, em sua generalidade o governo em Angola também atraía homens que pertenciam à elite social portuguesa – áulicos – sendo estes mantenedores de grandes méritos a serviço da Coroa, assim como a evidência de bons serviços prestados militarmente. Como mostra Mafalda Cunha, “todos [eram] fidalgos inequívocos, podendo cinco deles, inclusive, serem considerados da primeira nobreza de corte”.⁶² Esta seletividade inclinada a escolher homens mais distintos faz jus, em grande parte, à elevação econômica deflagrada em Angola,

⁵⁸ Falaremos sobre o caso no próximo capítulo.

⁵⁹ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 286.

⁶⁰ Idem, p. 331.

⁶¹ CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. cit.*, p. 82.

⁶² Idem, p. 79.

assentada em muito nas tramitações comerciais desenvolvidas com o Brasil, que tanto era dependente dos negócios em África como também responsável por grande demanda das práticas de conversão e transfiguração que naquele território foram empreendidos em torno do trato negro.

Este contexto mostra a importância da estrutura escravocrata em que a logística colonizadora portuguesa se assentou, como citado logo no início deste capítulo, “englobando uma zona de reprodução escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola”,⁶³ – principal escoadouro de cativos para a América portuguesa – diante de mostras do declínio da economia no Oriente. Doravante, Portugal se ajustou progressivamente à *atlantização* de suas rotas comerciais, com sua política ultramarina de ampliação dos negócios de suas colônias no Atlântico, sobretudo, Brasil e Angola. Estes, por sua vez, se tornaram grandes entrepostos comerciais, ainda assim com entreatos no comércio oriental, se mostrando visceral o intermédio e o complemento de uma possessão a outra.

1.4 A *atlantização* das rotas comerciais e os “negócios” do ofício

A origem da *atlantização* de rotas no Império português merece algumas pontuações, mesmo que não se pretenda aqui esmiuçar de maneira mais acurada os sem números de motivações para tal fenômeno. Dentre alguns fatores podemos citar, por exemplo, o da importância crescendo do açúcar como produto, inicialmente, adicional para o alargamento das receitas da Fazenda Real e como implementador de uma ação de colonização de áreas até então improdutivas, através de uma atividade econômica permanente; afora outras variantes como o risco da Coroa portuguesa em perdê-las diante do assédio de navios estrangeiros em suas costas atlânticas. Em paralelo, o inconveniente infortúnio quando Portugal sofrera com a ruína de alguns mercados com o Oriente, no tocante a uma paulatina retração da sua economia na Índia. Estas últimas se deram por razões diversas que, para uma maior elucidação, exigiriam debates que vão além das questões que abordam as disputas com opositores asiáticos e a forte

⁶³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op.cit.*, p. 09.

concorrência mercantil das afluentes Companhias das Índias Orientais, inglesa e neerlandesa. Aqui estes pontos serão isentos de discussões mais alongadas.

Em relação ao estado ou processo de contração do comércio indiano português, podemos pontuar os escritos do padre Manuel Godinho, religioso da Companhia de Jesus que, após sua missão pelo Oriente, partiu de Baçaim, na Índia, em dezembro de 1662, em direção a Portugal “com os encargos e papeis relativos áquelle Estado”.⁶⁴ Possuía igualmente consigo, os relatos sobre outras paradas que fez pela costa Ocidental africana e pela península Arábica, incumbindo-se àquele tempo de descrever toda sua viagem de volta ao Reino, tendo sua obra publicada em 1663, em Lisboa. No capítulo primeiro escrevia que:

Chegou no anno de 1600, e nelle a declinação do nosso Estado. De então para cá foi perdendo as forças, e enfraquecendo de maneira que, só pelas chronicas o dizerem, cremos que teve o valor que se admira, e só pelas ruinas conjecturamos a grandeza que d’antes tinha. Padeceu nestes sessenta e quatro annos de sua velhice tão cruéis accidentes que primeiro lhe faltou o corpo que os achaques.⁶⁵

Para Godinho, naquela altura do início dos Seiscentos, o império no Oriente já ultrapassara toda sua época de apogeu. Construindo uma metáfora entre as respectivas idades que um homem percorre desde seu nascimento até sua velhice e o processo de domínio colonial português sobre a Índia, alega que: “Quem quizer formar cabal conceito do que foi e é agora o Estado da Índia, deve considerá-lo nas quatro idades do homem, pueril, juvenil, varonil, e de velhice”.⁶⁶ Demonstrava assim sua visão pessimista do perecimento de um decrépito mercado com o Oriente que precedentemente fora audaz.

A despeito dos termos comparativos nos relatos acenarem para esta retração tão precoce apresentada por Godinho ainda no prelúdio dos Seiscentos, os números de navios de *carreira da Índia* do Reino em direção ao Oriente apresentados por Charles Boxer, por outro lado, demonstram maior longevidade durante o século XVII. Isto ao

⁶⁴ GODINHO, Padre Manuel. *Relação do Novo Caminho que fez por Terra e Mar, vindo da Índia para Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842 (1663), p. VI.

⁶⁵ Idem, p. 06-07.

⁶⁶ Idem, p. 01

menos em dados quantitativos e em relação apenas ao número de embarcações saídas de Portugal no decurso dos séculos XVI e XVII, como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 2: *Navios da Carreira da Índia portuguesa com destino ao Oriente*

Período	1500-1519	1520-1539	1540-1559	1560-1579	1580-1599	1600-1619	1620-1640	1641-1660	1661-1680
Partidas	234	156	112	103	100	124	97	72	46

Fonte: BOXER, Charles Ralph, 1969. *

Por estes dados podemos observar uma queda mais acentuada somente a partir da segunda metade do século XVII (1641-1660),⁶⁷ que daí por diante, até meados do século XVIII, manteve-se em números muito próximos ao último vintênio mostrado na tabela (1661-1680).⁶⁸

O início de maior declínio refere-se ao período da consolidação bragantina.⁶⁹ Porém, se houve perda comercial e o número de navios anuais em direção aos portos lusitanos caiu até abaixo da metade, o volume de produtos nessas embarcações seguiu “quase sempre muito ricamente carregados”.⁷⁰ Tal decréscimo tampouco subtraiu ou inibiu a presença lusitana no Oriente durante os séculos XVII e XVIII, o que pode ser depreendido pelo número de edificações militares e sacras, bem superior ao do entusiasmado século XVI na memória mercantil portuguesa. Sua vitalidade colonial sofreu baixas mediante a concorrência externa e as adversidades internas, no entanto, Portugal ainda possuía forte influência política e religiosa no Estado da Índia. A Coroa, ciente de seu decréscimo fazendário, deveria tomar as devidas medidas que pudessem recuperar sua economia. A diminuição do comércio com o Oriente facultou condições

* Adaptado de: BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português – 1415-1815*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1969, p. 363.

⁶⁷ Consideramos tal queda a partir do penúltimo vintênio (1641-1660) levando em consideração que o período anterior (1620-1640), mesmo que tenha boa queda em relação ao período de 1600 a 1619, cento e vinte quatro para noventa e sete partidas, este último, apresenta número muito próximo ao período de 1580 a 1599, que contabiliza cem partidas. Ressaltamos ainda que a falta de simetria nos períodos da tabela a partir de 1620 seguem as datações originais de Charles Boxer, que eram em ordem cronológica menor do que os vinte anos (generalizadamente aproximados) que delimitamos em cada período.

⁶⁸ Cf. Idem. Depois de meados do século XVIII decorre uma nova queda e que, doravante, traçaria como uma nova tendência numérica nas décadas seguinte.

⁶⁹ Não obstante, cabe pontuar a energia empregada com homens e custos gerais com a guerra durante o período de restauração, não se devendo apagar o alto ônus para os cofres reais, que se tornou um peso a mais na economia do Estado português.

⁷⁰ Idem, p. 153. Segundo Boxer a média anual que era de cinco ou seis navios que saíam carregados do Oriente para Portugal caiu então para um ou dois ao ano.

singulares para o fortalecimento de uma conexão mais robusta no eixo Atlântico Sul, sobretudo, entre Brasil e Angola, que embora fossem uma possível salvaguarda para a situação deficitária, não dispunham de toda a prosperidade necessária e almejada para o renascimento da economia portuguesa. Como nos conta Charles Boxer:

A economia portuguesa dependia sobre tudo da reexportação do açúcar e tabaco brasileiros, e da exportação dos próprios produtos portugueses – sal, vinhos e fruta – para pagar as importações de cereais, tecidos e outros produtos manufaturados. O valor dessas exportações nunca foi suficiente para pagar o das importações; e a situação da balança de pagamentos portuguesa tornou-se cada vez mais crítica com o aparecimento da produção açucareira das Índias Orientais inglesas e francesas que começou a competir com a brasileira, mais antiga. “Quem diz Brasil diz açúcar e mais açúcar”, escreveu o conselheiro municipal da Baía à Coroa em 1662; e dois anos mais tarde, um marinheiro inglês dizia do Brasil: “O país está completamente cheio de engenhos de açúcar, os quais produzem a maior parte do melhor açúcar que é feito.” Acrescentou que o Rio de Janeiro, a Baía e o Recife “todos os anos carregavam muito navios com açúcar, tabaco e pau-brasil para os mercadores e Portugal, sendo isso muito enriquecedor para a Coroa de Portugal, sem o que não passaria de um reino pobre”.⁷¹

Ainda anteriormente à crise instaurada, mas análoga e indissociavelmente, esta conjuntura esteve conectada à possibilidade de atrelar as atividades agrícolas ao fornecimento de braços escravos africanos para a América portuguesa e para as ilhas do Atlântico, para a produção do açúcar, e, em menor escala, para o Reino.⁷²

Nas palavras de Joseph Miller esse complexo burocrático-comercial denominado o “complexo do Atlântico Sul”, era formado por três elementos principais: escravos, açúcar e engenhos,⁷³ havendo de acrescentar, como ponto que auxilia nossa investigação, outro elemento viabilizador desse *processo contínuo*, que são: as políticas que envolviam mercadorias e pessoas. Conectividades estas que davam corpo a toda a dinâmica estabelecida no além-mar pelo Reino.

Reflitamos que o envolvimento no negócio de longa distância obviamente carecia – além de pessoas das mais variadas competências e valores – de pessoal no

⁷¹ BOXER, Charles Ralph. *Op. cit.*, 1969, p. 155.

⁷² MILLER, Joseph C. “O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos”. *Afro-Ásia*, nº. 19/20, 1997, p. 14.

⁷³ Idem, p. 10.

âmbito governamental, sendo eles mesmos instrumentos de legitimidade e, da mesma forma, receptores das vantagens proporcionadas pela grande organização mercantil escravocrata. “O tráfico e a escravidão eram, afinal, emprego e negócio para as pessoas envolvidas, e algumas delas tinham recursos econômicos significativos em jogo”.⁷⁴ Não deixando de mencionar o papel das relações, acordos e enfrentamentos dos portugueses com etnias e reinos em África – assim como tiveram na Ásia, mas reconhecendo as devidas proporções e os diferentes contextos – que permitiram ou dificultaram a alocação de humanos escravizados para o lado Ocidental do Atlântico.

Pessoas e organismos, edificadores e mantenedores do sistema, tiveram que dispor de empreendimentos comerciais onerosos e estruturas burocráticas audaciosas a serem dispostas, tendo de franquear, estabelecer, proteger e conservar seus amplos territórios. Toda essa movimentação e empenho estavam aliados à busca por recompensas à altura de seus esforços, como já exposto posteriormente, não se deixando de assinalar que se tratavam tanto de méritos e honras, como de emolumentos e lucros particulares por via de comércio.

Num momento em que o Atlântico Sul foi promovido perante as tentativas do Reino de recuperação das perdas com o comércio Oriental, o Brasil, e principalmente a Bahia,⁷⁵ destacaram-se na dinâmica da organização institucional ultramarina, devido às suas relações comerciais com as *carreiras das Índias*, já firmadas desde o século XVI, quando seus portos serviram como principal escala no Atlântico para os navios vindos do Oriente. Prática bem vista inclusive pelos comerciantes e governantes locais pelas vantagens que poderiam obter ao fazerem negócios como os produtos e *fazendas* que não raras vezes eram introduzidos nos negócios com a África. Eram produtos de procedência asiática, comercializados tanto em Salvador, quanto redirecionados para o comércio de escravos na Costa da Mina e em Angola – como também, reembarcados para o Rio da Prata, onde eram trocados pela prata, com a penetração, mesmo que de menor porte, de comerciantes e atravessadores do Rio de Janeiro e Pernambuco.⁷⁶

⁷⁴ MILLER, Joseph C. *Op. cit.*, p. 12.

⁷⁵ Segundo José Roberto Lapa após Salvador se torna capital da colônia mais de noventa por cento das embarcações que tiveram escala ou destino no Brasil teve como rota a Bahia. Mas com referência ainda no século XVI. LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 04.

⁷⁶ Cf. FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos.” In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva &

Nos finais dos Seiscentos, D. João de Lencastre, Governador Geral do Brasil (1694-1702), que outrora fora governador de Angola (1688-1691), em carta datada de 27 de junho de 1695 enviada ao rei D. Pedro II, tentava apresentar ao monarca os benefícios dos navios que rumavam para a Índia fazerem escala no porto de Salvador, assim como daqueles que voltavam para o Reino. Lencastre demonstrava que as embarcações, ao fazerem arribadas na Bahia, poderiam executar os reparos necessários após tão longo percurso entre o Índico e o Atlântico, além de reforçar a frota com produtos americanos quando partisse para Lisboa e fortalecer a guarnição embarcada, tanto para o Oriente, quanto para Portugal, com soldados brasílicos⁷⁷ e com quem a quisesse compor, muitas vezes com sujeitos de menores *qualidades*.⁷⁸

Nessa mesma operação, a Bahia consequentemente se beneficiou com a exportação do tabaco, que encetou um comércio entre Brasil e Goa, apesar do monopólio real.⁷⁹ “A prática comercial podia efetuar-se tanto na ida quanto na volta, pois para o Reino tinha o Brasil a oferecer o seu açúcar, e para o Oriente o seu tabaco”.⁸⁰ Contiguamente deu-se a inserção deste artigo, assim como de outros produtos, no comércio de cativos em Angola na década de 1650.⁸¹ O porto de Salvador soube se beneficiar deste comércio e a cultura do tabaco desde década de 1570 apresentava progresso no Recôncavo Baiano. Mesmo que seu plantio estivesse disseminado por boa parte do Brasil, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pará, Maranhão, Alagoas, Pernambuco e Sergipe, a Bahia era preponderante no cultivo e na produção de tabaco no Brasil e no mundo até 1815. Grande parcela do fumo baiano era exportada para Portugal que, por sua vez, reexportava para boa parte da Europa,

BICALHO, Maria Fernanda Baptista (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁷⁷ LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 12-13. Esta prática pode ser confirmada ao trabalharmos a rede mercantil de Luís César de Meneses, no terceiro capítulo.

⁷⁸ Trataremos do caso de arregimentação de homens de menor *qualidade* em capítulos posteriores.

⁷⁹ O monopólio régio do tabaco foi implementado no Reino entre 1624 e os primeiros anos da década seguinte, e na Índia no ano de 1624. Idem. *Loc. cit.* Para uma análise mais detalhada, cf. NARDI, Jean-Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

⁸⁰ LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 256.

⁸¹ Além de outros produtos que, tratando-se de mercadorias de custo baixo e de grande produção na América portuguesa, passaram a concorrer com outros similares vindos do Reino de preços mais elevados – num momento de abertura para oportunidades comerciais de brasílicos após a restauração de Angola dos holandeses.

como Espanha, Itália e a Alemanha,⁸² além do intenso comércio com a Índia.⁸³ Isto gerou atração para um maior volume de negociação do produto para o trato negreiro, uma vez que o tabaco destinava-se ao comércio de *peças* em Luanda e no interior angolano, ajudando a fomentar, por conseguinte, o envio de braços escravos para os engenhos da América portuguesa.

O próprio tráfico de escravos, particularmente de Angola para a Baía, passou a contar no século XVII com as embarcações do roteiro oriental que da África recebiam carga humana, destinada ao Brasil, onde recolhiam o tabaco, tanto para os portos africanos, quanto para os asiáticos.⁸⁴

Apesar do empecilho do monopólio real sobre o fumo, este fator não impediu sua comercialização com a África e o Oriente, marcada pela prática do contrabando. A resolução régia de 1734 permitiu a comercialização direta com a Bahia das mercadorias procedentes da Ásia, sob o encargo de taxas alfandegárias, a despeito do alvará de autorização ser ratificado somente em 1783.⁸⁵

Todavia, o tabaco teve menor relevo no mercado angolano se comparado a outros produtos como a cachaça e a mandioca, comercializadas em maior quantidade na Costa da Mina. O tabaco também era um produto de cultura comum entre as populações do sertão angolano, que consideravam o fumo brasileiro de qualidade inferior em relação ao produzido na região.⁸⁶ No entanto, o que aqui merece destaque é seu valor no processo de flexibilização do comércio intercolonial, sendo ainda um artigo importante na troca por escravos.

Ademais, a abertura de *carreiras* da Bahia para o comércio com o Oriente, com escala em África, promoveu a valorização de outras mercadorias. Produtos de origem não “brasileira”, como as armas de fogo advindas da Europa, também foram

⁸² Levando-se em consideração a boa parte dos territórios que só no século XIX foram compreendidos como Itália e Alemanha.

⁸³ Mesmo que por um bom tempo sob o período em que vigorou o estanco real. RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX”. *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2001, p. 18.

⁸⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 255.

⁸⁵ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *Op.cit.*, 2001, p.19.

⁸⁶ CURTO, José Carlos. “Vinho verso Cachaça – A Luta Luso-Brasileira pelo comércio do Álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703.” In: PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio (orgs). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico-Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 71-75.

comercializados por intermediação de *brasílicos* que faziam mercancia em África. Mas, em se tratando dos produtos advindos do Oriente, encontravam-se os panos ou *fazendas asiáticas* que tiveram sua introdução ainda nos Seiscentos, porém com maior relevância durante o século seguinte, cujo volume comercial era detido, em maiores proporções, por negociantes *brasílicos* em detrimento metropolitanos, interligando mais ainda a Ásia ao comércio entre Brasil e Angola.

As *fazendas asiáticas*, mesmo não sendo produtos de origem *brasílica* e de demandarem longo tempo de viagem entre seus entrepostos, ainda assim conseguiram promover expressivo interesse entre mercadores baianos.⁸⁷ Estes sustentaram rotas com destino à Índia para a obtenção do produto, fazendo escala no porto de Luanda antes de retornarem ao Brasil – por sinal, essencial devido à distância e com o apreço de seus governantes. Devido à sua importância para a obtenção de *peças* no sertão angolano, estes panos passaram a ser conhecidos como *fazendas de negro*. Essas atividades mercantis permitiram atender os dois mercados, de Angola e do Brasil, e ampliar os ganhos de seus negociantes; os primeiros por meio da permuta de *fazendas* por *peças*, e os segundos na mercancia de louças, fazendas finas, e também de escravos africanos.⁸⁸

Em posição secundária à Bahia no negócio de panos, estavam Rio de Janeiro e Pernambuco, que por meio de seus negociantes, e por vezes governantes, ainda nos Seiscentos, obtiveram as *fazendas asiáticas* através do porto baiano para assim comercializá-las com Angola, tornando viável por meio destas, mesmo que em menor volume, um maior quantitativo de embarcações com arribadas em seus portos a partir da primeira metade do século XVIII.

Avultou-se, assim, um agudo e desmesurado comércio ilícito de *fazendas* no Atlântico Sul, centralizado em Salvador. Circunstância que pôs o Reino numa posição secundária nesse comércio, se levarmos em conta a quantidade de navios e produtos sob os cuidados de comerciantes *brasílicos*. Apesar do intervencionismo estatal – através das excessivas taxações régias –, produzindo não raro obstruções no comércio, essa tendência só fez avolumar-se.

⁸⁷ FERREIRA, Roquinaldo. *Op. cit.*, 2001, p. 352.

Segundo Roquinaldo Ferreira a viagem no século XVI de Portugal à Índia, envolta de perigos e taxa de mortalidade elevada, poderia durar até dois anos, sendo imprescindível a presença de escalas, e uma delas era a própria Bahia, principalmente.

⁸⁸ Idem, p.351-352.

É principalmente a partir da segunda metade do século XVII que vamos encontrar, graças à tolerância legal, uma acentuada frequência de navios que, ao retornarem do Oriente escalavam na Bahia com suficiente espaço para receber cargas brasileiras, particularmente o açúcar e madeira. Assim, conseguiam ressarcir-se dos prejuízos numa época em que [padre] Vieira lamentava: “Da Índia, por falta de carga, não vem embarcações este ano...”⁸⁹

Aquela conjuntura para o comércio na Índia não era tão auspiciosa como fora noutros tempos. O consentimento do comércio do Brasil como o Oriente e a África foram uma via possível, apesar das taxações alfandegárias⁹⁰ e outros impostos sobre os produtos comercializados,⁹¹ diante da delicada situação econômica pela qual Portugal passava, principalmente nos domínios do Índico.

Além de tudo, a navegação do reino para o Oriente durava de seis a oito meses, podendo estender-se, conforme a época do ano, em decorrência das monções e das circunstâncias do tempo que, em geral, eram mais desfavoráveis a navegação para o Brasil. Em contrapartida, segundo Boxer, “a viagem de Lisboa para a Baía [sic] durava em média cerca de dois e meio a três meses; para o Recife, ligeiramente menos; e para o Rio de Janeiro, ligeiramente mais, em condições razoavelmente favoráveis de vento e tempo”,⁹² fazendo com que a *carreira* para as Índias fosse uma rota muito mais onerosa, somando-se a doenças como o escorbuto e a disenteria.⁹³

Com a atlantização das rotas comerciais e, obviamente, o crescimento em importância das conquistas nesta macro-região ultramarina, foi natural a designação de novos cargos nessas paragens e a nomeação de indivíduos mais destacados. A monarquia necessitava de receita, assim como os titulados granjeavam recompensas por seus feitos. Aliado ao crescimento comercial no Atlântico Sul, o caminho possível que a

⁸⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 255-256.

⁹⁰ Esta elevação da receita fiscal sobre o comércio colonial se incidiu igualmente na dilatação da estrutura burocrática que, além do imprescindível soerguimento da Receita Fazendária Real, seria vital para maior monitoramento das mercadorias e seus ganhos.

⁹¹ Charles Boxer relata sobre a dificuldade com que produtores brasileiros se depararam no último quarto do século XVII devido às altas taxas dos impostos cobrados sobre os produtos como o açúcar e o tabaco. Como exemplo faz menção aos relatos do senhor de engenho e plantador de tabaco Peixoto Viegas que conta em suas queixas sobre os grandes custos com “direitos alfandegários e despesas de transporte” que estariam nas cifras de setenta e cinco por cento do volume do tabaco exportado. Cf. BOXER, Charles Ralph. *Op. cit.*, 1969, p. 156.

⁹² Idem, p. 223.

⁹³ Idem, p. 224.

Coroa encontrou para a manutenção do próprio Reino foi a aposta no Brasil e em Angola e em seu esperançoso comércio, e naqueles homens que ainda ganhariam reconhecimento por suas bravura e fidelidade ao monarca português.

Se por um lado a guerra de Restauração viabilizou uma seletividade de seus atores reinóis para os serviços ultramarinos, dando a eles graus mais elevados nos ofícios governamentais, levando em consideração sua ascendência, por outro, a dinâmica interrelacional, entre as colônias atlânticas e o Reino, desencadeou a obtenção de mercês, por parte dos homens do ultramar, colonos e afins, que, em troca de serviços prestados, também aproveitavam as honrarias disponibilizadas pela Coroa.

Para fazer uma breve exemplificação, entre as ocasiões mais propícias estavam aquelas que correspondiam a ameaças externas, como as invasões holandesas, seja em Olinda e Recife, seja em Luanda. No caso de Pernambuco, por exemplo, como destaca Evaldo Cabral de Mello, depois de sua restauração, desencadeou-se uma gama de reivindicações de cargos e prerrogativas fiscais de sua ‘nobreza local’, dado o esforço de guerra empenhado “à custa do sangue, vidas e fazendas” de seus habitantes “sem ajuda nem despesas da Real Fazenda”. Ao contrário de intencionarem a defesa de um movimento nativista, em detrimento do poder Real diante das alterações frente às negativas da Coroa, pretendiam estabelecer privilégios mediante as atribuições de serviços prestados ao monarca a quem tinham lealdade. Viam-se como merecedores de primazias sobre os demais colonos através de uma vassalagem contratual num “estatuto jurídico privilegiado” por sua espontaneidade da restituição ao domínio português.

Este movimento feito pela ‘nobreza local’ tem a ver com a preocupação de se afirmarem como detentores do poder local. A distinção e a hierarquização dos postos ocupados no ultramar, a exemplo das câmaras como escalonada nobiliária dos colonos, serviam de via de negociação com a Coroa, pois além de fazerem parte do corpo burocrático possuíam privilégios que lhes davam ferramentais para participar do conjunto governativo da política do Império. Isto, pelo fato de lograrem de

conhecimentos e acessos junto aos mais notáveis do Reino,⁹⁴ mas que precisavam estar também em um local propício para consegui-los, ou seja, nas praças de maior articulação da burocracia portuguesa ligada à grande circulação de mercadorias e pessoas ao passo que se formavam oportunos círculos de poder. Não obstante, mesmo Pernambuco sendo uma de suas mais ricas capitanias, o monarca instituíra homens do reino para seus governos, mormente após a consolidação da dinastia bragantina, gerando, com isso, o que Mello chamou de “nativismo do ressentimento”. Por conseguinte, a vinda de ‘forâneos europeus’ para os cargos civis e militares por vezes esbarrou nas intrincadas rejeições da Câmara contra governantes vindos de metrópole.⁹⁵ Lembrando que, segundo Evaldo Cabral de Mello, “no século XVII, a restauração [pernambucana] fora o objetivo possível; a independência, uma utopia”.⁹⁶

Embora esse fato mostre a refutação da Coroa diante dos pedidos de prerrogativas por parte da nobreza local, por outro lado demonstra como eram seguidas as regras para as designações aos postos de prestígio e concessão de privilégios, e de como o poder central buscava dentro do possível ocupar os ofícios com pessoas sob sua tutela e conhecimento, acima de tudo reinóis. Porém, sendo somente um caso dentre muitos deixa de evidenciar outros caminhos aos quais colonos estabeleceram preceitos mais a revelia de Coroa do que ela poderia combater, pois do contrário desmantelaria a própria dinâmica administrativa.

Da Coroa aos seus governadores eram confiados postos dos mais notáveis na administração ultramarina, concedendo-lhes prerrogativas que foram cobiçadas por grande parte dos indivíduos propensos à honra, dentre as suas maiores vantagens a de através do comércio auferir bons ganhos. Somados ao *status* do posto e da patente titulada esses prestigiados homens produziam o espelho para o poder colonial, mas que por vezes eram vistos como ameaças ao por local. Porém, governantes sem seus interlocutores, agentes e procuradores, seria inviável toda sua conectividade entre as partes do Império tamanho o enlace das redes governativas e comerciais. Assim como

⁹⁴ Cf. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n° 23, 2000, pp. 67-88.

⁹⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio. O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, *passim*.

⁹⁶ Idem, p. 145.

as boas relações com indivíduos que lhes dessem representatividade em seu sítio governativo para sobrepôr, coadunar ou mesmo adular seus possíveis emuladores.

Foi legítima a inflexão da Coroa portuguesa para a *atlantização* de seu império frente ao declínio do Oriente. Circunstância essa acompanhada por uma injunção da Coroa direcionada a melhor controlar suas colônias no Atlântico. Mas como explicitou Mello e Souza é lícito considerar que essas conceituações devem seguir linhas que se preocupem, outrossim, com as questões adjacentes, pois o âmago de leis existentes no cerne do governo central não isentou a complexidade de dinâmicas variantes dentro das especificidades governos coloniais onde a transmissão de bens e valores estava em muito ligados as peculiaridades de um determinado sítio e seu governo local, que em certa medida gozavam de liberdade administrativa e política perante o poder central, mas sendo estes seus maiores representantes.⁹⁷

⁹⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 72-77.

Capítulo 2

Uma perspectiva das relações nas redes de poder a partir das governanças angolanas

Luís César de Meneses, o Governador

Ao sétimo dia do mês de Agosto de 1653 era batizado na freguesia da Ajuda, em Lisboa, Luís César de Meneses,¹ o primeiro e único filho do Provedor dos Armazéns e Armadas do Reino, Vasco Fernandes César de Meneses, e de sua mulher Dona Maria Magdalena de Lencastre, filha de João de Mascarenhas, 3º Conde de Santa Cruz, descendente de Fernando I, rei de Leão e Conde de Castela.² Como de costume entre as linhagens nobres, onde assiduamente encontravam-se homônimos entre seus familiares, recebeu o mesmo nome de seu avô paterno e padrinho, Luis César de Meneses (1600-1666), Alcaide-Mor de Alenquer, Comendador de São Pedro de Lumar e de São João do Rio Frio pela Ordem de Cristo, Provedor dos Armazéns e Armadas, 1º Alferes Mor do Reino, ao qual lhe fez mercê, El Rey D. Afonso VI, tendo como madrinha sua tia e tia-avó, Dona Guiomar Henriques.³ Sua avó paterna era Dona Vicência Henriques, descendente de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal.⁴

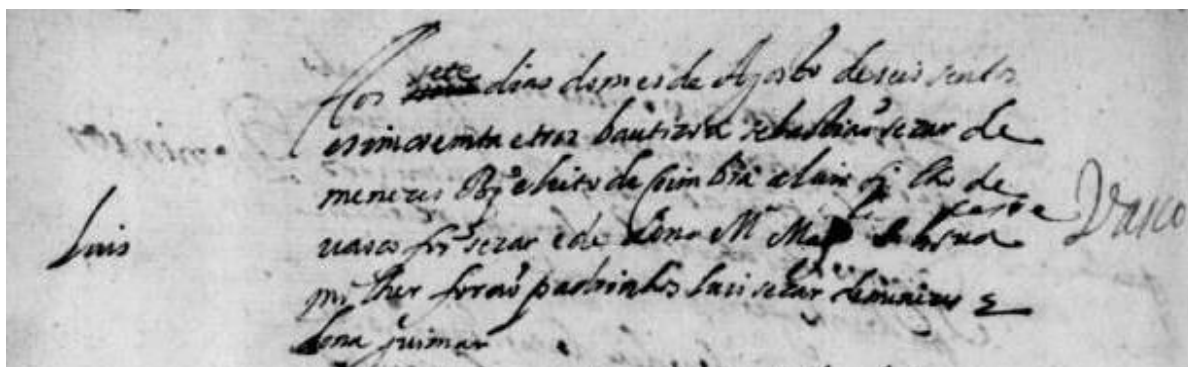
¹ *Livro de Registro de Baptismos 1592-1662* - Livro B1, Caixa 1, Microfilme nº 926 SGU, ref. PT-ADLSB-PRQ-PLSB01-001-B1_m0350 (ADL – Arquivo Digital de Lisboa).

² Fernando I de Castela (1016 ☆ - 27 de dezembro de 1065 †), alcunhado de o Grande ou o Magno, foi conde de Castela (1035-1065) e rei de Leão (1037-1065), além de ter dominado Viseu e Coimbra em 1064. Seu pai era Sancho III de Navarra (Sancho I de Castela), e sua mãe a infanta Maior de Castela. Do pai herdou o condado de Castela e, através da força das armas, conquistou o reino de Leão, sendo rei consorte desta coroa por meio do casamento com a Sancha I de Leão, irmã do rei Bermudo III de Leão. SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de. *A Herança Genética de D. Afonso Henriques*. Universidade Moderna, 1ª Edição, Porto, 2002, p. 283.

³ D. Guiomar Henriques era tia de Luís César de Meneses (1653-1720), por ser a quarta filha de Luís César de Meneses (1600-1666), avô paterno do primeiro. Ao mesmo tempo era sua tia-avó por ter se casado com seu tio-avô Pedro César de Meneses, terceiro irmão de seu avô, que era o primogênito. Portanto, D. Guiomar também era cunhada de seu pai.

⁴ Proclamado monarca em 1139, tendo o início de seu reinado em 05 de Dezembro de 1143 e seu término em 6 de dezembro de 1185, quando de sua morte, aos 76 anos. Cf. Idem.

Figura 1: *Registro de Batismo de Luís César de Meneses*



Fonte: LRB (1592-1662) - Livro B1, Caixa 1.

Nesta breve apresentação não nos deixa dúvidas sobre a destacada procedência familiar de nosso personagem. Em 09 de fevereiro de 1672, em São Tiago (Santiago),⁵ Lisboa, aos dezoitos anos de idade garantiria a categoria de elevada linhagem para seus ascendentes ao unir matrimônio com Dona Mariana de Lencastre, bisneta de Luís de Lencastre, 1º Comendador-mór de Avis, e penta neta de João II, rei de Portugal. Adicionando-se ao fato de ser irmã de João de Lencastre⁶ – importante burocrata que fazia parte da rede governativa de Luís César –, sendo filhos de Dom Rodrigo de Lencastre, comendador de Coruche, e de sua esposa Dona Inês Maria Teresa de Noronha e Castro.⁷

Com D. Mariana teve sete filhos, sendo eles, do primeiro ao sétimo: Vasco Fernandes César de Meneses,⁸ 1º Conde de Sabugosa, Vice-rei da Índia (1712-1717) e do Brasil (1720-1735); Rodrigo César de Meneses, Governador da capitania de São Paulo (1721-1728) e, assim como o pai, Governador de Angola (1733-1738); Inês Isabel Virgínia da Hungria de Lencastre, casada com Diogo Correia de Sá e Benevides

⁵ Foi uma das cinco freguesias de Portugal pertencentes ao Conselho de Lisboa, mas que teve sua extinção em 2012, após uma reorganização administrativa da cidade, quando seu território foi então integrado a Santa Maria Maior, nova freguesia da parte Sul do Tejo. Cf. Lei n.º 56/2012 (Reorganização administrativa de Lisboa). Diário da República, 1.ª Série, n.º 216. Acedido a 25/11/2012.

⁶ Falaremos deste importante personagem mais adiante.

⁷ Cf. SOUSA, D. António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra, Atlântida Livraria Editora, 1948, Tomo IX, pág. 72.

⁸ Homônimo de seu tataravô 'Vasco Fernandes César', bisavô de Luís César de Meneses (1653-1720). Ao mesmo tempo encontramos seu nome escrito com o sobrenome do pai, sendo, portanto, homônimo de seu avô, 'Vasco Fernandes César de Meneses'.

Velasco,⁹ 3º Visconde de Asseca e Alcaide-mor do Rio de Janeiro; José João Bernardo Lourenço César de Meneses, Porcionista do Real Colégio de São Paulo de Coimbra e Principal da Igreja Patriarcal de Lisboa; Maria Madalena de Lencastre, casada com João Pedro Soares da Veiga Avelar Taveira e Noronha; Joana Bernarda de Noronha e Lencastre,¹⁰ casada com João de Saldanha da Gama, 41º Vice-rei da Índia; e João José Lourenço António Bernardo Gaspar de Meneses, religioso da Ordem de São Bernardo.¹¹ Ao que podemos notar, a boa procedência repercutiu em sua prole, com destaque para seu primogênito Vasco Fernandes César, que ocupou cargos e adquiriu títulos singulares para a família, independente dos níveis hierárquicos anteriores obtidos pela casa.

Já bem jovem Luís César começou a construir sua carreira exercendo cargos nos âmbitos militar, político e religioso. Assim como seu avô foi Alferes-mor no Reino (o terceiro na família), Alcaide-mor de Alenquer (cargo ocupado por pelo menos cinco gerações anteriores por via paterna), Comendador de São Pedro de Lumar e de São João do Rio Frio pela Ordem de Cristo, além de Capitão de Cavalos na Corte Portuguesa. Com a reconhecida prestação de serviços no Reino foi nomeado governador do Rio de Janeiro, em carta patente datada de 20 de Janeiro de 1690, tomando posse em 17 de abril de 1690, sucedendo Francisco Naper de Lencastre (1689-1690), permanecendo até 25 de Março 1693, quando da posse de António Pais de Sande, que, por sua vez, permaneceu até o sétimo dia de 1694, quando se retirou por doença.¹²

⁹ Este era filho de Martim Corrêa de Sá, 1º visconde de Asseca, e neto do memorável governador e restaurador de Angola a Portugal, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que foi também governador do Rio de Janeiro por três vezes.

¹⁰ Joana de Lencastre (como referida pelo próprio pai) em outrora fora religiosa do Convento da Esperança, em Lisboa. Cf. Carta de Luís César de Meneses a Baltazar da Silva Siqueira. Luanda, 31 de janeiro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 12 verso.

¹¹ SOUSA, D. António Caetano de. *Op. cit.* Tomo V, livro VI, pág. 300-304; Tomo IX, livro VIII, pág. 75-78. Algumas informações contidas também em: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira dos. “Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735.” In: *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 111-112.

¹² Cf. SAIA, Políbio. *Memória da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955; COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

Posteriormente, foi empossado no cargo de governador de Angola em nomeação patente de 13 de Janeiro de 1697,¹³ onde consta em carta régia do rei D. Pedro II as seguintes palavras:

Officiaes da Camara do Reino de Angola. Eu El. Rey vos invio muito saudar. À Luis Cesar de Menezes fui servido fazer mercê do Governo desse Reino, como vos constará da Carta Patente, que lhe mandei passar, de que vos aviso para que o tenhais entendido e lhe deis as noticias que julgardes por conveniente a meu serviço e ao bom governo desse Reino, como fio do zelo de bons vassalos.¹⁴

Tomou posse deste governo no dia 9 de Novembro do mesmo ano, substituindo o então governador Henrique Jacques de Magalhães (1694-1697), governando nos limiares dos séculos XVII e XVIII, com seu término em 05 de Setembro de 1701, quando da posse de Bernardino de Távora de Sousa Tavares (1701-1702). Ulteriormente, foi ainda incumbido do cargo de Governador e Capitão-General do Brasil, de 08 de setembro de 1705, suscedendo Rodrigo da Costa (1702-1705), até 03 de maio de 1710, dando lugar a Lourenço de Almada (1710-1711).¹⁵

¹³ Carta com nomeação despachada sob consulta do Conselho Ultramarino de 23 de Maio de 1696, Códice n.º. 122, AHU. Cf. AGUIAR, Pascoal Leite de. *Administração colonial portuguesa no Congo, em Angola e em Benguela - (1694 – 1799)*, volume II. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2006, p. 35.

¹⁴ Carta régia de D. Pedro II aos oficiais da câmara do reino de Angola informando que fez mercê do governo do dito reino a Luís Cezar de Menezes. PADAB: DVD 07, pasta 05, BR RJ IHGB 126, DSC00061. Podemos perceber que se trata de uma carta padrão a exemplo de outras enviadas em outras nomeações para o mesmo cargo como, por exemplo, a carta de seu antecessor, Henrique Jacques de Magalhães, donde se consta escrito: “Officiaes da Camara do Reino de Angola. Eu El. Rey vos invio muito saudar. A Henrique Jacques de Magalhães fui servido fazer mercê do Governo desse Reino como vos constará da Carta Patente que lhe mandei passar, de que vos aviso para que o tenhais entendido a lhe darei as noticias que julgardes por convenientes a meu serviço e ao bom governo desse Reino como fio do zelo de bons vassalos. Escrita em Lisboa a desaseis de Março de mil seis centos noventa e quatro. = Rey. = O Conde de Alvor P. = Para os Officiaes da Camara do Reino de Angola. =”. PADAB: DVD 07; pasta 05, BR RJ IHGB 126, DSC00057.

¹⁵ Dom Lourenço da Almada (9º Conde de Avranches) foi outro administrador colonial que também governou Angola, 20 de novembro de 1705 (Consulta do Conselho Ultramarino, de 4 de junho de 1703, patente do Códice 124, AHU) a 4 de Outubro de 1709, antes de ser investido como Governador-General do Brasil, de 3 de maio de 1710 a 14 de outubro de 1711. No pequeno período que esteve à frente deste governo sofreu grandes reveses, seja pelas revoltas em Pernambuco, na Guerra dos Mascates, seja pelo grande assalto sofrido no Rio de Janeiro, pela invasão francesa capitaneada pelo corsário René Duguay-Trouin, fazendo com que abdicasse do cargo em pouco tempo. Sobre as invasões francesas no Rio de Janeiro, ver: BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império – O Rio de Janeiro no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 268-292 & BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil – Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 118-130.

2.1 Vida e carreira dos Meneses: redes familiares em trajetórias governativas

Além das patentes, cargos exercidos e títulos beneficiados à família que foram repassados continuamente por gerações,¹⁶ mostra-se notável que o cargo para o governo de Angola também foi de caráter reincidente do histórico de carreiras entre a linhagem dos César de Meneses, já que quatro deles obtiveram nomeação para tal função, entre 1639 e 1738, incluindo o próprio Luís César de Meneses (1697-1701). Sem ainda mencionar a união entre as famílias Lencastre e Meneses que, assim sendo, incluiríamos um quinto à lista, João de Lencastre.¹⁷ A partir desta conveniência familiar, afora o governo angolano, contabilizamos então mais três postos à frente do governo no Brasil. Além de Luís César de Meneses e João de Lencastre, da mesma forma, tivemos Vasco Fernandes César de Meneses, Vice-rei do Brasil, que esteve à frente desta governança por um longo período, de 1720 a 1735.

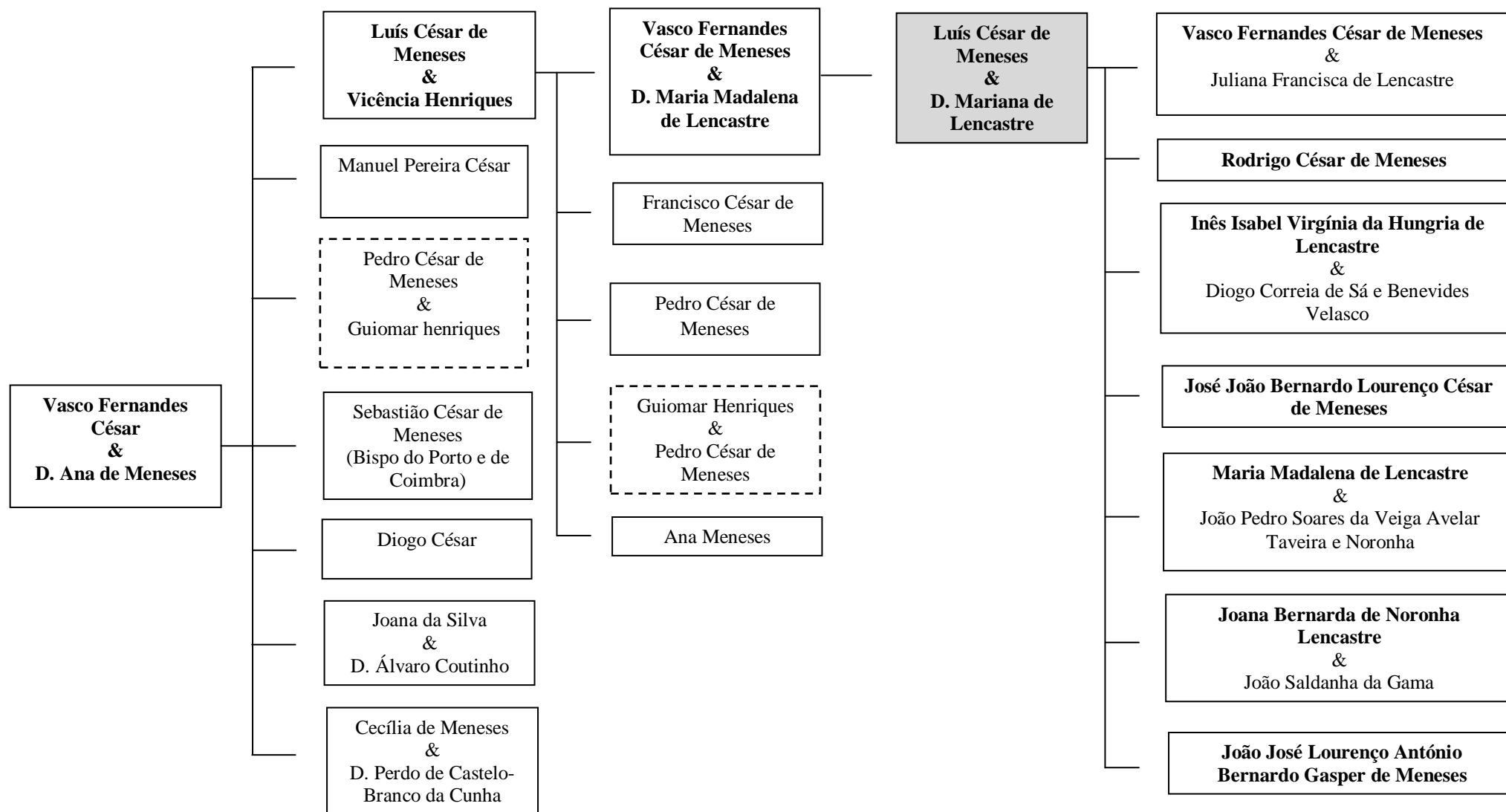
Ao que pese a presença dos Meneses em Angola, exporemos algumas breves peculiaridades desses indivíduos e de suas governanças para destacar não somente suas práticas governativas, mas também para evidenciar questões existentes nos referidos governos que demonstrem vicissitudes de conjunções políticas. Assim como, a conservação de práticas que perduraram entre seus sucessores como, por exemplo, em demandas infraestruturais da colônia que deixaram um legado de obras inconclusas ou mesmo interrompidas por seus sucessores. Tal análise ajuda igualmente a tecer as trajetórias de edificação e manutenção estamental desta família, como também demonstrar que seus atores atravessaram desventuras que poderiam desenvolver retrocessos em seus planos futuros. Mas, como membros de uma rede mais firme e ao mesmo tempo flexível, suas trajetórias foram um cômputo não só de ações individuais, como também a composição de prerrogativas “*instrumento [s] de análise da ação coletiva*”¹⁸ durante a Idade Moderna com imperativos capitais sociais.

¹⁶ Como já mencionado anteriormente, os de: Alferes-mor no Reino, Alcaide-mor de Alenquer e Comendador de São Pedro de Lumar e de São João do Rio Frio pela Ordem de Cristo.

¹⁷ É significativo pontuar a importância do nome Lencastre junto Reino, sendo João de Lencastre descendente do rei D. João II. Para detalhes da descendência de João de Lencastre, ver em: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira dos. *Op. cit.*, p. 106 e nota de rodapé nº. 38 da mesma obra.

¹⁸ Cf. MOUTOUKIAS, Zacarias, “La notion de réseau en histoire sociale: un instrument d’analyse de l’action collective”. In: CASTELLANO, J.L. & DEDIEU, J.-P. (orgs.) *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l’Ancien Régime*. Paris: CNRS Éditions, 2002, pp. 231-245.

Quadro 1: Genealogia dos César de Meneses em cinco gerações *



* Ver genealogia detalhada no Anexo 1. ----- Casamento entre tio e sobrinha.

SOUSA, D. António Caetano de. *Op. cit.* Tomo V, livro VI, pág. 300-304; Tomo IX, livro VIII, pág. 75-78.

2.1.1 Pedro César de Meneses, o tio

O primeiro César de Meneses a ocupar o cargo de governador de Angola, em carta patente de 22 de janeiro de 1639,¹⁹ foi Pedro César de Meneses, filho terceiro de Vasco Fernandes César e Dona Anna de Meneses, de quem Luís César de Meneses (1600-1666) era primogênito, que por sua vez era avô de Luís César de Meneses (1653-1720), de quem Pedro César era tio-avô. Era casado com sua sobrinha, D. Guiomar Henriques (☞ 1630), filha de seu irmão mais velho, Luís César de Meneses (1600-1666), tendo com ela uma única filha, Vicência Luisa Henriques de Meneses. Quando ainda ocupava-se nas fileiras militares durante a União Ibérica, teve em Castela um filho bastardo, ao qual também chamou Pedro César de Meneses.²⁰

Durante sua carreira, serviu na restauração da Bahia como Capitão da Nau Santa Catarina. Foi também Comendador de São Salvador de Minhotães, recebendo a comenda²¹ em 1659, e de São Martinho de Monsaraz, na Ordem de Cristo, além de ser membro do Conselho de Guerra durante a Guerra de Restauração.

Segundo Antônio de Oliveira de Cadornega, autor da vasta obra sobre *A História Geral das Guerras Angolanas*, já sendo disposto a assumir o governo em Angola, Pedro César de Meneses saiu de Lisboa em 18 de abril de 1639 e após uma fraldosa viagem chegou a capital angolana somente no dia 18 de outubro de 1639,

¹⁹ Chancelaria de Filipe III, Livro 36, fl. 74 In: CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*, Tomo I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972 (1681), p. 197.

²⁰ Este Pedro César de Meneses, filho bastardo, foi Capitão de cavalos, Comissário Geral da cavalaria e Mestre de Campo de um terço de infantaria no exército do Alentejo. Prestou diversos serviços nas guerras do reino a partir de 24 de março de 1654, quando ainda era soldado, até fevereiro de 1669, servindo durante esse período, dentre outros postos, o de Capitão de Infantaria e cavalos ligeiros e de couraças em *Campo Maior* e *Oliveira* (*). Depois da Guerra da Restauração, foi nomeado o Governador e Capitão-General do Maranhão, em 01 de fevereiro de 1670, com patente do dia 17 do mesmo mês. Morreu sem matrimônio, no Brasil, em data desconhecida. Cf. CADORNEGA, António de Oliveira de, *Op. cit.* Tomo II, p. 550 & SOUSA, D. António Caetano de. *Op.cit.*, p. 174-176.

(*) Ambas as regiões localizam-se na fronteira entre Portugal e Espanha. Atualmente Campo Maior é pertencente ao lado português, enquanto Oliveira encontra-se num empasse, há séculos. Em 1817, por determinação do Congresso de Viena, em 1815, a Espanha se comprometeu em retroceder a posse a Portugal, apesar de não ter cumprido até então. Porém, a cidade hoje se divide através de uma *euro-região* com ambas nacionalidades, mas com jurisdição espanhola. Ver em: MATIAS, Maria de Fátima Resende. “A agonia do português de Oliveira”. *Revista de Filologia Românica*, nº 18, 2001, pp. 159-170.

²¹ Benefício de condecoração que era concedido tanto a eclesiásticos como aos cavaleiros de ordens militares. Distinção puramente honorífica. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Onde portou o Governador com sua Náos e mais companhia aquelle Porto tão dezejado de toda ella, em que desembarcarão em dezaouto de Outubro do mesmo anno que demos a vela do Rio da muito e Populoza Cidade de Lisboa em dezaouto de Abril.

[...] Dos quaes foi recebido [em Angola] com muita alegria e de toda a Nobreza da terra, [...] em que pegarão os principaes Cidadoens, e naquelle Lugar como he de costume lhe fez huma Pratica breve o Vereador mais velho, entregandolhe as chaves da Cidade como he estilo ²² [.]

Assumindo o cargo naquele mesmo mês de outubro de 1639, ²³ sendo:

Acompanhado do Governador Francisco de Vasconcellos da Cunha até á [igreja] Matriz, onde Lida a Patente de sua Magestade [de 22 de janeiro de 1639] pello Escrivão do Senado da Camara cedendo o Governador velho o Bastão ficou mettido de posse, mandando o Prelado abrir o Sacrario, ou elle o abrio mesmo. ²⁴

Apesar de António de Cadornega datar sua chegada a Luanda em 18 de Outubro de 1639, não consta em seus escritos a data exata de sua posse. Apesar de forma tácita aparentar ter tomado posse no mesmo dia de sua chegada.

No decurso de seu governo esteve em meio a sucessivas conturbações. Em seu preâmbulo, tais adjetivos podem ser atribuídos pela debilidade estrutural e logística de guarnecimento das costas daquela colônia que constantemente eram visitadas por esquadras holandesas de pretensões nocivas aos domínios da Coroa portuguesa, sobretudo, com o vaticínio que não deveria ser obscurantado após a experiência negativa das invasões deflagradas na Bahia (1624-1625) e em Pernambuco (1630-1654). ²⁵

Ao mesmo tempo no continente africano, em terras angolanas, não cessavam as impetuosas irrupções dos “negros hostis”, que segundo Elias Alexandre da Silva Corrêa, não logravam, em sua maioria, grandes sucessos ao concorrerem com as forças da Conquista lusa, ocorrendo batalhas a seu favor somente em casos pontuais. Não obstante, exigiam dos conquistadores austeridade e providência contra quaisquer imprevistos. Até mesmo porque as forças portuguesas não contavam, além disso, com

²² CADORNEGA, António de Oliveira de. *Op. cit.*, Tomo I, p. 205 e 206.

²³ Cf. Idem. Tomo I, p. 205 & Idem. Tomo II, p. 568.

²⁴ Idem. Tomo I, p. 206.

²⁵ Cf. BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961; MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 & VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia das lutas com os Holandezes no Brazil desde 1624 a 1654*. Viena: Impressão de C. Finsterbeck, 1871.

aliados locais que se empenhassem ou tivessem o propósito de fidelizar suas relações à sua associação, tendo sim constantes e imprevisíveis mudanças de posições que causavam atonia aos europeus. As alianças eram imprescindíveis, pois a busca dos portugueses por lealdade, entre os vários reinos locais, significaria a maior controle sobre o território computado por meio das guerras de expansão.²⁶

As palavras de Elias Corrêa, no entanto, estão condizentes ao discurso de um militar que escrevia a *História de Angola* inaltecendo as glórias de Portugal através de suas conquistas. Posto isso, a noção de superioridade militar portuguesa sobre os povos autóctones há algumas controvérsias. John Thornton foi categórico nesta perspectiva, segundo ele, a historiografia comete equívoco ao tratar da preeminência militar portuguesa sobre os povos africanos, uma vez que no século XVII, período anterior a Revolução Industrial, os países europeus não dispunham de exércitos com armamentos tão fortes que fossem capazes de distoarem-se belicamente dos africanos. Sobretudo, porque estes dispunham de técnicas desconhecidas pelos europeus, além da grande vantagem de serem naturais da localidade.²⁷

Da mesma forma, a penúria em arrebatrar ao seu favor grupos dominantes locais provou aos portugueses que suas táticas costumeiras de guerra não dariam conta de afirmar suas posições sobre a África-Centro-Occidental, necessitando da conciliação entre estratégia militar e armas europeias com as práticas de guerra e as armas africanas. Estas junções, somadas a utilização de exércitos composto por africanos a favor dos portugueses contra outros africanos contrários, foram então os principais incrementos para a expansão de seus domínios. Mesmo porque os portugueses eram em número bem menor em relação aos autóctones; não tinham conhecimento sobre o funcionamento das guerras pelos sertões; muitos morriam em decorrência do tórrido calor do sertão e outros envolvidos por condições extremas de perigos debandeavam-se das tropas como desertores. Por isso, destaquemos a importância de tropas compostas por homens concedidos pelos *sobas* (chefes locais), vassalos do rei de Portugal, para empregar a

²⁶ Cf. THORNTON, John. *A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.p.108-109.

²⁷ Idem. "The Art of War in Angola, 1575-1680". *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge University Press, vol. 30, Nº 02, Abril de 1988, pp. 360-378.

“guerra preta”.²⁸ Esta, por sinal, teve atuação irrefutavelmente decisiva para a perpetração dos interesses políticos e comerciais dos portugueses.

Não tardou muito e a prenúncia da surtida holandesa tornou-se concreta, o que já era anunciado desde o governo de seu antecessor, Francisco de Vasconcellos da Cunha. Quando então, em 24 de agosto de 1641, segundo Elias Alexandre da Silva Corrêa, a “poderosa Armada de 20 Nãos de guerra Commandada pelo Grande General Tólo”²⁹ tolhiu qualquer tentativa que manifestasse uma reação das defensas portuguesas em Angola (Luanda), desprovidas de força bélica que concorresse com vigor de tal empresa holandesa, com o lustre de uma súbita e bem-sucedida investida.

Na teoria, observa-se, a companhia de soldados que o governador levava em sua viagem, quando assumiria o posto, em que seria incorporada a já existente em Luanda, estaria a cabo do que a colônia necessitava, visto que há muito se preconizava o aumento do regimento naquela praça em que desde 1625 não recebia um fortalecimento a altura. Assim conduzia com ele

Soldados todos de serviços e satisfação; contava o socorro da Infantaria que em sua companhia vinha embarcada de perto de trezentos homens, que todos havião assentado Praça voluntariamente, para virem a servir a Coroa de Portugal por tempo de trez annos.³⁰

Juntamente com pessoas mais destacadas como o mestre e senhorio da Nau portuguesa Almiranta Santa Caterina, o senhor Agostinho Freire; o Almirante da mesma, senhor Francisco de Figueiroa, “pessoa de serviços e merecimentos, tendo assistido ao Real Serviço, em a guerra viva da campanha de Pernambuco”; Jacome Ferreira, João de Souza e João Veloz, Capitães de Infantaria; mais nove religiosos que vieram juntos na frota, sendo seis jesuítas e três franciscanos da Ordem Terceira.³¹

Deve-se levar em conta que a tropa que foi embarcada mesmo sendo demonstrada por Cadornega como de um número considerável, comporia uma falta há muito tempo latente em Luanda. Ela igualmente era enviada pensando numa guarnição para questões de efetividade militar dentro do contexto da região e sem pretensões de

²⁸ Para um trabalho que elucide melhor essas questões: Cf. FONSECA, Mariana Branks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012. Dissertação de Mestrado.

²⁹ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 247-248.

³⁰ CADORNEGA, António de Oliveira de. *Op. cit.*, Tomo I, p. 198.

³¹ Idem. *Loc. cit.*

maiores defensas, acima de tudo para ataques estrangeiros com grandes tropas e artilharia pesada.

Vejamos, paralelamente, o que nos foi apresentado por Elias Alexandre, em relação às condições da soldadela existente em Angola e a sua estimacão proferida, sem caracterizá-la como de grandes virtudes.

Quantas vezes entre as meditações do meu estado, exclamei, depois que a pratica me instruiu: Que estimacão! que caracter! que illuzão! [sic] Capitão entre hum punhado de facinerosos enfermos, & de negros sordidos, & indigentes! Taes são os indivíduos q~. Formão a benemerita, & honroza corporação militar. He verdade q~. A esterilidade de méritos, & insubstancia de virtude moraes, q~. Obrigão a elevar qualquer, em quem resplandece o mais fragil vidrado de instrucção, & professa a excluzão dos mais deslutozozos vicios, me dá qualquer realce; más hum realce q~. entre a humanidade distinta ficaria eclipsado.³²

A qualidade do regimento em Angola, conforme descrita por Elias Alexandre, estava aquém das expectativas que seus governantes auferiam necessitar. Isso se devia, em parte, às complicações de arregimentação de soldados regulares em Angola, uma vez que o reduzido tamanho de sua população residente impunha a necessidade de alargar o contingente, a partir do recrutamento de jovens e crianças. Doutra sorte, as tentativas dos governadores de Angola de introduzir em seus regimentos soldados portugueses não logrou êxito devido à elevada taxa de mortalidade, impingida por doenças tropicais, das quais esses não possuíam defesas imunológicas. Uma das soluções encontrada por esses governantes estava do outro lado do Atlântico, para onde se voltavam em constantes pedidos de ajuda e envio de tropas daquela localidade, do Brasil.³³

Por outro lado, a estratégia encontrada pelos governantes da América portuguesa, para atender aos constantes pedidos enviados de Angola, sem debilitar suas tropas, foi encaminhar o mínimo possível de soldados profissionais. Logo, um contingente expressivo das tropas enviadas do Brasil a Angola era de degredados em sua maioria de crimes de menor gravidade ou por indivíduos perseguidos por convicções religiosas. Em relatório a pedido da Coroa, acerca das questões gerais de

³² CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op.cit.*, Tomo I, p. 14.

³³ FERREIRA, Roquinaldo. “O Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII).” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n°. 39, jan.-jun. de 2007, p. 05-06.

Angola, datado de 1665, Salvador Correia de Sá e Benevides, que naquele momento prefigurava como membro do Conselho Ultramarino e Comendador da Ordem de Cristo, manifestou:

No Estado do Brasil há muita quantidade de mulatos forros, criminosos revoltosos e de mal viver quem em Angola poderão servir na guarnição dos presídios (...) parecia conveniente mandar S. M. encomendar aos governadores de Pernambuco e do Rio de Janeiro [que] façam prender daqueles mulatos o que lhes for possível e remeter a Angola nas embarcações que vão àqueles portos.³⁴

Segundo Roquinaldo Ferreira as tropas “brasileiras” teriam obtido considerável sucesso no auxílio as tropas angolanas em suas guerras internas. Seu peso relativo nas estratégias militares teria “menos a ver com seus números do que com as funções que desempenhavam nos campos de batalha”, uma vez que a experiência e eficácia dos soldados “brasileiros” no campo de batalha africano se devessem a adaptação de táticas oportunas já utilizadas em solo de origem.³⁵ Para as autoridades residentes em Angola isto teria a ver com a questão da semelhança climática entre as colônias.³⁶ Entretanto, no plano numérico, a participação de soldados autóctones em batalha era consideravelmente maior, sobretudo, os *jagas*,³⁷ que segundo o governador de Angola, Salvador de Sá (1648-1653), tratava-se de um dos “principais trunfos da continuidade da presença portuguesa na África Central”.³⁸

Por assim dizer, a “guerra preta” teve maior importância para a presença portuguesa do que as tropas “brasileiras”, uma vez que, mesmo com sua arregimentação, as tropas em Angola continuariam em menor número em relação aos autóctones. Afora que suas táticas não exatamente eram condizentes a realidade em

³⁴ Relatório de Salvador de Sá à Coroa sobre a situação em Angola, AHU, Angola, Cx. 8, doc. 132 *apud* ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.*, p. 306.

³⁵ FERREIRA, Roquinaldo. *Op. cit.*, 2007, p. 09.

³⁶ DELGADO, Ralph. *História de Angola*, volume 4. Luanda: Banco de Angola, 1968, p. 358.

³⁷ Em Angola, encontravam-se etnias que resistiam à penetração portuguesa, dentre elas se destacavam os abundos-jagas – situados nas regiões de Ndongo e Matamba – que lutavam tanto contra o ascendente e violento comércio de escravos quanto à ação de missionários europeus na imposição da prática de dogmas e costumes católicos. Contraditoriamente, estes mesmos guerreiros ofereciam seus serviços aos governantes portugueses como guerreiros mercenários, lutando a favor da causa lusitana. SOUZA, Marina de Mello e. “Religião e poder no Congo e Angola, séculos XVI e XVII – universo mental e organização social.” In: SOUZA, Laura de Melo e & FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 278.

³⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op.cit.*, p. 97.

África ao ponto de sobrepor aquelas empregadas pelos africanos. Elas podem ter tido seu papel de auxílio, mas não de preponderância como a “guerra preta”.

Além da tropa enviada de Lisboa que acompanhava o governador, Pedro César de Meneses, a despeito da menção anterior que destaca a aptidão e adequação do contingente, o provimento de armas e munições também não foi compatível com as necessidades da colônia, para que naquela conjuntura se exercesse uma defesa a altura de sua importância, de modo que fosse suprido sem dano as aspirações portuguesas, sobretudo comerciais, como também garantisse a boa governação para seus homens ávidos por nomeações e ganhos, que, simultaneamente, materializavam tanto os interesses Reinóis como os seus próprios. Nesse ponto, apesar do relato do capitão reformado António de Oliveira de Cadornega, em *História Geral das Guerras Angolanas*, sobre o material bélico trazido na viagem do governador, dizendo que: “Effectivamente veyo o Governador muito bem abastecido de Armas e Municoens, e de todo o necessário para o sustento da viagem, como quem tinha sido aviado por seu Pay Provedor daquelles Regios Almazens”,³⁹ tratava-se de um volume ainda modesto para maiores pretensões, sólidas a defesa.

Pedro César assim ordenou que se abastecessem as embarcações⁴⁰ em seu relatório de provisão de recursos de homens, armas e munições. Assim, ia com ele, em suas quatro naus:

2 peças de artilharia de bronze de 8 libras; 12 peças de ferro; 150 mosquetes aparelhados; 60 arcabuzes; 33 quintais [cada quintal equivalia a 4 arrobas, ou seja, 58,8 quilos] de pelouros [bala de pedra ou metal; munição] de chumbo, de arcabuz e mosquete; 88 quintais de morrão [corda usada de forma embebida em solução inflamável, como de cal virgem e potassa, para que se queimasse lentamente, e que se mantinha acesa durante o combate, para atear fogo à pólvora dos canhões]; 75 quintais de pólvora.⁴¹

Logo chegando:

Foi assim provendo todos os postos que estavam vagos, assim da Real fazenda como da milícia abastecendo as Fortalezas assim da Cidade

³⁹ CADORNEGA, António de Oliveira de. *Op. cit.*, Tomo I, p. 198

⁴⁰ Assim dizia Cadornega: “Sahio do Porto da Cidade de Lisboa em o mez de Abril da dita Era com duas Nãos [naus] de força [,] Capitania e Almiranta; a Capitania Náo Ingles, chamado Rey David; [e] a Almiranta Santa Caterina [,] Náo portuguesa”, totalizando quatro navios. Idem. *Loc. cit.*

⁴¹ Livro das Consultas de Serviço, fl. 116 In: Idem. *Loc. cit.*

como da conquista de Infantaria e munições por haver annos que não havia vindo socorro em forma [...] até que a Cabo de alguns dias de sua estada o despachou com a gente e soldados que lhe foi possível com armas e munições, e o mais de que necessitava, partindo para o seu Governo muito satisfeito das honrras e bom aviamento [dos materiais necessários] que lhe havia dado o Governador e Capitão Geral Pedro César de Meneses.⁴²

Contudo, tanto as fortificações existentes quanto os armamentos mostraram-se precários e insuficientes para se defender de uma armada de tal porte como aquela apresentada pelos holandeses. O próprio governador, ao chegar a Luanda, se deparou com tão triste realidade. E assim se prosseguiu, entre seus sucessores, que assim, como neste aspecto deficitário ao que pese o guarnecimento, observaram também tantos outros à luz dos vícios deflagrados nas administrações em Angola, onde seus governantes “empenhados num enriquecimento tão rápido quanto possível (...) dado o caráter temporário da sua permanência no cargo”⁴³ pouco ou quase nada se mobilizavam para uma continuidade administrativa que desse cabo das pendências infraestruturais da colônia.

O ameaço deste prejuízo pessoal, dezaflia a defesa de ceio de huma política parcial, diametralmente oposta aos interesses geraes. O zello político se limita á duração das vidas: Os acessos aos grandes empregos, quase sempre lizongião as grandes idades; e por consequencia não resta tempo de gosar os frutos de projectos novos. Por outra parte os cargos, q~. caracterizão a mocidade são de ligeira concideração, tanto mais rapidos; quanto promotores de maior ventagem a q~. cada hum aspira, sem dar á pena do presente.⁴⁴

Mas, ao analisarmos por outro ângulo, deveríamos ponderar e considerar a dubiedade da questão, porque ao mesmo tempo em que negligenciaram suas melhorias basilares de infraestrutura, ambigualmente, diligenciaram solicitações ao Reino que foram negadas, subtraídas ou proteladas pela Coroa. Ponto que daremos alvíssaras mais adiante quando passarmos pelas peculiaridades do governo de Luís César de Meneses.

De fato, o episódio causou grande “*confusão*” ao governador, assim como para seus habitantes, “q~. perdido todo o acordo, e apoderados de *panico terror*,

⁴² CADORNEGA, António de Oliveira de. *Op. cit.*, Tomo I, p. 207-208.

⁴³ CARVALHO, Filipe Nunes de. “Aspectos do tráfico de escravos de Angola para o Brasil no século XVII: 1. Prolegómenos do inferno”. In: *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. I, s/d, p. 241.

⁴⁴ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 18.

desampararão todos a Cidade, retirando-se para o Bembem”,⁴⁵ deixando a cidade sem oposição a dominação estrangeira que naquela “pacífica descida ficarão senhores da terra”, abandonada despidoradamente pelo temor que foi causado.⁴⁶

O governador deparando-se com o infortúnio provocado pela incursão inimiga, a partir da invasão de 1641, e que perdurou por durante dois anos de incertezas, esteve dali em diante à sorte de si e de seus homens, todos refugiados em Massangano.⁴⁷ Local onde tiveram, por sua vez, seu maior assalto em 06 de maio de 1643 com a morte de 40 de seus soldados e ocasionando, posteriormente, em 17 de maio do mesmo ano, o aprisionamento do próprio Pedro César de Meneses junto a mais 180 de seus homens, na conhecida ‘traição de Gango’.⁴⁸ Posteriormente, o governador ainda conseguiu se livrar do cárcere por meio de fuga, pretendendo em seguida reparar os danos com um acordo entre as partes, holandeses e portugueses.⁴⁹

Apesar dos lados estarem consumidos pela descrença do cumprimento de qualquer acordo, em pouco tempo foi assinada uma trégua que por sinal não significou qualquer avanço aos interesses portugueses, mas que por parte dos holandeses marcou seu estabelecimento a frente da cidade de Luanda e regiões contíguas. Quadro revertido somente com a chegada da Armada do Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, em 1648, quando da restauração de Angola.

⁴⁵ Corresponde à região a Leste de Luanda onde se encontram muitas planícies, sendo estas cultiváveis nos períodos chuvosos do ano.

⁴⁶ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 248.

⁴⁷ Massangano, Maçangano ou Massingano, era a região localizada no centro de confluência entre os rios Cuanza e Lucala a Leste de Luanda e a Norte da região de Quiçamã (Quissamã) e Libolo.

Ressaltamos que com a invasão holandesa à Luanda, em 1641, naquele mesmo ano da fuga do governador Pedro César de Meneses para o interior angolano, refugiando-se em Massangano, fez deste local o novo quartel general e sede do então desconjuntado governo dos portugueses. Além de sítio para frente de reabilitação de domínio sobre povos rebelados.

Sobre Massangano: após fundação promovida pelo governador Paulo Dias de Novais (XVI), recebeu o nome de Vila de Vitória de Massangano, em referência a memorável vitória conquistada sobre o rei Mbandi Ngola Quiluanji, em 02 de Fevereiro de 1563. *Idem*, p.193-206.

⁴⁸ Trata-se da traição dos nativos mediante a tomada pelos holandeses do arraial de Gango.

⁴⁹ Cf. BOXER, Charles Ralph. *Op. cit.*, 1973, p. 183. Com o retorno de Pedro César de Meneses e com a chegada da expedição comandada por Francisco Soutomaior, em finais do ano de 1645, iniciou-se uma diligência punitiva sobreposta aos naturais amotinados do sertão angolano e uma delação a Pedro César de Meneses por ter assinado uma trégua remissiva com os holandeses em detrimento dos interesses portugueses. Em maio de 1646, Soutomaior veio a falecer dando lugar ao Triunvirato nos nomes de Bartolomeu de Vasconcellos da Cunha, Antonio Teixeira de Mendonça e João Juzarte de Andrade, que apesar de enviarem alguns destacamentos e promoverem algumas baixas de soldados holandeses durante os 27 meses em que estiveram no governo, readaptado ao interior, em Massangano, a redenção da reconquista só veio com expedição de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, em 1648. Cf. *Idem*, p. 234-235 & CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 251-257.

2.1.2 Pedro César de Meneses, o sobrinho

O segundo a perfilar a lista dos César de Meneses, no cargo, foi Pedro César de Meneses, não se tratando do mesmo que governou Angola de 1639 a 1645⁵⁰ – em meio aos infortúnios provocados pela invasão holandesa –, mas sim do sobrinho do primeiro e com o mesmo nome do tio governador, de quem também era cunhado.⁵¹

Era ele o filho terceiro de Luís César de Meneses (1600-1666) com D. Vicência Henriques (1600-1638), sendo este último irmão mais velho do Pedro César de Meneses, o antigo governador. Tinha como irmão mais velho Vasco Fernandes César de Meneses, pai de Luís César de Meneses (1653-1720), de quem era tio.⁵²

Já havia prestado sucessivos serviços durante vinte anos no Reino, de 1647 até 1667, servindo como soldado em Algarve e nas províncias do Alentejo, Minho e Traz-Os-Montes. Posteriormente, em Minho e Traz-Os-Montes, serviu, também, como Capitão de Infantaria e de cavalos arcabuzeiros e couraças, Tenente General da Cavalaria e General. Foi nomeado para o governo de Angola em 20 de setembro de 1672, obtendo patente dali a sete dias, em 27 do mês corrente, quando:

...havia sido eleito para estes Reinos assim pello Summo Pontifice como pello Principe nosso senhor: tendo outras praticas como de pessoa douta (erudito) como elle era, mas estas, por peccados de Angola forão as últimas.⁵³

Porém, fatidicamente acabou morrendo quando estava a caminho de Luanda onde assumiria o cargo já nomeado e patenteado, “tendo sido a perdição em 19 de Novembro de 1673”⁵⁴ num naufrágio próximo ao Cabo Negro, ao Sul de Benguela.⁵⁵ Não faltando os lamentos quanto a morte do segundo Pedro César de Meneses nomeado

⁵⁰ De 18 de outubro de 1639 a 17 de maio de 1643, quando foi feito prisioneiro pelos holandeses, e depois de janeiro de 1644 a 25 de outubro de 1645, quando então retornou a Portugal. Durante o tempo de Pedro César de Meneses passou no cárcere sob o jugo holandês, António de Abreu de Miranda esteve à frente do governo no interior, tendo sido aclamado em Massangano, em 22 de maio de 1643.

⁵¹ Como já citado, Pedro César, o tio, era cunhado de Pedro César, o sobrinho, que era irmão de Guiomar Henriques, esposa do primeiro. Pedro (o sobrinho) e Guiomar eram 3º e 4º filhos, respectivamente, dos cinco que Luís César de Meneses (1600-1666) teve com sua esposa, D. Vicência Henriques (1600-1638).

⁵² Cf. SOUSA, D. António Caetano de. *Op. cit.*, Tomo IX, pág. 74.

⁵³ CADORNEGA, António de Oliveira de. *Op. cit.*, Tomo II, p. 342

⁵⁴ *Idem. Loc.cit.*

⁵⁵ Segundo consta no tomo II da “História Geral das Guerras Angolanas” de Cadornega, localizava-se entre os graus 17 e 18 ou a 80 léguas do Cabo Negro, referido acima.

para àquela praça. Porventura, isto se deva às expectativas em torno do conjunto de medidas que seriam adotadas e que foram previamente delineadas mediante o levantamento encomendado pelo próprio e então futuro governante acerca dos problemas existentes na colônia. Diante de um relatório que foi enviado ao monarca português, onde constavam diversas petições, pedia-se provisão que demonstrava uma preocupação em desenvolver a colônia como até então não houverá de outro governante à altura da ambição que Pedro César aparentava, em tese, dispor – medidas estas que vinham bem a calhar em vista da realidade administrativa e principalmente infraestrutural em Angola que fora desassistida por seus sucessores, como os exemplos brevemente já citados. A começar pela sua composição bélica, que nunca fora exemplo de vigorosidade, como já evidenciado por seu tio homônimo. Para juntamente ir com ele para Angola, solicitava:

500 infantes, armados de arcabuzes biscainhos; 4 peças de campanha de 2 a 4 libras, com bateria e granadas; 100 quintais de pólvora, 30 de morrão e 10 de salitre; pelouros de chumbo para mosquete e arcabuz; 500 ferramentas para a fortificação e 50 peitos e espaldares; exportação obrigatória, do Brasil para Angola, de 20 cavalos por ano; despacho de um mineiro para estudo da riqueza do subsolo; aproveitamento das possibilidades locais para levantar armazéns destinados ao material de guerra a às munições, cuja localização seria um pouco abaixo do palácio do governo.⁵⁶

Por outro lado, com intuito de aumentar o poder de fortificações julgou necessário promover obras de ampliação e melhoramento na fortaleza de São Miguel, que reconhecia como de pouco poder defensivo conforme o material que fora empregado em sua edificação e suas próprias dimensões. Também intentava dar prosseguimento às obras na fortaleza de Penedo, além de construir outras fortificações nas extremidades da ilha de Luanda, aparelhando-as com militares nomeados diretamente pela Coroa para combater os costumeiros desvios das normas régias de maneira a contruibuir para o maior controle do arbítrio Real.⁵⁷ Todas essas medidas, por conseguinte, especularmente falando, poderiam por em xeque sua viável associação com determinados grupos locais que já usufruíam determinadas vantagens, condicionando a gerar um possível quadro de animosidades entre eles.

⁵⁶ AGUIAR, Pascoal Leite de. *Administração colonial portuguesa no Congo, em Angola e em Benguela - (1661 – 1694)*, volume I. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2006, p. 201.

⁵⁷ Cf. Idem, p. 201-202.

Segundo Pascoal Leite de Aguiar, essas petições continham resumidamente quatro pontos fundamentais, a saber:

a) a questão militar, como fundamento da estabilidade territorial; b) desenvolvimento económico da colónia [sic]; c) a fixação efectiva, mais concreta, dos europeus, incluindo mulheres europeias em Angola; d) povoar o sul do território e as Pedras de Mapungo.⁵⁸

Com estes pontos apresentava-se uma orientação política e administrativa de carácter mais sólido, dirigindo-se a um projeto colonial de estabelecimento mais efetivo e genuíno para o prolongamento do domínio português em Angola. Adicionando, da mesma forma, o deslocamento de indivíduos oriundos de Portugal, do arquipélago de Açores e de outros domínios do Império português. Situação que ocasionaria uma maior visibilidade da colónia pelo simples fato do acréscimo da presença de pessoas brancas. Consideremos, entretanto, que se tratava de disposições por meio de resultados especulativos, pautados teoricamente, no papel, e que demandavam conjunturas externas que permitissem tal empresa. Ademais, conseqüentemente, repitimos, não faltariam forças antagônicas inclinadas a deprimir a aplicabilidade das mudanças planejadas, que por sua vez, em contrapartida, precisariam de reajustamentos para sua execução, não refutando os possíveis acordos. Mas por fim, e por fato, os projetos não foram postos em prática, sendo em realidade um cômputo de questões puramente conjecturais.

Além da morte do governador foram perdidos no desastre muitos outros homens, juntamente com os importantes materiais bélicos úteis ao socorro de defesa da colónia, que como sabemos já demonstrara um histórico recorrente da escassez ou mesmo de desprovisionamento de tais recursos. O fato nefasto fez com que o governo daquele que seria seu antecessor, Francisco da Távora, se estendesse por mais dois anos, quando só em 28 de agosto de 1676 tomou posse o novo governador, Aires de Saldanha de Meneses e Souza, com nomeação em 27 de dezembro de 1674 e patente de 06 de julho de 1675.⁵⁹

⁵⁸ AGUIAR, Pascoal Leite de. *Op. cit.*, vol. I, p. 202.

⁵⁹ Nomeação corrente da consulta em 14 de Agosto de 1674, Livro 5º das mistas, folha 150, v. Sua patente encontra-se no Livro 5º. dos ofícios, folha 405, v., assim como na Chancelaria de D. Afonso VI, Livro 46, l. 332. Tanto a chegada como a posse são dadas por Cadornega no tomo II, capítulo 7º, no fim da 4ª parte. Todas as informações, de forma concisa, constam na pág. 575, também no tomo II.

2.1.3 Rodrigo César de Meneses

Havia servido na guerra da grande Aliança nos postos de Coronel, e Brigadeiro de Infantaria. Embarcou voluntario na Armada, q~. foi a Corfu [Corfú]⁶⁰ em socorro dos Venezianos em 1717. Foi Governador, e Capitão General de S. Paulo, e descobridor das Minas de Cuyabá⁶¹: Estando neste Governo [de Angola], se lhe deo a patente de Sargento Mor de Batalha.⁶²

Após Luís César de Meneses (1653-1720), que fora o terceiro da lista a receber a nomeação (1697-1701), posteriormente, o quarto e último da família agraciado com o cargo de governador de Angola foi Rodrigo César de Meneses, governando de 1733 a 1738, sendo ele o segundo filho de Luís César de Meneses com sua mulher D. Mariana de Lencastre. Sua nomeação fez jus ao histórico de seus familiares como governantes de Angola, recebendo a honra após sua longa passagem a frente do governo de São Paulo, capitania onde foi o primeiro governador após sua separação administrativa da capitania de Minas Gerais, em 1720.

Rodrigo César chegou a Luanda em 29 de dezembro de 1732, tornando-se o 48º governador de Angola, onde foi empossado logo dali a três dias, em 01 de janeiro de 1733. Prontamente tomando posse, deparou-se com problemas que tinham como causa a própria sucessão governamental. Divergências geradas pela disputa do poder protagonizadas pelos membros do Senado da Câmara. Apanhados pela avidez de suas inclinações e ambições, estes haviam tomado para si o governo logo após a morte do governador Paulo Caetano de Albuquerque, em 10 de dezembro de 1732.⁶³

⁶⁰ Corfú é uma ilha grega do mar Jônico situada entre costa Sul da Albânia e a costa Norte da Grécia, sendo separada por alguns estreitos, variando em comprimento de 3 a 23 km. Inclui-se um perto de Ksamil (Albânia) e outro perto de Sivota (Grécia), em suas extremidades Norte-Sul. A ilha é uma das unidades regionais da Grécia, conhecida como região das Ilhas Jônicas. Compreende uma área de 641 km², tendo como capital a cidade de igual nome, Corfú (ou Kerkyra em grego), sendo também a principal cidade da ilha, onde se localiza a Universidade Jônica. Localização geográfica: 39° 40' N 19° 45' E. Cf. CLOGG, Richard. *História da Grécia*. Cambridge: Cambridge UP, 1998 & www.visitgreece.gr/portal.

⁶¹ As expedições de descoberta das minas de Cuiabá foram promovidas por sertanistas paulistas sob o comando de Pascoal Moreira Cabral em 1718. Já em 1725, durante a administração de Rodrigo César a frente do governo da capitania de São Paulo (1721-1728), foram descobertas novas jazidas de ouro desta vez em Goiás com expedição oficial organizada e arregimentada pelo do próprio governador e comandada pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva. Cf. FERNANDES, Luiz Henrique Meneses. “Ação metropolitana e sertanistas na incorporação das minas de Cuiabá e Goiás à capitania de São Paulo durante o governo de Rodrigo César de Menezes (1721 – 1728)”. *Revista de História Regional* 15(2):, Inverno, 2010, p. 130-131

⁶² CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 361.

⁶³ Paulo Caetano de Albuquerque governou de 07 de maio de 1726 a 10 de dezembro de 1732 (Não sabemos se nos registros de Elias Alexandre da Silva Corrêa se trata de uma coincidência ou um

O impasse teve início após os camarários chegarem ao consenso que teriam o direito de assumir a autoridade governamental do governo de Luanda. Prática que foi assimilado por seus membros como habitual devido a experiências anteriores onde já haviam sido revestimento do cargo décadas antes. A partir de meados do século XVII, na falta de um governador o benefício de empossar-se do posto foi então concedido aos camarários.⁶⁴ Naquela ocasião assumiram a condição de governantes em decorrência da deposição do então governador Tristão da Cunha. Este foi acusado de diversos atos de autoritarismo e por excessos em sua filosofia de governo, sobretudo, por coibir determinadas práticas consideradas abusivas, comuns na política administrativa colonial, seguindo incisivamente as ordens dadas por D. Afonso IV quando o nomeou. Mediante aos atos, o Senado da Câmara abriu uma inquirição e, mais adiante, julgou o governador que foi expulso do governo angolano. Todavia, o próprio rei mostrou apoio a Tristão da Cunha, reconhecendo seu empenho e fazendo referência a sua honrosa carreira de obediência às ordens da Coroa e seus beneméritos serviços prestados.⁶⁵

Diante de práticas impositivas como essas e reprovadas pelo monarca intentaram-se refrear a deliberadas ações dos camarários ainda no prelúdio da pretensa administração de Pedro César de Meneses, morto antes de assumir o cargo. Em seus projetos, dentre outras petições dispostas pelo rei, propunha a nomeação de capitães-mores somente a partir de ordem régia, retirando dos colonos locais o direito de nomeação de determinados cargos, resguardando-se de abusos como os manifestados pela descensão de Tristão da Cunha praticada pelo mesmo Senado da Câmara. Porém, não sendo aplicadas as disposições aventadas, a prática de sucessão reincidiu na centúria seguinte, com efeito, em consequência da morte de outro governador, Bernardino Távora, em 10 de Dezembro de 1702, onde novamente o Senado assumiu o cargo interinamente.

Não obstante, dando prosseguimento, o último caso deflagrado pela câmara que precedia a posse de Rodrigo César, em dezembro 1732, foi tratado por determinadas autoridades como uma medida ilegal, senão no papel ao menos na prática. Isto porque, por aconselhamento do secretário-geral do reino, a legitimidade do cargo de governador

embaraço sobre as datas de morte dos governadores Paulo Caetano de Albuquerque e Bernardino Távora, por serem justamente no mesmo dia e mês).

⁶⁴ Em carta régia de 09 de julho de 1667.

⁶⁵ Ver carta do rei dirigida a Tristão da Cunha em: CADORNEGA, António de Oliveira de. *Op. cit.*, Tomo II, p. 574.

interino não cabia ao Senado, mas ao mestre de campo de infantaria. Deve-se levar em conta que se tratava de um caso distinto pela realidade política e pelo próprio regimento a partir do que havia sido orientado pelo secretário-geral, diferentemente do caso no século anterior. Apesar disto, os camarários, utilizando-se do proveito de não haver um mestre de campo a serviço em Luanda, levaram esta condição como justificativa para a atuação contrária ao que foi orientado e o que determinava o novo regulamento de sucessão interina.

Contudo, mesmo com as justificativas apresentadas pelos camarários, suas vontades não se concretizaram. Pelas próprias considerações de Rodrigo César, o posto de governador interino deveria ser investido ao Tenente-General António da Fonseca Coutinho, assim devendo ser ajuizado e reputado como mestre de campo pela falta de um na capital, Luanda, por ser o cargo de maior patente em voga. Diante disso,

A sua inesperada vinda [, de Rodrigo César de Meneses,] acalmou os rumores, q. principiava a citar a impropriedade com q~. o Senado se havia intruzo no governo: o q~. fás persuadir haver pertendencia de partido oposto, fundado no exemplo antecedente [como o ocorrido em 1702].⁶⁶

Tomando a cabo a situação, Rodrigo César repreendeu energicamente a atitude dos membros da Câmara considerando-a ilegítima. No entanto, houve quem a defendesse, sobretudo alguns membros do Conselho Ultramarino. Órgão este que, num todo, entretanto, se manifestou em divergentes posições, tendo tanto quem defendesse a referida disposição camarária, por não haver naquele preciso momento, em Luanda, um mestre de campo, e na ausência deste o cargo não poderia estar devoluto, o que poria em prejuízo a organização governamental e em risco ordem social. Havendo também quem defendesse a posição de Rodrigo César, prezando pela legalidade das regras estabelecidas a priori, resguardando-se para que dali mais adiante não se abrisse margem para justificativas, frustrando um possível prolongamento da prática adquirida pelos costumes.⁶⁷

⁶⁶ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 360.

⁶⁷ Sobre *costumes em comum*, ver: THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*, 5ª reimpressão. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 86-149. Mesmo que parece anacrônica a referência bibliográfica, trata-se de uma análise sobre relações sociais comuns aos indivíduos como um todo, apesar do contexto e época trabalhados por Thompson não coincidir com a que aqui está sendo tratado.

São estes julgamentos contrastantes que põem em questionamento a natureza das posições apresentadas: o papel das cartas e da mancomunação de indivíduos, dentro das esferas administrativas do Reino às colônias, e vice-versa; de como eram presentes as condescendências entre pessoas que se posicionavam em comum acordo em prol de suas trajetórias que por vezes não correspondiam aos interesses reinóis, apesar de se conduzirem à Coroa e a serviço dela para buscarem distinções; de como dependiam da máquina e de serem eles mesmos parte dela, manifestando um paradoxo de ambiguidades.

Em termos finais do caso, em se tratando de um problema de repercussão maior e de responsabilidades inerentes ao caráter de nomeação, coube ao monarca a máxima da ocorrência. Por determinação, o rei D. João V deu parecer contrário ao Senado da Câmara e em comum acordo com a avaliação do Procurador da Coroa e do próprio sucessor nomeado para Angola, Rodrigo César de Meneses, por terem eles, os camarários, procedido seguindo seus próprios interesses, de forma imponderada e inadmissível.⁶⁸

O monarca lançou, igualmente, àquela edilidade, uma reprimenda entendida como justa para que não ocorressem prejuízos futuros com casos reincidentes. Estabeleceu, doravante, uma nova tramitação instrutiva e mais definida acerca da governação interina no cargo de governador da colônia no caso da falta imprevista deste antes do término de seu mandato e/ou precocemente a nomeação e chegada de um novo governador designado pelo rei. Assim, fixava-se que: assim como já parecia estar estabelecido anteriormente, cabia ao mestre de campo, em primeira instância, a posse da direção governativa da colônia; no caso da falta desta patente, caberia a vaga ao oficial que em seguida dispusesse de maior qualificação hierárquica no oficialato – medida condizente à postura adotada por Rodrigo César de Meneses, que havia dado a interpretação do caso para que fosse nomeado o tenente-general António da Fonseca Coutinho. Deveria do momento em diante, usar-se desta regra em qualquer vacância deixada por seu representante titular.⁶⁹

O rei buscava com isso estabelecer uma diretividade de maior controle burocrático sobre as regras administrativas em suas colônias, papel imprescindível para

⁶⁸ AGUIAR, Pascoal Leite de. *Op. cit.*, vol. II, p. 130-131.

⁶⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de Outubro de 1733, dando prosseguimento para a resolução emitida pela Carta Régia de 30 de Outubro de 1733, onde se fixou as novas normas (In AHU, cx. nº. 19). Cf. Idem. *Loc cit.*

descompor tentativas, das possíveis de se evidenciar, de tomadas de decisões a revelia da ordem da Casa Real, como à deflagrada inconveniência gerada na sucessão do governo angolano já nas vésperas da posse de Rodrigo César de Meneses. Além disso, a representatividade da *espada* em cargos mostrou-se em vigor quando o monarca deu o aval para que uma determinada patente militar assumisse o cargo interinamente, em detrimento dos demais postulantes, estabelecendo assim a presença da mão real sobre as visíveis hesitações das ordens régias.

Assim como o cetro e a coroa, outros signos explicitavam e reafirmavam o poder do soberano. O exercício da justiça seguia no mesmo caminho, fazendo privilegiar a vontade do monarca sobre a vingança particular, tornando pública a justiça penal. Punir, controlar os comportamentos e instituir uma ordem social, castigar as violações a essa ordem e afirmar o poder do soberano constituíam elementos inerentes ao poder real.⁷⁰

Por esta linha de raciocínio, o monarca como signo do princípio natural e máximo da justiça, teria o papel de, através das leis escritas sob o arbítrio das ordenações régias, sobrepor às várias interpretações e conduções dos *costumes em comum* que os poderes locais procuravam instituir às suas vontades. Esses ‘cabos-de-guerra’ traduzem os limites dados pelo poder central e aquilo que é posto à prova por seus “transgressores” que avaliam os afrouxamentos concedidos pela inércia dos seus órgãos superiores. Que por outro lado, em retaliação, ao responder, impõe aos violadores o estabelecimento do limite e do intolerável.

Entretanto, em muitos casos as pretensões de controle sobre os poderes locais não significaram uma ação efetividade, visto que, um ato de implementação da vontade real de dava em momentos circunstanciais, pois cabia ao governo local a eloquência de solucionar as questões que eram inerentes a colônia. Esta composição de poderes traçava a dinâmica existente no Império português, por um lado a busca por controlar, por outro a necessidade de fragmentação governamental, para que seu funcionamento fosse exequível.

Tendo cumprido papel preponderante na restauração das defensas militares de Angola, promovendo inclusive a dilatação das fronteiras ao Sul – o que trouxera maior

⁷⁰ LARA, Silvia Hunold (org). *Ordenações Filipinas: livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 20 e 21.

relevância a Benguela,⁷¹ que já era um importante entreposto comercial, – e na requalificação das finanças e do comércio externo, o governador Rodrigo César de Meneses partiu para o Rio de Janeiro deixando o governo para seu sucessor, João Jacques de Magalhães,⁷² após o cumprimento de seu tempo no governo de Angola.⁷³

Sendo rendido, se embarcou para o Rio de Janeiro, e nesta viagem foi acometido de hum acidente apoplectico q~. lhe tirou a vida. Se grande foi o sentimento da marinhave, maior foi o respeito, q~. as antecedentes homenagens, fizeram guardar ao seu Cadaver. A distinção de hum sepulcro correspondente ao seu caracter / o qual se não achava entre as ondas do mar, assaz commum as qualidades mais rasteiras /, fes ocorrer a lembrança de conservar entre sal, e assim chegou sem corrupção á mencionada Cidade do Brazil.⁷⁴

Coube ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, receber seu corpo e sepultá-lo com as devidas honras compatíveis às suas prerrogativas de homem público, de grande estirpe e militar de alta patente, descendente de honrosa família.

2.2 O papel da família nas trajetórias governativas

Há de se convir que o estatuto social não fosse algo dado, posto que as árvores genealógicas da nobreza, as carreiras traçadas ou postos e benefícios almejados não eram linhas que sozinhas foram delineadas. Precisavam também de relações que possibilitassem a manutenção da herança e dos vínculos, mesmo que os conteúdos e os próprios vínculos mudassem. Isto porque é necessário estar inserido em dinâmicas de grupo que estarão sempre se reconstruindo como elites, que querem manter seus *status*.

⁷¹ A ascensão da cidade de Benguela para o tráfico fora consequência das forças tropas “brasileiras” na região, “que não eram *stricto sensu* para a captura de escravos”, mas que criaram condições propícias a abertura e manutenção de rotas que auxiliassem nas redes do interior, oferecendo estruturas político-territoriais para seu funcionamento.

Há principio, os cativos provenientes das regiões do Sul eram intermediados pelo porto de Luanda antes de partirem para o Brasil. Posteriormente, passaram a demandar um trânsito direto para a América portuguesa, devido ao seu grande crescimento, a partir da década de 1730, sobretudo, após o governo de Rodrigo César de Meneses. Cf. FERREIRA, Roquinaldo. *Op. cit.*, 2007, p. 08.

⁷² Este chegou a Luanda em 28 de março de 1738 tomando posse do governo no dia 01 de abril do mesmo ano. CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 362.

⁷³ Cf. AGUIAR, Pascoal Leite de. *Op. cit.*, vol. II, p. 155.

⁷⁴ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 361.

Nestas composições, indubitavelmente, a família compunha um relevante círculo de conexões que possibilitavam a ampliação da trama tecida.

A primeira forma a se refletir, a partir do qual se localiza todo o indivíduo, liga-se a família, tendo em vista que a asserção do indivíduo ao amparo do grupo parental a qual se unia foi um dos elementos decisivos na passagem das sociedades do Antigo Regime para as atuais. Quando nos propomos a falar sobre elites do centro nos remetemos à temática da história da família que tomou conta sistematicamente das reflexões sobre sua legislação, estratégias, o papel – por exemplo, o da mulher – e o próprio modelo imposto de família. A família era a própria produtora de um espaço privilegiado de reprodução e integração de elementos e indivíduos, capaz de sua própria reprodução, ou seja, sua capacidade de manutenção.

Sendo assim, o papel da família é indelével nessas interconexões, empregando o matrimônio para a ascensão ou mesmo conservação de seu *status* na esfera de poder, por exemplo. Caso que, obviamente, não seria diferente na trajetória de Luís César de Meneses que, oriundo de família abastada, de antiga linhagem, ou mesmo por assim ser, teve um matrimônio que não havia de fugir a “regra” no que tange ao perene rearranjo para a aquisição e a conservação de influência e poder. Seu casamento com a D. Mariana de Lencastre fez com que os laços entre duas famílias, Lencastre e Meneses, com um histórico relevante nas governanças do Atlântico Sul, pudessem alargar suas redes proferindo uma herança político-genealógica que se estendeu para os séculos seguintes. Assenhoreando-se, inclusive, de postos e títulos ainda não obtidos pela trama familiar dentro da cronologia a que nos propomos trabalhar. Situação que pode ser bem exemplificada pela carreira do próprio filho primogênito de Luís César de Meneses, Vasco Fernandes César de Meneses (1673-1741),⁷⁵ que chegou a empossar-se do cargo de Vice-Rei da Índia (1712-1717). Fato curioso, visto que, até então, os indivíduos que passaram pelas duas governanças primeiramente governaram o Estado do Brasil para

⁷⁵ Tratando-se de um militar de longa carreira foi também Mestre de Campo dos terços de Peniche e da Armada, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Sargento-Mor de Batalha e Alferes-mor na Aclamação de D. João V; Alferes-mor do Reino, Alcaide-mor de Alenquer, Comendador de São Pedro de Lumar e de São João do Rio Frio pela Ordem de Cristo, postos ocupados tanto por seu pai como por outros de seus ascendentes. Em alguns documentos seu nome encontra-se como: Vasco César de Meneses ou Vasco Luís César de Meneses, tratando-se da mesma pessoa. É variável também a ortografia do seu sobrenome, sendo escrito tanto “Meneses” quanto “Menezes”. Cf. SAMPAIO, Zélia M. C. Silvestre. *Política, diplomacia e mentalidade na Ásia portuguesa de Setecentos: A Governação do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses no Estado da Índia (1712-1717)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2004. Dissertação de Mestrado.

depois então alçar ao posto de Vice-rei da Índia. Durante seu longo governo como Vice-Rei do Brasil, de 23 de Novembro de 1720 a 11 de Maio de 1735, além do cargo, recebeu o título de 1º Conde de Sabugosa, criado por carta de 19 de Setembro de 1729,⁷⁶ pelo rei D. João V, de juro e herdade.⁷⁷

São posto e titularidades que não chegaram a ser granjeados pelo pai durante a sua carreira. Mas, se assim o foi, é resultado decorrente da própria trajetória de Luís César de Meneses, levando-se em conta que o ponto de partida de Vasco Fernandes César estava num patamar acima do encontrado pelo pai.

Isso corrobora e atesta o grande empenho dado à vida burocrática por essa família em particular e que serve de exemplo dentre inúmeras trajetórias de tantas outras ancestralidades. Caso este que se denota proeminente, mas que, todavia, como já elucidado tacitamente, não deve ser utilizado como parâmetro para atribuir paradigmas generalizadores aos grupos da sociedade do Antigo Regime que usufruíam de ferramentas basilares para escalonar poderes particularmente sem precedentes. Visto que, quantitativamente a balança niveladora entre êxito e revés concorre a pesar perspectivamente favorável para o lado do fracasso.

Tais conversões ou mesmo reciprocidade de relações intercambiais estavam ligados, com efeito, aos interesses mercantis destes agentes através de seus laços parentais que, segundo Fragoso e Gouvêa, “confirmaram e aprofundaram os vínculos mantidos por eles com o tráfico negreiro”.⁷⁸ Esta combinação caracteriza não só o mérito dos serviços prestados à Coroa para obter cargos no escalonamento hierárquico de carreiras no Império, mas também dos laços matrimoniais e relações de parentescos – ou mesmo lançando mão desta para obter prerrogativas dentro das *redes de poder* que estavam bem conciliados e conectados à organização e à configuração das governabilidades do ultramar português.⁷⁹

⁷⁶ Carta que concede o título a Vasco Fernandes César de Meneses como primeiro Conde de Sabugosa consta em: Chancelaria do Rei D. João V, livro 74, folha 269.

⁷⁷ “Juro” refere-se ao que foi dado como prêmio ou recompensa por serviços prestados e “herdade” remete-se ao prosseguimento do título através de seus descendentes, que pode ser passado como herança, hereditariamente.

⁷⁸ FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. & CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Ilha de Vitória: EDUFES, 2006, p. 34.

⁷⁹ Cf. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & SANTOS, Marília Nogueira dos. “Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII.” In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel;

Nas vicissitudes de cargos – comuns não só nas principais praças do Atlântico, mas por todo o Império ultramarino português, e que dentre elas inserem-se obviamente praças do Atlântico Sul, tanto no Brasil como em Angola –, um indivíduo mesmo que não estivesse de posse do cargo de governador de uma destas regiões poderia estar engajado por intermédio de outros ligados ao governador, dando o significado dinâmico e elástico à rede, promovendo ao primeiro acordos dentro de uma área fora de sua jurisdição, ao qual poderia ocupar mais tarde. Como, por exemplo, a extensão das relações de reciprocidades entre praças da América portuguesa, como no caso de Pernambuco que igualmente ao Rio de Janeiro demonstrou um histórico de burocratas que obtiveram cargos em Angola. A citar alguns: João Fernandes Vieira, 26º governador de Angola (1658-1661), André Vidal de Negreiros, 27º governador de Angola (1661-1666), que por três vezes foi governador de Pernambuco e Antônio Coelho Guerreiro, que foi Secretário de Governo em Pernambuco em 1678, exercendo o mesmo cargo em Angola (1688-1692) no mesmo período em que João de Lencastre era governador daquela colônia.

Desta maneira, muitas correspondências funcionavam como elencadoras de carreiras em redes expansivas como pontos de probabilidade do preenchimento de postulados cargos. A familiarização através de interlocutores, procuradores, representantes, parceiros comerciais etc. somava-se imprescindível para compor espaços de aceitação para a abertura de sua condição como postulante.

É importante perceber uma gama de conexões que visualizem a diversidade de áreas de atuação de um ou mais indivíduos corroborando, conseqüentemente, uma percepção de conectividades mais plurais e complexas, com múltiplos contatos possíveis, pormenorizando as sociabilidades dos atores. Assim, no que tange questões espaciais, a pluralidade de contatos permitem identificar as contiguidades geográficas de maneira a possibilitar a cristalização de interesses em espaços diferenciados.

Por assim dizer, talvez analisar esses vínculos apenas no caráter político e econômico possa ser um tanto quanto simplista, pois assim não consideraríamos os vínculos mais informais que possam compor e configurarem-se. Se estes estavam a angariar maiores influências, em nada se faz irresoluto, havendo de se levar em consideração as transformações dos vínculos em laços, por conseguinte, expresso

através da proximidade gerada pela ligação familiar. O que antes se classificava por vínculos frouxos ou estreitos, pela via instrumental burocrática, por hora qualifica-se se convertendo em laços, de caráteres mais íntimos, por identidade mais marcante e, doravante, por consanguíneo, possibilitando então uma rede de solidariedades.

Exemplo claro disso, os Lencastre e os Meneses, puderam se estreitar no bojo da intimidade do parentesco, pois D. Mariana era irmã de João de Lencastre,⁸⁰ uma das figuras mais importantes dentro da rede relacional de Luís César de Meneses, e prima de Antônio Luís Gonçalves Câmara Coutinho, de quem falaremos mais abaixo.⁸¹

A influência política e o poder dessas duas famílias, Lencastre e Meneses, pode ser medida pela sua simples presença, na década de 1690 e nos primeiros anos do século XVIII, nos principais postos governamentais do Atlântico Sul.

Luís César de Meneses no governo do Rio de Janeiro [e Angola] e de João de Lencastre nos governos de Angola e Brasil (...) bem-articulados com pessoas situadas nas mais altas esferas da hierarquia social portuguesa.⁸²

Neste conjunto de conexões é de sensível importância, e influência, o papel do Governador-Geral do Brasil na tessitura de trajetórias governativas em ambos os lados, se mostrando evidente no caso apresentado acima – quando Lencastre ocupava o cargo enquanto seu cunhado estava empossado como governador de Angola – ao levarmos em conta a influência deste posto sobre nomeações e, indelévelmente, todos os privilégios que ele proporcionava a quem o circundava.

Seria viável uma conexão – entre eles mesmos – por intermediário, referente às duas colônias? Teria um remanejamento de cargos transferidos de uma praça a outra por meio de serviços prestados ao rei e, com efeito, o envio de cartas elogiosas para obter tais cargos para seus desejáveis sucessores?

É visível que a saída de Lencastre do governo de Angola deixou boas impressões quanto ao seu serviço prestado, se não presumivelmente visível *in loco* por quem presenciou sua administração ao menos foi condecorado por meio de seus interlocutores

⁸⁰ João de Lencastre era o terceiro filho de D. Rodrigues de Lencastre, comendador de Coruche, e de D. Ignez de Castro, sendo também o quinto neto por varonia do rei d. João II. Cf. CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 312.

⁸¹ Cf. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira dos. *Op. cit.*, pp. 96-137.

⁸² FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Op. cit.*, 2006, p. 33 e 42.

junto ao rei que lhe faziam considerações acerca de seu governo, reverberando tal influência sobre os indivíduos que compunham sua rede de relações recíprocas, principalmente, entre os laços mais solidários, por consanguíneo. Como retrato indelével, vê-se na serventia que deu no tempo de seu mandato para conjuntura comercial aos interesses fluminenses durante o governo de Meneses no Rio de Janeiro. O fim da proibição da cachaça fluminense para Angola traduziu esta admissível conexão e coadunação dos interesses em comum entre as solidárias famílias.⁸³

Porém, consideremos que as reciprocidades entre os indivíduos também são impelidas por questões de individualidade de um sujeito que procura formar seus próprios benefícios. Ao lançarmos mão das relações mais próximas de João de Lencastre com Luís César de Meneses, por exemplo, deveremos tratar de averiguar qual é a ligação entre estes indivíduos no âmbito comercial. Por ser uma prática comumente decorrente de interesses bem particulares, compete avaliar se havia fortes laços entre Meneses e Lencastre no que tange também aos ganhos com o comércio. Ou então se a solidariedade com o cunhado era mais expressa pelo caráter político. São respostas que virão à tona somente quando nos debruçarmos sobre as práticas mercantis de Meneses quando governador de Angola. Assunto que trataremos no próximo capítulo. Por hora, faremos algumas breves particularidades de suas vidas e carreiras enfocando seus governos em Angola para uma melhor familiarização e visualização ‘dos indivíduos’ no contexto político. Só a partir de então adentraremos nas análises de âmbito mercantil com os indivíduos relacionados a Luís César de Meneses.

2.2.1 Dom João de Lencastre

Servio D. João de Lencastre na guerra da Acclamação, achando-se nas batalhas do Ameixial, e Montes Claros, em q~. recebeo duas feridas. Foi Capitão de Cavallos, Comissario general da Cavallaria, e primeiro Governador da Nau de S. Francisco, da Armada que foi a Saboya. Depois deste Governo [de Angola] passou a governar a Bahia de Todos os Santos. Na guerra da grande aliança foi general da Cavallaria, Governador, e Capitão General do Reyno de Algarve, do

⁸³ Cf. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira dos. *Op. cit.*, pp. 96-137.

Conselho de guerra, Commendador de S. João de Trancozo, S. Pedro de Lardoza, e S. Braz e Figueira, todas na Ordem de Christo.⁸⁴

Evidentemente, para ter a condição de ser revestido como governador em qualquer colônia portuguesa, João de Lencastre haveria de transitar por caminhos em sua carreira que o levassem a índole de tal mérito de prestação de serviços ao *El Rey*. A pura patente nobiliária não garantia menções honrosas, por certo que funcionava como trocas simbólicas que ligavam diretamente a ganhos materiais e proveitos imateriais. Em contrapartida uma carreira vasta e qualificada dava o tom dos méritos que seriam concedidos dali em diante.

João de Lencastre (1646-1707), antes de galgar o cargo de Governador Geral e Capitão-mor do Brasil,⁸⁵ foi Governador e Capitão General em Angola de 1688 a 1691, com concessão de 23 de Março chegando à capital, Luanda, em 08 de Setembro do ano corrente.⁸⁶ Como de costume, averiguou e qualificou a condição em que se encontrava aquela colônia observando seu “*estado lastimoso*”.⁸⁷ Constatação esta não muito rara, pelo contrário, tratava-se de um adjetivo bem habitual, entre os novos governantes, que se empossavam em Angola e os que, por lá, se achavam, pela primeira vez, para incumbências à serviço da Coroa ou em *missões*.

Luís César de Meneses, por sua vez, ocupou o governo do Rio de Janeiro (1690-1693) em boa parte do tempo corrente do governo de seu cunhado em Angola (1688-1691). Posteriormente, Meneses ainda ocuparia o mesmo cargo em Angola e no governo geral do Brasil, já tendo Lencastre passado por ambos. Conjunturas que já foram mencionadas anteriormente. O fato adicional a ser relatado é que com sua saída de Angola, Lencastre passaria a Governador Geral do Brasil – com patente dada em 22 de fevereiro de 1694, investido em 18 de março e tomando posse em 22 de maio do mesmo ano⁸⁸ – no lugar de seu primo por casamento Antônio Luís Gonçalves Câmara Coutinho. Prestigioso burocrata, Coutinho, por sua vez, após sua saída da governança do Estado do Brasil (1691-1693) ainda ocuparia o posto de Vice-rei da Índia (1698-

⁸⁴ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 312.

⁸⁵ Em Carta Régia de 18 de março de 1694, com patente de 22 de fevereiro de 1694.

⁸⁶ AGUIAR, Pascoal Leite de. *Op. cit.*, vol. I, p. 287.

⁸⁷ Constante na Carta de D. João de Lencastre enviada ao rei, de 11 de Janeiro de 1689 (In A.H.U., cx. n.º 10). Juntamente com o pedido de socorro militar, apesar da debilidade da falta de contingente no reino pronto a ser enviado para Angola.

⁸⁸ Permaneceu no cargo até 3 de julho de 1702, quando foi sucedido por D. Rodrigo da Costa. Cf. CAMPO BELLO, (Conde) Henrique de. *Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil*. Porto: Delegação Executiva do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal, 1940.

1702), no tempo em que Lencastre estava à frente do governo da América portuguesa. Em seguida, Luís César de Meneses ainda assumiria o governo-geral do Brasil (1705-1710) três anos após a saída de Lencastre.⁸⁹

Nessa *tríade governativa*, de autoridades régias exercendo destacados cargos no Atlântico Sul em sucessivas alterações, o possuidor do maior posto em termos hierárquicos detinha forte ônus de influência junto ao rei para a nomeação de seus parentes ou compadrinhados por meio de petições e representações direcionadas ao Reino – dado o fato do monopólio de nomeação formal caber ao monarca.⁹⁰

Não obstante, o fato de o conhecimento ter papel fundamental nas redes governativas não anulava o monopólio formal conforme o seguimento de organização e administração das prescrições régias de sua alçada jurídico-institucional no ultramar e das nomeações aos vários cargos governativos. Apesar disso, era consentida aos governantes a prerrogativa de nomeações a cargos menores dentro de sua jurisdição com funções variadas se valendo de pessoas que, além de estarem a serviço da Coroa, encontravam-se vinculadas em primeira instância ao próprio poder local em meio as suas práticas cotidianas.

As relações e deliberações *in loco* concebivelmente se estruturavam conforme os anseios locais, mesmo sendo estabelecidas ao contexto mais geral da realidade metropolitana sobre as colônias. Isto porque ao interpretarmos as interações no território africano não devemos compreendê-las como um modelo pré-fixado sobre todos os indivíduos, sejam eles integrantes de povos nativos ou os que ali estavam em proveito comercial, a serviço de Portugal, em nome da Misericórdia ou em busca de distinção.

Posto isto, é admissível analisar que a conjuntura política e social em muitas ocasiões se mostrou suscetível a infrequências relacionais com reinos e povoados locais. Casos que, inapelavelmente, dependiam em imediato de ações de gestão local, não deixando de considerar, evidentemente, a assistência impreterível da Metrópole no caso de pedidos de socorro com recursos materiais, financeiros e humanos.⁹¹

Em exemplo, no próprio governo de Lencastre, em Angola, e mesmo como em muitos outros antes e depois dele, em uma de suas primeiras ações, não hesitou em pedir auxílio militar a Portugal como medida emergencial para suprir a falta latente de

⁸⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Op. cit.*, 2007, p. 183-184.

⁹⁰ Ver mais em: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & SANTOS, Marília Nogueira dos. *Op cit.*, p. 101-105.

⁹¹ Levando-se em conta que alguns socorros e ajudas eram negados.

destacamento armado no interior e na capital, Luanda. Medida necessária principalmente pela preocupante tribulação causada pela interrupção do comércio de escravos – irrefutável e primordial negócio em África – acima de tudo, com a região de Cassanje, ⁹² que em outrora tivera sido um fiel reino vassálico de Portugal, que ao tempo e afora passou a impedir a introdução do vinho português em suas terras. Esses e outros problemas peculiares teriam contabilizado um “*déficit* fazendário superior a 50.000 cruzados”. ⁹³

2.3 Dominados vs. Dominantes

Litígios como este ajudam a ratificar a ideia de habitual volatilidade com que os nativos se relacionavam com os portugueses. Em parte, é verdade, em determinados casos, através das transgressões dos limites de tolerância peculiar aos naturais afligidos pelas imposições dos forâneos portugueses. Procede com isso, aqui, uma conveniente interpretação sobre a atuação dos nativos a cerca da ordenação e do regimento dos seus valores morais, donde esses levantes tomam feições de expressão cultural, demandando, ou ao menos buscando, uma interrupção na empregabilidade das práticas governativas dos conquistadores. Assim, as contendas balizadas, pela prática da deslealdade, eram a garantia do estabelecimento das suas vontades mais triviais, contra as insatisfações geradas pela transgressão dos limites da opressão, a partir da percepção de que as práxis relacionais não denotavam atrativos suficientes aos seus interesses, fossem estes comerciais, políticos ou culturais.

Encalço que, ao nos reportamos à palavra usada, para definir o revés sofrido pela dominação lusa sob o ataque holandês, durante o governo de Pedro César de Meneses, o tio, conhecida como a ‘traição de Gango’, nos põe a ensaiar as possibilidades de interpretação da ‘traição’, sendo, incipientemente traduzido como a quebra da fidelidade prometida e empenhada por meio de ato pérfido, ao menos na visão dos que por esta eram acometidos. No entanto, essa interpretação requer considerações sobre as características dos povos locais quanto ao compromisso para com os portugueses no que

⁹² Reino a Sudeste de Luanda, no interior.

⁹³ AGUIAR, Pascoal Leite de. *Op. cit.*, vol. I, p. 288

diz respeito às regras que norteiam a honra e a probidade, que para os lusitanos deveriam ser afirmadas.

No caso da presença neerlandesa, em territórios próximos a Luanda, serviu como uma nova opção àqueles chefes locais, para que compusessem acordos com os holandeses e em contrapartida à política empregada até aquele momento pelos portugueses. Uma política que julgavam ser, em desacordo a prática de trocas mútuas e compensadoras entre governantes, autóctones e forâneos. Deste modo, consideravam que os portugueses eram indivíduos de grande ambição preocupados tão somente em expandirem seus domínios ao interior para alargamento do poder; igualmente, alheios a resoluções conjuntas para o estabelecimento de acordos mais parelhos; dissimulados quanto às amizades firmadas, não passando se não de máscaras para persuadir e iludir os sentimentos de condescendência.⁹⁴

Como evidência aos acordos firmados a parte, podemos citar casos como o do Rei do Congo, ou *manincongo*, Garcia II, que se pôs a escrever pedindo ajuda militar aos holandeses como também para tratar, junto ao príncipe Maurício de Nassau, então em Pernambuco, da deliberação de proveitos comerciais e se dispondo a viabilizar fortalezas em seu território para melhor projeção contra as forças lusitanas.⁹⁵ Em outro caso, a rainha Nzinga também buscou tirar proveito com a invasão holandesa, firmando como eles tanto acordos comerciais vantajosos, como, da mesma forma, empenhando-se em debilitar reinos antagônicos e concorrentes, como o rei do Ndongo e Ngola Ari, subordinados à Coroa portuguesa.⁹⁶

Todavia, devemos igualmente ponderar para que não corramos o risco de valorar as relações estabelecidas com os holandeses como preferências incondicionais em refutação aos portugueses. Os acordos só foram assegurados por que naquelas circunstâncias foram interpretadas condições específicas que se traduziram em maiores vantagens para os chefes locais, arquitetando movimentações cordiais num momento de inflexão oportuna. Logo, ao que aparenta estes princípios de “honra e probidade” não eram condutas comumente praticadas pelos naturais. Estes conduziam suas aspirações com a volatilidade necessária aos seus interesses, manifestos oportunamente,

⁹⁴ Cf. BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1750)*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola, 2004, passim.

⁹⁵ Cf. Idem, p. 120.

⁹⁶ Cf. CARVALHO, Flávia Maria de. “O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental”. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano IV, nº. 7, Julho/2011, p. 22.

traduzindo certas diferenças de moralidade que valoravam os bons costumes segundo os preceitos estabelecidos por um determinado grupo social.

Tais valores avaliados pelos portugueses não seriam desconsiderados pelos nativos, sobretudo, também, a partir de condutas julgadas por eles como incompatíveis com os possíveis ‘pactos’ firmados entre as partes, que dentro dos valores autóctones eram passíveis de produzir uma inflexão para a quebra de acordos entre eles, gerando, por conseguinte, a suposta “traição”.

A arbitrariedade e a economia moral submetem tanto poderosos como homens comuns às regras internas. A autoridade está presente em cada relação de ambos, porém sendo exercida pelos detentores dos ferramentais das funções que eles são imbuídos segundo a organização do grupo, que é quem legitima sua função dentro de sua capacidade de ação que gera poder dentro de seus recursos humanos e materiais.⁹⁷ Em contrapartida a economia moral parte da premissa de direitos em comum que devem ser conservados, dentro de uma tradição, como um modo de resistência à transgressão de sua moral social atingida pela violação do limite do seu grau de tolerância, acionando conflitos em defesa de seus interesses.

Num contrato social não há somente um choque de interesses em relação ao indivíduo e às aspirações da norma social somadas às aspirações do grupo dominante. Existe, além disso, um determinado estágio de harmonia que faz com que o arranjo social tenha funcionabilidade. Do mesmo modo, entre os mecanismos sociais efetivos estão os que através do qual a comunidade mais vasta busca suscitar com que as pessoas formem e delimitem seus respectivos interesses em determinadas condições que se manifestem concordantes com a norma social. Assim, é admissível delinear as mais importantes maneiras existentes de contrato social para a ordenação da dominação num patamar médio que vá a favor de um nível de exploração dos recursos, humanos e materiais, e de arbitrariedade congruente aos dispositivos normativos que se adaptem ao arranjo social. Prognosticamente, quanto maior e mais dura a exploração desses recursos, maior o desarranjo entre os indivíduos em prejuízo de um contrato legítimo, evidenciando o aviltamento das chances de ajustes que caracterizem a concordância de vínculos recíprocos entre eles, mesmo que esta reciprocidade não esteja pautada pela

⁹⁷ MOORE JR., Barrington. *Injustiça: As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 22-28.

equidade.⁹⁸ Esta reflexão elucida em parte as grandes animosidades existentes entre autóctones e europeus, dado o choque cultural das condutas de suas sociedades.

Considerando com mais acuidade as relações entre esses atores, ao que concernem as relações verticais – nos remetendo a conjuntura existente e sua historicidade *in situ* – a noção de “paternalismo” pode denotar uma ação unilateral, mas se tratam de relações de reciprocidade. Como sugere John Bohstedt,⁹⁹ deve ser mais apropriado o termo “padronado social”, visto que a ação está presente em todos os atores, o que vai variar é a capacidade de cada indivíduo e a análise dessas inúmeras capacidades em várias dimensões de vínculos tanto de quem está em cima, como de quem está embaixo, que enxerga relações tanto horizontais, como também verticais. Como explica Michel Bertrand,

agrupar indivíduos em categorias sociais definidas a partir de categorias socioprofissionais importadas desde as sociedades contemporâneas não tem, por tanto, nada de “natural. É uma forma de postular implicitamente a existência desses grupos e, de certa forma, de reificá-los.¹⁰⁰

Esta análise de vinculações de “diferentes segmentos” vai ao encontro aos modelos analíticos estruturalistas, como um bloco rígido, dado esses vínculos verticais, sobretudo, a relação dos grupos: dominante – população dominada, patronato – clientela, ou seja, que dá um entendimento maior do exercício de dominação política e social.¹⁰¹

2.4 Análises a partir da administração do Governador Luís César de Meneses

Tratando-se de Luís César de Meneses, facultaremos apresentações acerca de sua carreira, tendo em vista já ter sido delineada no início deste capítulo.

⁹⁸ MOORE JR., Barrington. *Op.cit.*, p. 58-59.

⁹⁹ BOHSTEDT, John. *Riots and community politics in England and Wales, 1790-1810. [Motins e política comunitária na Inglaterra e no País de Gales, 1790-1810] apud THOMPSON, Edward P. Op. cit.*, p.227.

¹⁰⁰ BERTRAND, Michel. *Op. cit.*, p. 51.

¹⁰¹ IMÍZCOZ, José María. “Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen”. In: *Elites, poder y red social. Las Élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996, p. 30.

O panorama geral do território angolano, dada à posse de Luís César de Meneses, fazia jus às condições já existentes, desde há muitos governos, naquela colônia: a falta perene de pessoal encarregado ao serviço militar, a deficitária estrutura de defesa, a precária condição de armamentos e pólvora, além da falta de armazéns que pudessem servir de abrigo adequado para a boa conservação do material bélico.¹⁰²

Apesar dos apelos para que Lisboa socorresse aquele governo, que Luís César encontrara em *estado lastimoso*,¹⁰³ tal ajuda não foi enviada ao menos por dois anos que se seguiram, mesmo após outras tentativas com queixas direcionadas à metrópole. Uma das iniciativas tomadas por Meneses foi ordenar a construção de um armazém de pólvora no interior da fortaleza de São Miguel,¹⁰⁴ “[que] mais de 60 anos sérvio para este effeito; e passando-se depois este nocivo gênero para o Forte de S. Pedro, applicou o dito armazem a diversos uzos”.¹⁰⁵

Mas apesar desta obra ter sido de inegável importância, para o armazenamento do material bélico – que em épocas precedentes sofrera todos os danos e que em muitos casos se encontravam inutilizáveis pelo prejuízo causado pela umidade, seja na pólvora, nas munições e nos próprios armamentos, que também sofriam pela falta de manutenção – assim como no governo de Meneses, outros tantos governadores tiveram, em sua maioria, iniciativas mais paliativas do que uma administração mais concisa no que se refere às obras mais definitivas e conclusivas. Esta atitude irrefletida, portanto, era entre eles algo comum, tratando-se do “systema de quase todos os Governadores, q~. olhando

¹⁰² AGUIAR, Pascoal Leite de. *Op. cit.*, vol. II, p. 35.

¹⁰³ Diversos documentos descrevem com tais palavras a situação em que se encontrava aquela capitania, o que nos faz convir a incúria de seus governantes para um planejamento de infra-estrutura e organização estrutural de longo prazo.

¹⁰⁴ Nas palavras de Elias Alexandre sobre a fortaleza de São Miguel: “Esta Fortaleza, hé de hua Fortificação regular pela parte de terra com hum rebelim [ou revelim, trata-se de uma obra avançada, de forma angular, para defesa de uma ponte, de um forte, etc.] q. defende a sua entrada. O resto são batterias em ângulos reintegrantes, e saliente, q. seguem o paralelo do terreno. Ellas são elevadas por se acharem erigidas no cabo de hum alto monte, o que faz os seus tiros mergulhantes para os proximos objetos; mas q. dominão soberbamente a Cidade. Sobre o estreito de mar, que a separa da Ilha de Loanda apresenta duas batterias, mais, e mais inferiores, para impedir as passagens de pequenas embarcações. Hé huma Cidadella de largo âmbito para conter numerosa guarnição.” CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 23. A Fortaleza está situada no alto do antigo monte São Paulo, mesmo nome que lhe era atribuído até a invasão holandesa quando passou a ser denominada Fort Aardenburgh, tendo seu nome novamente mudado depois da restauração passando a se chamar São Miguel, santo da predileção de seu restaurador, Salvador Corrêa de Sá e Benevides. A fortaleza de São Miguel foi a primeira estrutura fortificada construída em Luanda, e em Angola. Cf. SANTOS, Nuno. *A Fortaleza de São Miguel*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1967.

¹⁰⁵ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 327

com desprezo para as obras, ou delineaçoens dos seus antecessores, nem as concluem, nem as adoptão”.¹⁰⁶

A própria fortaleza de São Miguel, anteriormente mencionada, erigida em 1575 por ordem do governador Paulo Dias de Novais, ainda no século XVIII no governo do segundo filho de Luís César de Meneses e também governador de Angola, Rodrigo César de Meneses, encontrava-se inconclusa, estando o referido governador empenhado em dar continuidade: “avaloando por muito importante á defesa da Cidade”, dando prosseguimento às obras “q~. no decurso de mais de 60 anos, nem outro se dignou a imitar”. Tratava-se da época das obras de renovação da fortaleza promovida pelo então governador Francisco da Távora (1669-1676),¹⁰⁷ ocorridas há sessenta anos antes, ao qual revestiu de pedra e cal donde antes era recobrida de terra, dando corpulência à edificação pelo melhor provimento de defesa local. Modelo arquitetônico que Rodrigo César de Meneses deu continuidade utilizando-se do mesmo material e técnica empregada pelas obras ordenadas por Távora. Empenhou o tempo em que esteve à frente do governo, quatro anos e três meses, em promover a conclusão da edificação que ainda assim ficou inacabada. Restando a seu sucessor, João Jacques de Magalhães, seu legado e a tarefa de concluí-la, ao qual fez prosseguir até sua finalização, que “parecendo-lhe dignas de se concluírem as acabou, completando toda a obra exterior, que tem a mencionada Fortaleza de S. Miguel”.¹⁰⁸

Não somente as obras, mas outras tantas nuances que demandavam medidas a serem deliberadas por seus governantes seguiram uma tônica de irresolução entre as autoridades a serviço em Angola. Em parte, em um ainda módico esclarecimento, refere-se às práticas e ocupações inerentes dos interesses voltados para a ávida busca de vantagens, proporcionadas pela patente que lhes eram conferidas. Mesmo porque, tantas outras medidas deixaram de ser tomadas, ou espontaneamente não faziam parte de suas ambições.

Também manifesta no governo Meneses foram os reclames de indígenas à administração local no que se refere às várias localidades do grande território de

¹⁰⁶ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 360.

¹⁰⁷ É o mesmo Francisco da Távora, antecessor de Pedro César de Meneses que foi segundo dos César de Meneses nomeado para o cargo, que morreu em 1674 num naufrágio antes que pudesse empossar-se como governador em Angola, quando então depois de dois anos veio um novo sucessor, Aires de Saldanha de Meneses e Souza (1676-1680).

¹⁰⁸ Idem, p 362.

Angola.¹⁰⁹ A relação de “reciprocidade” com uma parcela dos nativos configurou-se, em parte, as boas relações da administração portuguesa, tendo em vista a “vassalidade” dos primeiros ao pé da viabilidade governativa promovida pela boa conservação da paz entre eles e os portugueses. Porém, comum em relações entre grupos com interesses conflitantes, ocorriam queixas direcionadas às mesmas administrações locais ou, até mesmo, ao governo central de Luanda. Muitas delas referiam-se a busca por relações mais recíprocas com os portugueses, dificultadas pela tenacidade com que estes praticavam suas políticas de conquista para viabilizar a fluxo do comércio de escravos, além de outros artigos de menor expressividade do que este.

Mesmo que os acordos para relações mais recíprocas não fossem considerados pelos portugueses porque em muitos casos iam de encontro aos seus interesses, a boa conservação da humanidade dos nativos, ao menos na teoria, foi um dos pontos em comum nas relações de congenialidade para a estruturação permanente da colonização lusitana. O próprio monarca, D. Pedro II,¹¹⁰ contemporâneo à administração de Meneses, esteve comprometido em coibir os maus tratos sobre os autóctones. Era sabida do rei a necessidade de intervir nas práticas mais peculiares sob os interesses dos capitães-mores, que mesmo sendo portugueses estariam infringindo ordenações régias que apontavam para a “igualdade” na justiça aplicada àqueles povos que eram vassalos do rei. Acompanhemos o caso na íntegra.

Governador e Capitão Geral do Reino de Angola, Amigo Eu El. Rei vos *invio* muito saudar. Mandando ver no Meu Conselho Ultramarino o que *escrevesteis* pelas Juntas das Missões sobre as violências de que usão os Capitães Mores com as causas dos *Mucanos* [tribunais locais] e que á cerca desta mataria está revoluto, concedendo-se aos capitães 1220 réis dos presídios a jurisdição de os poderem *rentarcear* por vê lhes evitar a *opressão* que podião sentir estes miseráveis negros em virem a essa cidade de Luanda contender: Fui *servido* resolver que o mesmo se deva seguir daqui em diante, ordenando-se aos Capitães Mores dos presídios conheção e julguem os ditos *Mucanos*, e por que se possa proceder mui ajustada-mente neste particular, e que não fique só no arbítrio do[s] Capitães Mores, que poderão ou com menor ciência, ou levados de alguma paixão a interesse particular haver-se muito contra a razão neste negocio, Me parece ordenar-vos lhe nomeei

¹⁰⁹ A historiografia aponta que os portugueses compreendiam Angola como a área do Reino de Ndongo, na região central do litoral, cujo soberano tinha o título máximo de Ngola. Assim toda a região passou a ser chamada de 'terra do ngola' ou Angola. Cf. PANTOJA, Selma. “Inquisição em África: Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII”. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* – Ano III, 2004, n.º5/6, pp. 117-136.

¹¹⁰ Reinado de 12 de setembro de 1683 a 09 de dezembro de 1706 quando morreu, aos 58 anos.

por adjunto aquella pessoa de que possai confiar obrará mui conforme á justiça nesta mataria, e que para maior claresa de tudo o que se processar nesta causa, que o Capitão Mor leva contigo hum livro daquela grandesa, em que se escrevão todas as que se moverem em seu tempo, a qual será numerado e rubricado pelo Juis Ordinario mais velho da Camara da cidade de São Paulo da Assumpção, e que nomee Escrivão, em cujo poder estará, o qual escreverá nella afim a Acção do Autor, como a Defesa do[s] res [réus] e dictos das testemunhas, e que da sentença, que devem sendo a favor da Liberdade não querendo a parte appellar se dê á execução a dita sentença, e sendo dada contra a Liberdade que a appellará sempre ainda que a parte não interponha a appellação sem por isso lhe levar, emolumentos alguns e remetterá por traslados os ditos autos e appellação que será conferido pelo mesmo Escrivão e pelo livro em que se escrever em prevenção dos ditos Juizes e se lacrará e remetterá á Junta das Missões que serve nessa Cidade de São Paulo de Assumpção para elle se determinar a Causa da dita junta e da sentença que se da nella se mandará trasladas no livro dos *Mucanos* da mesma cidade, para que a todo o tempo anote o que se revolve nesta parte, e que se remetta lacrada e fechada ao mesmo escrivão do Presidio, o qual a abrirá em presença dos mesmos Juizes e será obrigado a traslada-la a pé da que se de na primeira instancia, para o que sempre deixará campo no livro para esta diligencia e por se evitar toda a duvida que se possa offerer aos executores por não serem letrados expressarei aos mesmos juizes, que as sentenças se não executarão em quanto não forem confirmadas pela junta das Missões e para se evitar algum clamor nos misaraveis negros se declarará que ficará livre na sua escolha ao Escravo poder propor a sua Acção na parte que lhe parecer, e querendo vir antes á cidade que proseguilla no Presidio que o possa fazer, com declaração que as sentenças se não executarão em quanto não forem confirmadas nesta cidade e para que os Capitães Mores se ajustem em tudo á sua obrigação: Hey por bem que nas residencias que se lhes mandarem tirar do tempo que servirão os seus portos se pergunte mui especial-mente por esta mataria de como se houverão no julgar dos *Mucanos* e se nelles procederão com aquela igualdade que podia a justiça, e quando anota que nella o obrarão muito contra o que se devia esperar dos seus procedimentos, que se tenha com elles aquella de demonstração de castigo com digna ás suas culpas, para que o castigo sirva de exemplo para os mais saberem o como se devem portar em negocio de tanta importância qual he o da liberdade dos homes que se reputa pela mais inestimavel.¹¹¹

O caso por ter chegado ao conhecimento do rei significa que as práticas protagonizadas pelos capitães-mores tiveram grande constância, uma vez que questões tão peculiares deveriam ser resolvidas dentro da própria administração em Angola. Os castigos que seriam aplicados aos capitães que transgredissem as ordens régias, fazem

¹¹¹ Carta régia de D. Pedro II para Luís César de Meneses, governador e capitão geral de Angola, ordenando como proceder com os capitães mores a respeito da violência utilizada por eles com os negros. Lisboa, 15 de março de 1698. IHGB D.L. 81, pasta 02, folha 07.

referência ao pacto firmado entre a Coroa e os vassalos africanos. A ordem, ao mesmo tempo, restringe os poderes dos capitães-mores, evitando ordenações locais enraizadas, assim como ordena a participação de outras vias de poder sobre aquelas causas ao incluir a arbítrio de juízes, escrivães e o próprio governador. Medida que pressupõe a intenção de dissociar os poderes locais (não autóctones) e suas respectivas incumbências resguardando-se de possíveis e, por vezes, inevitáveis coadunações que favorecessem acima de tudo a eles próprios, os capitães-mores, em prejuízo dos interesses da Coroa portuguesa.

Em outro ponto, significa que, embora muitos dos denunciante a jurisdição local não fossem letrados havia acesso à comunicação entre os vassalos autóctones e o Reino português, e própria justiça local. Demonstra, com efeito, que as relações ente nativos e forâneos procediam-se com ajustes entre as partes, distantes de qualquer generalização de domínio pleno dos portugueses.

Contrário às ordenações baixadas na carta régia, ainda no governo de Jacques de Magalhães, e que perdurou durante o governo de Meneses e de alguns de seus sucessores, casos de queixas e outras questões pontuais de determinada localidades eram analisados e tomadas às devidas providências por parte dos próprios capitães-mores. Essa distribuição jurídica era uma maneira de limitar o volume de queixas para o governo de Luanda, procurando filtrar a chegada de questões tão peculiares levantadas pelos nativos. Ressaltava-se a ponderação das decisões proferidas para que não houvesse desgaste nas relações entre os gentílicos e os portugueses com a preocupação de que pequenas adversidades pudessem tomar proporções mais sérias. No entanto, suas alçadas jurídicas eram compostas pelos próprios transgressores, que por terem essa prerrogativa conduziam as deliberações aos seus interesses.¹¹²

Essas circunstâncias apresentam ações múltiplas entre dominados e dominantes. A ordem régia não foi um ato definidor para que a partir daquele momento os capitães-mores passassem a reprimir suas vontades e defendessem a “justiça” dos nativos. Tampouco suas transgressões e violência eram a definição das relações dos portugueses com outros povos. Até porque, não é nenhuma novidade a deliberação de uma política amistosa com que os portugueses se valeram em diversas conquistas do ultramar para a

¹¹² DELGADO, Ralph. *Op. cit.*, volume 3, p. 188-197.

manutenção de seus interesses locais, com efeito, o fato de estarem sempre dependentes de laços condescendentes devido à minoria de homens frente aos nativos.

Torna-se dispensável aqui pontuar as inviabilidades latentes de inserir-se numa cultura alheia, sem quaisquer corpos humanos locais favoráveis aos seus interesses mediante trocas compensatórias. Entretanto, apesar da conservação de vassalidades com alguns grupos, no que se refere aos povos e reinos da África Central, seja no Congo, Angola ou Benguela, as inconstâncias relacionais entre autóctones e portugueses também foram características peculiares durante a longa permanência lusitana naquele território.

As “infidelidades” praticadas por nativos fizeram com que as investidas fossem cautelares, não obstante os imprevistos por vezes ocorridos: “A infinita inconstância, e infedilidade [sic] dos Negros, por mais qualificados, que sejam, e por mais juramentos, q~. prestem, tem estendido, estende, e estenderá a progressão infinita de hum dezassocêgo eterno”.¹¹³ Isto, em parte, explica a preocupação portuguesa em controlar, ou mesmo inviabilizar a remessa de armas de fogo e pólvora, comercializados com estes povos pela troca por escravos. Esses produtos, sendo muito solicitados pelos sobas no comércio de escravos, acabaram sofrendo restrições, quanto ao seu incremento frequente aos africanos, pela apreensão portuguesa de factíveis assaltos subversivos. Medida que se revelou inoperante, pois as mesmas eram introduzidas por navios de nações europeias que contrabandeavam em costas da África Central e até mesmo por comerciantes vindos do Brasil, apesar de compor um parco quantitativo, aquém das demandas dos chefes locais.¹¹⁴

O acesso exógeno de armas e de pólvora para o território angolano chegou a ser proibido por Portugal em 1761, o que causou queixas por parte dos luandenses que alegaram a existência de entradas clandestinas do produto pelo Norte em penetrações estrangeiras, afora de que os próprios navios que chegavam a Luanda também faziam o mesmo. E, apesar das pressões de autoridades locais que conseguiram fazer com que sua venda fosse liberada na década seguinte (1776) para suas fortalezas e os presídios dos sertões, sua remessa acabou sendo limitada, contando com não mais que seis barris por presídio.¹¹⁵

¹¹³ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 304-305.

¹¹⁴ FERREIRA, Roquinaldo. *Op. cit.*, 2001, p. 350-351.

¹¹⁵ Idem, nota de rodapé nº 16. AHU, Angola, av., cx. 45 & AHN, cód. A-17-4, fls. 71-72.

Se, por um lado, o contingente de soldados europeus sempre preocupou o poder governamental e militar, por outro não aconteceram tantos esforços em tratar de deliberar bons soldos às guarnições. No governo de Henriques Jacques de Magalhães, antecessor de Luís César de Meneses, já houvera grandes insatisfações que geraram revoltas entre os militares a partir dos rumores da diminuição dos ordenados da infantaria que veio na flotilha (pequena frota) juntamente com o novo governador.

No início do mandato de Magalhães a espoliação da dignidade dos soldados, que compunham a destacada força armada de Luanda, notabilizou uma grande solidariedade entre a soldadela que aguerrida conseguiu grande respaldo dos demais deixando o novo governante sem alternativas se não tratar o caso por meio da diplomacia, de maneira prudente e seguindo a austeridade para amainar o vulto de fúria. Mesmo que boa parte do regimento fosse composta por indivíduos acusados ou declarados culpados de algum delito, sendo portugueses ou “brasileiros” – que por parte da sociedade abastada, estes não passassem de sujeitos infames e desprezíveis – a bifurcação entre soldo digno e homem malfeitor passível de punição tange questões que tocam no ponto da ‘justiça’.¹¹⁶ Diga-se de passagem, que indivíduos oriundos do Brasil foram enviados em número relevante desde décadas anteriores para o socorro das campanhas portuguesas em território angolano.

Porém, a contenção da rebeldia veio antes mesmo da sucessão do governo, que se encontrou em um quadro bem menos tenso quando da posse de seu sucessor. Se houve aspereza nas relações de Magalhães com seus subordinados por motivos alheios às suas conduções diplomáticas, este mesmo cenário não fez jus à filosofia de governo de Meneses que se caracterizou por uma administração pacífica. Encaminhou-se por esta política mais branda também sobre os nativos com relativa estabilidade em suas relações. Parte deste panorama se explica com justiça devido às incisivas repreensões de seus predecessores sobre as “afrontas” de alguns chefes locais que tiveram suas forças aviltadas e subordinadas à autoridade portuguesa.¹¹⁷

Ainda neste ponto, Meneses não descuidou em sua administração de modo que procurou fixar a remessa de cavalos do “Brasil” para aquela colônia que sempre careceu destes animais de grande valor para as incursões pelo interior, no apaziguamento dos naturais e em reprimendas nos possíveis confrontos. Interveio no impudor causado por

¹¹⁶ AGUIAR, Pascoal Leite de. *Op. cit.*, vol. II, p. 14.

¹¹⁷ Idem, p. 37-40.

comerciantes que descumpriam os acordos firmados relacionando a arqueação dos navios compativelmente com o número de cavalos que deveriam serem enviados.

Na falta de carga no estado sul-americano, os navios transportavam, para justificar a viagem, dois ou quatro cavalos, cuja despesa rondava uns 200.000 ou 300.000 réis, com o objetivo de assegurarem a exportação dos 700 escravos em Angola, com a previsão de um rendimento líquido de 8.000 a 10.000 cruzados.¹¹⁸

Evidentemente, com prioridade aos interesses de sua praça administrativa fixou a ordem a ser cumprida e, se encobrindo de disposições representativas superiores, encaminhou queixas à metrópole relatando os abusos realizados por aqueles comerciantes, em carta ao rei datada de 02 de março de 1699. Consultada pelo Conselho Ultramarino em 02 de setembro daquele ano, a questão foi dada deferimento pelo próprio órgão e logo ratificada pelo rei, D. Pedro II, sendo enviado despacho em 12 de dezembro. Determinava então, em texto bem claro, de que a cada 2 cavalos embarcados do Brasil para Angola teria em contrapartida a remessa de 100 escravos.¹¹⁹

Apesar de não promover mudanças no rumo dos desacertados erários públicos, que como de costume estavam à mercê da avidez de seus antecessores, e dele próprio, Luís César de Meneses foi sensato em suas medidas para o avanço progressivo da colônia nos moldes do que se podia estabelecer a partir de um equilíbrio entre as adaptações necessárias para melhor escoamento de escravos e o recebimento de rendas que garantissem as devidas receitas coloniais para conservação de Angola. Pôs-se a favor da deliberação de políticas consoantes à ideologia de D. Pedro II, dedicando-se a traduzir e executar as ordens metropolitanas; de disciplina administrativa atento às necessidades imediatas, não se esquecendo de manter bons relacionamentos com a burocracia local, e com homens de melhor *qualidade* do Reino, e de outras praças com quem mantinha proveitosas conexões; soube muito bem atuar de acordo com o cargo de maior autoridade do poder colonial ao qual lhe foi confiado, e através dele usufruir dos benefícios disponibilizados para satisfazer da mesma forma seus interesses particulares.¹²⁰ No último ano de seu mandato, agradecia à um de seus correspondentes:

¹¹⁸ AGUIAR, Pascoal Leite de. *Op. cit.*, vol. II, p. 38.

¹¹⁹ Idem, p.38. Carta de Luís César de Meneses, governador de Angola, para o rei D. Pedro II, de 02 de março de 1699 e consulta do Conselho Ultramarino, de 02 de setembro do mesmo ano. (In AHU, cx. n° 12). Lembrando que este número apresentado está condicionado ao envio de escravos e não a troca direta.

¹²⁰ Cf. Idem, p. 40-43.

Os grandes cabedaes que me deseja ver levar desse Governo que nunca serão como a metade dos que tirou meu antecessor [Henrique Jacques de Magalhães] porque o meu gênio nem a minha fortuna em nada se parese com a do ditto e so o que posso assegurar a Vme he que do pouco que tirar me não ha de morder a consciência em nem hum tempo.¹²¹

Mas não obscurantando com isso sua idoneidade política. Assim, manifesta-se de maneira coerente que, em Angola, seus governadores usufruíam de boas vantagens para adquirir riquezas por meio do comércio, sendo esta uma prática permissível e bem corriqueira entre seus ocupantes. Atividade que demandava uma grande rede de indivíduos ligados a Meneses.

2.4.1 O alargamento dos domínios em proveito de seus cabedais

Assim como para Luís César de Meneses, o remanejamento de estratégias perfez a políticas governamentais de todos os governadores e burocratas que estiveram em Angola. As medidas circunstanciais fizeram parte da administração de maneira corriqueira, tal como os proveitos acerca dos cargos em que esses indivíduos empossavam-se na compensação da falta de rendimentos e soldos pelos serviços prestados, sendo comum a concessão de prerrogativas, sobretudo, no âmbito comercial, a exemplo dos consentidos a Casa de Misericórdia que tanto sofria pela falta de receitas. Exemplo estendido aos capitães-mores que “não gosavão em outro tempo soldo algum, tolerando-se-lhes as ganâncias que podião adquirir pela sua indústria, e comercio”.¹²² Não obstante as observâncias e provisões sobre eles quanto aos abusos praticados contra os nativos, impasse existente em documentos do rei ao governo de Luanda, citado acima.

Sendo os capitães-mores responsáveis pelos respectivos presídios, os cabia a subordinação dos sobas,¹²³ a despeito dos abusos praticados, resultando em intervenções da Coroa. É preciso levar em conta, igualmente, que o curto prazo de um triênio condicionava a fugacidade em se valer dos proveitos do comercio de escravos ao

¹²¹ Carta a Francisco Galvão, em Lisboa. Luanda, 22 de fevereiro de 1701. IHGB, 72, 08, folha 78 verso.

¹²² CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 25.

¹²³ Escreve-se ‘sôbas’ em Elias Alexandre. Cf. Idem. Nota de roda pé nº. 37, no Tomo I.

qual estavam ligados. Caso contrário, “hum Capitão mor cairia no desdouro de insensato se não tivesse a ardileza de fazer o seu comercio privativo”.¹²⁴ No entanto, não compartilhavam das mesmas vantagens a que seus governadores, nem mesmo poderiam acumular riquezas suficientes que satisfizessem do sabor de ampliarem seus cabedais a níveis de boa estima e de longo usufruto. Com efeito, tampouco, o cargo de capitão-mor é o teto almejado, por quem quer que pleiteie maiores patamares em suas carreiras, mas em muitos casos, os possíveis. Mesmo que obrassem em prol de lucros diminutos em comparação aos governadores essa era uma via possível para postular cargos que facultassem os privilégios necessários para o alargamento de seus emolumentos e cabedais. Acima de tudo se tivessem ligação direta com o governador. Além disso, a guerra era uma via de mão indissociável da conquista e do comércio, onde por meio dela se viabilizava a conquista de postos de abastecimento de escravos para um comércio tão rendoso e que se ligava a esferas muito além do espaço da África Centro-Occidental.

Entre aqueles que tiveram um papel de grande importância na incursão de “guerras pretas” no interior da região compreendida como Angola encontravam-se os *jagas* que não correspondiam a uma grupo coeso etnicamente, mas de um conjunto de pessoas de várias etnias – dentre eles os *imbangalas*, *os bangala* e *os banguelas* – utilizando a guerra como meio de vida, sendo esta uma característica no cerne cultural do grupo, considerados como profissionais de guerra. Conhecedores da fundição do ferro produziam com o metal armas como as azagaias,¹²⁵ ou somente *zagaia*, pontas de flechas e, principalmente, as conhecidas machadinhas de combate, responsáveis por causar grande fadiga aos portugueses nas eventuais contendidas. Sua eficácia em batalhas de curta distância não deixava a desejar, em comparação ao poder das espadas lusitanas.¹²⁶ Porém, estes mesmos grupos, quando aliados aos portugueses, diga-se de passagem, acordados de forma intermitente devido suas inconstâncias, foram de suma valia para as pretensões lusitanas. Ao pensarmos que se tratava de profissionais de guerra conhecidos da região explorada e em circunstâncias de conciliação e acordos mútuos, representariam um obstáculo a menos às forças portuguesas, como na

¹²⁴ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 37-38

¹²⁵ São lanças não muito longas para arremesso, que no caso referido eram adornadas com pontas feitas de ferro. O nome é proveniente de uma árvore, azagaia (*Curtisia Dentata*), de onde se retira a matéria prima para a confecção das lanças, nativa da região do Centro ao Sul da África.

¹²⁶ Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op.cit.*, p. 90

arregimentação, para a composição das tropas regulares, referida acima, na interpretação do governador Salvador de Sá.

Ainda sim, independente das já existentes marchas de grupos locais promovedores de guerras locais, os conflitos no interior do território angolano tiveram seu avultamento com o adentramento dos portugueses. O que não faltou às devidas contendas dado de choque interesses entre forâneos e povos locais.

Invadidos os habitantes do Certoens de enganos, insultos, e castigos, q~. lhes aplica os Feirantes em abono da cúbica, aplaudidos, e secundados pelo capitão mor respectivo, principalm.te se o Agente do seu comércio hé quem os exercita, hão recurso á vingança análoga a brutalidade dos seus costumes, e natureza, sussitada pela desesperação. A liberdade, q~. cada hu~ goza, sem atenção á Ley natural, sem respeito ao Rey, sem subordinação aos maioraes, os convida ao despique próprio, fiados em q~. a punição os não alcança, nem descobre por entre a espessura de diversos Mattos. Este garantismo lhes presta o animo, a astucia de roubar o seu insultador; de o assassinar; de refutar o seu negocio; ou de arrebatá-lhe em plena estrada os captivos já vendidos, para o revender em outra parte. Estas hostilidades, q~. atalhão, ou disbaratão o progresso do comercio, se apelidão insultos; sendo a maior parte das vezes indemnização de huma dispotica fraude ou praticada tirania: com tudo: ellas se reputão como Manifestos. Os gritos de guerra se exaltão. Injurião-nos de rebeldes, de bárbaros, e de ladroens: da qui se segue.¹²⁷

No que se refere ao comércio, apesar de Elias Alexandre deixar em evidência a “brutalidade” praticada pelos capitães em desacordo as ordens do rei, eram estes indivíduos grandes responsáveis em garantir maior contingente de escravos para o comércio no Atlântico Sul. Alguns trabalhavam com o envio de *cabeças* para os portos e outros diretamente com o carregamento das embarcações, ligados com o próprio governador, para quem prestavam contas. Sendo fornecedores e em alguns casos sócios, compunham papel de extrema relevância para o funcionamento da rede mercantil em Angola que envolvia desde mercadores simples até o governador da colônia.

Acerca dos domínios, seria necessário rever algumas teses que defendem a tão somente facilitação através do comércio com povos locais. Pois bem, a presença portuguesa em áreas de interesses é uma lógica basilar. A logística de empresas que os aproximassem de suas mercadorias equivalia ao controle suas áreas de conquista, seja para baratear os custos, desagregando-se de atravessadores, seja para permitir maior

¹²⁷ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 44-45.

conhecimento sobre o *território* ¹²⁸ em proveito da exploração mais intensiva e prestação para o alargamento do domínio do Império – evidenciado com a presença de capitães nos sertões. As investidas de guerra eram necessárias devido às mudanças de posições tomadas pelos chefes locais e, até mesmo, a ampliação das conquistas e instalação da estrutura necessária, a colonização. Neste passo, a implantação de presídios foi imprescindível na expansão dos limites territoriais sob a égide portuguesa. Sua interiorização, juntamente com a jurisdição, seguiu em prevenção contra ataques e sublevações, tendo em vista o pedido de socorro para guarnições e tropas do interior, alargando os domínios para o avultamento do comércio, aumentando o contingente de vassallos e o acesso a “novas nações”.

Muito do que se praticou, no ultramar, do Congo à Macau, da Bahia à Goa e outras diversas ábditas conquistas lusitanas, foi produzido por via mercantil, através de auferimentos equiponderantes aos serviços prestados e/ou a própria vivência em práticas comerciais. O reconhecimento e a estimação do rei configuraram boa parte das esperanças de quem se propunha a aventurar-se em empreitadas no além-mar. Nesse ínterim, o comércio fora um fator viabilizador no que diz respeito à manutenção de provimentos imprescindíveis, a que se necessitavam, para a vida dos indivíduos à mercê Del Rey. Como elucidamos no capítulo anterior, interpor-se ao mundo dos privilégios do Império Ultramarino português significava muito além de usufruir de uma vida diferenciada. Com presteza, fazia com que os beneméritos carecessem, além de tudo, de complexas configurações de ajustamentos relacionais, traquejos políticos e proficiência análoga à gerência de negócios públicos ou particulares, ¹²⁹ e sua própria inserção como sujeito articulador da malha micro e macro desta conjuntura. A primeira, micro, trata-se de questões locais, conforme as circunstâncias engendradas pelas disputas entre diversas forças conflitantes que por vezes mudavam de matiz e forma numa perene mutação em

¹²⁸ Diga-se de passagem, o conceito de ‘território’ visto como uma área delimitada por uma entidade que exerce poder, a exemplo do domínio institucionalizado de Portugal sobre Angola, mesmo que mediante a alguns acordos com os povos locais. Sobre o conceito de ‘território’, ver: SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento*. In CASTRO, Iná Elias de & GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

¹²⁹ Por conseguinte, fornecedores do conhecimento indispensável que a Coroa precisava sobre suas possessões, tendo em vista as grandes distancias, como já mencionado no primeiro capítulo.

delineadas maleabilidades. A segunda, macro, diz respeito a imprescindíveis contatos com homens mais próximos ao Centro que pudessem articular vantagens e outros espalhados por demais localidades e que promovessem reciprocidade e representações, caso quisessem firmes acordos, numa determinada região.

Em suma, o processo de individualização dá-se por uma transformação de caracterização do indivíduo no grupo, pois as várias possibilidades abertas, por um indivíduo, a partir do vínculo com vários grupos, o fazem ter uma maior individualização e maior raio de ação e de escolhas. Uma boa rede social era indispensável, para o acesso a postos numa carreira profícua, que possibilita um indivíduo compor redes e até mesmo ser o centro dela.

No caso de Angola, a efemeridade dos cargos de governança refletiu-se em seguir por um caminho que levasse a valer-se ao máximo dos benefícios que tais cargos possibilitavam, sobretudo, no âmbito comercial. “O comercio somente hé q~. promove as atenções, e como objeto único, e principal se deve examinar o seu estado e subsistência, para servir de instrução”.¹³⁰ Não era o comercio inicio, meio ou fim de toda conjuntura existente da e para a administração em Angola e tampouco os únicos objetivos singulares de quem quer que fosse empossado no governo de Angola. Mas era de grande proveito para o alargamento dos cabedais pelas vantagens que o cargo de governador proporcionava.

Assim como nas sociedades de Antigo Regime as relações entre indivíduos em seus círculos de poder não se conjecturavam tão somente em conexões políticas. Dantes, a tessitura social se ordenava pelas redes de vínculos para organizar as diversas partes que compõem a estrutura política pelo fato de ser intrinsecamente enleada e regida pela política, engajando-se seus interesses econômicos.¹³¹ Desta forma, a utilidade da moral materialista¹³² era imprescindível no corpo das ações políticas particulares. As ideias expressas pela obra de Elias Alexandre fornecem algumas pistas de como a prática comercial foi um fio condutor fulcral que ligava às demais questões administrativas e/ou mesmo sociais, mas de longe são as suficientes para maiores interpretações do funcionamento da rede mercantil de um determinado governo. Estando empossado do

¹³⁰ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. cit.*, Tomo I, p. 18-19.

¹³¹ Cf. FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. In: *Topoi*. Rio de Janeiro, n. 1, 2000, pp. 45-122; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira dos. *Op. cit.*, pp. 96-137.

¹³² Referimo-nos a riqueza que o indivíduo e sua família obtinham.

governo de Angola, o governador tinha pouco tempo para usufruir ao máximo das prerrogativas que o cargo possibilitava e muito menos tempo para preocupar-se em promover continuidades governativas que assegurassem à conquista um corpo mais bem organizado e menos lastimoso.

Utilizando-se sincronicamente do comércio como sobrevida social hierarquizada, como tal, ele sustentaria economicamente a manutenção de sua patente. Com isso, negócios e governanças estavam intrinsecamente interligados. As práticas governativas se conduziam a favor das práticas mercantis que por sua vez tinham seu acesso através de relações sociais entre aqueles que configuravam posição relevante na hierarquia social das tramas governativas e/ou eclesiásticas, transformando circuitos políticos em cenários comerciais ou vice-versa. Isso dá nota aos questionamentos feitos por Charles Boxer quando interpela as contradições existentes pelo “fato de uma sociedade que dava tanta importância à classe senhorial, eclesiástica e militar depender tanto para o seu desenvolvimento e sobrevivência do negócio e do comércio.”¹³³

Seus componentes poderiam ser constituídos por diferentes ramos, o que evidencia não ser necessariamente um grupo de indivíduos com função social análoga ou com influência em somente um determinado campo de atividade. Para que a rede pudesse ser mais elástica, facultando maior abrangência em diversos espaços, sejam elas geográficas ou imateriais, do Império português, a atuação da rede demandava uma série de meios pecuniários, sociais e políticos de seus integrantes.¹³⁴

¹³³ BOXER, Charles Ralph. *Op. cit.*, 1973, p. 307

¹³⁴ Cf. FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Op. cit.*, 2006.

Capítulo 3

**A rede comercial do Governador e Capitão General,
Luís César de Meneses**

*Que se achavão impossibilitados para maniaem d'aquella praça buscar de propósito negros a Angola por não terem effeitos com que carregar as embarcações que forem, também pela incerteza da liberdade de poderem vir carregados, ou em razão das preferencias dos navios dos Governadores.*¹

O que seria de um governante se a sua volta não houvesse homens responsáveis em fazer com que sua administração funcionasse a serviço de seus interesses gerais, além de permitir que se oferecesse os devidos préstimos a serviço da Coroa? Ou o que seria da funcionalidade de uma companhia mercantil² se não houvesse a disponibilidade e pré-disposição de homens em garantir os usufrutos de seu dirigente e, paralelamente, angariando seus próprios benefícios, conforme seus postos ocupados e seus serviços prestados, respeitando as respectivas equivalências hierárquicas?

Antes mesmo de ser nomeado como governador de Angola, quando ainda se encontrava a frente do governo fluminense (1690-1693), afora seu ofício governamental, Luís César de Meneses também atuava como mandatário dos negócios e assuntos familiares de Gonçalo da Costa de Alçacova Carneiro de Meneses enquanto este era governador de Angola (1691 a 1694). Fato que fez com que Meneses adquirisse experiência acerca dos tipos de mercadorias comercializadas com a África, dos procedimentos de remessas de lucros, contabilização de mercadorias em navios,

¹ Consulta ao Conselho Ultramarino. Lisboa, 29 de outubro de 1695. CU, 01,01, 022, folha 276. “Sobre o que escreve Sebastião de Castro e Caldas, a cujo o cargo está o governo do Rio de Janeiro, e os officiaes da Camara sobre se levantar a prohibição que ha de navegarem as aguardentes para Angola, e vão os papeis que accusam”.

² O próprio Luís César de Meneses refere-se a sua complexa organização comercial como “companhia”.

consignação de documentos e produtos a terceiros, serviço de curadoria, dentre outras incumbências. Não esquecendo, evidentemente, da própria experiência adquirida como governador do Rio de Janeiro, local que tinha uma forte e constante ligação com Angola, possibilitando-o a familiarização com os diversos trâmites relacionados com a colônia africana, tanto aqueles de caráter burocrático quanto os de caráter comercial. No que dizem respeito às especificidades dos governantes empossados, estas eram práticas muitas vezes indissociáveis.

Assumindo o governo em Angola,³ àquela altura já detinha uma trama de indivíduos que estavam ao seu serviço no “Brasil”, nas capitanias de Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro; em Portugal, em Lisboa; na Ilha da Madeira e em São Tomé. Desde o início, possuía um bom número de representantes pela sua importância estabelecida ainda na América portuguesa. Acima de tudo, por ter exercido um posto de relevância na administração colonial, o que viabilizou, posteriormente, uma trama de interesses que coordenou à distância.

Em retorno, os indivíduos que ordenava assumiam o prestígio de exercer funções representativas nas devidas localidades, podendo mais adiante garantir-lhes melhores postos e ganhos. Cada um tinha sua peculiaridade e importância dentro da organização dos negócios de Meneses, que são evidenciadas nas cartas direcionadas aos seus principais correspondentes, ou, quando não, em citações do nome de indivíduos os quais não eram os destinatários das cartas, mas que mesmo assim, em alguns casos, não deixaram de exercer funções destacadas em sua rede.

3.1 O estilo de Meneses em sua organização mercantil

Querer separar a prática governamental das práticas mercantis no contexto aqui abordado, por mais paradoxal que pareça, ao menos nas relações em papel pode ser admissível. Posto que, cada parte da vida de Meneses como governador e como mercador estava contida em mundos diferentes, compreensível no que diz respeito ao seu estilo de escrita. Certamente, se por um lado as cartas ao rei delineavam sua

³ Como já mencionado, teve patente em 13 de Janeiro de 1697, sendo empossado em 9 de novembro do mesmo ano.

preocupação com o domínio português em Angola, prezando pela garantia dos interesses da Coroa referentes às Missões, a presídios e fortalezas, sujeição de reinos locais, erários etc., com estilo cerimonial solene, por outro, quando direcionadas aos seus representantes, suas particularidades em trâmites mercantis se enveredavam por discursos com linguagem bem distinta, sendo de cunho comercial e contabilista, e por vezes informal.

Para seus procuradores, Meneses enviava correspondências que instruía todo procedimento a ser cumprido em relação aos seus negócios nas capitanias da América portuguesa, no Reino, Ilha da Madeira e em São Tomé, que por sua vez, instruía outros prestadores com nível hierárquico abaixo aos deles como os capitães e mestres de embarcações, e por vezes avançadores,⁴ que transitavam pelo Atlântico – isto no caso de não se encontrarem no porto de Luanda, uma vez que desta forma o próprio Meneses os instruía. Tratavam-se, no entanto, de instruções repassadas a estes subsequentes que tinham origem nas próprias correspondências que Meneses enviava, contando também com carregadores de embarcações, curadores⁵ e outros prestadores de serviços gerais.

Apesar de fazer elogios a seus procuradores, sempre desejando que servissem da melhor maneira seus interesses, onde seriam muito bem recompensados, em sua grande maioria tratava-se de relações estabelecidas verticalmente, exigindo-os prestações de contas detalhadas sobre cada produto comercializado e de cada serviço prestado. Não obscurantando a tácita dependência em relação de todos eles, espalhados por todas as localidades já citadas, que não eram únicos em cada uma delas, havendo outros que o representavam na ausência dos titulares, seja por motivo de doença, morte ou ausência do logradouro, para que assim não faltasse quem o representasse. Ainda que fosse comum a forma cordial com que se relacionava com esses e demais correspondentes, a hierarquização tão presente nas relações sociais do Antigo Regime era também perceptível no trato diferenciado que em suas cartas demonstrava a alguns deles, especialmente quando analisamos os adjetivos utilizados para mencionar os sujeitos mais graduados como governadores, secretários e outros indivíduos com ofícios de prestígio equivalentes aos seus, citados então como “Meu Senhor”, “Meu Senhor e

⁴ Indivíduo que tendo a guarda do dinheiro ou bens de outrem os utiliza como representante do proprietário.

⁵ Indivíduo com a responsabilidade de cuidar da saúde dos escravos embarcadores, zelando pela sobrevivência do maior número de *cabeças* ao porto de destino, sendo pago por cada *cabeça* que tivesse chegado viva.

amigo”, “Meu amigo e Senhor”, “Meu comp. e Senhor”, “Senhor Gl.”. Ou quando demonstrava preocupação, mesmo que formal, sobre a saúde e nas questões pessoais do destinatário, revelando maior proximidade com o sujeito.

Além da parte material dependia de uma rede complexa de navios que pudessem transportar um grande volume de mercadorias em diversos locais de origem e destino em embarcações de variados tipos e tamanhos.⁶ Em sua maioria, de pequeno e médio porte, sendo mais importante o número de remessas do que capacidade singularmente superior de cada uma delas. Desta forma, haveria um maior fluxo de despachos realizados para atender a demanda em várias localidades em períodos em muitos casos concomitantes, divididas entre embarcações próprias, com propriedade integral ou parcial,⁷ e fretadas, de sócios ou não dos carregamentos embarcados.⁸ Esta necessidade peculiar o fez realizar a compra de algumas outras durante seu governo para atender toda a demanda, aumentando o número da frota a seu serviço, tanto no uso de embarcações de terceiros, que em tantos casos foram como fretamento, mas, principalmente, por embarcações suas. O aumento de sua frota tinha o intuito de não ficar desprovido de prontidão para o carregamento das mercadorias para que assim pudesse cumprir os prazos firmados, diminuindo sumariamente a dependência, nestes casos, da embarcação de outros. Tanto que encomendou ao Capitão Joaquim Ignácio Correa, seu procurador no Rio de Janeiro (citado na maioria das vezes apenas como Ignácio Correa), a compra de uma que atendesse suas necessidades. Diga-se navio não muito grande e em bom estado para que não se perdesse tempo em consertos, e, logo feita sua compra, que estivesse pronto a servi-lo no carregamento de suas mercadorias.

Intermediário na compra de embarcações, o procurador no Rio de Janeiro, Ignácio Correa, a princípio, sugeriu o navio do Tenente General Rodrigo da Costa, recusado por Meneses, em se tratando de uma embarcação muito grande para suas pretensões, uma vez que era de sua melhor serventia os menores como os que têm por fazer saídas mais rápidas.⁹ Na mesma carta a Ignácio relatava que o patacho de Henrique Jacques Magalhães, antecessor de Meneses no governo de Angola, estava em

⁶ Charruas, fragatas, naus, patachos e sumacas.

⁷ Em alguns navios, Meneses detinha a metade de sua propriedade

⁸ Talvez um dos motivos de ter vários sócios era o fato de haver a possibilidade de associação em embarcações, onde detinha somente uma parte do direito do navio.

⁹ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 03 de outubro de 1698. IHGB, 72, 08, folhas 18 verso, 19, 19 verso e 20.

condições inferiores aos três dos quais tinha posse,¹⁰ portanto, Ignácio não deveria fazer negócio para tratar de sua compra, assim como alertara sobre a embarcação à venda de Rodrigo da Costa.

Após a recusa de duas anteriores, ordenava a Ignácio a compra junto a João Álvares de Oliveira de uma embarcação no valor de 1.250\$000, mesmo se encontrando em estado aquém para a navegação. Ordenava ainda que lhe fizesse os devidos consertos e fosse forrado para que tão logo fizesse carregamento com escravos e pusesse a serviço do novato mestre de navio Joseph da Silva, que arquearia 320 cabeças em frete com consignação ao próprio Ignácio Correa, no Rio de Janeiro, como ordenou Meneses, preocupado com a pouca experiência do mestre, apesar da boa estima sobre ele.

Não é nenhuma surpresa que os navios não costumavam atravessar o oceano vazios, sendo imprescindível carregá-los com produtos de portos de outras localidades em direção a Angola onde seriam então carregados, sobretudo, com escravos. Em muitos casos o fretamento de mercadorias de terceiros também era um bom negócio para que a viagem não fosse feita com a embarcação vazia. Os produtos carregados no local de origem, no caso da América portuguesa, poderiam ser cachaça, farinha, tabaco, e, em casos recorrentes aos pedidos de Meneses, tábuas de madeiras de boa qualidade, além dos casos de produtos de origem metropolitana ou de outras localidades, principalmente, o mais requerido por Meneses, os *panos asiáticos*.

Meneses ainda recomendava que Ignácio Correa se preocupasse em aumentar suas fazendas, e que fizesse bons negócios com as *cabeças* que enviara. Devendo em melhor tempo – diga-se, o mais rápido possível – remeter “vinte e cinco mil cruzados em letras seguras de bons paçadores, ou de risco em bons navios, e em ouro, e em açúcares carregados em bons e diferentes navios”.¹¹

Posteriormente, outras embarcações foram encomendadas tanto para aumentar sua frota, como para substituir aquelas que já apresentavam maiores avarias por outras que trouxessem maior segurança para o carregamento de suas mercadorias.

Este navio foi bem fabricado e parece-me que nao he mau para andar em as frotas, tenho algum intento de o comprar todo ou a mayor parte façame favor mandallo ahy ver porquem o entenda e avizarme o que

¹⁰ Naquela altura, outubro de 1698, Meneses dizia ter três patachos.

¹¹ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 03 de outubro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 19 verso.

dizem delle e as caxas que pouco mais ou menos carregará e o quanto poderey dar por elle e faça isto com o maior segredo que puder ter.¹²

Embora alguns de seus negociadores, representantes e sócios tivessem embarcações em números suficientes para lhes prestar os serviços, o motivo das novas aquisições para atender aos seus negócios não é isento de explanação, ainda que sua providência seja facilmente compreensível. Quaisquer negócios alheios a outrem, como o caso aqui exposto, o dependente interessado estará sujeito a não ter controle sobre as ações que por ele são esperadas, sobretudo, inclusive, acanhando sua autoridade de se cobrar aquilo que se quer ver executado, à sua maneira. Evidentemente, pelo que já fora elucidado anteriormente, Meneses dispunha-se a atender toda a demanda comercial que lhe fosse possível, projetando conseguir o máximo de cabedal viável no tempo que estivera no governo, aproveitando sua presença no poder e as prerrogativas imputadas pelo cargo. Uma vez com embarcações de sua propriedade e com o poder de atender as várias demandas comerciais, Meneses daria cabo do controle sobre os prazos firmados e sua autoridade acerca de seus representantes e interlocutores.

Quando ainda se encaminhava para Luanda para suceder Henriques Jacques no governo, Meneses levava com ele um enorme carregamento de aguardentes. Como o próprio relatou, tratava-se de uma remessa de “tão grande de carregação” de aguardentes, que chegou ao custo de um pouco mais de 8.000\$000, numa quantia que girava em torno de 400 pipas da bebida. Ao compreender melhor a demanda local, em pouco tempo percebeu que não conseguiria dar saída a toda ela tão rapidamente como suscitava, pela dificuldade de acertos tão imediatos devido às distâncias das regiões de negociação. Assim, uma parte do carregamento de aguardente ficou alienada a pagamentos de médio a longo prazo, já que a preocupação se dava no sentido de garantir a venda daquele gênero de “tanta abundância” que poderia perecer em prejuízos maiores quanto da perda da mercadoria enquanto esperasse compradores. Ao vendê-la para alguns mercadores locais de cativos, estes se dispuseram da mercadoria e deram

¹² Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 07 de maio de 1700. IHGB, 72, 08, folha 63 verso.

garantias de remessas de peças durante o período de um até dois anos, garantindo assim o envio de escravos em boa parte do tempo do governo de Meneses.¹³

Afora as aguardentes, havia também recebido um grande carregamento de vinhos da Ilha da Madeira através de seu procurador Joseph Pereira de Araújo,¹⁴ que correspondia a mais de 600 pipas da bebida, tratando de dar a saída desta remessa com o mesmo procedimento dado às aguardentes.

Com cargas de tamanha proporção pode-se compreender como o mercado em Angola ficou saturado de bebidas alcoólicas, evidenciado mais ainda pelo baixo percentual de lucro por cima do vinho importado.

Quadro 2: *Variante de lucro sobre a pipa de vinho*

Custos da pipa de vinho da Ilha da Madeira para Angola	Valor de venda por pipa em Angola e seu lucro
15\$000 – custo de bordo 8\$000 – custo com frete 3\$500 – custo com direitos ao Reino (tributos) 2\$000 – custo com comissão de armazém	Entre 30\$000 e 32\$000
Valor total de custos = 28\$500	Lucro variante = entre 1\$500 e 3\$500. Percentual de lucro de 5% a 12%.

Fonte: IGHB, 72, 08, folha 08.

Pela dificuldade que encontrou em liquidar com a remessa de aguardentes e pelo baixo lucro obtido sobre o vinho madeirense, a princípio, constatou que o mercado de bebidas não se dava de maneira tão volumosa como imaginava quando encomendou tamanha carga, embora tenha demonstrado grande habilidade em sua negociação ao repassar toda a mercadoria. Porém, a mesma dificuldade não ocorreu com os

¹³ Cada trâmite parece estar inserido de maneira peculiar, havendo prazos menores que um ano para o pagamento em cabeças de escravos. Acrescentamento a carta de Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 26 de novembro de 1697. IHGB, 72, 08, folha 04, 04 verso e 05; Acrescentamento a carta de Pascoal da Silva Siqueira sobre o carregamento de aguardentes. Luanda, 03 de janeiro de 1698. IHGB, 72, 08, folhas 05, 05 verso e 06; Carta a Joseph Pereira de Araújo. Luanda, 29 de janeiro de 1698. IHGB, 72, 08, folhas 06 e 06 verso.

¹⁴ Época em que Joseph Pereira se encontrava na Ilha da Madeira.

6.000\$000¹⁵ em panos que encomendou para também comerciar por escravos, que teve tão rápida saída que logo ficou em falta.¹⁶

Já percebendo a insuficiência na oferta de tecidos para uma demanda ávida pelo produto, contactou seus representantes no porto de Salvador – o maior na entrada e na paragem de *fazendas asiáticas*, que há muito tivera suas ligações com as *carreiras da Índia*¹⁷ – sobretudo, através de seu principal procurador na Bahia, João Lopes Fiuza, para viabilizarem mercadores do produto. Além de solicitar novas encomendas através de sócios-procuradores na Ilha da Madeira e em Lisboa, respectivamente, Joseph Pereira de Araújo¹⁸ e Miguel da Silva Siqueira. Nesse sentido, inicialmente, a projeção para negociar em Luanda parecia encaminhada firmemente para a introdução dos panos, que viabilizariam a continuação do negócio com o comércio de escravos.

Precavemos senão, que a preocupação maior não era depositada fundamentalmente no mercado de panos, pois estes não eram o produto de destino final para a troca por moeda circulante. Os panos versavam-se como a espécie de troca que a demanda local solicitava, mas que conjecturalmente poderia ser outro produto do interesse dos fornecedores de escravos, conforme as exigências em voga, como em outros tempos fora em maior volume através da farinha de mandioca, do *zimbo* e da cachaça.¹⁹ Esta última, no entanto, ainda permanecendo com vigor na troca por escravos durante todo o período em que Meneses permaneceu em Angola, apesar do mercado apresentar-se inicialmente saturado diante de uma remessa de grande porte, como ocorrera.

Posto isso, eram os escravos sim a mercadoria que faria a troca direta por moedas de caráter de troca universal, tal como, por exemplo, o ouro, ou por letras seguras e letras de risco de bons passadores.²⁰ Assim como também por outras

¹⁵ Em espécie eram 80 corjas de panos, ou o equivalente a 1600 “roupas”.

¹⁶ Carta a Joseph Pereira de Araújo. Luanda, 29 de janeiro de 1698. IHGB, 72, 08, folhas 06, 06 verso e 07.

¹⁷ Cf. Lapa, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*,

¹⁸ Nas correspondências de Meneses, Joseph Pereira permaneceu na Ilha da Madeira no ano de 1697 e 1698. Já no ano de 1699 em diante se encontrava em Lisboa, sendo, junto de Miguel Siqueira, os principais procuradores no Reino.

¹⁹ Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.* (capítulo 7).

²⁰ Forma de pagamento baseada no papel escrito pelo devedor, repassado como nota promissória, acusando uma dívida, consistindo em uma promessa de pagamento. Os termos ‘segura’ ou de ‘risco’ são conceituados conforme a ligação do recebedor com o indivíduo que está passando a letra. Se há ou não uma confiança da parte do primeiro sobre a reputação do segundo. Nas letras de ‘risco’ existem as de ‘bons passadores’, que se referem àquelas passadas por indivíduos que são da confiança de terceiros.

mercadorias que agregassem maior valor quando comercializadas na Europa, como veremos mais adiante. Sendo assim, as *peças* eram o produto chave da rede comercial para a obtenção dos cabedais, uma vez que não variavam como os produtos por sua troca em África.²¹

Em carta enviada ao Capitão Gonçalo Ferreira Souto, procurador no Rio de Janeiro, em 03 agosto de 1698, Meneses dizia receber de Lisboa uma incrível remessa de 18.000\$000 em *fazendas* (panos) vindas pela Bahia, através de João Fiuza. Apesar de, no semestre anterior, demonstrar vontade em receber *fazendas* para o comércio em Angola, na carta expõe sobre o “mizeravel estado em que está o negócio desta terra me não há de custar pouco o mandar desfazerme della”.²² Posteriormente, no mesmo ano, após receber grande remessa de panos, Meneses ordena ainda que João Fiuza não mande mais as *fazendas* sem que o lhe peça, pois ainda não tinha dado cabo da venda da remessa anterior. Logo, a oferta de panos regularmente enviados até aquele momento já tinha atendido a demanda, mostrando que assim como as aguardentes, os panos também tinham uma limitação local, pois já não estavam com tanta procura como encontrara quando de sua chegada ao governo de Angola.

Mesmo sob autorização prévia para que o enviasse, o controle sobre volume de panos não estava regulado, pois ao fazer a encomenda de um novo carregamento, no tempo em que chegou ao seu destino, Meneses prontamente escreveu a João Lopes Fiuza julgando que melhor seria se não tivesse comprado a remessa de *fazendas* que lhe encomendara, pois como o próprio disse: “porque me não acomoda meter quá tanta a vista da que ainda tenho”.²³ Ordenando, assim, que não se remetesse mais panos além do que os enviou pela remessa comprada de João Thomas Garcia, um de seus fornecedores em Lisboa. Não obstante a carga ter sido recebida e encaminhada para dar sua saída.

Neste caso apresentado, a aceitação do produto se pautou mais por uma questão de reciprocidade com Fiuza, procurador, consignatário, pagador e por vezes sócio minoritário em pontuais negócios de Meneses – apesar de relação não horizontal entre

²¹ Como é o caso do marfim que foi largamente comercializado diretamente a Portugal, através de remessa que, antes de chegar ao seu destino final, ainda fazia escala, consignado aos seus procuradores, nos três principais portos da América portuguesa: Bahia, e Rio de Janeiro, e em menor volume para o Recife.

²² Carta a Gonçalo Ferreira Souto. Luanda, 03 de agosto de 1698. IHGB, 72, 08, folha 20.

²³ Carta a João Lopes Fiuza (na Bahia). Luanda, 30 de outubro de 1698. IHGB, lata 72, pasta 8, folha 22.

os dois. Nas três cartas que o enviou num período de oito meses²⁴ declarava a prontidão com que o dito prestava-lhe serviços, demonstrando a conveniência de uma retribuição jus à mercê. Paralelamente, em um caso preciso, preocupava-se com o prejuízo que lhe foi causado pela perda de parte considerável da remessa de escravos que aguardava para os negócios com seus compradores na Bahia, assim estando Meneses pronto a ressarcir-lhe a perda da espera, não em valores, mas com novas cargas prontamente às necessidades de Fiuza, além do navio com outros produtos enviados da Bahia, que de tanto tardar supôs não mais estar a caminho de Luanda, o que fez lançar novos prejuízos a Fiuza.²⁵

No imprevisto citado, os panos só foram aceitos pela cordialidade da relação entre ambos, como uma forma de avigorar os seus laços beneficiadores. Ao exemplo de como alertara a Fiuza, no ano seguinte, em fevereiro de 1699, o mesmo o fez com Pascoal da Silva Siqueira, procurador em Pernambuco, desta vez dizendo que por bem fez em não ter enviado os panos que lhe havia encomendado, pois tinha ainda grande quantidade de *fazendas* da Índia vindas da Bahia do custo de “vinte e tantos mil cruzados”.²⁶ Se em agosto de 1698, Meneses dizia ter grande quantidade, pedindo que não mais enviassem panos e em fevereiro de 1699 dizia ter recebido da Bahia uma remessa maior ainda durante um espaço de tempo de apenas seis meses, entre a carta para Fiuza e a direcionada a Pascoal, isto dá indícios da volatilidade daquele comércio, levando em conta a demora da viagem e os volumes enviados.

Outra característica corriqueira, e inteligível, era a maneira como direcionava suas ordenações, enviando cópia a diferentes procuradores de maneira que ficassem informados dos passos dados por outrem para que garantissem o sucesso do trâmite. Desta forma, Meneses asseguraria maior transparência entre seus recebedores, dada a dificuldade de estabelecer acordos mútuos num curto espaço de tempo em distâncias tão longas, onde ao mesmo tempo teriam o compromisso de enviar respostas num espaço de tempo determinado, juntamente com a estipulação do período de retorno das embarcações com carga para Luanda.

²⁴ Respectivamente em: 06/02/1698, 20/04/1698 e 30/10/1698.

²⁵ O curioso é que Meneses em casos divergentes se preocupou em assumir as perdas dos produtos que não chegaram aos seus destinos, tanto os enviados por ele, de Luanda para a Bahia (escravos), quanto os enviados por Fiuza, da Bahia para Luanda (cavalos, manteiga e cavalos).

²⁶ Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 26 de fevereiro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 28 verso.

Um exemplo das interligações de avisos pode ser visto no pagamento de um empréstimo a juros contraído em Lisboa junto a Domingos Maciel e Luís Maciel. Seu pagamento caberia a um de seus procuradores no Rio de Janeiro, Ignácio Correa, e o recebimento ficaria por conta de Joseph Pereira, que àquela altura já havia se mudado para Lisboa como seu procurador, após período na Ilha da Madeira. Neste trâmite ainda estavam interligados Miguel da Silva Siqueira e Aleixo Pedro de Alcântara, Escrivão dos Contos e Casa, estando o primeiro incumbido de receber a quantia na ausência dos recebedores, Domingos e Luís Maciel, e o segundo responsável em assegurar o recebimento e fazer os ajustes necessários.²⁷

Com estes procedimentos, os laços de Meneses com seus subordinados e aliados, laborais e/ou afetivos, se desenhavam de forma bem segura, uma vez que a mesma informação era direcionada a vários indivíduos numa mesma remessa de carta, ao qual delegava as funções correspondentes para que as informações fossem passadas para os nomes citados por ele. Em outro de muitos casos, uma carta que foi enviada em consignação titular para o Capitão Ignácio Correa ordenava que o mesmo desse saída ao carregamento de 320 escravos arqueados pelo mestre ainda “pouco experiente” Joseph da Silva. Paralelamente, deixava o capitão Gonçalo Ferreira Souto, também no Rio de Janeiro, a par de todas as informações relativas à carga e seus devidos procedimentos.²⁸

Estes exemplos, como muitos outros semelhantes, reafirmam a preocupação em informar o mesmo ato a vários de seus representantes, de maneira a consolidar sua posição de comando apesar da longa distância. A menção a vários indivíduos também figurava como vigilância num negócio aparentemente de risco, uma vez que em muitos casos o comércio era praticado sem valor de moeda corrente, sobretudo, através de letras de risco repassadas por terceiros. Com efeito, os compromissos protocolares de avisos sobre a chegada e a saída de navios, mercadorias, documentos e informações diversas, eram afirmados em práticas constantes. Tratando-se de carregamentos de valores consideráveis que envolviam muitos nomes, requeriam um cuidado minudente na comunicação entre as partes representantes, tanto para os que estavam ligados de maneira subordinada a Meneses, como para quem interessava o material para o usufruto e/ou economicamente.

²⁷ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 03 de outubro de 1698. IHGB, 72. 08, folhas 18 verso, 19, 19 verso e 20.

²⁸ Idem.

Na carta a Meneses, enviada da Bahia, em 02 de junho de 1698, chegada a Luanda em 12 de agosto do mesmo ano, João Lopes Fiuza relatava a chegada do navio capitaneado por Joseph Carvalho. Ao mesmo tempo avisava da chegada do carregamento de 428 cabeças àquele porto, das quais 90 haviam perecido. Adicionava-se ainda a remessa de 18 *cabeças* pela conta de Meneses, dos quais 16 chegaram vivos, sendo um deles morto já em terra. Fato que Meneses lamentou não somente por sua conta e ganhos, dizendo ser uma

perda sem duvida consideravel, pera todos o coal sinto mais pellos entereçados do que por eu proprio, se foi isso cauzado da agoada como me dizem, eu lhe tenho mandado por tal cuidado mas que se fazem que suponho não sucederá outra semelhante por esta cauza, e se foi por outra a coal eu inoro[ignoro] com a chegada do dito atalharei esse dano.²⁹

Ao que pese as palavras de Meneses, sua preocupação com o dano causado a seus compradores por não receberem as remessas solicitadas, exercia, aparentemente, maior influência negativa do que seu próprio prejuízo em particular. Nesta linha, o bom serviço fazia parte das boas relações de reciprocidade, mesmo que estas fossem a custo de um procedimento de formalidade, tal como demonstra sua característica como bom negociador compromissado com seus acordos, pronto a atender as necessidades de seus negociáveis.

Fazendo uma avaliação em alguns casos já apresentados e outros que foram identificados, Meneses não raras vezes assumia o ônus das muitas perdas deflagradas, resguardando-se da seguridade de conservar fidelidades e manter seus prestadores de serviços às suas ordens. O mesmo não ocorrendo com aqueles que não figuravam entre seus sequazes, como, por exemplo, o “dito mosso”, Gabriel de Barros, que comprou *fazendas* de um dos negociantes de Meneses e não pagou a quantia correspondente, sendo cobrado pelo capitão Gonçalo Ferreira Souto, a mando do governador. E, após o “mosso” ter sido morto em São Tomé, haveria de o capitão encontrar quem pagasse a dita dívida para que não tivesse o prejuízo.³⁰

Este caso mostra, igualmente, uma hierarquização sobre as falhas deflagradas, uma vez que a causa das imperícias poderia recair sobre os subordinados de menor

²⁹ Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 30 de outubro de 1698. IHGB, lata 72, pasta 8, folha 21 verso.

³⁰ Carta a Gonçalo Ferreira Souto. Luanda, 03 de agosto de 1698. IHGB, 72, 08, folhas 20 e 20 verso.

patamar, mormente, com ofícios de menor prestígio, como responsáveis por serviços mecânicos. Em outro caso, em carta a João Fiuza, Meneses reclamava do prejuízo contraído pelo carregamento de vinhos vindo do Reino, comprados de Fernão de Meneses (Conde de Iriseira), Francisco de Mello (seu parente) ³¹ e Jorge de Mello que acabaram virando vinagre, ao qual não pode obter nenhum lucro. Arcando com o malogro da carga, não obstante, tão prontamente se encarregou de enviar, através de Fiuza, na Bahia, letras como forma de pagamento aos três, respectivamente, nos valores de 805\$943, 212\$070 e 477\$497, num total de 1.495\$510. Segundo Meneses, tais danos teriam vindo devido a possíveis irregularidades praticadas por mestres e capitães das embarcações, que também estariam praticando “velhacarias” sobre as *peças* que embarcava.

Rellatame VM as cauzas porque na carregaçam do Loango não ouve maior enterese não são essas as que a VM la lhe dizerão de Bernardo Berganha porem sy' a das velhacarias e trocas que fez o mestrezinho da dita charrua porque o [Bernardo] Berganha da venda que fez ao estrangeiro deu cá notisia e se não fizera poderá ser lhe roubaram todas como a vista do proprio mestre lhe levarão os negros bastantes. Bom será que a VM lhe conte as cabessas que o dito mestre dá mortes na viagem, porque o não lhe acharem carimbos como VM me dis endica com a sua demazia das espreteza haver nisto algu prejuizo meu, e não sei como VM lhe pagou mais direitos do que dos que resebeu, porque elle não levou de menos da sua arqueaçam, e a essa B^a. [Bahia] chegou com mais de toda ella. ³²

Apesar de assumir boa parte dos prejuízos, mais pelo princípio da reciprocidade do que exatamente despreocupação com as perdas, mostrava-se precavido quanto ao embarque seguro de seus navios. Em 20 de junho de 1698 Meneses avisava a Fiuza que enviara seu navio Sol Dourado com o carregamento de 40 cabeças, com remessas tanto para a Bahia quanto para Pernambuco, dizendo ainda que só não enviou mais escravos porque, a princípio, o mesmo não tinha condições de viagem por se tratar de uma embarcação velha. O que necessitou dos devidos reparos ao qual, posteriormente, se resguardou do risco de se perder toda a carga, prezando por uma viagem mais segura e

³¹ Não há especificação do grau de parentesco entre eles. Cf. Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 20 de maio de 1699. IHGB, 72, 08, folha 38 verso.

³² Idem. Luanda, 15 de fevereiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 57.

rápida.³³ Atitude fruto de experiências com o comércio ultramarino na perda de outras cargas.

Mesmo tendo representantes em regiões tão diversas e distantes, onde as cartas eram o veículo material mais seguro e único possível para a informação e o controle de suas relações de negócios, não devemos obscurantar os riscos das mesmas. O que fez com que as desconfianças não o desonerassem em meio a tantas pessoas envolvidas em sua rede de relações. Em um caso a ser apresentado, uma embarcação sua que veio da Bahia, chegada a Luanda em 10 de novembro de 1698, Meneses é avisado da perda dos cavalos de uma de suas encomendas que vinham do Recife em um patacho. Na mesma embarcação, que saiu antes da frota, deveriam ser remetidos os gêneros de uma encomenda feita a Pascoal da Silva Siqueira, em Pernambuco, que havia avisado a Meneses que os mesmos estavam em falta, sendo assim, tais gêneros não se encontrariam na embarcação. O que se percebe é que mesmo Pascoal sendo um homem de sua confiança e por diversas vezes elogiado por sua clareza nos negócios, não estava ele isento da resguarda de Meneses diante dos seus interesses. Pois antes mesmo de uma possível suscitação de Pascoal a qual relatasse que os gêneros estariam na embarcação naufragada, apesar da falta como primeiramente relatou, Meneses se adiantou lhe escrevendo que, apesar da perda, as cartas enviadas haviam se salvado, acreditando que a tal carga não estaria embarcada, pois toda ela era comumente discriminada nas respectivas correspondências. Dizia:

fui sabedor da prediçam sucedida ao Patacho dos cavallos que desse porto partio para esta cidade e suposto me dizem que as minhas cartas se salvaram [...] no meu navio não sei tem perdido me carregaria VM alguns efeitos que como me dizem sahio antes da frota, e VM me avia avizado que os generos que lhe eu pedia os não avia na terra suponho os não mandaria nelle, que coando tal succede me hei de conformar com o que Deos premita;³⁴

Desta forma, por um lado, resguardava-se da segurança de manter um de seus mais assíduos e importantes representantes no Recife, Pascoal da Silva Siqueira, avisando ao próprio que as cartas às quais constariam as informações de todo o procedimento da carga estavam em seu poder, antecedendo qualquer suposta

³³ Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 30 de outubro de 1698. IHGB, 72, 08, folhas 22 e 22 verso.

³⁴ Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 02 de dezembro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 23.

contrainformação da outra parte. E se por ventura existisse alguma má intenção por parte de Pascoal, relatando que havia embarcado os referidos gêneros, que antes avisara que estavam em falta, implicitamente Meneses demonstrava estar atento a todos os passos, justamente por se tratar de um indivíduo muito bem articulado, que controlava uma vasta malha de pessoas ligadas aos seus trâmites e que verticalmente ligava um ao outro, ordenados a lhe informar dos desdobramentos de seus negócios.

Tão importante como a chegada da carga aos seus respectivos destinos era o cumprimento dos prazos – como já evidenciado pela prevalência do número de embarcações sobre a capacidade de cada uma –, que era incansavelmente cobrado aos seus subordinados. Haja vista as conveniências de mercadorias a serem carregadas que não poderiam esperar muito tempo por navios que as carregassem em seus portos de origem. O que proporcionaria maiores gastos, por conseguinte, diminuindo seus lucros. Não sendo diferente em casos de demora para o carregamento de escravos de Angola para seus destinos que, indubitavelmente, ao esperar nos portos de Angola acarretaria despesas com alimentação, conservação em armazéns, dentre outros custos, além do prejuízo na credibilidade dos compromissos firmados como seus compradores.

Em carta de 15 de dezembro de 1698, ordenando a Ignácio Correia que mandasse fazer os devidos consertos em seu patacho avariado, o Nossa Senhora da Conceição e Remédios, do capitão e avançador³⁵ Antônio Coelho de Oliveira, mostrava preocupação ao esperar que a embarcação não demorasse, tanto no tempo da conclusão dos reparos, quanto no de seu carregamento, pois já tinha para ele um novo carregamento em vista a ser despachado de Luanda. Estava somente a esperar o dito patacho de maneira que contava que “por nenhum cazo paçe do mes de abril” e que “lhe faça a dita obra logo, e mo [me] despache com toda a brevidade por não perder a conviniência do frete de quá, e livrar o gasto da demora que lá me faz”.³⁶ Evidenciemos, reafirmando, que Meneses era menos tolerante a demora no despacho e na chegada das embarcações do que uma fatídica perda das cargas no trajeto, causadas por morte de escravos ou por produtos perdidos em consequência de navios avariados. Uma vez que já assumira os prejuízos da perda de carregamentos em prol do sossego de

³⁵ Indivíduo que, tendo a guarda do dinheiro ou bens de outrem, os utiliza como seu representante.

³⁶ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 15 de dezembro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 25.

seus tramitadores, como exemplificado acima, ao tranquilizar João Fiuza sobre o perecimento de 90 escravos, onde assumiu o custo de toda perda.

Em mais um caso, chegava a Meneses uma carta de Ignácio Correia, escrita em 26 de agosto e recebida em 05 de novembro de 1698, que relatava o envio da importância de 786\$895 em *fazendas* (panos de linho) que havia enviado através do Tenente General Rodrigo da Costa.³⁷ Ao recebê-las reclamou da pouca capacidade do mestre daquela sumaca que trouxera o carregamento de *fazendas* com certas avarias, que, além destas, trouxera também duas arrobas de laranja. Ainda a Ignácio, reclamava de outros procedimentos que estavam em demora ou, quando não, faltavam-lhe os produtos que havia requisitado. Em 15 de dezembro de 1698 queixava-se que o mesmo não ocorria com seu antecessor Henrique Jacques, “porque em tudo foi igual ao seu desejo”,³⁸ que usufruiu de bons negócios, sem faltas, sempre atinentes aos seus anseios. O que “não se podia esperar menos de sua fortuna”, já que, na visão de Meneses, Jacques pode desfrutar de maiores ganhos enquanto esteve no governo de Angola do que ele se via no momento. Na mesma carta, outra advertência é propelida a Ignácio, expressando sua insatisfação com o carregamento anterior esperando que tal exemplo não se repetisse: “me rezolvi a mandallo a esse [porto] porque fio da sua delligencia de VM não me suseder pior em esta jornada do que na outra que tenho dito”.³⁹

Outra prova, dentre muitas, da preocupação de Meneses com os prazos firmados foi a demora na chegada do patacho de Joseph Rabello Palhares, dizendo a Ignácio Correa, em dezembro de 1698, que com o referido não fez e não faria negócio (fretamento), pois não interessava a chegada de carga em seu patacho que não fossem em fevereiro (de 1699), além de não ter tratado diretamente com Joseph Rabello, dono do patacho. Em nova carta a Ignácio, também de dezembro de 1698, confirma sua intenção, novamente dizendo não querer negociar com Joseph Rabello por sua carga ter tardado tanto. Logo dali a seis dias, envia outra correspondência a Ignácio avisando a chegada do dito patacho que fizera a viagem em longos 93 dias.⁴⁰

³⁷ Era cavaleiro da Ordem de Cristo, exercendo os ofícios de Governador da Índia Portuguesa (1686-1690), Governador-Geral do Brasil (1702-1705), sucedendo de João de Lencastre e precedendo Luís César de Meneses, e Vice-Rei da Índia (1707-1712). Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores, 1983, vol. II, pp. 469-472.

³⁸ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 15 de dezembro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 25.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Tempo equivalente ao dobro do esperado. Idem. Luanda, 21 de dezembro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 25 verso.

Sua intenção, apesar de não ter mudado seu discurso, foi mais amainada quando chegou a embarcação enviada por Rabello. Apesar de sua demora – não eximindo a culpa que Meneses levantou quando lhe faltou aos prazos –, era este um importante prestador de serviços a Meneses, justamente pela assiduidade com que lhe fretava mercadorias. Como é atestado em uma de suas cartas ao próprio.

Senhor Meu, Nesta Monção me acho com as de VMce de 26 de junho, e 1 e 4 de agosto, 25 de setmbro, 26 de janeiro, e 24 de março pello cuidado da ripitição deste favor Beijo a VMce as mãos segurandolhe o sey mereçer pello afecto com dezejo servillo.⁴¹

A princípio tendo sido um comportamento num momento de excitação ou não, sua atitude posterior de cordialidade é entendível, dando ênfase, a partir da lógica de que Meneses dependia de outras embarcações além das suas para dar cabo de todas as mercadorias que transitavam pelo Atlântico. Em todos esses exemplos, Meneses demonstra sua insatisfação pelos não cumprimentos dos prazos e acordos entre algumas das partes negociadas. A invariabilidade dos trâmites num comércio que, algumas vezes, era incerto pela dificuldade de comunicação e a demora no trajeto era passível de apreensão para um indivíduo que deliberava contatos com uma rede tão vasta. Com o agravante de ter sob suas ordens tantos representantes subordinados que, paralelamente, compunham peças-chave nas articulações do governador com outras regiões do Império.

Metódico frente a uma complexidade de relações, Meneses queixou-se desta vez a João Lopes Fiuza sobre o comportamento desregrado com que o capitão Antônio Coelho de Oliveira prestava seus serviços. Naquele momento ordenava que o expulsasse de seu navio por não ter executado o serviço no período exigido. Segundo ele, o dito fazia suas próprias disposições à revelia do conhecimento prévio de Meneses. Dizia, com efeito, que Coelho além de não cumprir os prazos fez retorno a Luanda com cifras muito aquém das que esperava receber, além de trazer consigo passageiros onde “pouco ou nemhu’s pagarão [pagaram] frete”.⁴² Na mesma correspondência, reprovava o fato do mestre de outra embarcação ter assinado “os conhecimentos da fazenda seca a respeito do preço”, pois não lhe cabia tal atribuição. Tratava-se, neste caso, do livro de

⁴¹ Carta a Joseph Rabello Palhares. Luanda, 20 de março de 1699, IHGB, 71, 08, folha 38 verso.

⁴² Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 25 de fevereiro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 31 verso.

carga com a discriminação dos produtos e seus respectivos preços, devendo o documento ficar sob responsabilidade somente de homens ordenados por Meneses. Em muitos casos, sob a obrigação do representante de Meneses destinatário da carga, incumbido em consignar e dar procedimento aos negócios do carregamento. Doravante, Fiuza remeteria carta detalhando os atos tramitados, deixando Meneses informado de todos os passos dados, como de costume e exigência do governador, invariavelmente zeloso com o cumprimento dos encargos.

3.2 Rotas comerciais

Um ano após sua chegada a Luanda, Meneses já detinha um comércio constante entre Angola e outras praças do Atlântico, sobretudo do “Brasil”, receptor do principal produto com origem na África, escravos. O volume de mercadorias carregadas e a quantidade de acordos firmados exigiam maior velocidade no envio de embarcações para atendê-los. Estando em evidência, ressaltamos, a quantidade dos trâmites efetuados, por possuir muitos contatos. Com diferentes destinos nas rotas de origem e destino das embarcações que estavam ao seu serviço, de sua propriedade ou terceirizadas, trataremos neste tópico de esclarecer sobre as principais rotas as quais destinava suas cargas e de onde recebia outras mercadorias, relacionando tais rotas e analisando-as a partir de gráficos, quadros e tabelas com porcentagens e números que demonstrem aquelas que detinham maior volume de carregamentos, além de mostrar que tipo de mercadorias se tratava e em que períodos foram maiores ou menores tais remessas.

Dentre as muitas embarcações que transitaram ao seu serviço durante seu governo, algumas delas não foram prestadas os respectivos nomes na documentação. Apesar de ser possível diferenciar uma da outra pela mercadoria ou quantidade carregada, pelo seu destino, e/ou pelos nomes de seus capitães e mestres embarcados. Sobre estes indivíduos, também podemos identificar, mais adiante, aqueles que por mais tempo e em maior número de vezes prestaram serviços de navegação, quando tratarmos de analisar sua rede relacional. Situação que, como veremos mais adiante, mostrará também outros indivíduos que tinham maior ligação de Meneses, sendo, inclusive, peças-chave na organização da companhia mercantil. Notoriamente dentre aqueles que,

além de maior cômputo de funções, foram mais citados nas correspondências enviadas aos seus procuradores e representantes em geral.

Em 28 de agosto de 1697, data anterior a sua chegada, já havia partido de Pernambuco, na sumaca São Lourenço, capitaneada por Manoel Franco Vaz, a “tão grande carregação” de mais de 400 pipas de aguardentes no valor de 8.000\$000 e mais “80 corjas de roupa” no valor de 6.000\$000.⁴³ Produtos que serviriam para atender a demanda comercial logo quando Meneses aportasse em Luanda para sua posse, em 09 de novembro do mesmo ano.⁴⁴ Sendo computada, cronologicamente, como a primeira embarcação com datação documentada, apesar de, paralelamente, haver outras três que partiram da Ilha da Madeira, em 1697, sem data nem mês, com o carregamento de 6.000\$000 em vinhos chegando a Luanda no mesmo ano. Como também de um patacho, saído de Pernambuco em 1697, que levava um carregamento de açúcar para Meneses, igualmente sem data ou mês.⁴⁵ Nestes casos não se pode precisar se foram estas ou não as primeiras com carregamento destinado a Angola.

Já no último semestre de 1701, também sem data ou mês, por sua vez, se tem o último carregamento comercial documentado por Meneses, com duas embarcações saídas de Luanda que fariam escala na Bahia antes de seguir para Lisboa. Uma com a quantia de 229 pontas de marfim e a outra com a quantia ainda maior de 630 pontas,⁴⁶ enviadas para serem armazenadas em um depósito em Lisboa, aos cuidados de seu filho, Vasco César Fernandes de Meneses, juntamente com outras que havia mandado em períodos anteriores, que aguardariam seu retorno ao Reino para que assim o próprio fizesse melhor negócio com o produto.⁴⁷

Nesse período, de um pouco mais de quatro anos corridos, foram inspecionados na documentação um total de cento e vinte e nove (129) viagens de navios que transitaram a seu serviço,⁴⁸ havendo outras viagens que não puderam ser contabilizadas

⁴³ Carta a Joseph Pereira de Araújo. Luanda, 29 de janeiro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 06 e 06 verso.

⁴⁴ Fato que não se concretizou como havia planejado como já elucidado anteriormente quando da saturação do mercado angolano com tanta aguardente e ao mesmo tempo a insuficiente quantidade de panos.

⁴⁵ Isto apesar de considerar muito provável que tenha havido outras mercadorias além do carregamento de açúcar, justamente por não ser uma mercadoria de comercialização em Angola, sendo mais condizente que fosse para fins de consumo próprio. Não há registro de outros produtos nesta viagem.

⁴⁶ Meneses escreve como se fosse 660 pontas de marfim, mas parece que errou o cálculo ou cometeu erro na escrita.

⁴⁷ Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 25 de agosto de 1701. IHGB, 72, 08, folha 88 verso.

⁴⁸ Se contarmos os carregamentos feitos em diferentes portos o quantitativo aumenta, chegando a um total de 186. Contabilizando para isso todas as escalas que tiveram embarcadas outras mercadorias.

por estarem abstrusas nos escritos. Dentre estas, estão carregamentos que em poucos casos foram informados acerca de data, nome do capitão e do mestre, local de origem etc. Por exemplo, na ocorrência de viagens referentes ao recebimento de correspondências ou encomendas sem menção clara sobre seu conteúdo, estando evidente somente o fato de ter recebido algo a partir do agradecimento feito a um de seus correspondentes ao envio de terceiros. Por haver dúvidas sobre sua singularidade, tais informações incógnitas não foram contabilizadas, justamente pela possibilidade de serem viagens já computadas, das quais faria menção rápida por já ter relatado anteriormente, ou por serem remessas enviadas de outros locais que não o de estabelecimento do remetente.

Do total de viagens esquadrinhadas como efetivas e distintas apenas três não têm seu destino informado e outras sete não têm seu local de origem, sendo que em um dos casos uma delas não tem nem sua origem nem seu destino, que foi somado por haver uma determinada carga. Número que é computado, obviamente, concomitantemente nas duas ocorrências, tanto na origem, quanto no destino.

Vejamos abaixo nas Tabelas 3 e 4 as listas com os nomes das embarcações e seus respectivos tipos, entre as de Meneses e as de terceiros:

Tabela 3: *Lista de embarcações de Meneses*

Embarcações de Meneses		Tipo
1	Sol Dourado	—
2	São Joseph e Sol Dourado	—
3	Taquiriçá	patacho
4	Almiranta	patacho
5	Santa Cruz	charrua
6	Espírito Santo e N. S. da Conceição	fragata
7	Sacramento e Almas	patacho
8	Santo Antônio e Almas	—
9	Nossa Senhora de Mártires	patacho
10	N. S. de Nazareth e Santo Antônio	nau
11	N. S. da Conceição e Remédios	patacho
12	N. S. do Bonsucesso e São Joseph	patacho

Fonte: IHGB, 72, 08.

Tabela 4: *Lista de embarcações de terceiros*

Embarcações de terceiros		Tipo
1	São Lourenço	sumaca
2	São Domingos	sumaca
3	Santo Antônio de Portugal	nau
4	N. S. do Carmo	patacho
5	N. S. de Mártires	patacho
6	N. S. do Livramento	Charrua
7	São Francisco e Santo Antônio	—
8	Torrão	—
9	São João Batista e São Francisco	Nau
10	N. S. da Conceição e Santo Antônio	Patacho
11	N. S. da Penha e Franca	—
12	N. S. do Cabo	Nau
13	N. S. de Roque Amador	—
14	Santa Rosa e Santo Antônio	Sumaca
15	Espírito Santo e Almas	—
16	Santo Antônio Pobre	Charrua
17	N. S. do Carmo e Almas	Patacho
18	Farto	—
19	N. S. do Rosário e São Domingos	—

Fonte: IHGB, 72, 08.

Vemos que das trinta e uma embarcações discriminadas, vinte e uma têm seu tipo especificado, tratando-se de: 10 patachos, 4 naus, 3 charruas, 3 sumacas e 1 fragata. Destas vinte e uma, nove são pertencentes a Meneses, que por sua vez oito são classificadas como de pequeno porte, havendo apenas uma nau, distinta por sua maior capacidade de carga. Assim, das que foram informadas, um pouco mais de um terço eram de sua propriedade, e, entre as fretadas, muitas pertenciam a sócios de algum carregamento. Ressaltando que, das que lhe pertencia, algumas foram compradas em sua totalidade ou parcialmente durante o período que esteve em Angola. Porém, nesta ocasião, a soma foi feita com a totalidade das que foram de sua propriedade durante todo o período estudado.

O tipo de embarcação apresentado à direita da tabela é importante para evidenciar a capacidade de suas arqueações competentes. Eram caracterizadas em sua maioria por um volume de carga menor ao se tratar de embarcações mais velozes para viagem mais curtas de maneira a agilizar o comércio, como o patacho, a sumaca e a charrua. O patacho caracterizava-se por ser uma embarcação de pequeno porte que

variava sua capacidade entre 40 e 100 toneladas; a sumaca tinha porte um pouco menor, podendo carregar de 20 a 100 toneladas; a charrua era uma embarcação de pequeno porte com dois mastros, tipo veleiro, com porão com pouca capacidade de armazenamento, que variava de 16 a 80 toneladas; já a fragata tinha seu tamanho muito variado, que no caso específico da de Meneses era uma “fragatinha” de menor porte que o normal; a nau, destoando por seu tamanho superior, era classificada como navio, que poderia ter entre 300 e 600 toneladas de capacidade.⁴⁹

Existindo uma clara predominância de barcos menores, ratifica-se a alegação feita ainda no tópico anterior de que Meneses procurava dinamizar a circulação de mercadorias – além do respaldado sobre as próprias palavras do governador. Desta forma, estabelecia a preferência por embarcações que tinham como principais características a agilidade e a facilidade de manobra e não lhe sendo “conveniente o navio grande [...], porque aos deste toque he muito dificultoso a sua sahida”.⁵⁰ Dispunha, no Atlântico Sul, de demanda com localidades diversificadas, com carregamentos descentralizados em sua capacidade, ou seja, menores, e com seus envios em muitas ocasiões quase simultâneos para os diferentes portos. Precisava, igualmente, que suas embarcações não ficassem concentradas num único local, o que geraria prejuízos ao seu negócio por deixar lacunas noutros portos que, do contrário, poderiam ser carregados e já liberados para novas viagens.

Analisemos um exemplo. Em agosto de 1700, Meneses relatava a Ignácio Correa o prejuízo da demora de três embarcações suas que estavam no Rio de Janeiro,

⁴⁹ Há diferenças em embarcações e navios, visto que as primeiras são relacionadas ao seu menor porte. Assim, dos barcos listados acima, a nau é a única classificada como navio, ao passo que o patacho, a sumaca, a charrua e algumas fragatas, como é o caso da “fragatinha”, são denominadas como embarcação (fragatas maiores como navio). Vejamos suas características de forma um pouco mais detalhada:

Patacho: tinha dois mastros com a vela de proa (à frente) redonda (retangular), própria para navegar a favor do vento, e a de ré do tipo latino (triangular, em posição lateral), para navegação contra-vento.

Sumaca: pequena embarcação de dois mastros com vela latina.

Charrua: apesar de pequena, não era tão ágil como o patacho, a sumaca e outras embarcações de pequeno porte. No século XVIII e XIX, passaram a ser construídas com três mastros e ganhando bem maior capacidade, que as tornaram lentas, caindo em desuso e sendo substituídas por navios mais modernos e ágeis.

Fragata: por seus tamanhos serem muito variados havia fragatas menores que eram classificadas como embarcações, como a “fragatinha” de Meneses. No entanto, as maiores tinham um porte bem semelhante a nau, podendo ser classificada como navio, possuindo três mastros de vela redonda e podendo ter de 900 a 1700 toneladas.

Nau: navio de grande porte com três ou quatro mastros com velas, em sua maioria do tipo latino.

Cf. ANGRA, Barão de. *Diccionario Martimo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877; ESPARTEIRO, António M. *Catálogo dos Navios Bragantinos (1640-1910)*. Centro de Estudos da Marinha, 1976

⁵⁰ Carta a Gonçalves Ferreira Souto. Luanda, 03 de agosto de 1699. IHGB, 72, 08, folha 20.

ordenando que voltassem a Luanda para fazer nova carregaço. Por estarem paradas por muito tempo em um só porto engessariam as trocas de gêneros diversificados de cada origem, por, segundo ele, “serem cauza estas contendas dese me virem aquy ajuntar todos os meus que he o mayor prejuizo que pode ter hum governador”,⁵¹ portanto, não sendo bem quista a aglomeração de embarcações em qualquer lado do oceano, seja no Ocidental ou no Oriental do Atlântico. Em primeiro lugar, porque ao chegarem todos ao mesmo tempo em Luanda, por exemplo, não teria neste porto o número suficiente de escravos e/ou marfins que tão brevemente carregassem essas embarcações como era de costume e preferência de Meneses⁵² – exceto em casos especiais quando, por exemplo, enviou as três embarcações direto somente para o Rio de Janeiro e das quais esperava retorno. Segundo porque, consequentemente, atravancaria as remessas que estavam em espera por seus compradores, levando em conta a necessidade de manter contatos com outras localidades, tanto para notícias corriqueiras, como para o envio de gêneros comuns que pudessem ser requeridos pela demanda local. Ao exemplo dos panos asiáticos, que eram enviados primordialmente através da Bahia, e em menor escala de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Produtos periodicamente de grande materialidade nos negócios em Angola pela troca por escravos, em se tratando de um mercado tão volúvel, ora aguardente, ora tecidos, ora os dois produtos, em proporções aritméticas variáveis.

Numa carta do ano anterior, de 15 de setembro de 1699, já tramitava a compra de uma nova embarcação para melhor lhe atender e imprimindo maior dinamismo ao seu comércio. Dizia a Ignácio que seu patacho Nossa Senhora da Conceição e Remédios, comprado em 1698 de Manoel Simões Colaço,⁵³ estava “já a muyto canssado por cuja cauza na arena que se lhe ha de dar, o podem achar de tal sorte que esteja incapax de navegar”.⁵⁴ Instruía-o para então procurar um da mesma arqueação ou aproximada, desde que estivesse em boas condições, buscando igualmente a quem vender o velho patacho, desde que antes já tivesse um para substituí-lo, pois neste viria

⁵¹ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 16 de agosto de 1700. IHGB 72, 08, folha 68.

⁵² Para a realidade comercial da época e, sobretudo, o que se constata nos negócios de Meneses, a brevidade de parada num porto, seja em Angola, seja na América portuguesa, era de 30 a 40 dias.

⁵³ Era Provedor da Casa de Misericórdia de Luanda, ligado com um dos principais homens ligados a Meneses, o capitão Manoel Ferreira e Matos, despachante de embarcações de Loango.

⁵⁴ Idem. Luanda, 15 de setembro de 1699. IHGB 72, 08, folha 48.

uma cargação que havia pedido juntamente com Joseph da Silva, mestre do patacho que deveria ser vendido.

Com isso, fica compreensível que, independente do que ocorresse, o intuito era a cargação e não a compra da embarcação em si. Mesmo porque, tendo em vista uma embarcação em estado já precário, procurava uma maneira de dar continuidade ao comércio. Melhor seria se numa mais segura que pudesse atendê-lo em um período maior sem maiores preocupações, como numa possível perda das mercadorias no caso de seu naufrágio.

Posteriormente, na mesma carta de agosto de 1700, Meneses reescreve a Ignácio agradecendo por ter comprado de João Baptista Pendão o dito novo “navio” que havia encomendado, o patacho Nossa Senhora de Bonsucesso e São Joseph. Teria ainda passado adiante o velho que não mais lhe rendia como estimava, pois “em tres viagens hindo e vindo carregado” havia deixado muito pouca quantia em ganhos líquidos. Valor inferior até mesmo se comparado ao que o mestre da embarcação havia recebido. Segundo Meneses, o dito contraiu para si o “dobrado porque as viagens deste só forao para elle”.⁵⁵ Mas por outro lado demonstrava satisfação com a nova aquisição:

Eu depois de descarregado o dito navio o fui ver a bordo e fiquei muito satisfeito delle por ser bem fabricado (...) farto de madeiras, e lhe mandei fazer asolda (...) na forma que la vera com que ago[ra] para outro tanto e ficou com dobrado comodo para a gente poder hir nelle a vontade.⁵⁶

Que por hora a embarcação atenderia a demanda de carregamentos que estavam atravancadas nos portos de Luanda e Loango, a espera das outras três que haviam partido para o Rio de Janeiro e que já se tinha passado dois meses da data de seu retorno.

3.2.1 “Carregações” a partir de Angola

⁵⁵ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 16 de agosto de 1700. IHGB 72, 08, folha 67 verso. Meneses reclamava que em certas viagens morriam mais *cabeças* suas do que dos mestres e capitães que utilizavam a embarcação para fazer carregamento próprio. O que gerava desconfiança sobre a idoneidade de determinados capitães e mestres de embarcação.

⁵⁶ Idem. IHGB 72, 08, folha 68.

Das embarcações que saíram de Angola existia uma centralização das remessas a partir do porto de Luanda, que recebia cargas vindas de Benguela, Cabinda, Congo e, principalmente, de Loango, local que Meneses mandou carregar boa parte dos escravos destinados à Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.⁵⁷ Quase a totalidade dos carregamentos que partiam dos portos adjuntos deveria fazer escala em Luanda antes de rumar para seus destinos, onde teriam a inspeção de Luís César de Meneses e receberiam as justas correspondências a serem remetidas aos seus representantes, contendo o detalhamento da carga, as instruções acerca dos procedimentos, dentre outros alvitre. Noutro caso, saíam de Luanda para carregar escravos e depois retornavam para receber o despacho junto com toda a documentação. Esta era uma forma de convergir às ordenações controlando o comércio e tudo que a ele estivesse ligado.

Das partidas foram contabilizadas 74 saídas de Angola, das quais apenas quatro saíram diretamente dos portos adjuntos, sendo duas de Loango, uma de Cabinda e outra do Congo. Muitas das 71 carregações que partiram de Luanda e que receberam cargas dos outros portos são mencionadas muito veladamente por Meneses, o que dificulta ou mesmo inviabiliza saber ao certo de onde veio. Assim sendo, exporemos abaixo uma tabela somente com os locais de destinos das embarcações que saíram de Angola e outra mais detalhada com as partidas contiguamente ao ano e local destinado, havendo algumas sem menção de destino e outras com mais de um destino.

Tabela 5: *Locais de destino das carregações com origem em Angola*

Local	1697	%	1698	%	1699	%	1700	%	1701	%	s/d*	Total	% Total
Bahia	0	0,00%	3	16,67%	7	41,18%	5	27,78%	3	21,43%	5	23	26,44%
Lisboa	0	0,00%	1	5,56%	1	5,88%	1	5,56%	3	21,43%	2	8	9,20%
Paraíba	0	0,00%	2	11,11%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	2	2,30%
Pernambuco	2	100,00%	7	38,89%	3	17,65%	4	22,22%	1	7,14%	5	22	25,29%
Rio de Janeiro	0	0,00%	3	16,67%	6	35,29%	7	38,89%	7	50,00%	6	29	33,33%
Santos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%	0	0,00%	0	1	1,15%

⁵⁷ Eram carregamentos efetuados por indivíduos destacados na companhia de Meneses por serem incumbidos como despachantes de escravos, marfim e outros gêneros destinados, principalmente, à América portuguesa e ao Reino. Respectivamente em ordem de importância, eram eles: Manoel Ferreira de Matos, Bernardo Berganha e Pascoal Rodrigues Queiroga. Estes e demais indivíduos serão relatados e analisados nos próximos tópicos.

* Sem data.

São Tomé	0	0,00%	2	11,11%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	2	2,30%
Total por ano	2	100,00%	18	100,00%	17	100,00%	18	100,00%	14	100,00%	18	87	100,00%

Fonte: IHGB, 72, 08.

Tabela 6: *Embarcações saídas de Angola com nº partidas e nº de destinos*⁵⁸

Ano	Partidas	Local de destino	nº por destino	d.n.s.**	Total de destinos
1697	3	Pernambuco	2	1	3
1698	15	Bahia	3	1	19
		Lisboa	1		
		Paraíba	2		
		Pernambuco	7		
		Rio de Janeiro	3		
		São Tomé	2		
1699	14	Bahia	7	0	17
		Lisboa	1		
		Pernambuco	3		
		Rio de Janeiro	6		
1700	12	Bahia	5	0	18
		Lisboa	1		
		Pernambuco	4		
		Rio de Janeiro	7		
		Santos	1		
1701	11	Bahia	3	0	14
		Lisboa	3		
		Pernambuco	1		
		Rio de Janeiro	7		
sem data	16	Bahia	5	2	20
		Lisboa	2		
		Pernambuco	5		
		Rio de Janeiro	6		
Total	71		87	4	91

Fonte: IHGB, 72, 08.

Somando todo o período, vemos que o Rio de Janeiro foi o principal destino das embarcações saídas de Angola com 33,33% das destinações, seguido da Bahia com 26,44% e Pernambuco com 25,29%. E apesar de nos primeiros dois anos, 1697 e 1698, ter maior concentração dos destinos em Pernambuco, nos três anos que se seguiram,

⁵⁸ Nesta tabela há uma diferença no número total de destino em comparação ao número de partidas devido ao fato que determinadas embarcações tinham dois ou três destinos diferentes, com carregamentos separados para cada um.

** Destino não especificado.

1699, 1700 e 1701,⁵⁹ o Rio de Janeiro passou a ser a principal rota de comércio com origem de Angola. Existindo alguns fatores a serem elucidados que podem lançar algumas respostas a este fato.

Primeiramente, devido à ligação que Meneses tinha com a capitania fluminense ao qual foi governador e que detinha boa comunicação política. Mantinha bons laços de reciprocidade com governantes e autoridades em geral como, por exemplo, o então governador, Arthur de Sá de Meneses, com peso também em contatos comerciais por ser comprador de algumas remessas de escravos e outros produtos enviados por Meneses e recebidos tanto pelo procurador de Arthur de Sá, o capitão-mor Fernão da Gama, ao qual Meneses também chegou a escrever, quanto por algum dos procuradores de Luís César para que encaminhassem então ao seu “Amº [amigo] e Senhor Gn^{al}.”.⁶⁰ Em outubro de 1698, época em que Arthur de Sá se encontrava em Santos, Ignácio Correa o escrevia por ordem de seu senhor, Luís César de Meneses, avisando do envio de sua encomenda.

Meu senhor, o senhor Gl. Luis Cezar de Menezes me ordenou caregaçe neste seu navio dois negros peças dindias e duas pontas de marfim por conta e risco de V.Sa. e das ditas couzas será com esta o conhecimento para por elle V.Sa. as mandar procurar do mestre Joseph da Silva

Tambem vai com esta a conta do liquido do fecho de marmelladas que V.Sa. mandou remeter que renderão 35U- os coais se abatem do custo de hu molleçe e hua molleca que por ordem do mesmo senhor carregei por conta de V.Sa. na forma da carregaçam, e conta que esta acompanha e de resto della se deve ao senhor Gl Luis Cezar de Menezes 11U--

Estas ditas coatro cabeças levão alem da marca cada hua sua argolla de ferro no braço, e vam emcarregadas ao mestre para ter muito cuidado dellas no mar, e eu desejarei empregar todo o meu em servir a V.Sa a quem Deos guarde.⁶¹

Outro ponto a ser notabilizado é que nos finais de 1699 os preços dos escravos ficaram mais caros no Rio de Janeiro em comparação com Bahia e Pernambuco. Locais que tiveram pouca demanda de cativos, culminando na predileção em enviar carregamentos para a capitania fluminense seguindo a tendência de alta dos preços e sua

⁵⁹ A despeito do ano de 1699 a Bahia contabilizar 7 destinação contra 6 do Rio de Janeiro.

⁶⁰ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 15 de setembro de 1699. IHGB, 72, 08, 47 verso.

⁶¹ Carta a Arthur de Sá de Meneses, escrito por Ignácio Correa, (provavelmente do Rio de Janeiro) em 04 de outubro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 21.

maior demanda. Preferência que foi recomendada pelo próprio monarca ainda no ano de 1698, “que tem El Rey contratada a maior parte das cabessas que tocam deste porto [do Rio de Janeiro]”.⁶² Nesta conjuntura escrevia a Ignácio Correa relatando que “em todos os seus avizos me encareasse VM o valor dos negros nesse Porto, eu tenho mandado consignar para elle mais effeitos meus do que para outro algum”.⁶³

Escrevendo também a Miguel da Silva Siqueira, procurador em Lisboa, em janeiro de 1700, avisava sobre a baixa na venda de escravos em Pernambuco. Capitania que tinha como principal procurador o irmão de Miguel,⁶⁴ o sempre elogiado Pascoal da Silva Siqueira. Dizia a Miguel: “Tenho sentido que as cabeças em Pernambuco dessem tão grande baicha que me não acomoda remeter para o dito porto tudo o que desejava se afim de que es^{cf}. Pal [Pascoal] da Silva tivesse grandes conveniencias porque lhe sou muito obrigado”.⁶⁵ Nessa circunstância, as remessas que chegou a enviar para Pascoal foram mais por conta da preocupação em manter vínculos e garantir-lhe algum ganho do que a obtenção de lucros superiores, acima de tudo pela boa relação que com ele mantinha.

A cauza de lhe não terem hido muitos effeitos meus não he da minha vontade, porque para nenhum dos mais correspondentes que tenho desejo mais conveniencias do que a VMce; se não pela baxa em que derao as cabessas nesse Porto e alta em o do Rio de Janeiro.⁶⁶

Como forma de explicar a diminuição no envio de carregamento de escravos para Pernambuco, em 10 de outubro de 1699 chegou a dar resposta a uma carta de Pascoal enviada em 16 de junho do mesmo ano. Meneses relatava-lhe a vantagem que obtinha na alta dos preços no Rio de Janeiro dizendo:

Manifestame Vmce a falta que nesse Recife ha de escravos e que terem boa sahyda; hoje só no Rio de Janeiro se exprimenta esta porque val qualquer cabessa 80 e 100M [\$] e as mais infiriores de 70M [\$] para sima, e ahy nem a metade disto dão, esse seus moradores as não pagarem em termos que a todos tenha conta muy poucos veram lá

⁶² Carta a Gonçalo Ferreira Souto. Luanda, 03 de agosto de 1698. IHGB, 72, 08, folha 20.

⁶³ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 20 de novembro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 52 verso.

⁶⁴ Cf. parentesco em: Carta a Miguel da Silva Siqueira. Luanda, 04 de março de 1699. IHGB, 72, 08, folha 36 verso.

⁶⁵ Idem. Luanda, 02 de janeiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 55 verso.

⁶⁶ Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 02 de março de 1700. IHGB, 72, 08, folha 62.

porque não faltão outras partes donde as pesas. e el Rey me ordene as remeta como he ao dito Porto do Rio de Jan^{to}.⁶⁷

Naquele momento o preço médio de um escravo na Bahia e em Pernambuco girava em torno de 30 a 40 cruzados, tornando muito clara a preferência pelo Rio de Janeiro como porto que mais recebeu carregamentos durante o período em que Meneses ficou a frente do governo angolano. Considerando que os valores apresentados por Meneses chegam a ser de 233% a 333% a mais dos que dizia praticar na Bahia e em Pernambuco. E apesar do número de navios enviados ao Rio de Janeiro não representar percentuais muito distantes dos verificados nas outras duas capitanias – onde o Rio de Janeiro teve 24,12% a mais de envios do que a Pernambuco e 20,67% a mais de envios do que a Bahia⁶⁸ –, em parte pode ser compreendido por querer comumente manter contato com seus vários representantes, lhes garantindo uma remessa mesmo que diminuta, como fez com Pascoal.⁶⁹ Da mesma forma, eram locais de comunicação entre Meneses e seus procuradores em Lisboa. Estes recebiam carregamentos de outros gêneros que tanto iam para o Reino como vinham de lá para seguir para Angola. Além disso, também, em muitos casos, as embarcações transitavam com escala nas três capitanias do “Brasil” antes de retornar para Luanda, possivelmente para aproveitar toda arqueação que as embarcações tinham capacidade, pois como sempre ressaltava deveriam cuidar para que os navios não viessem vazios.

Outro ponto a ser destacado é a proximidade com negócios da “Nova Colônia”⁷⁰ ao qual Meneses requeria a compra de “couramas” através de seus procuradores no Rio de Janeiro para revender no Reino. Quando não comercializado diretamente em Buenos Aires o couro poderia, igualmente, ser moeda de pagamento por escravos vendidos no Rio de Janeiro. Em 20 de fevereiro de 1699, instruía Ignácio Correa como deveria proceder para o envio de valores aos seus procuradores em Lisboa, contando com a dita “courama”.

⁶⁷ Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 10 de outubro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 50 verso.

⁶⁸ Esta conta é feita a partir dos 33,33% que o Rio de Janeiro recebeu, sendo computados com 33,33% = 100% para se chegar ao percentual.

⁶⁹ Mais adiante veremos que mesmo com maiores vantagens em vender escravos no Rio de Janeiro, Meneses mandou algumas remessas para a Bahia e para Pernambuco no período.

⁷⁰ Referia-se a Capitania da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, criada em 1680.

a remessa deste dinheiro a fará VM em letras seguras, ou de risco de bons paçadores, ou em açucares, ou ouro, ou courama, se tiver conta, e porque conheço que VM ha de soleçitar em tudo o meu maior entereço o não molesto com mais advertências porque tudo fio do seu cuidado e delligencia.⁷¹

Dali a quase dois anos, a mesma prática foi instruída a outro procurador seu no Rio de Janeiro, Gonçalo Ferreira Souto, em 20 em janeiro de 1701, acerca das 150 *cabeças* que foram carregadas em Loango.

Levando-as Deus a salvamento as receberá VMce porque avizo se lhe consignei em pelo lugar e dellas fará venda pello mais que puder e o estado da terra o permitir. E o liquido que me tocar dos ditos dous terços fará remessas [rasgado] por minha conta em a frota em boas letras derrisco e seguras, e na falta destas em a açucares ou courãma [rasgado] lhe pareser que estes generos poderão deichar algum enterese ou em ouro.⁷²

O comércio com couros na região do rio da Prata já era uma prática comum feita por seu antecessor Henriques Jacques, que Meneses deu continuidade muito provavelmente por avaliar como algo benéfico para o alargamento de seus ganhos e fazendas. Tanto que ordenou que seus procuradores no Rio de Janeiro enviassem pessoas em seu nome para comerciar o produto, como fez a Ignácio Correa.

O capitão Manoel Ferreira dos Santos que diz queasy como chegar a esse Porto ditrimina seguir viagem para o da nova colônia a hir carregar de coirama; e porque esta me a de sempre ter alguma conta [...] se carregar para Lisboa, me pareceu dizerlhe a VMce que pareçendolhe que neste genero poderey comseguir algum intereço mandandose lá comprar os coyros como fez Henrique Jacquez, que emtregue ao dito mestre ou a outro qualquer que lhe der praça para elles, sendo seguro dous ou 3U#os. [3\$000] por minha conta para na mesma forma os empregar e trazer em dita courama, ordenandolhe que de nem hua sorte se me deixe lá ficar o dito dinheiro; o que suponho não fará o dito Manoel Ferreira porque fio delle que obre em este particular como me certifica e de VMce que o disponha de sorte que consiga o efeito que dezejo. He o que se me oferece Guarde Deos a VMce &ca.⁷³

⁷¹ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 16 de fevereiro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 27 verso.

⁷² Carta a Gonçalo Ferreira Souto, Luanda, 20 de janeiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 54.

⁷³ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 30 de junho de 1699 (complemento a carta do dia 26 do mesmo mês). IHGB, 72, 08, folha 43 e 43 verso.

Ao mesmo Ignácio Correa ordenou ainda o envio de embarcações para fazer negócio, com escravos ou dinheiro, por couro. “Tambem na dita conta se lhe havião abonado os 800M [\$] que pela minha havia mandado para boynos Ayres em dinheiro para se empregarem em couros”.⁷⁴ Posteriormente, porém, relata o bom negócio que fez em não comprar couros, pois naquele período estes estavam com valores mal reputados em Portugal. Isto significa, portanto, que o comércio de couros, assim como outras mercadorias, sofria alterações de preços em períodos curtos, mostrando que o mercado da Época Moderna nos fins dos Seiscentos estava longe de sofrer controles mais diretos sobre os preços de mercadorias que circulavam, ao menos pelo Atlântico.

Bem fes Salvador Teixeira em não fazer emprego dos 800M [\$] em couros visto a alteração dos pressos delles, e pouca sahida que tem em Portugal, com que da dita quantia mandei fazer carga a VMce em a nossa conta corrente visto me dizer os recebeo do dito.⁷⁵

Mas, assim como outros produtos que sofreram oscilações, noutros momentos, antes e depois de achar por bem que não tivessem comprado couros, já havia feito e continuou a fazer outros pedidos do produto a seus representantes. Obviamente quando seu comércio no Reino se mostrou conveniente, comumente, na ocasião em que seus preços estivessem mais atrativos para venda. Para Antônio Moreira da Cruz, outro procurador no Rio de Janeiro, comunicou o interesse em fazer negócio com o produto: “Na arqueação foi favorecido e para que a levasse toda me enterecei em a mayor parte da sua carga, e porque o dito mestre diz que embotando esta vay logo desse Porto para o da nova colônia o carregar de couros”.⁷⁶ E em julho de 1701, desta vez escrevendo a Gonçalo Ferreira Souto, também se mostrava favorável em fazer novos negócios em Buenos Aires: “Estimo muito a noticia que VMce me dá de que se lhe não ha de perder no negocio da fazenda de Boeynos Ares, porque acha se ha de tirar o principal como algu’ intereçe; e como eu o assegurei ao seu thio me fica o gosto de que elle asim o exprimente”.⁷⁷

⁷⁴ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 16 de agosto de 1700. IHGB, 72, 08, folha 67.

⁷⁵ Idem. IHGB, 72, 08, folha 69.

⁷⁶ Carta a Antônio Moreira da Cruz. Luanda, 28 de junho de 1699. IHGB, 72,08, folha 44.

⁷⁷ Carta a Gonçalo Ferreira Souto. Luanda, 30 de julho de 1701. IHGB, 72, 08, folha 86 verso.

O último ponto a ser levantado e o mais comumente discutido por toda a historiografia é a descoberta do ouro nas Minas Gerais,⁷⁸ que fundamentalmente explica o aumento dos preços dos cativos comercializados no Rio de Janeiro em relação às demais capitanias – principalmente na Bahia e em Pernambuco ao mantermos o foco na logística comercial de Luís César de Meneses. Situação, que por ser de grande evidência, não foi olvidada em suas cartas. “Tambem folgo com a nova do muito ouro, que ha esperança promete este anno nas minas, pello aumento que os moradores dessa praça serão [...] de cabedais, aos quais vivo tão obrigado o tempo que ahy governo, que lhe dezejo todas as felicidades”.⁷⁹

3.2.2. “Carregações” com destino a Angola

Verifiquemos por hora o sentido inverso, a partir das embarcações que partiam de várias localidades em direção a Angola com os gêneros que serviam majoritariamente como moeda de troca por *cabeças* para que, doravante, fossem remetidas para os locais com maior demanda. Posteriormente, ainda veremos os produtos enviados, tanto os que saíam quanto os que chegavam a Angola. Contabilizando também as viagens das que foram possíveis identificar, entre locais em que Angola não foi nem origem, nem destino. Como, por exemplo, viagem da Bahia para Lisboa. Para isso, vamos fazer uma obrigatória análise sobre uma tabela que apresente dados sobre as embarcações remetidas.

Tabela 7: *Locais de origem das embarcações com destino a Angola*

⁷⁸ Segundo Maria de Fátima Gouvêa, “propiciou um conjunto de reordenações nas fronteiras das capitanias da região, alimentou uma progressiva maior importância político-administrativa do Rio de Janeiro no governo da América portuguesa como um todo”. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808).” In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & BICALHO, Maria Fernanda Baptista (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 301. Sobre a descoberta do ouro, ver em: BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil: Doras de Crescimento de uma Sociedade Colonial*, 3ª edição, 2ª impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2004, p. 57-81.

⁷⁹ Carta a Gonçalo Ferreira Souto. Luanda, 30 de julho de 1701. IHGB, 72, 08, folha 86 verso.

Local	1697	%	1698	%	1699	%	1700	%	1701	%	s/d*	Total	% Total
Bahia	1	14,29%	3	18,75%	1	5,56%	4	19,05%	3	21,43%	2	14	14,74%
Buenos Aires	0	0,00%	0	0,00%	2	11,11%	2	9,52%	0	0,00%	0	4	4,21%
Ilha da Madeira	3	42,86%	2	12,50%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	5	5,26%
Lisboa	1	14,29%	2	12,50%	4	22,22%	5	23,81%	4	28,57%	6	22	23,16%
Pernambuco	2	28,57%	5	31,25%	3	16,67%	1	4,76%	1	7,14%	3	15	15,79%
Rio de Janeiro	0	0,00%	3	18,75%	8	44,44%	9	42,86%	7	50,00%	7	34	35,79%
São Tomé	0	0,00%	1	6,25%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	1	1,05%
Total por ano	7	100,00%	16	100,00%	18	100,00%	21	100,00%	15	107,14%	18	95	100,00%

Fonte: IHGB, 72,08.

A tabela acima mostra os locais que tiveram carregamentos em seus portos com destino a Angola, levando-se em conta que algumas viagens chegaram a fazer paradas em dois ou mais locais antes de rumar para o porto de Luanda. Neste caso a contagem fica repartida entre os diferentes locais, com o propósito de não abrir subgrupos como, por exemplo, Rio de Janeiro/Bahia ou Lisboa/Pernambuco, como ocorreu de fato, dando a predominância do carregamento feito no porto e não às embarcações. Isto porque, em determinadas situações, certa embarcação poderia sair do Rio de Janeiro e seguir viagem em direção à Bahia ou Pernambuco, ou vice-versa, fazendo novo carregamento para complemento da arqueação com intuito de não fazer a travessia com porões na sua maior parte vazios e como forma de manter carregamento suficiente para que não sofresse prejuízo no custo da viagem à África.

e se ainda depois de carregada as ditas couzas ouver quem as queira lhas largaram porque eu só as pesso para que não ponha de vazio, e havendo carga lhe mandara VMce por o frete como o tempo e a ocasião o permitir porem de hua ou de outra sorte sempre convem não exceda a tal demora.⁸⁰

[...] pesso somente porque não venha de todo de vazio, e se depois de carregado as ditas couzas ouver quem as queira tomar por sua conta as largue[ou cargue] VMce; porque o meu mayor enteresse he hir tirando os meos effeitos e não meter cá mais salvo por necessidade.⁸¹

[...] he nesessario que VM per minha conta mande fazer alguns taboados e tão bem que previna alguas agoardentes de cana para no cazo de não achar frete, trazer hua e outra couza per não vir de todo de vazio.⁸²

* Sem data.

⁸⁰ Carta a Ignácio Correa. Lunda, 17 de agosto de 1700. IHGB, 72, 08, folha 66 verso.⁸¹ Idem. Luanda, 06 de maio de 1701. IHGB, 72, 08, 84 verso.⁸² Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 12 de agosto de 1698. IHGB, 72, 08, folha 17 verso.

[...] muita ou ainda quem queira as agoas ardentes que tenho pedido depois de carregadas, lhas largarão para virem no dito navio, porque o intento com que as peso, não he mais porque não venha de todo vazio;⁸³

Há o caso também das com origem em Lisboa, onde na tabela mostra ter ocorrido um aumento relevante do seu número em paralelo ao que foi contabilizado nas de origem em Angola, apresentadas na tabela anterior. Comparativamente, foram oito (9,20%) viagens de Angola–Lisboa contra vinte e duas (23,16%) de Lisboa–Angola. Não obstante, isto se deve, sobretudo, como já advertido, por haver pouca ou nenhuma informação sobre algumas remessas que saíram de Luanda em direção a Lisboa. Causa explicável porque tiveram que esperar no “Brasil” alguma frota antes de continuar rumo ao Reino. Neste caso o carregamento ficava estocado em algum dos três principais portos “brasileiros”, esperando somar um volume maior para ser então levado de maneira mais segura com o acompanhamento de outras embarcações. O que diminui em muito o quantitativo das que tiveram Lisboa como destino, mesmo porque, por ocasião de ficar em espera seriam classificadas então como de origem na América portuguesa, que não são relatadas na documentação. Ainda que, nas viagens no sentido contrário (Lisboa-Angola), de modo geral, apareçam em um número muito superior, mas todas passando pelo “Brasil” antes de seguir seu destino final, onde dariam continuidade à navegação, fazendo escala na Bahia, em Pernambuco ou no Rio de Janeiro, ou transferindo a carga para outra que seguiria ao destino. Diligências que neste caso foram informadas por Meneses, que nos permite avaliar sua interligação. Adicionando ainda que o percurso das embarcações de Meneses fosse majoritariamente entre “Brasil” e Angola e as que iam e vinham de Lisboa se tratavam, sobretudo, de embarcações com outros carregamentos além dos seus.

Tal como nas duas tabelas anteriores, de origem em Angola, o número de carregamentos que chegaram a Luanda teve como principal porto o do Rio de Janeiro, com um total de 35,79% entre todas no período, seguido de Lisboa com 23,16%. Pernambuco e Bahia por outro lado tiveram seu número de envios aviltado em relação ao número de recebimentos, remetendo 15,79% e 14,74%, ao passo que haviam recebido 25,29% e 26,44% das saídas advindas de Angola, respectivamente.

⁸³ Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 20 de maio 1699. IHGB, 72, 08, folha 40.

Deve-se pontuar que, assim como foi contabilizado em todas as outras localidades, o percentual do Rio de Janeiro também se soma às embarcações que passaram por outros portos antes de rumar para Angola. Mas que não anula o maior fluxo para seu porto, considerando que o mais relevante aqui apresentado é o carregamento em si e não as embarcações que saíram exclusivamente de um determinado porto. Caso contrário, repito, não analisaríamos uma prática tão comum ordenada por Meneses, que era de aproveitar as remessas de outras localidades para tirar maior proveito da arqueação total de suas embarcações. Igualmente interligando seus representantes.

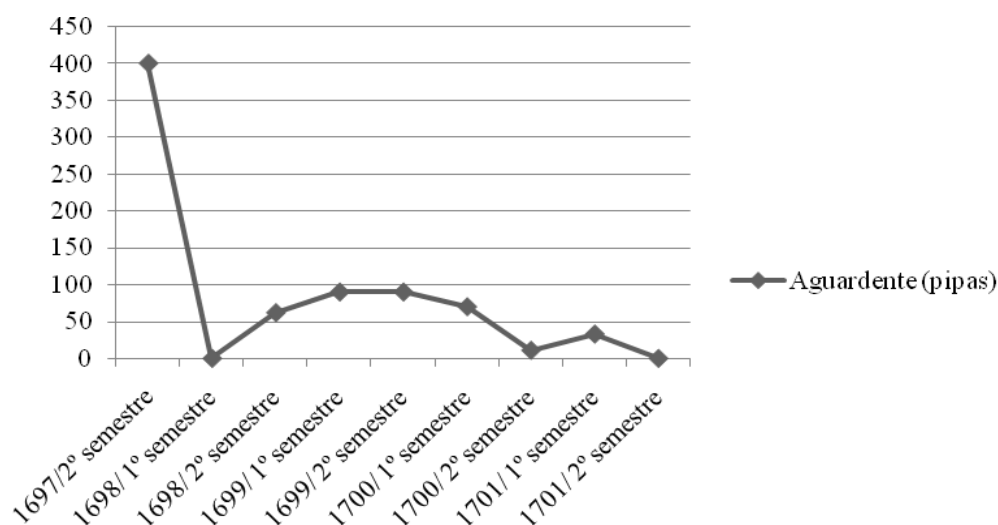
3.2.3. Mercadorias emitidas

Levando em conta que os produtos que tiveram maior materialidade para o comércio no Atlântico Sul eram em quantidades e valores muito superiores a outros produtos variados, não lançaremos mão destes últimos. A intenção é discorrer sobre as principais mercadorias por estarem ligadas diretamente ao sentido da rede comercial. Para sua análise dividimos seus volumes por semestre, identificando numa perspectiva macroscópica os principais produtos introduzidos, primeiramente em Angola.

Tabela 8: *Carregamentos para Angola*

Ano	Pano (valor)	Aguardente (pipas)	Vinho (valor)	Tábuas
1697/2º Sem.	6.000.000	400	6.000.000	—
1698/ 1º Sem.	18.000.000	—	—	—
1698/ 2º Sem.	32.241.085	62	—	30
1699/ 1º Sem.	—	90	—	54
1699/ 2º Sem.	5.785.744	90	7.000	120
1700/ 1º Sem.	1.923.172	70	—	60
1700/ 2º Sem.	—	11	—	40
1701/ 1º Sem.	69.880	33	—	70
1701/ 2º Sem.	—	—	—	534

Fonte: IHGB, 72, 08.

Gráfico 1: *Quantidade de pipas de aguardentes introduzidas no comércio em Angola*

Fonte: IHGB, 72, 08.

Na tabela 8 vemos que as tábuas aparecem com continuas remessas a partir do segundo semestre de 1698. Todavia seus números não são tão precisos. Além de sua utilidade para o comércio em Angola ficar, por ventura, por conta de interpretações acima de tudo conjecturais. O que se pode inferir é sua constância em pedidos de Meneses feitos aos seus procuradores no “Brasil” juntamente com as aguardentes, tabaco e outros. Eram, acima de tudo, descritas na utilização para forrar suas embarcações, sem maiores referências sobre a sua comercialização.

Dos panos, depois da grande remessa inicialmente introduzida, houve outras maiores ainda durante o ano de 1698. Mesmo parecendo haver uma alta da demanda para o segundo semestre daquele ano, com carregamento de 32.241\$085, incorre que os números não fazem jus a realidade encontrada, cabendo fazer algumas elucidações. Ainda naquele semestre Meneses havia comunicado a João Fiuza sobre a pouca saída do produto, tanto que no primeiro semestre de 1699 não houve mais pedidos dos panos, recebendo nova remessa só a partir do segundo semestre. Desta vez com valor bem inferior, de 5.785\$744, quase seis vezes menos. Sucessivamente, as remessas diminuíram consideravelmente, com novas interrupções nos segundos semestres de 1700 e 1701.

Dos que entravam em Angola existia uma grande variedade dos tipos comercializados para troca por escravos, principalmente através do porto de Salvador. Alguns deles, como: bertangil (tecido de algodão com tons escuros); granada (tecido de seda crua, escuro e transparente); beltrame (tecido branco de algodão); serafina (tecido de lã próprio para forros e entreforros, segundo algumas fontes, ou tecido fino e esgarçado, para outras); e tafetá (tecido de seda brilhante com tramas bem finas). Uns com mais e outros com menos aceitação no mercado interno angolano, ao passo que os mais caros tinham pouca saída, sobretudo, aqueles de melhor qualidade. Ao exemplo dos vinhos portugueses, que tiveram sua contração quando se depararam com a grande competitividade da cachaça vinda dos portos da América Portuguesa, pelo seu baixo valor, que dava maior quantidade do produto e maior aceitação local.⁸⁴ Entre aqueles que tiveram certa recusa neste mercado, os beltrames encabeçam a lista. Segundo Meneses os “*beirames*” eram “a pior droga que vem a este reino”,⁸⁵ por seu preço elevado e, conseqüentemente, sua baixíssima saída. Apesar de Meneses reunir esforços para que todos os panos fossem vendidos.

A experiência neste comércio, em alguns casos, veio também por meio de prejuízos ao passo da inserção inicial em mercados desconhecidos. Em um dos negócios firmados com Meneses, seu procurador em Lisboa, Joseph Pereira, que paralelamente era seu sócio em diversos acordos, teve seu revés ao enviar os ditos *beirames*. Pela pouca experiência que Joseph tinha naquele mercado, acabou comprando um produto que tinha pouca aceitação e pagando preços acima do praticado. Somado ao fato de ser uma quantidade acima do que a demanda poderia absorver. Não obstante, conseguiu obter um líquido sobre todo ele. Afora os *beirames*, apesar da boa saída de outros tipos de panos no mercado angolano, este fator habitualmente não garantia grandes lucros, segundo Meneses:

A roupa da India tem boa sahida neste reino porem não he genero em que se ganhe muito e mais custando de 12[\$] para cima por este preço veyo carregada de Pernambuco e dessa cidade o anno passado por

⁸⁴ Cf. CURTO, José Carlos. “Vinho verso Cachaça – A Luta Luso-Brasileira pelo comércio do Álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703.” In: PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio (orgs). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico-Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999; Segundo Alencastro, em 1699 o volume de cachaça por via legal saído da Bahia para Luanda foi de 57,4%, de Pernambuco 31,1% e do Rio de Janeiro de apenas 11,4%. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op.cit.*, p. 322.

⁸⁵ Carta a Joseph Pereira de Araújo. Luanda 20 de fevereiro de 1701. IHGB, 72, 08, 73 verso.

menos e aquy se esta vendendo a folhinha de bertangins e 18[\$] e os burros a 9 [\$] a 10 [\$] e ainda asy todos fogem delles.⁸⁶

De vinho, há dois carregamentos, um grande logo quando chegou no valor de 6.000\$000, e outro bem menor (7\$000) somente dali a dois anos. O pouco interesse em vinhos estava relacionado a pouca saída do gênero, que mesmo numa remessa menor ficou atravancado nos armazéns de Angola, visto que a demanda naquele período era por aguardentes, que tiveram certa frequência com apenas duas interrupções, uma no primeiro semestre de 1698 e outra no segundo semestre de 1701. A primeira delas se deve ao enorme carregamento introduzido em finais de 1697, que inviabilizou novas remessas das aguardentes no semestre seguinte, num momento em que parecia haver uma procura muito maior e centralizada em panos. Logo após a bebida voltou a ser comercializada, mas em volumes bem menores, adequando-se a demanda sobre o produto, sem grandes variações nos dois anos seguintes com arrefecimento das remessas a partir do segundo semestre de 1700, quando Meneses já escrevia resguardando-se em não fazer grandes pedidos por aguardar notícias sobre a vinda do novo governador. No começo daquele ano, entretanto, em carta de 20 de janeiro de 1700, Meneses avisava a Joseph Pereira que naquela altura tinha pouca quantidade de aguardentes, pois haviam lhe enviado poucas ou insuficientes. “Quanto aos [...] agoardentes ja tenho manifestado a muita grande perda que nisso tive e tanto asi que não havendo hoje aqui nada desse gênero”.⁸⁷ Fato compreensível pela escassez de embarcações advindas da Bahia no período que comumente remetiam boas remessas da bebida para Angola. Tanto que das noventa pipas enviadas no semestre anterior, todas chegaram através de três carregamentos originários de Pernambuco e do Rio de Janeiro.⁸⁸

Das que seguiram nos dois semestres de 1700, todas saíram do Rio de Janeiro, com setenta pipas no primeiro semestre, atendendo as suas requisições, e somente onze no segundo, condizente ao período de arrefecimento. A segunda interrupção de carregamento só veio, porém, no segundo semestre de 1701, já no fim de seu governo, quando se preocupava em fechar seus negócios como o pagamento de dívidas, envios de carregamentos estocados e outros acertos, para não deixar pendências em África. Tal

⁸⁶ Carta a Joseph Pereira de Araújo. Luanda 20 de fevereiro de 1701. IHGB, 72, 08, 73 verso.

⁸⁷ Idem. Luanda, 20 de janeiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 54 verso.

⁸⁸ Foram ao total três carregamentos no segundo semestre de 1699, dois do Rio de Janeiro com 40 e 20 pipas, um chegando em 16/07/1699 e o outro em 20/10/1699, e um vindo de Pernambuco com 30 pipas, que chegou em 06/10/1699.

que Meneses já em 1700, ao fazer pedido de pipas de aguardentes, tabuados e outros artigos, deixava de aviso que caso tivesse notícia de novo governador deveria desaparecer o carregamento e esperar segunda ordem. E se houvesse quem quisesse tomar por sua conta tal carregamento que assim fizesse, pois não interessava levar para Luanda mais conveniências suas, pois estava mais preocupado em retirar seus efeitos, que pode ser evidenciado pela grande saída de alguns gêneros no final de 1701, como veremos agora.⁸⁹

Tabela 9: *Carregamentos de escravos, marfim e açúcar.*

Ano	Escravos	Marfim	Açúcar (valor)
1697/2º Sem.	230	–	–
1698/ 1º Sem.	170	–	–
1698/ 2º Sem.	150	262	–
1699/ 1º Sem.	458	418	–
1699/ 2º Sem.	297	693	1.682.215
1700/ 1º Sem.	520	514	4.045.600
1700/ 2º Sem.	382	412	1.166.250
1701/ 1º Sem.	779	–	978.992
1701/ 2º Sem.	237	1.195	5.710.815

IHGB, 72, 08.

Entre todas as mercadorias, tanto as que entraram quanto as que saíram de Angola, o comércio de humanos foi o que mais teve regularidade no tempo.⁹⁰ Todavia, mesmo sem qualquer interrupção em todos os semestres o comércio de cativos variou bem em suas remessas com oscilações de queda e subida de até 300% de um semestre para o outro. Lembrando que a grande carga de aguardentes que chegou a Angola junto do governador, em novembro de 1697, foi negociada a médio e longo prazo, possibilitando regulares envios de cativos durante os anos seguintes como forma de permuta, já que a bebida não foi estocada para evitar que estragasse, sendo vendida parcelada ou com pagamentos, fracionados mais ao futuro, por meio de pequenas remessas de escravos.⁹¹ Além do que, sua oferta dependia de conjunturas muito específicas adentro do território, mesmo num período de estabilidade com os reinos

⁸⁹ Cf. Carta a Ignácio Correa. Luanda, 6 de maio de 1701. IHGB, 72, 08, folha 84.

⁹⁰ Diga-se, o período de 1697 a 1701. Especificamente acerca do tempo exposto na tabela.

⁹¹ Cf. Carta a Joseph Pereira de Araujo. Luanda 29 de janeiro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 06 verso.

locais. Afora, com efeito, da necessidade dos produtos que adentravam que, por vezes, não tinham a aceitação esperada, num modo geral ou em determinados períodos, em que posteriormente poderiam ser requisitados.

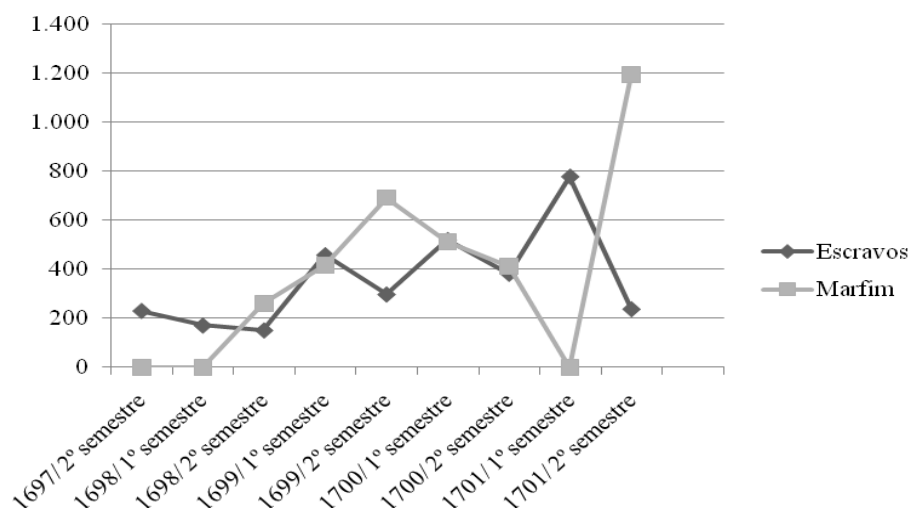
Não menos importante era a própria variação de valores dos cativos no “Brasil”, pois do mesmo modo Meneses procurava estar a par dos preços pagos em cada local para não sofrer com novos prejuízos, ao passo de serem negociados a preços bem abaixo, devido a pouca procura. Como se não bastasse, havia também as perdas de *cabeças* no mar e, segundo ele, as “ladroisses” e “velhacarias” praticadas por alguns mestres de embarcação. Questão que Meneses reiteradas vezes reclamou junto a Ignácio Correa e João Fiuza, acusando os mestres de não cuidarem bem das remessas de sua conta e de terceiros, mas somente das que são de suas próprias contas quando as têm, ou de trocarem as *cabeças* mortas.⁹²

Da mesma forma, dependia do retorno das embarcações para fazer o carregamento. Em certos casos teve que aguardar o retorno de alguma para o envio, mantendo os escravos e outras mercadorias em espera. Em 1699, por exemplo, quando aumentava o comércio com o Rio de Janeiro, Meneses chegou a ficar um período de seis meses sem receber uma embarcação sequer da Bahia ou Pernambuco, que posteriormente se acumularam no porto de Luanda juntamente com as do Rio de Janeiro. Em seguida, de novembro de 1699 a janeiro de 1700 foram enviadas cinco embarcações, mas somente para o Rio de Janeiro, sendo elas: o patacho Sacramento e Almas (12/11/1699) do Mestre Antônio Dias Crestello; outra não discriminada (14/12/1699) do mestre Antônio Gonçalves dos Santos; as sumacas São Lourenço e São Domingos e Santa Rosa e Santo Antonio (02/01/1700) do mestre e avançador Manoel Antunes Lourenço; e a “fragatinha” Espírito Santo e Nossa Senhora da Conceição (22/01/1699) do mestre Manoel Lopes da Silva. Entre elas, em caso bem enfatizado por ele, as três que partiram para o Rio de Janeiro e demoraram além do esperado, aguardando seu retorno a Luanda para fazer nova carga. Enfim chegando, feitos os devidos reparos, foram então enviadas as remessas acumuladas, e no primeiro semestre de 1701 vê-se a quantia mais elevada de escravo entre todos os outros períodos com 779

⁹² Cf. Carta a Ignácio Correa. Luanda, 15 de setembro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 47; Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 15 de fevereiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 57; Carta a Ignácio Correa. Luanda, 16 de agosto de 1700. IHGB, 72, 08, folha 67 verso. Luís César acusa os mestres de embarcações de substituírem as *cabeças* mortas que eram de suas contas pelas vivas da conta de Meneses para que assim não tivessem prejuízos, repassando todo ele para o governador.

cabeças. O dobro do semestre anterior, com 382, como se vê na tabela semestral de escravos enviados.

Gráfico 2: *Variação de remessas de escravos e marfim*



Fonte: IHGB, 72, 08.

Sobre outra mercadoria, o marfim, inicialmente, não há saídas entre o segundo semestre de 1697 e o primeiro de 1698. Seus primeiros envios só aparecem a partir de finais de 1698, com o primeiro em 03 de dezembro daquele ano, quando através do mestre e avançador Ambrósio da Penna, pela charrua Nossa Senhora do Livramento, foram destinadas 262 pontas para Pernambuco, que posteriormente seriam remetidas para Lisboa.⁹³ Dali em diante houve uma crescente remessa até o segundo semestre de 1699 quando gradativamente decresceu até que, no primeiro semestre de 1701, não houve qualquer quantia enviada. Período que acumulou grande quantidade, enviada quase no fim de seu governo, juntamente das que havia remetido para João Fiuza, direcionadas aos cuidados de seu filho em Lisboa, que armazenaria todas num de seus trapiches. Ao que parece, o marfim enviado para Lisboa era todo estocado para venda em momento favorável, pois desde maio de 1699 pedia para que enviassem as pontas aos cuidados de Vasco César.

Vmce e della dará noctícia a meu filho Vasco Fernandes Cezar de Menezes para que o mande ajuntar com o mais /que remeto por outras vias) em hua das minhas trezenas e o gasto que Vmce com elle fizer

⁹³ Carta a Joseph Pereira Araújo. Luanda, 10 de maio de 1699. IHGB, 72, 08, folha 35.

dirá ao dito meu filho lho mande satisfaze por Joseph Pereira de Araujo ou Miguel da Silva Serqueira e neste particular espero obre Vmce de sorte que tenha eu muito que lhe agradecer; Deos leve em pax e lhe de em tudo o bom socesso que Desejo &ca.⁹⁴

Ou se não ainda, somente no momento que retornasse a Lisboa, assumindo a negociação de toda mercadoria procurando maiores ganhos com toda a carga de marfim.

Tendo em mãos questões que indicam matizadas nuances que vão além de números, questionamos sobre o valor de análises que usam como base unicamente dados quantitativos para a apresentação de respostas às interrogações históricas a partir dos documentos. Os exemplos lançados em torno da administração comercial de Luís César de Meneses dão mostras de como é necessário analisarmos a fio em ambas as formas. O conjunto de dados sobre as mercadorias, os valores auferidos, o fluxo de embarcações não pode ser dissociado das estratégias particulares do indivíduo ativo, num universo tão instável de coisas, onde as intervenções externas e as casualidades vão estar sempre presentes. Sozinha, a análise quantitativa põe em xeque a heterogeneidade dos casos e o alcance dos resultados. Logo, este nunca deverá ser um método que dará as respostas finais aos estudos. Não significando com isso dizer que estes dados não sejam relevantes. Pelo contrário, a partir deles é que podemos fazer os paralelos e identificar as causalidades em caráter qualitativo. Estes mesmo dados, por sinal, são as peças-chave para o atendimento de rede relacional dos indivíduos subordinados ou recíprocos de Meneses. Que é a parte que se segue do capítulo.

3.3. A rede relacional da companhia mercantil de Meneses

Para uma melhor compreensão de sua rede relacional devemos primeiramente saber quem são os indivíduos que o cercavam a partir de suas funções. Para isso, a análise seguirá com uma lista contendo os indivíduos que mais se comunicaram com Meneses, para então seguirmos apontando as características em caráter quantitativo e qualitativo. Neste caso, evidenciando qual é o tipo de relação de Meneses com cada um, fundamentalmente, o tipo de serviço prestado para sua companhia.

⁹⁴ Carta a Francisco Velho da Costa. Luanda, 08 de maio de 1701. IHGB, 72, 08, folha 64 verso.

Precipuamente aqueles que receberam mais correspondências e os que foram mais citados em todas as cartas figuram entre os de maior centralidade na companhia mercantil, separando-se, neste caso, o valor da afetividade entre o personagem principal e os sujeitos envolvidos, que poderia ser equivalente ou não aos seus papéis funcionais. São casos que, com efeito, serão exemplificados no decorrer da exposição. Aos demais, evidenciaremos a heterogeneidade dos casos existentes, podendo haver indivíduos que mesmo ocupando um cargo de ofício de maior prestígio não tinham necessariamente posição central na estrutura da rede. Como também ao contrário, onde os que detinham maior nível social propensamente tinham um *status* superior no vínculo comercial como, por exemplo, o de sócio de Meneses, e, em contrapartida, os de menor nível exerciam funções de grau inferior como de prestadores de serviços gerais, sendo pagos pelos exercícios. Diferenciando-se entre os que Meneses se associava e os que se pagava, havia ainda aqueles que, mesmo não recebendo qualquer correspondência, tiveram posição até mais destacada do que alguns dos que receberam – sendo estes últimos, mormente, determinados correspondentes que receberam reduzido número de cartas e tiveram poucas menções nas demais – pela constância de menções desses sujeitos nas cartas. Quantitativamente falando, se não era pelo volume de cartas, era pelo número de citações.

Ponderando-se ainda que o fato de serem citados não correspondesse necessariamente à maior notoriedade do sujeito sobre outros, visto que há casos daqueles que são mencionados por motivos circunstanciais de animosidade, como veremos mais adiante. Nesses pontos enredados serão necessárias análises mais qualitativas sobre os referidos indivíduos para que torne mais evidente a diferenciação entre eles no plano funcional da companhia mercantil, precavendo às “regras” e entrevedo exceções. Porém, ressaltar, levando como base o dispositivo comum da importância do indivíduo pautado fundamentalmente no número de cartas e no número de citações, donde se extrai maiores informações de caráter qualitativo.

Analisaremos ainda o acúmulo de funções de um único indivíduo – não de ofício, acima de tudo – relacionado à maior participação efetiva na estrutura funcional da companhia e, conseqüentemente, perfilando entre os mais notórios e centrais na trama mercantil que Meneses coordenava.

3.3.1 Análises quantitativas da rede

Na documentação utilizada somam-se um total de cento e quarenta cartas remetidas para vinte e nove pessoas diferentes.⁹⁵ Entre os citados por Meneses, temos um total de cento e oitenta e duas pessoas, dentre as quais cento e setenta e três pode-se admitir algum tipo de função. No entanto, devido ao grande número de indivíduos, não intencionamos descrever o papel de cada um separadamente, por motivos óbvios de direcionamento da pesquisa. Desta forma, os colocaremos a partir de suas funções de maneira macroscópica.

Contando que cada um ocupe, no mínimo, uma função, teremos mais funções a serem identificadas do que indivíduos contabilizados. Por exemplo, havia indivíduos que ocupavam mais de cinco funções, desde as de nível destacado, como de procurador, até as de nível mais simples, como a de prestador de serviços gerais. Para melhor entendimento estas funções também foram incorporadas em quatro categorias, a saber: de *comando*, dentre os de maior prestígio como sócio, procuradores, governantes, burocratas, credores e proprietários ou fretadores de navios; de *representação*, escalonados logo depois, como despachantes de embarcações, fornecedores de mercadorias, intermediários e negociadores de carga, procuradores de terceiros, tutores de herança e vendedores de navios; de *execução*, com avançadores, capitães, mestres, curadores de escravos, recebedores de carga, prestadores de serviços gerais e passadores de letras; de *recepção* como, agraciados com regalos, agraciados com serviços e compradores em geral.

Vejamos abaixo o Quadro 3 com o quantitativo de função referente aos cento e setenta e três indivíduos citados por Meneses, que de forma heterogênea estavam ligados a sua rede comercial:

Quadro 3: *Quantitativo de funções e categorias*

⁹⁵ O total de cartas efetivas na documentação é de cento e quarenta e três, sendo que as três a mais não são escritas por Meneses.

Elaborado por: SIQUEIRA, Leonardo Alexandre de.

Comando					Representação												Execução					Recepção								
Sócios	Procuradores	Governantes	Burocratas	Credores	Proprietários e fretadores de navios	Despachantes de embarcação	Fornecedores de pano	Fornecedores de vinho	Fornecedores de aguardente	Fornecedores de couro	Fornecedores de escravo	Fornecedores de outros produtos	Intermediários de carga	Negociadores de carga	Procuradores de terceiros	Tutor de herança	Vendedores de navio	Avançadores	Capitães	Mestres	Curadores de escravos	Recebedores de carga	Prestadores de serviços	Passadores de letra	Agraciados com regalo	Agraciados com serviço	Compradores	Compradores de escravo	Compradores de pano	Total por funções
17	19	11	15	9	11	3	8	9	5	3	3	1	28	20	5	3	8	19	20	31	6	17	15	7	11	6	3	4	1	328
					82												106						15						25	322

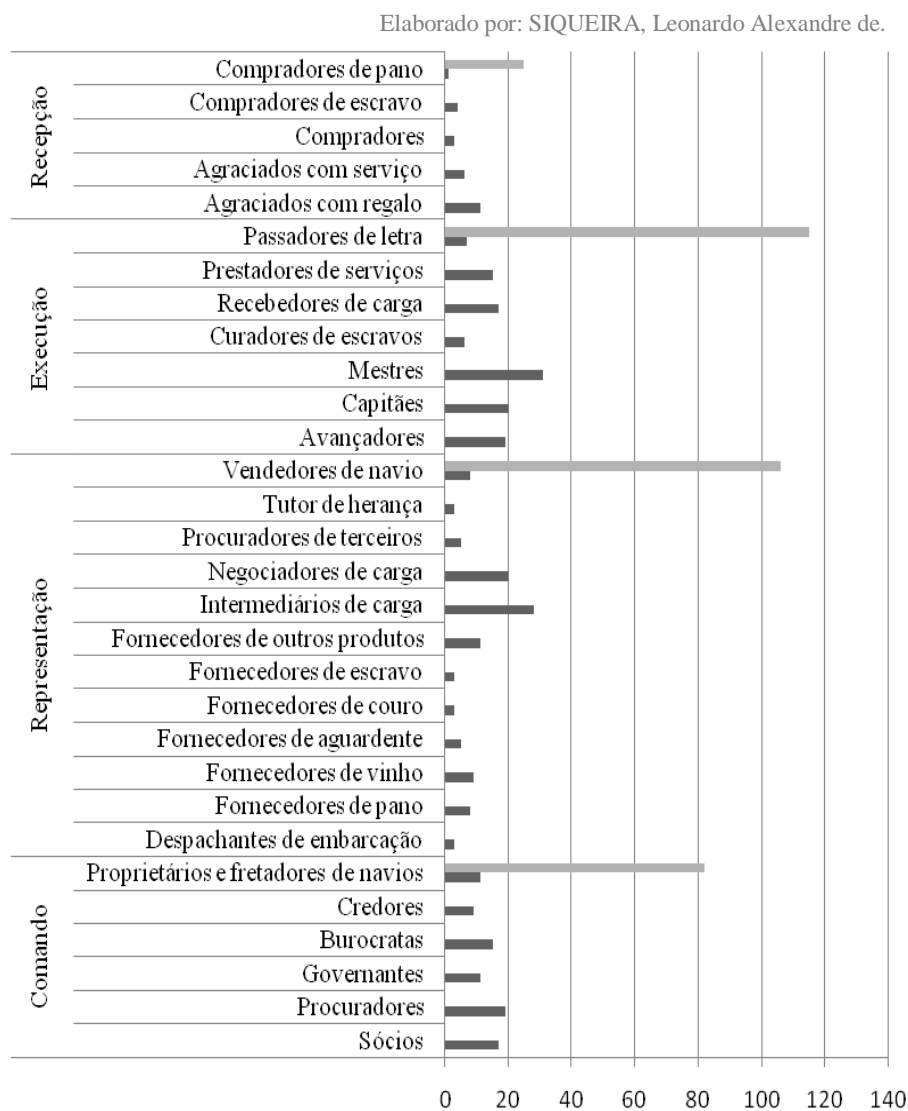
Fonte: IHGB, 72, 08.

No quadro, o conjunto de cento e setenta e três indivíduos é distribuído em trezentos e vinte e oito funções. Comumente o número daquelas classificadas como de *execução* fica em maior número, com cento e quinze. Posição que havia de se esperar, ao considerarmos o contingente para a realização dos serviços de carregamento, transporte e recebimento de cargas que demandava número maior de homens em relação às demais funções. Afora outros indivíduos desta mesma categoria que não foram citados e outros sem nomes, caracterizados acima de tudo a partir de menções feitas coletivamente como, por exemplo, o de ‘tantos marinheiros’ embarcados. Isto porque, ao ocuparem posições inferiores, seus nomes não são citados, não deixando evidente o quantitativo real de homens envolvidos nesta categoria.

Em seguida estão as de *representação* com cento e seis funções, com destaque para os intermediários de carga com vinte e oito incumbidos no exercício, correspondente a um pouco mais de 1/4 (26,42%) nesta categoria e como a segunda mais comum entre todas, atrás apenas da função de mestre. Quantia entendível pelo grande volume de mercadorias que pararam num determinado porto e que davam prosseguimento para seu destino final. Como é no caso das carregações emitidas para Lisboa passando antes pelos portos de Salvador, do Recife e do Rio de Janeiro. Ou no sentido inverso, quando procedentes do Reino destinadas a Luanda. Na mesma categoria há os negociadores de carga com vinte indivíduos incumbidos que eram em sua totalidade, com efeito, procuradores (de *comando*), sendo uma função

complementar da outra, além de terem seus números muito aproximados – dezenove procuradores e vinte negociadores de carga.⁹⁶

Gráfico 3: *Quantitativo de funções e categorias*



Fonte: IHGB, 72, 08.

Sucessivamente vêm as de posição de *comando*, com oitenta e duas, que mesmo sendo a categoria de maior destaque para a companhia, se mostrou bem numerosa, mas devendo se levar em conta que nas cartas estes indivíduos estão em maior evidência

⁹⁶ A percepção vai além dos números, pois qualitativamente observou-se que, na prática, os procuradores em suma eram também os negociadores das cargas.

pela atividade que exerciam, onde são mais comuns de serem mencionados que outros. Não obliterando, contudo, sua relevância quantitativa.

Por último, a de *recepção*, com vinte e cinco funções ocupadas. Número compreensivelmente menor porque eram atividades passivas, onde muitos compradores, por exemplo, não tinham contato direto com Meneses, uma vez que seus negociadores faziam tal serviço, havendo então poucas menções sobre as funções referentes a essa categoria.

De todas as categorias a função mais comum fica para a de mestre de navio, com trinta e um indivíduos que a exerceram – que é o número correspondente ao de embarcações que estiveram por conta dos carregamentos nos trajetos já citados. Por sua vez, o número de capitães e avançadores era uma pouco menor com vinte e dezenove, respectivamente. Demonstrando uma desproporcionalidade entre número de capitães e o número de embarcações, pois em muitas delas, em carta, Meneses não faz qualquer menção sobre seus nomes, havendo algumas que eram conduzidas por um mestre. Prevemos que a ausência se deve pela dificuldade de arranjar quem as capitaneasse. Motivo que nos faz atinar sobre o caso da permanência em seu patacho do voluntarioso, porém requisitado, capitão Antônio Coelho de Oliveira, que só após sucessivas intempéries protagonizadas por ele e reiteradas ameaças por parte de Meneses, foi enfim expulso da embarcação:

A Antonio Coelho expulsei do meu navio porque me não acomoda que ande nelle quem entreprete as minhas hordens, ou se lembre tam pouco dellas, e o que sinto he fazello tao tarde que fique elle ja tam aproveitado porque mais me valera que elle me não trouxera o tal frete, que partira quando o mandey do que vir agora com elle, porque em mantimentos e mortes na armação tenho eu exprimentado mayor prejuizo do que a importancia delle porque os enteresses que vy do navio, em que andou forão só para elle que tem tido cauza com as suas dilaçoens de grandes prejuizos que tenho exprimentado.⁹⁷

Importa-nos aqui inferir que somente o fez depois de suprir sua falta com outro capitão, colocando Antônio Santos em seu lugar, no patacho Nossa Senhora de Bonsucesso e São Joseph. E não era este um novo indivíduo a serviço de Meneses, mas se entrou no lugar do primeiro na referida embarcação, há dois possíveis motivos. Um, que Meneses não necessitava mais de tantas embarcações, num período em que

⁹⁷ Carta a Gonçalo Ferreira Souto. Luanda 06 de maio de 1701. IHGB, 72, 08, folha 83 verso.

diminuíra o vulto comercial ⁹⁸ ao passo do fim de seu governo de Angola, acima de tudo deixando de requisitar tantas embarcações ao seu serviço e outras ordenando aos seus procuradores que procurassem quem as comprasse. Dois, que poderia ter contratado um novo capitão ou mestre no lugar de Antônio Santos, que mudou de embarcação ao assumir o patacho do mestre Antônio Crestello.

Dando continuidade, notemos que entre sócios e procuradores, dezessete e dezenove, respectivamente, temos uma soma de trinta e seis funções. Essas duas serão as que melhor caracterizarão os indivíduos mais próximos a Meneses, justamente por terem participação direta nas ações decisórias e nas práticas comerciais, dividindo lucros, prestando contas e repassando ordenações que Meneses evidentemente era incapaz de coordenar pela distância. É bom ressaltar, mesmo que pareça enfadonho, que um procurador poderia ser igualmente sócio, como também fornecedor de produtos ou credores. Algumas outras funções, entretanto, correspondiam a práticas contíguas aos procuradores como as de recebedores, intermediários e negociadores de cargas, com pouquíssimas exceções ao contrário. Dessa forma, obrigatoriamente todas as mercadorias passavam por seus procuradores, não sendo eles somente homens de papéis.

Entre todos os dezessete sócios identificados, onze deles (65%) são correspondentes de Meneses. Destes, sete eram também procuradores, ou seja, 64% do total. Números que mostram a forte participação dos procuradores nos negócios, com ligação direta aos ganhos, apesar de serem sócios minoritários na grande maioria dos casos, mesmo porque a sociedade não estava presente em todos os carregamentos endereçados àquele determinado procurador – como algo muito pontual e irregular para a grande maioria deles. Assim como nem todos os sócios eram correspondentes (Ver Anexo 6).

Abaixo podemos verificar um quadro que relaciona todos os sócios de Meneses e entre eles os que eram e os que não eram correspondentes, além dos sócio-procuradores.

Quadro 4: *Lista de sócios*

⁹⁸ Diga-se o vaivém de embarcações e não a quantidade de produtos carregados.

Sócios	Correspondentes	Não correspondentes	Procuradores
Arthur de Sá de Meneses	•		
Caetano de Melo		•	
Francisco Galvão	•		
Gonçalo Ferreira Souto	•		•
Joaquim Ignácio Correa	•		•
João Lopes Fiuza	•		•
Joseph Carvalho		•	
Joseph Pereira de Araújo	•		•
Joseph Rabello Palhares	•		
Luís Lopes Pegado	•		•
Manoel Ferreira de Matos		•	
Manoel José Fernandes Sardinha		•	
Miguel da Silva Siqueira	•		•
Pascoal da Silva Siqueira	•		•
Rodrigo da Costa de Almeida		•	
Thiófio Borges de Brito	•		
Vasco Fernandes César		•	•

Fonte: IHGB, 72, 08.

Entre os seis sócios não correspondentes há de pontuar quem são e quais suas participações. Seguindo a lista: 1) Caetano de Melo, governador de Pernambuco, teve pouca relação comercial, havendo menções mais para um vínculo de amizade e reciprocidade (“toda sua amizade”, “amigo e senhor”, “meu am^o.” “meu am^o. O Senhor...”, “meu am^o. E Senhor”) do que ganhos entre as duas partes⁹⁹; 2) Joseph Carvalho, Capitão, foi sócio em um carregamento de 50 escravos junto ao seu cunhado, o procurador Miguel Siqueira,¹⁰⁰ numa realidade de 617 *cabeças* direcionadas para o Rio de Janeiro;¹⁰¹ 3) Manoel Ferreira de Matos, Capitão e despachante de cargas em Loango, sobretudo escravos e marfim, tinha com grande representatividade na companhia (“que he o que corre com [...] meus negocios”, “que corre com todos os meus particulares”)¹⁰² e mesmo não recebendo correspondência foi o segundo indivíduo mais citado nas cartas;¹⁰³ 4) Manoel José Fernandes Sardinha, Capitão e proprietário de embarcação fretada para Meneses, foi sócio de Luís César contíguo a

⁹⁹ Cf. IHGB, 72, 08, folhas 06, 15verso, 18, 29, 37 verso,

¹⁰⁰ Cf. parentesco em: Carta a Joseph Pereira de Araújo. Luanda, 29 de janeiro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 06 verso & Carta a Miguel da Silva Pereira. Luanda 06 de fevereiro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 06 verso.

¹⁰¹ Carta a Miguel da Silva Siqueira. Luanda, 21 de fevereiro de 1701. IHGB, 72, 08, folha 76.

¹⁰² Carta a Ignácio Correa. Luanda, 03 de outubro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 20; Carta a Antônio Moreira da Cruz. Luanda, 28 e junho de 1699. IHGB, 72, 08, folha 43 verso.

¹⁰³ Apesar de na documentação não conter cartas destinadas a Matos, é provável que tenha enviado e recebido muito de Meneses, entre Loango e Angola. No entanto, encontramos uma carta que escreveu a Francisco da Luz, procurador do governador/capitão-mor da Paraíba, senhor Manoel Soares de Albergaria.

Manoel F. de Matos, em Loango; 5) Rodrigo da Costa,¹⁰⁴ Tenente General, também era proprietário de embarcações fretadas para Meneses e sócio nas remessas feitas por elas; 6) Vasco Fernandes César, filho de Meneses, procurador em Lisboa como recebedor final da maior parte das remessas enviadas através dos procuradores na América portuguesa, de produtos ou quantias, por intermédio ou diretamente, provenientes de Angola e do “Brasil”.

Dos seis citados sem correspondência, Manoel Ferreira de Matos, Vasco César e, em menor escala, Joseph Carvalho, entram como os indivíduos mais destacados para a estrutura da rede, que demandará as análises mais detalhadas, que veremos posteriormente. Os três restantes mesmo que ocupando posto de governança não eram centrais na configuração da rede. Mas aos que se exerciam o acúmulo dos papéis de sócio, procurador e correspondente, há uma participação muito maior e uma efetiva ação de coordenação para dinamizar a mobilidade de mercadorias, pessoal e papéis. Reservando-se como nomes vitais da rede.

Por hora seguiremos a análise acerca dos indivíduos que recebiam cartas partindo para a relação nominal. Para isso ocorrerá uma redução natural em relação aos cento e setenta e três citados, computando agora exclusivamente os vinte e nove¹⁰⁵ correspondentes que nos referimos um pouco mais atrás – incluindo obrigatoriamente os onze sócios que são correspondentes, expostos no Quadro 4.¹⁰⁶ Vejamos quadro e gráficos com os indivíduos com que Meneses se correspondeu:¹⁰⁷

Tabela 10: *Indivíduos por quantitativo de cartas e seus locais*

Correspondentes	Nº cartas	% cartas	Local	Procurador
Joaquim Ignácio Correa	23	16,43%	Rio de Janeiro	•
João Lopes Fiuza	19	13,57%	Bahia	•
Francisco Lourenço da Rocha Moutinho	14	10,00%	Bahia	•
Pascoal da Silva Siqueira	12	8,57%	Pernambuco	•

¹⁰⁴ Foi governador do Brasil antes de Meneses e vice-rei da Índia entre 1707-1712.

¹⁰⁵ Tanto na tabela quanto no gráfico há aparentemente vinte e oito indivíduos listados. Isto ocorre porque Domingos Maciel e Luís Maciel, apesar de serem pessoas distintas, as quatro cartas enviadas foram em nome dos dois.

¹⁰⁶ Tanto na tabela quanto no gráfico há aparentemente vinte e oito indivíduos listados. Isto ocorre porque Domingos Maciel e Luís Maciel, apesar de serem pessoas distintas, as quatro cartas enviadas foram em nome dos dois.

¹⁰⁷ Há procuradores que não têm cartas recebidas em toda a documentação utilizada como, por exemplo, o Escrivão de Contos e Casa, Aleixo Alcântara, procurador em Lisboa no caso da ausência dos seus dois principais neste local, Joseph Pereira de Araújo e Miguel da Silva Siqueira.

Joseph Pereira Araújo	11	7,86%	Ilha da Madeira / Lisboa ¹⁰⁸	●
Gonçalo Ferreira Souto	9	6,43%	Rio de Janeiro	●
Miguel da Silva Siqueira	7	5,00%	Pernambuco / Lisboa ¹⁰⁹	●
Luíz Lopes Pegado	6	4,29%	Rio de Janeiro	●
Domingos Maciel e Luís Maciel	4	2,86%	Lisboa	
Fernão da Gama	4	2,86%	Rio de Janeiro	
Manoel Francisco Cazado de Barros	4	2,86%	Rio de Janeiro / Pernambuco ¹¹⁰	●
Manoel Soares de Albergaria	4	2,86%	Paraíba	
Manoel de Souza de Castro	3	2,14%	Lisboa	
Thiófio Borges de Brito	3	2,14%	Lisboa	
Antônio Moreira da Cruz	2	1,43%	Rio de Janeiro	
Joseph Rabello Palhares	2	1,43%	Rio de Janeiro e Lisboa	
Policarpo Falcão Ferreira	2	1,43%	Rio de Janeiro	●
Antônio de Aguiar Marinho	1	0,71%	Angola (Cabinda)	
Arthur de Sá de Meneses	1	0,71%	Rio de Janeiro e Santos	
Baltazar da Silva Siqueira	1	0,71%	Pernambuco	●
Fernão Soares de Noronha	1	0,71%	São Tomé	●
Francisco de Melo	1	0,71%	Lisboa	
Francisco Galvão	1	0,71%	Lisboa	
Francisco Velho da Costa	1	0,71%	Lisboa	
João Correa Granja	1	0,71%	Bahia	
Joseph Francisco da Luz	1	0,71%	Paraíba	
“Juiz e Mordomos da Confraria” ¹¹¹	1	0,71%	Rio de Janeiro	
Manoel Antônio Pinheiro da Câmara	1	0,71%	São Tomé	
Total	140	100,00%		12

Fonte: IHGB, 72, 08.

Se por um lado alguns sócios, mesmo não sendo correspondentes, tiveram forte vínculo na rede, por outro, dentre os correspondentes, há aqueles que tiveram participação muito ínfima nas relações comerciais ou outros que nem mesmo eram diretamente ligados a ela. Como foi o caso do Capitão-mor da Paraíba, Manoel Soares de Albergaria, e seu procurador Manoel Francisco da Luz, ¹¹² que não eram subordinados, tampouco associados a Meneses, que apesar de receberem cartas, estas eram referentes a assuntos controversos e circunstanciais. Tratava-se de uma carga de Meneses de 83 escravos, uma cria ¹¹³ e mais 600\$000 em dinheiro dos fretes que estavam destinados a Pernambuco, que ao parar na Paraíba foi confiscada como pagamento das quantias cobradas sobre serviços de arribadas e comissões sobre a

¹⁰⁸ Foi procurador na Ilha da Madeira de 1697 aos finais de 1698, se mudando para Lisboa, onde recebeu a última carta em 06 de maio de 1701.

¹⁰⁹ Foi procurador em Pernambuco em 1698 e se mudou para Lisboa em 1699, recebendo a última carta de Meneses em 21 de fevereiro de 1701.

¹¹⁰ Foi procurador no Rio de Janeiro de 1698 a agosto de 1699 quando se transferiu para Pernambuco, onde recebeu a última carta de Meneses em 02 de março de 1700.

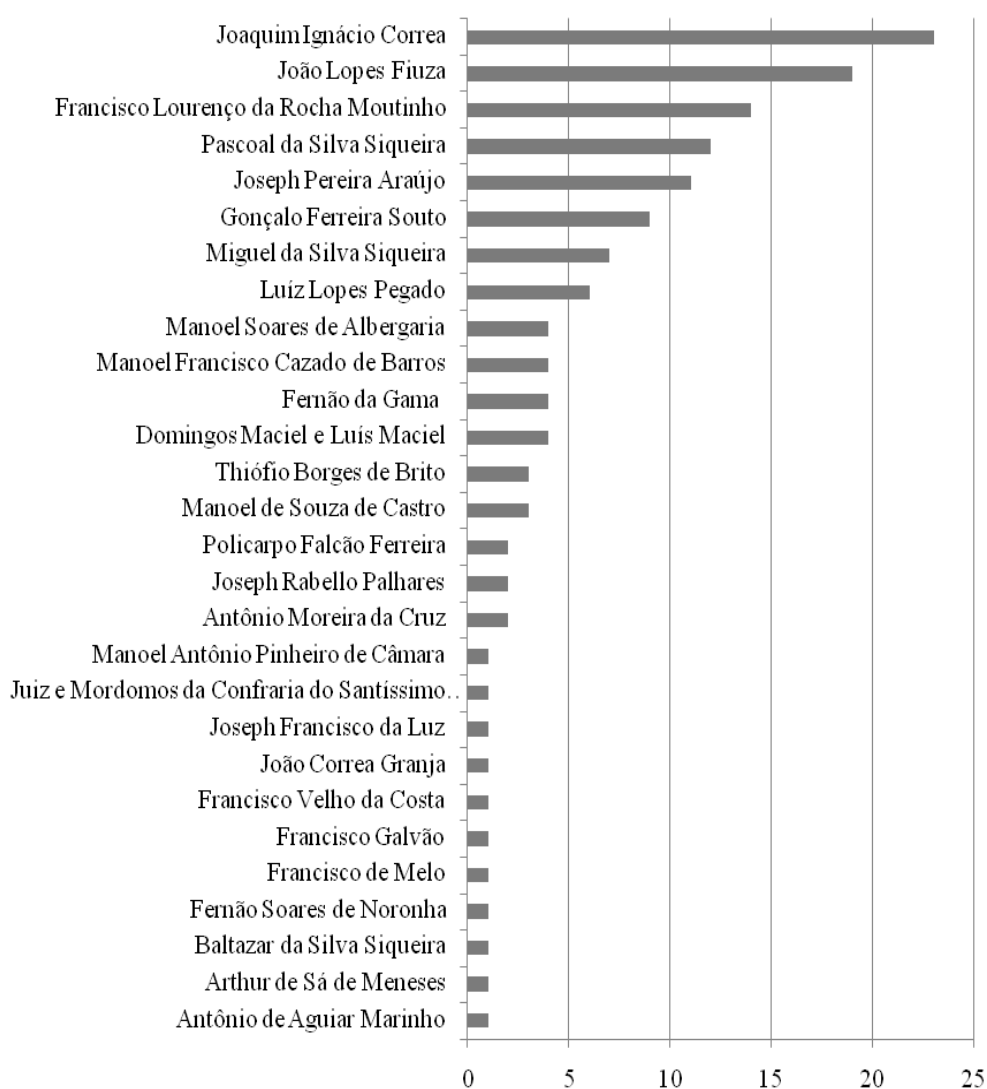
¹¹¹ “Juiz e Mordomos da Confraria do Santíssimo Sacramento da Candelária”. Seu nome não foi citado na documentação sendo referido sempre por seu cargo de ofício.

¹¹² Manoel Francisco da Luz era procurador de Manoel Soares de Albergaria e não de Meneses.

¹¹³ Criança escravizada.

própria carga. Valores que Meneses julgou muito acima do que era praticado habitualmente, exigindo que o dito capitão-mor desse o que lhe era de direito. Ocorrência que gerou prolongada discussão sobre o pagamento de toda a carga, com ordenações para que seus procuradores em Pernambuco, Manoel Francisco Cazado de Barros e, principalmente, Pascoal da Silva Siqueira, intervissem no caso cobrando-lhe o devido. Chegou ainda a contactar seu procurador em Lisboa, Joseph Pereira, alertando sobre o ocorrido e avisando sobre o recebimento da quantia que seria enviada por Pascoal quando houvesse os devidos acertos.¹¹⁴

Gráfico 4: *Número de cartas por indivíduo*



Fonte: IHGB, 72, 08.

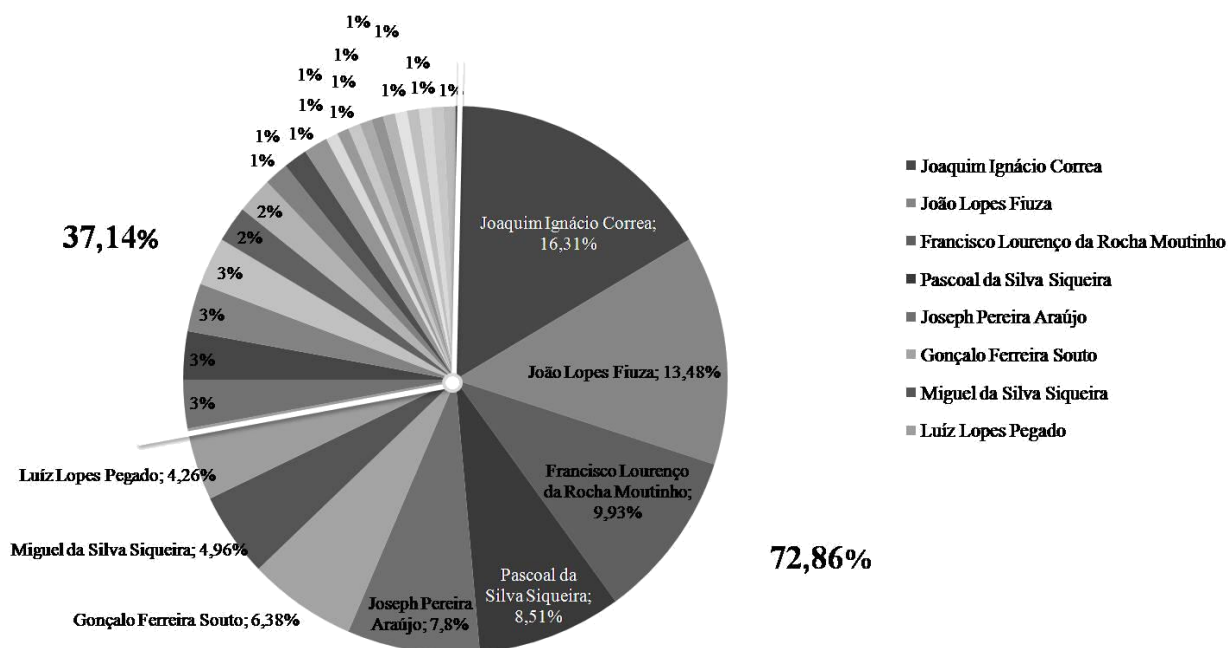
¹¹⁴ Este caso será tratado com mais detalhes no último tópico.

Neste caso destacado, tratava-se de cartas de caráter interpelativo. Aos demais destinatários, sobretudo os com número muito reduzido, caracterizou-se por ligações bem pontuais com encomendas ou remessas especiais ou acertos particulares que necessitaram de comunicações diretas com a pessoa. Algumas informações, por exemplo, foram passadas exclusivamente sem qualquer menção noutras cartas aos seus procuradores. Prática incomum realizada por Meneses, que tanto enfadava seus principais correspondentes com números, nomes e instruções como forma de garantir a realização das ordenações, controlando suas ações à distância. Se assim o fez tinha seus motivos de não querer intermédios. Havendo ainda cartas como a direcionada ao “Senhor Juiz e Mordomos da Comfraria do Santissimo Sacramento da Candellaria” em que Meneses trata todo o negócio diretamente com ele, vendendo três escravos “choromelleinos” (especializados em determinado serviço) e em troca receberia 4 pipas de geribita e “2 armaçoens de chapeo de sol” para uso próprio.¹¹⁵ Por ser uma encomenda privada e em volume tão reduzido, não tratou de intermediar aos seus procuradores do Rio de Janeiro, que usualmente receberiam as comissões, sobretudo, sobre carregamentos bem maiores.¹¹⁶

Entre principais correspondentes há o destaque inegável para seus procuradores, pois dos vinte e nove citados acima, doze deles exerciam esta função e oito figuram entre os que mais receberam cartas. Juntos somados: Joaquim Ignácio Correa, Gonçalo Ferreira Souto, Luiz Lopes Pegado no Rio de Janeiro; João Lopes Fiuza e Francisco Lourenço da Rocha Moutinho na Bahia; Joseph Pereira Araújo em Lisboa e na Ilha da Madeira; Miguel da Silva Siqueira em Pernambuco e em Lisboa e Pascoal da Silva Siqueira em Pernambuco receberam um total de cento e duas cartas, que percentualmente corresponde a 72,86% de todas as cento e quarenta. Se somarmos ainda os demais: Policarpo Falcão Ferreira no Rio de Janeiro; Manoel Francisco Cazado de Barros no Rio de Janeiro e em Pernambuco; Baltazar da Silva Siqueira na Bahia e Fernão Soares de Noronha em São Tomé, chegaremos ao número de cento e dez cartas, ou seja, 78,57%.

¹¹⁵ Tais artigos, Meneses deixaria de presente para seu sucessor, Bernardino da Távora. Cf. Carta a Ignácio Correa. Luanda, 16 de agosto de 1700. IHGB, 72, 08, folha 68 verso.

¹¹⁶ Carta ao “Juiz e Mordomos da Comfraria do Santissimo Sacramento da Candellaria”. Luanda, 15 de agosto de 1700. IHGB, 72,08, folha 67.

Gráfico 5: *Principais correspondentes de Meneses*

Fonte: IHGB, 72, 08

Como evidenciado no tópico anterior, ao tratarmos das ‘rotas comerciais’, onde Rio de Janeiro foi identificado como o local que mais recebeu embarcações em seu porto, seguido de Bahia e Pernambuco, ao colocarmos em paralelo com o número de cartas e a quantidade de correspondentes, procuradores ou não, verificamos que ocorre a mesma predominância nestes números.

Com a clareza de que os procuradores representaram maior ligação com o personagem central, antes de estruturar a parte qualitativa das relações, o caminho a ser percorrido é reconhecer seu quadro geral no espaço e no tempo. Utilizando uma tabela com todos os lugares em que se encontravam os correspondentes e os períodos em que as cartas foram escritas, temos uma noção ainda mais detalhada sobre os direcionamentos mercantis da rede.

Tabela 11: *Número e percentual de cartas por local*

	1697		1698		1699		1700		1701		TOTAL	
Locais	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Angola	0	0,00%	1	2,27%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,71%

Bahia	0	0,00%	6	15,91%	12	34,29%	14	37,84%	2	8,00%	34	24,29%
Ilha da Madeira	0	0,00%	3	6,82%	3	8,57%	0	0,00%	0	0,00%	6	4,29%
Lisboa	0	0,00%	2	4,55%	6	17,14%	10	27,03%	7	28,00%	25	17,86%
Paraíba	0	0,00%	0	0,00%	4	11,43%	1	2,70%	0	0,00%	5	3,57%
Pernambuco	1	100,00%	7	13,64%	5	14,29%	2	5,41%	1	4,00%	16	11,43%
Rio de Janeiro	0	0,00%	11	25,00%	13	37,14%	15	40,54%	11	44,00%	50	35,71%
Santos	0	0,00%	1	2,27%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,71%
São Tomé	0	0,00%	2	4,55%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	1,43%
Total	1	100,00%	33	100,00%	43	100,00%	42	100,00%	21	100,00%	140	100,00%

Fonte: IHGB, 72, 08.

Entre nove locais para onde as cartas foram destinadas, o Rio de Janeiro tem 35,71%, com a quantia de cinquenta cartas. Entre somente os procuradores do Rio de Janeiro o percentual é de 30%, com quarenta e duas. Neste ensejo, temos o modelo que segue a linha de que havia ligações mais próximas com o Rio de Janeiro, seja de pessoas, embarcações e mercadorias.

Quantitativamente falando, os indivíduos que perfilam entre os mais importantes para o funcionamento da companhia mercantil se dão com a seguinte equação: nº de cartas + procuradores + sociedade. Ao adicionarmos a ela o número de citações poderemos identificar os modelos casuais, principalmente por abarcarem aqueles sem correspondência, para que posteriormente possamos estabelecer a rede de maneira fidedigna ao seu funcionamento em caráter qualitativo. De antemão foram selecionados todos os indivíduos correspondentes, juntamente com três que não são correspondentes, apontados anteriormente, que estão entre os mais citados: Manoel Ferreira de Matos com oitenta e seis citações, Joseph Carvalho com vinte e quatro e Vasco Fernandes César com quinze. Considerando, igualmente, suas funções nas quatro categorias classificatórias.¹¹⁷

Tabela 12: *Número de citações em cartas*

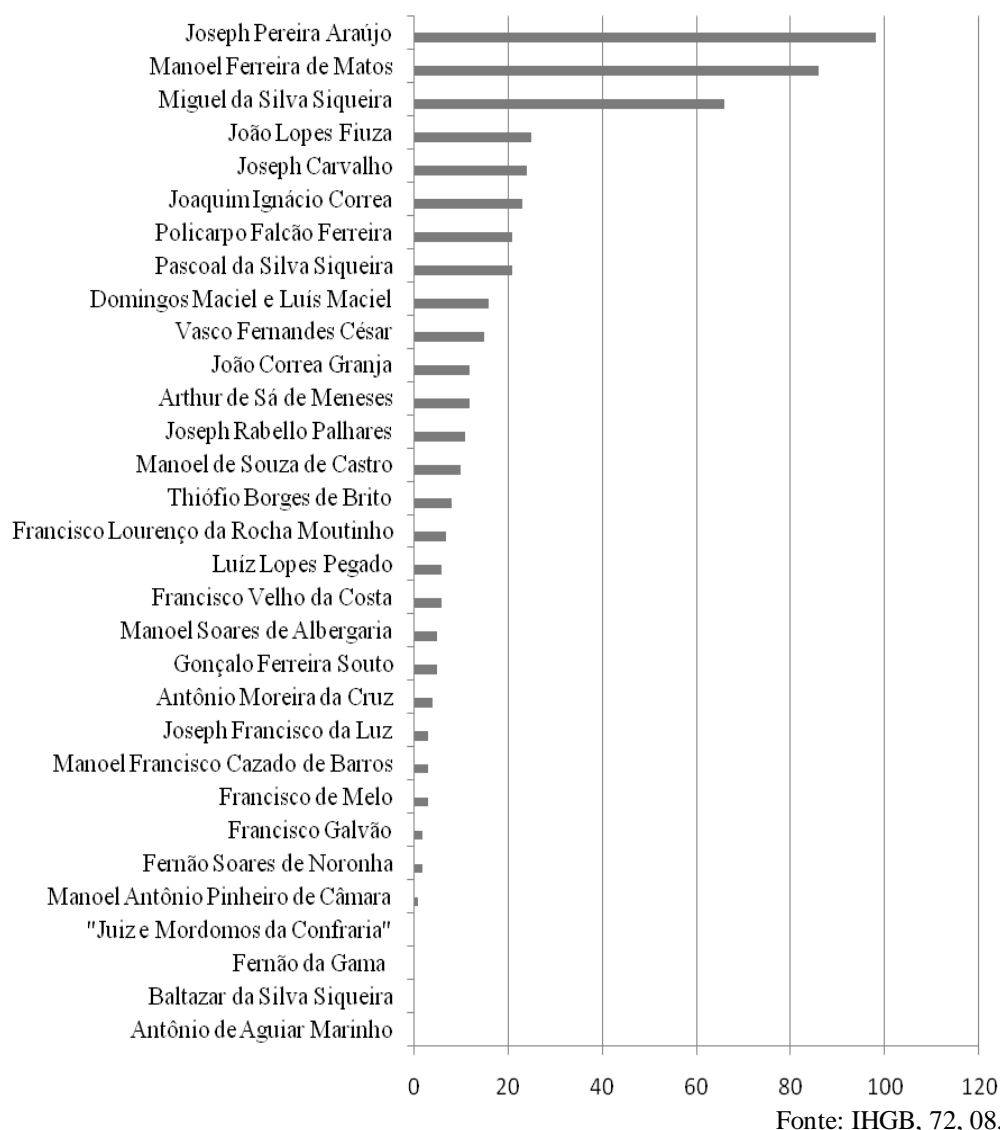
Nomes	Citações em cartas	Correspondentes
Joseph Pereira Araújo	98	●
Manoel Ferreira de Matos	86	
Miguel da Silva Siqueira	66	●
João Lopes Fiuza	25	●
Joseph Carvalho	24	
Joaquim Ignácio Correa	23	●
Pascoal da Silva Siqueira	21	●
Policarpo Falcão Ferreira	21	●
Domingos Maciel e Luís Maciel	16	●

¹¹⁷ *Comando, representação, execução e recepção.*

Vasco Fernandes César	15	
Arthur de Sá de Meneses	12	•
João Correa Granja	12	•
Joseph Rabello Palhares	11	•
Manoel de Souza de Castro	10	•
Thiófio Borges de Brito	8	•
Francisco Lourenço da Rocha Moutinho	7	•
Francisco Velho da Costa	6	•
Luíz Lopes Pegado	6	•
Gonçalo Ferreira Souto	5	•
Manoel Soares de Albergaria	5	•
Antônio Moreira da Cruz	4	•
Francisco de Melo	3	•
Joseph Francisco da Luz	3	•
Manoel Francisco Cazado de Barros	3	•
Fernão Soares de Noronha	2	•
Francisco Galvão	2	•
Manoel Antônio Pinheiro da Câmara	1	•
Antônio de Aguiar Marinho	0	•
Baltazar da Silva Siqueira	0	•
Fernão da Gama	0	•
"Juiz e Mordomos da Confraria"	0	•

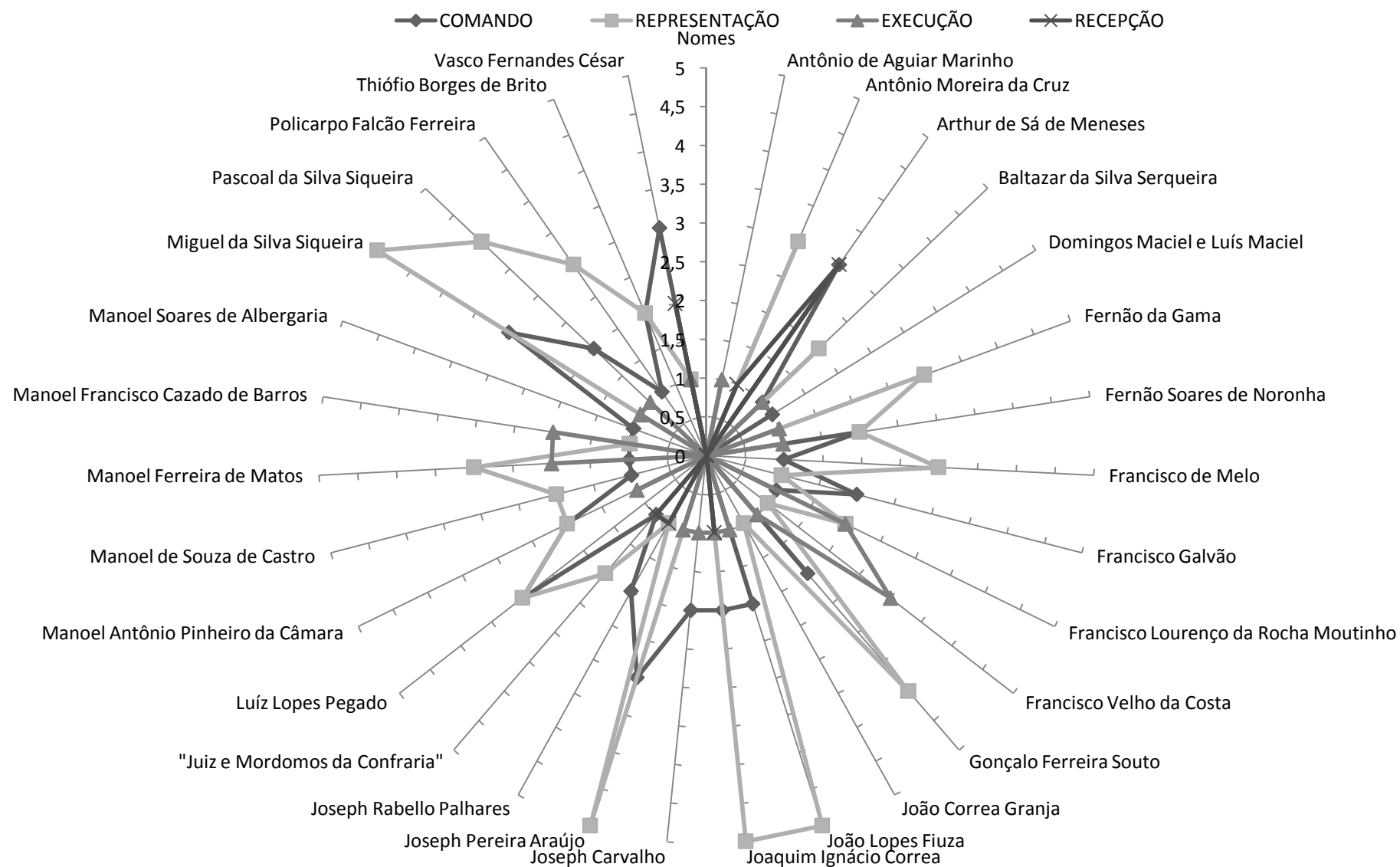
Fonte: IHGB, 72, 08.

Os menos citados, e correspondentes, são os inclusos nos casos pontuais que nos referimos anteriormente, exemplificados através da correspondência do “Juiz e Mordomos da Confraria”. Já os mais citados, há uma frequência bem mais destacada para os que remetem e recebem carregamentos em Angola, destacando-se Manoel Ferreira de Matos, e, no caso de Lisboa, Joseph Pereira Araújo e Miguel Siqueira. O primeiro possui oitenta e seis citações, condizente as funções que lhes eram designadas. Além de sócio em certos carregamentos, Ferreira de Matos despachou quase todas as remessas de escravos, marfins e demais produtos oriundos de Angola, e regiões adjacentes, para a América e para o Reino. Também recebeu a grande maioria das aguardentes, panos e demais produtos para troca por escravos em África. Caracterizando-se assim como um indivíduo central na dinâmica mercantil. Por sua vez, Joseph Pereira foi o mais citado com noventa e oito, que ao lado de Miguel Siqueira, com sessenta e seis, somam cento e sessenta e quatro citações. Como eram os principais procuradores em Lisboa, recebendo todas as remessas enviadas de Angola e da América, entende-se o porquê do elevado número. Além do que, Lisboa era o destino final dos lucros obtidos ou, quando não, de produtos com demanda preponderante para a venda como o açúcar, o marfim e algumas espécies de madeira.

Gráfico 6: *Número de citações em cartas*

Nos direcionamentos apontados temos uma relação de nomes que nos viabiliza identificarmos aqueles que têm maior efetividade na rede mercantil. Somando aos que tinham forte conectividade mesmo não havendo cartas emitidas a eles disponíveis para análises mais minuciosas, sendo: Joseph Carvalho, Manoel Ferreira de Matos e Vasco Fernandes César. Como sócios estes podem ser admitidos juntamente com os demais apontados acima, de maneira a comparar seus valores em relação aos que tinham com pouca efetividade mesmo sendo correspondentes com cartas. Por conseguinte, o nível relacional por categorias funcionais dão lumes ainda mais elucidativos sobre os sujeitos que figuravam centralmente na funcionalidade da companhia.

Gráfico 7: *Nível relacional por categorias funcionais*



3.3.2 Análises qualitativas da rede

As análises quantitativas realizadas nos indicam aqueles indivíduos que fizeram parte de maneira mais efetiva da rede comercial de Meneses. Por conseguinte, seguindo nominalmente, justificaremos o porquê de alguns destes indivíduos incluídos no gráfico ainda assim poderem ser classificados como os de menor efetividade em comparação a outros que são considerados mais efetivos. Para isso, as análises qualitativas se ocuparão de relacionar como eles se situavam na companhia mercantil, caso façam realmente parte, exemplificando suas práticas funcionais nos cargos que lhes eram incumbidos, elucidando conseqüentemente quais os que tinham participação central nas articulações em cada localidade e seus respectivos vínculos com o governador.

Dos trinta e um nomes listados na Tabela 12 e no Gráfico 6,¹¹⁸ iremos selecionar os de pouca ou quase inexistente relação mercantil,¹¹⁹ os de participação secundária, os de participação efetiva não central e os de grande efetividade na funcionabilidade. Primeiramente nos ocuparemos entre os de menos efetividade e/ou os inoperantes, que são computados nove nomes. Vamos a eles:

1) *Antônio de Aguiar Marinho* era capitão de embarcação e conduziu a sumaca São Lourenço, levando 31 *cabeças* de Cabinda para Pascoal Siqueira, no Recife, em 16 de julho de 1698. Depois de fazer o carregamento, apesar de receber uma das cartas, em todas as outras não há citações de seu nome. Portanto, não há indícios de maior ligação na rede.

2) *Baltazar da Silva Siqueira* era procurador de Meneses em Pernambuco e aparentemente irmão de Miguel da Silva Siqueira.¹²⁰ Em carta direcionada a ele,¹²¹ aos cuidados do capitão Antônio Queiroz Marinho, Meneses enviava-lhe um carregamento de 35 *cabeças* através da nau Santo Antônio de Portugal, capitaneada por Vicente Gomes Lopes. Ordenava que fizesse negócios com os 33 escravos e os outros dois, digam-se classificados por Meneses como “cambutas” (muito magros ou desnutridos)

¹¹⁸ São na verdade trinta e dois ao lembrarmos que Domingos Maciel e Luís Maciel são duas pessoas.

¹¹⁹ Deixemos de aviso que esses indivíduos poderiam ter outra relação que não mercantil.

¹²⁰ Por haver somente uma carta direcionada a este indivíduo e não ter qualquer outra menção de seu nome trata-se de uma suposição, visto que na mesma contém menção a Miguel Siqueira.

¹²¹ Na carta não consta dia nem mês, mas é bem perceptível ser do primeiro semestre de 1698.

com nomes de Antônio ¹²² e de Maria, que seriam encaminhados para Lisboa devendo-se dar os devidos cuidados com suas vestimentas e ao que fosse necessário. No mesmo tempo em que os dois escravos foram enviados, Meneses determinou a Baltazar Siqueira que remetesse ao seu filho Vasco Cesar “hua letra segura de 200U” e mais outra ainda naquele ano (1698) para sua “caza” em Lisboa, ordenando que da mesma forma se enviasse, nos anos que permanecesse a frente do governo em Angola, a quantia de 12 arrobas em açúcar anualmente para sua esposa D. Mariana de Lencastre e mais 8 arrobas de açúcar para sua filha Joana de Lencastre que se encontrava no Convento da Esperança, mas que posteriormente se casaria com João de Saldanha da Gama, 41º Vice-rei da Índia. Pedia-lhe em retorno 20 dúzias de tábuas para forrar suas embarcações e algumas estopas. ¹²³ Notemos que Baltazar, além de procurador em Pernambuco, também era importante intermediário em trâmites com sua família no Reino, mas com sua morte ainda naquele ano, não deu continuidade na prestação de serviços.

3) *Fernão da Gama* era procurador de Arthur de Sá no Rio de Janeiro e intermediário de algumas remessas feitas tanto de Meneses para Arthur como o inverso, além de comerciar com Angola. Chegou a enviar, por exemplo, duas pipas de aguardente, uma de sua conta no valor de 25\$900 e outra da conta de Arthur de Sá também no valor de 25\$900, somando 52\$800. ¹²⁴ Ao pedido de seu superior enviara anteriormente dois fechos de açúcar, através do mestre Joseph da Silva, como “mimo” a Meneses. ¹²⁵ Dos carregamentos de Angola recebeu quatro *cabeças* do custo de 120\$000, da conta de Arthur de Sá, levadas por Antônio dos Santos na fragata Nossa Senhora do Bonsucesso e São Joseph, além de 69\$880 que Meneses devia a Arthur de uma carregação que este remeteu a Lisboa aos cuidados de Miguel Siqueira. ¹²⁶

¹²² Este acabou morrendo na viagem. Cf. Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 26 de fevereiro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 29.

¹²³ Carta a Baltazar da Silva Siqueira. Sem local, dia ou mês, de 1698. IHGB, 72, 08, folha 12 e 12 verso.

¹²⁴ No final das contas foi paga a quantia de 50\$120, possivelmente devido à perda de parte da bebida durante o trajeto.

¹²⁵ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 04 de outubro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 21.

¹²⁶ Cf. Carta de Ignácio Correa a Fernão da Gama. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1698. Carta a Fernão da Gama. Luanda, 22 de setembro de 1699. IHGB, 72,08, folha 49; Idem. Luanda, 10 de novembro de 1699. IHGB, 72,08, folha 53. Idem. Luanda, 30 de dezembro de 1701. IHGB, 72, 08, folha 90.

Como procurador de terceiros e intermediário de uma pequena carga, também não pode ser considerado central na rede.¹²⁷

4) O *Juiz e Mordomos* cujo nome não aparece nas cartas foi um dos indivíduos utilizados como exemplo no caso pontual mais atrás. A este Meneses o escreve em 15 de agosto de 1700 dizendo ter recebido sua carta de 16 de abril que lhe chegou em 02 de julho daquele ano, avisando que Manoel Ferreira de Matos havia recebido em Loango as 4 pipas de geribitas e 2 armações de chapéu de sol que enviara.¹²⁸ Em troca deveria remeter os “choromelleiros”, encomendados pelo Juiz à Irmandade do Rio de Janeiro, que, por não haver sequer um competente para lhe vender, tratou de enviar-lhe o pagamento a partir dos valores que conseguiu com líquido das geribitas negociadas por Manoel F. de Matos em Angola.¹²⁹ Sendo um caso de uma única correspondência disponível, este indivíduo é um dos que figura como peças adjacentes na rede por protagonizar uma encomenda tão específica de caráter privado.

5) *Manoel Antônio Pinheiro da Câmara* era o governador de São Tomé, ao qual Meneses o fazia cumprimento de ‘vossa senhoria’, evidenciando assim seu posto como indivíduo mais destacado, visto que, referências formais como estas só as utilizava para homens de patentes equivalentes a sua. Do que lhe competia em carta, de 02 de dezembro de 1698, Meneses enviava por meio de uma sumaca, despachada por Manoel Ferreira de Mattos, e tendo como mestre Manoel Correia da Costa, um carregamento não discriminado na quantia de “300 e tantos mil reis” para que se fossem pagas suas devidas obrigações com seus credores na Ilha de São Tomé, sob a inspeção de “V. Sa.”, o governador de São Tomé, apesar de fazer como procurador na Ilha o Sargento-mor Fernão Soares de Noronha.¹³⁰ Vejamos, no entanto, que o pedido de acompanhamento da carga era uma prática comum da relação entre os governantes, deixando-o informado de seus interesses, pedindo que desse todo auxílio ao seu procurador e, sobretudo, aos seus negócios.

¹²⁷ Os acordos entre Meneses e Arthur de Sá não se resumiram somente nestes produtos. Outras negociações existiram com a participação dos procuradores de Luís César no Rio de Janeiro. Se houve intermediação de Fernão da Gama, isto não aparece nas correspondências.

¹²⁸ Os chapéus eram presentes para seu sucessor em Angola quando chegasse para tomar posse. Das pipas recebidas por Manoel F. de Matos algumas foram com avarias, tendo perdido o volume de 16 almudes na travessia - o equivalente a 511,04 litros.

¹²⁹ Carta ao “Juiz e Mordomos da Comfraria do Santíssimo Sacramento da Candellaria”. Luanda, 15 de agosto de 1700. IHGB, 72,08, folha 67.

¹³⁰ Cf. Carta ao Senhor Manoel Antônio Pinheiro da Câmara. Luanda, 02 de dezembro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 23 verso e 24.

Pesso a V.sa. que vindo por algum acontecimento embarçam minha a esses Portos me faça amparalla de sorte que nam perca a viagem; que no que tocar a v.sa. enquanto ahy lhe aestir me haverey com aquelle cuidado que a experiencia mostrará, como em qualquer parte em que possa dar lhe gosto. Guarde Deos a V.Sa. muitos annos.¹³¹

Deste governador se tem apenas esta referência, podendo perceber tão somente que alguns governantes do Atlântico Sul também eram articuladores dos interesses de Meneses, mesmo que sem participação mais efetiva na rede comercial. Mas não deixando de considerar a relevância do contato, acima de tudo pelo cargo de ofício de Manoel Pinheiro da Câmara.

6) *Fernão Soares de Noronha*, Sargento-mor, era seu procurador em São Tomé incumbido de tratar das pendências de Meneses sobre as dívidas que tinha com alguns fornecedores da Ilha. Seu papel subscreve-se bem efêmero, pois a este só podemos aludir o que foi escrito em duas cartas, a enviada ao governador Manoel Pinheiro da Câmara e outra ao próprio sargento-mor, com mesma data. A esta última, Meneses faz referência ao assunto da dívida a ser paga e os valores emitidos, desejando que se cumpra o que lhe pedia “Esperando que no que me tocar se haja VMce com o zello que saberei merecerlhe”.¹³² Não seria ele um representante estabelecido, pois, pelo que se verificou, recebeu procuração tão somente para este caso específico.

7 e 8) *Manoel Soares de Albergaria*, ora tratado como governador, ora como Capitão-mor da Paraíba e *Joseph Francisco da Luz*, seu procurador. Estes indivíduos anteriormente exemplificados protagonizaram os desarranjos mencionados acerca de uma carga que Meneses enviara a Pernambuco, mas que ao fazer arribada na Paraíba desdobrou-se em contratemplos que perduraram por mais de um ano até seu término, mas sem um desfecho.

Apesar de ter representantes em várias localidades no eixo Atlântico, desde o “Brasil” e o Reino até outras localidades como a Ilha da Madeira e São Tomé, periodicamente, conforme seus trâmites e as circunstâncias de seus negócios, Meneses não atingia a totalidade desse grande estuário ultramarino. Mesmo porque alguns de seus procuradores não tinham localidade fixa e seus interesses não estavam alargados a

¹³¹ Carta ao Senhor Manoel Antônio Pinheiro da Câmara. Luanda, 02 de dezembro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 23 verso e 24.

¹³² Carta a Fernão Soares de Noronha. Luanda, 02 de dezembro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 24.

lugares que não lhe forneciam um retorno esperado. No início de 1699, mesmo com sua proximidade com Pernambuco demonstrava ser a capitania da Paraíba um local fora dos seus liames representativos. Em carta datada de 26 de fevereiro daquele ano escrevia a Pascoal da Silva Siqueira, no Recife, queixando-se do procedimento deliberado pelo Governador/Capitão-mor da Paraíba, Manoel Soares de Albergaria, que se apossara de sua carga de 84 cabeças e 600\$000 em dinheiro que o mestre de sua embarcação, Antônio Dias Crestello, havia levado àquela capitania.

Não sei que fundamento teve o governador da Paraíba para lhe impedir a VM o reseber os meus efeitos porque suposto a auzencia hia em outro coalquer porto a, iso se entende serem aonde os meus procuradores não podem chegar, porem o serto he o que VM dis de que algu'a conveniência o presuadio a meterse de pose das minhas 84 cabessas, e 600U em o dinheiro que o dito mestre lhe emtreoug, eu escrevi ao dito governador na forma que VM verá da carta que para elle com esta vay, que depois de o fazer a fechará, e a remeterá, e mais a que Manoel Ferreira de Matos escreve do seu mercador.¹³³

Instruía-o ainda que reiterasse a cobrança dos devidos valores imediatamente, e se não fosse possível recolher a quantia em dinheiro, que aceitasse o pagamento em forma de açúcar, que tão logo recebido deveria ser encaminhado para Lisboa em consignação de seus procuradores, Joseph Pereira de Araújo e Miguel da Silva Siqueira. Ao mesmo tempo encarregava outro de seus representantes, o capitão Manoel Ferreira de Matos,¹³⁴ a cobrar os valores líquidos referentes às 83 cabeças, “hu’a cria”,¹³⁵ (84 no total) e 600\$000 vindos de Luanda na embarcação Almirante e confiscados por Albergaria. Em carta de Manoel F. de Matos enviada a Joseph Francisco da Luz fica entendido, pela parte que interessa a Meneses, que os responsáveis pelo confisco teriam o feito como uma forma de cobrar o serviço de arribada do navio Almirante naquele porto – Paraíba. “Agradecendo” os préstimos do trabalho que Albergaria “diz que teve”, Manoel Matos informa que “O Senhor G^l. Luis Cezar de Menezes a cujos negocios asisto [assistia]” saberia remunerar os ditos serviços, indicando que os valores da carga confiscada eram muito superiores aos serviços que foram prestados com custo de

¹³³ Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 26 de fevereiro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 28 verso.

¹³⁴ Não há assinatura ou nomeação do remetente na carta, mas a partir da carta de Meneses a Pascoal, da mesma data, donde escreve: “que depois de fazê-lo fechará, e a remeterá, e mais a que Manoel Ferreira de Matos escreve do seu mercador [mercador do governador da Paraíba]”, vemos que se trata da carta de Manoel Ferreira de Matos a Joseph Francisco da Luz, mercador de Manoel Soares Albergaria.

¹³⁵ Carta a Manoel Soares de Albergaria. Luanda, 25 de agosto de 1699. IHGB, 72, 08, folha 44.

arribada e, igualmente, avisava a Francisco Luz de não ser relevante o tempo em que a embarcação esteve naquele porto, uma vez que dali partiria para Pernambuco, onde Pascoal Siqueira o receberia e daria prosseguimento aos negócios da carga, em favor dos líquidos da alçada de Luís César.

Não lhe servio de nenhu'a conveniência a arribada do dito seu navio porque se este fora a Pernambuco em a carregagam a recebera seu procurador Pascoal da Silva Serqueira sem duvida lhe avia de hir o liquido della em a frota paçada, ou lhe não viera o seu navio de vazio pera quá por falta de efeitos, e como isto sam couzas que se não podião antever já susedidas acho por melhor o não emfadar a VM com ellas.¹³⁶

Com as palavras ditas e pelo remetente não ser o próprio Meneses, mas um representante seu em Angola, implicitamente, Matos demonstrara a Francisco da Luz que seu superior não dispunha de tempo para resolver assuntos menores. Apesar de, em verdade, ser relevante no que se refere à recuperação de seus valores de direito, tanto que se desdobrara ainda em três outras cartas para Albergaria e contactara outros de seus procuradores, para que se fossem resolvidas as pendentes da dita carga e valores com outras tantas correspondência ao passo da não resolução do desarranjo.

Ainda sob a representação de Manoel Ferreira Matos, as pendências não estavam resolvidas, havendo desencontro de informações junto do procurador de Albergaria. Segundo Matos, Francisco Luz justificou o motivo de ainda não ter enviado o dinheiro a Pascoal por já ter pago uma letra de 800\$000 a outro representante de Meneses, Manoel Francisco Cazado de Barros,¹³⁷ assinada sobre o valor das cabeças. Fato que Matos negou por não ter qualquer notícia escrita ou letra enviada por Francisco Luz que chegara a ele até aquele momento. Dizia também que, se caso fosse, esse tipo de negócio não era pago em letras, a exemplo de como se praticava nos valores referentes ao frete de cada cabeça chegada viva. Logo, o negócio deveria ser acertado em dinheiro ou com outro produto em espécie, como sugeriu Meneses, já que os compradores de escravos assim o fazem, e é justamente do valor da venda que se retira o líquido a ser pago para quem forneceu a carga, sendo ele, Meneses. Em suas próprias palavras, dizia

¹³⁶ Carta a Joseph Francisco da Luz. Luanda, 26 de fevereiro de 1699. IHGB, 72,08, folha 30 verso.

¹³⁷ O mesmo Francisco Cazado de Barros é para quem Meneses mandou algumas letras arrecadadas (num total de 60\$200) que seriam enviadas a Manoel de Souza de Castro, tutor e tio dos filhos do finado Gonçalo da Costa de Meneses.

que “nenhu’a destas couzas se paga quá por letra como VM dis porque se abatem da venda das ditas cabessas para se fazer bem a seu dono do líquido”.¹³⁸

Posteriormente, voltava a recomendar que enviassem a remessa referente às cabeças, desta vez, amainando, “em letras de Risco de bons paçadores, e navios e do porto de Pernambuco por hirem estes debaxo de comboi [comboio]”,¹³⁹ já que, pelas evidências da falta de representantes na Paraíba, não havia naquele momento embarcações e pessoal ao seu serviço. Requeria, com efeito, as devidas notícias de tudo que procedesse sobre as coisas referentes à remessa, para que não houvesse enganos e desacertos. Vejamos que a formalizada de todo procedimento por escrito era imprescindível para o controle de acordos tão flutuantes. Dali um mês, em março de 1699, Meneses tomava partido da situação ao escrever diretamente a Manoel de Albergaria para tratar dos seus interesses. Nessas circunstâncias as palavras se atenuam e foram direcionadas de maneira mais cordial, se tratando de homens em funções mais graduadas, assim como Manoel Pinheiro da Câmara.¹⁴⁰

Senhor meu; as novas que de VMce me deu o mestre do meu Patacho Antonio Dias Crestello, e meu am^o. o senhor Caetano de Mello me servirão de grande gosto porque o desejo a VMce com muitos, e mayores acrescentamentos para que em toda a parte me mande em occasioens de seu serviço para que todas me ha de achar com igual vontade ao seu desejo para lhe obedecer;¹⁴¹

Mesmo cordial demonstrava-se insatisfeito quanto à depreciação que fizeram dos valores de sua carga, pois estas estavam muito acima da importância das serventias prestadas para a acomodação da embarcação naquele porto. Dizia Meneses:

suponho que não foy piquena fortugna minha o achar o dito mestre /com o meu navio arribado) a VMce em esse inverno para lhe servir de amparo e acudir aos meus particulares, cujo favor lhe agradesso muito, e por elle me tem VMce tão obrigado que sempre procurarey occasioens em que lhe possa mostrar a VMce o meu agradecimento.¹⁴²

¹³⁸ Carta de Manoel Ferreira Matos a Joseph Francisco da Lus. Luanda, 26 de fevereiro de 1699. IHGB, 72,08, folha 31.

¹³⁹ Carta a Joseph Francisco da Luz. Luanda, 26 de fevereiro de 1699. IHGB, 72,08, folha 31.

¹⁴⁰ Obviamente, sem a mesma condescendência relacional.

¹⁴¹ Carta a Manoel Soares de Albergaria (Governador e Capitão-mor da Paraíba). São Paulo de Assumpção, 03 de março de 1699. IHGB, 72, 08, folha 37 verso.

¹⁴² Carta a Manoel Soares de Albergaria (Governador e Capitão-mor da Paraíba). São Paulo de Assumpção, 03 de março de 1699. IHGB, 72, 08, folha 37 verso.

Por persuasão ou exortação dos fatos, Meneses demonstrava ao Governador/Capitão-mor o desgosto pela forma com que o dito tratava seus negócios. Albergaria tentava se justificar dizendo que “as cabessas chegarão em miseravel estado e que por esta cauza as venderão fiadas”,¹⁴³ sendo assim, não poderia mandar as quantias correspondentes a seu procurador, Pascoal Siqueira, para que remetesse a Lisboa como Meneses solicitara. Dando um sentido pejorativo ao termo ‘justificação’, Meneses buscava uma forma mais ávida para a resolução do impasse, pois o próprio Francisco da Luz deu parecer favorável reconhecendo a conta a ser paga, diferente do cálculo inicial que apontava valores quites entre a carga e os serviços de arriba. Dizia desta vez que a quantia seria de 3.161\$080 líquidos, já se abatendo todos os gastos, incluindo o custo com alimentação, a arribada e os demais gastos. Valores que àquela altura já eram reconhecidos por ele para que então fossem informados e acertados contiguamente aos procuradores em Pernambuco, Manoel Francisco Cazado de Barros e Pascoal da Silva Siqueira.

Mesmo com a manifestação do Governador/Capitão-mor da Paraíba indicando o acerto dos valores, o receio não afastou a conduta de Meneses que queria a certificação das quantias corretas “para ver se conferem com a importancia do qual do sustento dellas”.¹⁴⁴ Assim como o advertia para que de tudo o informasse e não faltasse em prontidão para aquilo que fosse do seu interesse, pois já lhe dera prejuízos e não estava afeito a outros mais. Alertava: “e espero de VMce me livre deste fazendome inteirar do que me pertence e dar a dita conta a meu procurador”,¹⁴⁵ Pascoal da Silva Siqueira, que remeteria os referidos 3.161\$080 em dinheiro e mercadorias a Lisboa,

O caso ainda se arrastou por mais tempo, pois em 10 de outubro de 1699 Meneses enviava uma última carta a Albergaria cobrando-lhe novamente os valores. Este dizia já tê-los remetido para os dois procuradores, porém o feito já estava sob o conhecimento do governador de Angola, que enfatizava sua insatisfação dizendo que ao contrário de atender seus interesses, que no caso seria recompensado à altura, naquela capitania o fez perder tempo e dinheiro “pois nella se me vay a consumir o meu dro.

¹⁴³ Carta a Manoel Soares de Albergaria (Governador e Capitão-mor da Paraíba). Luanda, 25 de agosto de 1699. IHGB, 72, 08, folha 44 verso.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem.

[dinheiro] e a por comissoens sobre comissoens”,¹⁴⁶ além de “todos os gastos que tem feito com as hydas e cobranças da Parahyva”.¹⁴⁷ Ainda em 02 de março de 1700, enviava nova carta retificando a cobrança que ainda não havia sido paga, pedindo que mandasse por meio de seu procurador em Pernambuco. Após grande impasse Meneses agradece a Pascoal Siqueira pela diligência que fez para averiguar as verdades sobre a venda das cabeças na Paraíba junto a Manoel Soares Albergaria. Do dito, Pascoal teria recebido 655\$044, mais 20\$000 da venda de um negro. Apesar do pagamento, Meneses ainda alerta que se houvesse algum dolo do valor – acima de tudo por não casar como os 3.161\$080 citados anteriormente – que Pascoal o avisasse e enviasse tudo em documentação a Lisboa, para que quando retornasse ao Reino pudesse averiguar tudo com o próprio Manoel Albergaria.

9) *Manoel de Souza de Castro*, residente em Lisboa, era o tio e tutor dos filhos órfãos de Gonçalo da Costa de Alcáçova Carneiro de Menezes, que outrora foi governador de Angola e era amigo de Luís César de Menezes. Por assim ser, conectando um sem número de pessoas, Meneses intermediou o pagamento das dividas deste seu “amigo, e senhor”,¹⁴⁸ que morreu em viagem para Lisboa após o período que foi governador de Angola (1691-1694).¹⁴⁹ Preocupava-se em restituir os valores aos filhos do finado. “... a cobrança do dito dinheiro; do mais que se deve neste Reino aos herdeiros do dito defunto se trata por minha ordem da sua arrecadação que espero se consiga para que estes órfãos sejam embolçados”.¹⁵⁰

Um dos devedores, Antônio de Gonçalves dos Santos, somava a quantia de 420\$000 em débito. Sobre esta Meneses tratou de receber através de seu procurador na Bahia, o capitão Lourenço da Rocha Moutinho, a quem Antônio Gonçalves remeteu letra com o valor referido. Antes de seu destino final, a mesma letra esteve sob a responsabilidade do Tenente General Rodrigo da Costa, em Lisboa, até que chegasse às mãos do tio e agora tutor dos filhos do Gonçalo da Costa, Manoel de Souza de Castro,

¹⁴⁶ Carta a Manoel Soares de Albergaria (Governador e Capitão-mor da Paraíba). Luanda, 10 de outubro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 49 verso.

¹⁴⁷ Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, Outubro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 50 verso. Muitos gastos com cobrança ao capitão mor Manoel Albergaria esteve sob custeio de Pascoal Siqueira, que foi posteriormente reembolsado por Meneses.

¹⁴⁸ Carta a Manoel de Souza de Castro. Luanda, 13 de abril de 1698, IHGB, 72, 08, folha 14.

¹⁴⁹ Foi governador de 01 de novembro de 1691 a 03 de novembro de 1694. É o mesmo de quem Meneses era procurador quando governou o Rio de Janeiro

¹⁵⁰ Idem. Luanda, de 15 de julho de 1698, (copiada e resumo feitos pelo Capitão Baltazar Luís da Costa). IHGB, 72, 08, folha 13 verso.

para quem Meneses enviou carta dando todas as instruções dos desdobramentos realizados para o pagamento desta dívida especificamente.

Muitas outras letras ainda seriam repassadas através da cobrança de outros devedores de Gonçalo da Costa remetidas ao capitão Lourenço Rocha Moutinho para que chegasse a Manoel de Souza de Castro. Desta vez a quantia era de 90\$000, sendo, 77\$000 passadas por Salvador Denis Quaresma e mais 13\$000 por Manoel Ferreira Vicente. Posteriormente, houve um terceiro montante de remessas, uma no valor total de 28\$000, sendo 20\$000 por Miguel de Martins e 8\$000 por João Alvares Pereira, e, outra maior na quantia total de 556\$622, referente a quatro letras: duas passadas por João da Costa, uma de 450\$572 e outra de 46\$000; uma (outra) de Salvador Denis Quaresma passada sobre Domingos Marques da Silva de 25\$000 e outra de Antônio Barbalho passada sobre Miguel Pinto de Araújo no valor de 35\$050.

Ao ser cobrado por Manoel de Souza de Castro, em duas correspondências, de janeiro e de outubro de 1699, Meneses o responde, em 25 de fevereiro de 1700, demonstrando sua decepção com aqueles que ainda deviam a Gonçalo da Costa, pois este nunca havia lhes faltado com prontidão para ajudá-los. Ao contrário, estes “que em tudo somente olharam para sua conveniência”, deixaram a desejar com seu amigo e antigo governador de Angola, que “sahira deste [daquele] governo com mayor gosto, e aplauzo e menos soberossos”.¹⁵¹ No mesmo passo criticava o Tenente Rodrigo da Costa que era um dos encarregados de seus negócios, mas que ao saber da morte de Gonçalo da Costa logo tratou de se eximir das responsabilidades, estando disposto somente quando as conveniências eram ao seu favor, e num momento de préstimos de serviços ao falecido, o que exigiria esforços, se mostrou ausente. Aproveitando o ensejo fazia a cobrança dos documentos com dossiês da dívida que Baltazar Luís da Costa tinha sob sua posse, mas que não o deixou disponível. Dizia a Souza de Castro que se caso os tivesse em mãos poderia dar prosseguimento com muito mais facilidade. Declarava ainda, que fazia muitas diligências pelo sertão angolano em busca dos devedores, mostrando que não lhe faltava empenho para a recuperação dos créditos, e

¹⁵¹ Carta a Manoel de Souza de Castro. Luanda, 25 de fevereiro de 1700. IHGB, 72, 08, 59 verso.

que neste íterim já havia remetido ao Brasil, para que posteriormente fosse enviado a Lisboa, um total de 2.781\$488, emitidos por vários devedores.¹⁵²

Um fato peculiar como este demonstra como Luís César era bem assessorado, uma vez que mesmo distante do Reino e de seus representantes pode resolver questões que não eram de sua alçada pessoal de lucros. Ao mesmo tempo, potencializava o valor das redes de reciprocidades entre os indivíduos que com ele estabeleciam favores e compadrinho. Nas cartas a Manoel de Souza de Castro, Meneses avisava sobre os procedimentos e cuidados que teve sobre o pagamento das dívidas junto aos credores. Digam-se de passagem, em sua maioria, funcionários do Senado da Câmara e indivíduos com outras funções a serviço em Angola. Remetendo os valores a alguns de seus procuradores no “Brasil”, Lourenço da Rocha Moutinho, Manoel Francisco Cazado de Barros e Ignácio Correa, respectivamente em Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, conseguiu recolher até maio de 1699 o total de 2.580\$588 “para que sigão em tudo a hordem”.¹⁵³ Posteriormente, já em 29 de fevereiro de 1701, a quantia chegava ao total de 6.380\$065, sendo que 5.053\$436 foram em miçangas e outros gêneros variados de indivíduos falidos que não tinham como pagar de outra forma. Porém, desse total, até aquela data, Meneses só chegou a enviar para o Brasil 3.873\$758,¹⁵⁴ pois o restante estava submetido aos embargos burocráticos que o Senado da Câmara tinha aplicado sobre os valores dos bens de Baltazar Luís da Costa (incumbido de receber a dívida) que Meneses havia vendido, visto que Baltazar estava com uma dívida antiga junto ao Senado.

Por ser Manoel de Souza tutor de heranças, os trâmites existentes entre ele e Meneses não faziam parte da conjuntura mercantil propriamente dita, embora este tenha interconectado seus procuradores para a realização de todas as operações necessárias. Em fevereiro de 1700 Meneses escreve para Francisco Lourenço da Rocha Moutinho dizendo que Manoel de Souza de Castro estava morto e que esperava saber do novo

¹⁵² Discriminadamente, desse total de 2781\$488, eram: 2580\$588 através da arrecadação de várias letras que enviou em 10 de março de 1669; 94\$200 em cera que emitiu para Lourenço da Rocha, na Bahia, em 25 de junho do mesmo ano por meio do navio do mestre Manoel Ferreira dos Santos, além de duas letras, uma de Salvador Denis de 81\$000 e outra de João Rodrigues Pinheiro de 25\$700, que somados dão os 2.781\$488.

¹⁵³ Carta a Manoel de Souza de Castro. Luanda, 20 de maio de 1699, IHGB, 72, 08, folha 38 verso.

¹⁵⁴ A partir do Brasil os valores seriam emitidos a Lisboa aos cuidados do tutor.

tutor para que mandasse as quantias dos herdeiros.¹⁵⁵ Logo, além de não ser uma peça importante na rede e nem mesmo exercer função de cunho comercial, com seu falecimento os repasses continuariam independente de quem fosse o tutor.

Como vemos há uma heterogeneidade de casos entre os sujeitos expostos, cada um com sua situação na rede relacional de Meneses, que sugerem papéis bem peculiares, como é de se esperar nas relações entre indivíduos.

Neste momento partiremos para os indivíduos que tinham participação secundária. Destes somam-se sete, entre eles:

1) *Francisco Galvão* era Secretário da Junta em Lisboa. Sendo um homem com cargo destacado, havia uma relação de condescendência entre as partes, pois compunham níveis sociais equivalentes. A proximidade pode ser percebida quando Meneses relata-lhe certas particulares como as impinges contraídas em Angola das quais se queixava ao Secretário.

Meu grande estimação fiz da noticia que VMce me deu da sua saude e espero que cum ella comsiga VMce as fortugnas de que he mereçedor eu passo em a minha com alguá queixa cauzada de humas inpigens que aqui me derão porem de toda a sorte prompto para o que for do agrado de VMce.¹⁵⁶

Em sua ligação comercial foi fornecedor de duas remessas de panos, que saíram de Lisboa, direcionadas a Angola por intermédio dos procuradores no “Brasil”, tanto para a chegada da mercadoria como para o recebimento do pagamento feito por Meneses. Uma delas foi enviada através de Pascoal Siqueira, no Recife, que ficaria incumbido de remeter a Luanda e de fazer o referido pagamento de 67\$000 a Galvão. Em outra, Meneses enviaria a quantia de 51\$125 para o Rio de Janeiro, através do mestre Francisco Delgado, aos cuidados de Gonçalo Ferreira Souto, para então enviar a Lisboa.¹⁵⁷ Apesar do cargo, devemos posicioná-lo em lugar secundário na rede devido ao parco volume de negócios firmados e de sua própria participação mais comedida.

¹⁵⁵ Carta a Francisco Lourenço da Rocha Moutinho. Luanda, 15 de fevereiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 57 verso. Apesar de a data ser anterior a última carta que Meneses enviou para Manoel de Souza de Castro, tratava-se ainda de especulação, pois esperava confirmação do fato

¹⁵⁶ Carta a Francisco Galvão. Luanda, 22 de fevereiro de 1701. IHGB, 72, 08, folha 78 verso.

¹⁵⁷ Cf. Idem & Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 06 de março de 1699. IHGB, 72, 08, folha 30.

2) *Francisco de Mello* era parente de Meneses e exercia o cargo de *Monteiro-mor*¹⁵⁸ no Reino – ofício que já era exercido por seus ascendentes –, a quem Luís César se referia como “Meu amigo e Senhor”. Nas resoluções entorno das dívidas de Gonçalo da Costa Meneses, o escreveu avisando que estava com todos os empenhos para o recolhimento dos valores, pois naquele momento Francisco de Mello era o novo tutor dos filhos herdeiros do ex-governador e amigo de Meneses, mostrando assim que os três indivíduos eram próximos. No que se refere aos acordos comerciais, forneceu os vinhos em sociedade com Fernão de Meneses (Conde de Iriseira) e Jorge de Mello que acabaram virando vinagre, pelo qual Meneses assumiu todo o prejuízo.¹⁵⁹

Mello e Meneses tinham uma ligação fortemente qualificada pela relação de parentesco e pelo nível social ao qual pertenciam. Isto pode ser reforçado tanto pelo episódio do vinho, quanto pelas resoluções extra-comerciais que mantiveram acerca da herança, mas que por si só não se traduz em efetividade central na rede mercantil.

3) *Manoel Francisco Cazado de Barros* apesar de ser seu procurador em Pernambuco,¹⁶⁰ cuidou apenas de intermediar o repasse de algumas letras para o pagamento de dívidas, sobretudo, as relacionadas com os acertos junto ao tutor Manoel de Souza de Castro, num total de 60\$200 que estiveram sob sua representação. Em questões de caráter diretamente comercial intermediou, juntamente com Pascoal Siqueira, a cobrança e o recebimento dos valores da carga confiscada por Manoel Soares de Albergaria.¹⁶¹ Por não ter mais referência sob seu nome, não há ligação entre ele e o fluxo macro das mercadorias que transitavam pelo Atlântico.

4) *Antônio Moreira da Cruz*, no Rio de Janeiro, era procurador de Joseph Rabello Palhares¹⁶² e intermediava os negócios de seu superior com Meneses como, por exemplo, os fretes de seu patacho. Com contatos comerciais com Buenos Aires foi o principal intermediário dos negócios para a compra de couros ao quais Meneses se

¹⁵⁸ É o mesmo que *Couteiro-mor*. Superintendia nas caçadas e nas coutadas reais (terra onde se criava caça para a família real e/ou para pessoas da fidalguia e na qual era vedada a caça aos demais).

¹⁵⁹ Cf. Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 20 de maio de 1699. IHGB, 72, 08, folha 39 verso; Idem. Luanda, 15 de fevereiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 56 verso; Carta ao Senhor Francisco de Mello. Luanda, 29 de fevereiro de 1701. IHGB, 72, 08, folha 77 verso.

¹⁶⁰ Estava antes no Rio de Janeiro quando se mudou para Pernambuco em agosto de 1699.

¹⁶¹ Carta a Manoel Francisco Cazado de Barros. Luanda, 12 de agosto de 1698. IHGB, 72, 08, folha 18 verso; Idem. Luanda, 02 de novembro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 23; Idem. Luanda, 29 de outubro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 52; Idem. Luanda, 02 de março de 1700. IHGB, 72, 08, folha 59.

¹⁶² Dono de patacho fretado a Meneses e fornecedor de outras mercadorias, além de ser comprador de escravos de Meneses aos quais revendia no Rio de Janeiro.

mostrou interessado após identificar as vantagens que Palhares obtinha com este comércio. Trata-se de um negociador que vinculado a Ignácio Correa daria cabo da compra de 800\$000 couros que seria feita por Salvador Teixeira, que negociaria diretamente na “Nova Colônia” conectando Meneses ao comércio triangular.¹⁶³ Por assim dizer, mesmo que o volume e os valores envolvidos fossem diminutos em relação ao carro-chefe do comércio no Atlântico Sul, o de escravos, tratava-se de uma ligação mercantil a mais nos negócios de Meneses que auxiliaria no prolongamento de suas conectividades com outras localidades, afora a adição de ganhos mesmo com mercadorias secundárias. Contudo, por comprar produtos secundários e ser subordinado a terceiros também não compõe grande efetividade.

5) *João Corra Granja*, assim como Antônio Moreira, era procurador de terceiros, sendo articulador dos negócios de Thiófio Borges de Brito, um dos donos do patacho Taquiriçá (Tiquiriçá, Jequiriçá). Foi recebedor dos valores da venda do referido patacho que serviu aos interesses de Meneses, que por sua vez tinha encaminhado os acertos aos cuidados de João Lopes Fiuza, na Bahia,¹⁶⁴ que então faria o pagamento da importância de 2.600\$000 a Granja.¹⁶⁵ Valor que não foi pago imediatamente, pois Fiuza ao pedir os documentos da embarcação, Granja avisava que não os tinha, tendo somente um recibo a oferecer, caso o quisesse, que prontamente fora recusado. Ato que foi aprovado por Meneses que logo buscou negociar diretamente com um dos donos do patacho, Thiófio de Brito, para não haver maiores complicações no negócio.¹⁶⁶ Assim, Meneses escrevia a Thiófio dizendo ser João Granja o culpado por ainda não ter recebido os 2.600\$000 referentes à venda do Taquiriçá, pois este não tinha dado a Fiuza as clarezas necessárias da documentação. Não obstante, Meneses pagou pelos serviços prestados por Granja e os valores devidos a quem lhes eram de direito, mas sob a condição de recolher um recibo do mesmo, como avisara em carta a Thiófio de Brito. “A qual lhe digo que entregue a dita quantia, cobrando recibo della ao peê da ordem ou

¹⁶³ Há o adicional que o comércio triangular neste caso, não necessariamente era com troca direta de escravos por artigos oriundos da região do Rio da Prata, mas a compra através de valores monetários ou outros artigos. Sobre comércio triangular, ver: Luiz Felipe de Alencastro. *Op. cit.*, p. 105-116.

¹⁶⁴ O patacho se encontrava em Angola onde, Meneses comprou junto a Manoel do Porto.

¹⁶⁵ Inicialmente falava-se na quantia de 6.500\$000, em todas as outras menções o valor firmado é de 2.600\$000. É possível que Meneses tenha comprado somente uma parte do patacho, uma vez que não seria a primeira vez que praticaria um acordo como este.

¹⁶⁶ Joseph Manê era o outro dono do patacho, que também deveria receber de Fiuza metade da quantia.

carta de VMce para minha descarga, e disso mesmo dey noticia ao dito Granja, para que não haja mais dilação em este particular a esse respeito”.¹⁶⁷

Granja recebeu apenas uma carta de Meneses e todas as doze citações encontradas nas demais foram referentes somente à resolução das pendências que tinha com os donos do Taquiriçá, fazendo com que não estivesse conectado a muitas pessoas da rede. Por ser subordinado a terceiros e por ter poucos *links*, era um integrante secundário da rede.

6) *Domingos Maciel e Luís Maciel*, residentes em Lisboa, foram credores aos quais Meneses contraiu aviamento a juros no valor de 22.000\$000 – juntamente a Joseph Carvalho, Miguel Siqueira e Francisco Mendes de Barros. Valor que foi pago em várias remessas justamente pelo grande valor disposto.

O desenrolar do pagamento da dívida dá uma mostra da interligação com vários representantes até que a quantia chegasse às mãos dos dois. A princípio Meneses repassou a Pascoal Siqueira, em Pernambuco, a quantia de 10.000\$000 ordenando que remetesse em “letras de risco” para Domingo Maciel e Luís Maciel. Ao mesmo tempo deveria dar tal notícia ao seu procurador Joseph Pereira de Araújo para que de tudo estivesse a par permitindo-lhe fazer a devida partilha entre os dois em Lisboa.¹⁶⁸ Posteriormente, remeteu outro valor de 12\$000 que adviria de parte do líquido do carregamento de 150 escravos de uma embarcação enviada ao Rio de Janeiro com destino as Minas aos cuidados de Ignácio Correa.¹⁶⁹ No caso do pagamento da carga das 84 cabeças e 600\$000 retidos por Manoel Albergaria, Meneses mandaria o pagamento de mais outros 12\$000.¹⁷⁰

Sobre outro pagamento recebido na venda de escravos no Rio de Janeiro e em Pernambuco, ordenava que enviasse mais 24\$000 em letras boas de riscos e seguras e açúcares finos, sendo metade-metade entre Domingos e Luís Maciel.¹⁷¹ A maior parte das letras enviadas para o pagamento provinha do Rio de Janeiro, através de Ignácio.

¹⁶⁷ Carta a Thiófilo Borges de Brito. Luanda, 26 de fevereiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 60 verso.

¹⁶⁸ Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 12 de agosto de 1698. IHGB, 72, 08, folha 17 verso.

¹⁶⁹ Deixou avisado, em: Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 30 de outubro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 22 verso.

¹⁷⁰ Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 26 de fevereiro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 29 verso

¹⁷¹ Carta aos Senhores Domingos e Luís Maciel. Luanda, 04 de março de 1699. IHGB, 72, 08, folha 38. Deixava também avisado em Carta a Miguel da Silva Siqueira. Luanda, 04 de março de 1699. IHGB, 72, 08, folha 36 verso.

Em contrapartida, de Pernambuco foram enviadas 100 caixas ¹⁷² de açúcares brancos com peso de 2.948 arrobas e mais uma letra segura sobre o tesoureiro da Junta de Comércio no valor de 572\$347. Ao todo, emitido por Pascoal entre açúcares e letras somou-se a importância de 4.799\$999. Da parte de Ignácio foram emitidos mais 3.983\$352 somente em letras enviadas do Rio de Janeiro, que somado os valores enviados por ambos chegava-se a quantia de 8.783\$351. ¹⁷³ Já em 16 de agosto de 1700, Meneses escreve a Ignácio avisando estar ciente de que Domingos Maciel recebeu os efeitos que enviou do Rio de Janeiro. Depois, em fevereiro de 1701, Meneses escreve, desta vez para Lisboa, a Joseph Pereira falando do ajustamento junto de Domingos e de Luis Maciel, onde já estaria paga a quantia de 9.468\$514, restando ainda 1.233\$764 a serem pagos do total de 10.702\$278 que na presente data ainda os devia, e o mesmo avisando a Miguel Siqueira, também em fevereiro daquele ano. Por conseguinte, Domingos e Luis Maciel, em carta de 05 de dezembro de 1699, recebida por Meneses em 22 de março de 1700, dizem estar de acordo como todos os valores repassados haja vista as pendências — 10.702\$278 (dívida total) – 9.468\$514 (pago) = 1.233\$764 (restante). ¹⁷⁴

Houve um grande empenho para que fosse efetivado o pagamento o mais breve possível, mesmo que em valores fracionados, tendo em vista a quantia do empréstimo contraído a juros. Este montante, igualmente, auxiliou no funcionamento da companhia ao possibilitar injetar mercadorias para troca, produtos de uso durável e o pagamento de pendências variadas, contribuindo para aquisição de maiores cabedais. Entretanto, para serem classificados como efetivos centrais precisariam prover articulações mais variadas que interligassem demais indivíduos entorno do comércio.

Os indivíduos que serão listados a seguir se caracterizarão por apresentarem ações mais efetivas que os anteriores. Em alguns casos configuravam-se como fornecedores de mercadorias ou até sócios de determinados carregamentos, embora não perfilhem entre os mais efetivos com maiores volumes de cartas, e nem façam a interligação de Meneses com as várias localidades e pessoas. Em menor número, serão quatro indivíduos apresentados:

¹⁷² Há duas referências, tanto de 100 caixas como de 200 caixas repetidas vezes.

¹⁷³ Carta aos Senhores Domingos e Luís Maciel. Luanda, 26 de fevereiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 61.

¹⁷⁴ Idem. Luanda, 20 de janeiro de 1701. IHGB, 72, 08, folha 78.

1) *Francisco Velho da Costa* era capitão e amigo próximo de Joseph Pereira de Araújo. Apesar de receber apenas uma carta, ao passo que outros classificados como secundários tiveram até quatro,¹⁷⁵ devemos considerar a qualidade das informações contidas na carta que lhe foi direcionada, somado as menções feitas a este indivíduo nas demais correspondências valorando a que se deviam as tais menções. Como também, o tipo de serviço que foi prestado do que diz respeito aos interesses comerciais de Meneses.

Após período em Angola, Francisco Velho partiu de Luanda com sua família na nau de Meneses, a Nossa Senhora de Nazareth e Santo Antônio,¹⁷⁶ em 08 de maio de 1700, com destino a Lisboa, obrigatoriamente devendo antes fazer parada na Bahia.¹⁷⁷ Levava sob sua responsabilidade uma grande carga de 324 pontas de marfim que somava o peso de 70 quintais e 1 arroba (4.130,7 quilos), com o custo de 1.575\$090. Na Bahia, seria recebido por João Fiuza que daria todo o procedimento para que os marfins seguissem na frota para o Reino juntamente com outras cargas. Uma delas era a de 670\$965 em açúcares, oriundos do Rio de Janeiro enviados por Luís Lopes Pegado, procurador naquela capitania, como uma forma de agregar valor ao produto que antes fora trocado por escravos.¹⁷⁸ Carga esta consignada especificamente tanto a Francisco Velho quanto a Joseph Pereira. Já em Lisboa mesmo estando toda ela direcionada aos cuidados de Joseph Pereira e Miguel Siqueira, ao chegar, Velho deveria dar notícia a Vasco César para que armazenasse todo o marfim junto aos outros que Meneses havia enviado de outros portos, guardando numa de suas trezenas.¹⁷⁹

Do dito porto da B^a. [Bahia] levou o Capitão Francisco Velho da Costa em sua companhia por minha conta para essa cidade 324 pontas de marfim com 70 quintais 1@ que fizerão de custo 1575\$090 rs. o qual marfim lhe ordeny entregase a meu filho para que o mandasse goardar em uma de minhas tressenas.¹⁸⁰

¹⁷⁵ Como nos casos de Fernão da Gama, Domingos Maciel e Luís Maciel.

¹⁷⁶ No mesmo navio foram carregadas por Manoel F. de Matos 105 cabeças da conta de Meneses e de Joseph Pereira, do custo de 3.774\$000. Cf. Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 07 de maio de 1700. IHGB, 72, 08, folha 63.

¹⁷⁷ Carta a Miguel da Silva Siqueira. Luanda, 30 de abril de 1700. IHGB, 72, 08, folha 62 verso.

¹⁷⁸ Ao exemplo do que fora dito antes sobre a forma de conseguir maiores lucros com a venda de escravos.

¹⁷⁹ Espécie de trapiche ou depósito para armazenar mercadorias.

¹⁸⁰ Carta a Joseph Pereira Araújo. Luanda, 20 de fevereiro de 1701. IHGB, 72, 08, folha 75.

Por ser amigo de Joseph Pereira, entende-se a confiança que lhe foi depositada para a consignação de uma carga de alto valor. Os laços de amizade com um dos principais procuradores de Meneses mostram igualmente que este fator tinha relevância, com efeito, para a extensão de vínculos com pessoas mais próximas de Joseph, como Meneses. Ou, caso assim não fosse, de manter pessoas com algum grau de afetividade para serviços de maior confiança, independente de quem seja o acionador da amizade de um para o outro.

2) *Thiófio Borges de Brito*, residente em Lisboa, era um dos donos do patacho Taquiriçá vendido a Meneses, junto de Joseph Manê, além de ser fornecedor de vinhos e aguardentes. Em 23 de dezembro de 1698 escrevia a Meneses ¹⁸¹ avisando do carregamento de vinho que tinha enviado do Reino, que foi recebido pelo Secretário Amaro Barbosa, em Angola, que por sua vez recebia ordens de prontamente pagar o carregamento aos procuradores de Thiófio, na Bahia. Não obstante, o produto chegou com a qualidade aquém do esperado, fazendo com que Meneses o advertisse, pois vinhos como aquele ninguém pagaria coisa alguma.

Da carregação dos vinhos em que enterecey com VMce no dito Pataxo me dis o secretario Amaro Barboza Brandão, que della tomou entrega, que tem remetido para o Brazil aos seus procuradores de VMce 7U e tantos cruzados e que tem algum dinheiro por cobrar, e encobre, e fazenda. Suponho com o favor de Deos que não perderemos o que eu não exprimentey em os vinhos e aguas ardentes que truxe de minha conta somente porque todos ou a mayor parte se me virarão, por cuja cauza tenho ainda cantidade em ser, que não sam vinho nem vinagrez, e por isso não ha quem de por elles couza alguma, hei de fazer tudo o posivel porque o dito Amaro Barboza m^{do}. [mandou] pella B^a. [Bahia] a conta da dita carregação, ainda que fique fora della algumas pipas que dis tem em ser pella mesma cauza. ¹⁸²

Apesar da advertência sobre má qualidade e o prejuízo para venda, Meneses não o punha culpa, dizendo somente que até aquele momento não havia recebido desculpas da pessoa responsável pelo carregamento, pelo descuido que teve, isentando Thiófio da acusação do malogro das bebidas, assim como fizera com os vinhos de Francisco de Mello que viraram vinagre.

¹⁸¹ A carta chegou a Meneses em 29 de abril 1699.

¹⁸² Carta a Thiófio Borges de Brito. Luanda, 26 de fevereiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 60 verso.

Além de proprietário de embarcação, que posteriormente foi comprada por Meneses, Thiófilo era fornecedor de bebidas e detinha procuradores na Bahia que articulavam seu comércio. Mesmo não fazendo parte da rede principal do governador de Angola, ao fornecer o patacho, com efeito, auxiliaria no maior dinamismo mercantil da companhia.

3) *Joseph Rabello de Palhares*, estabelecido no Rio de Janeiro, comparativamente mostra revestir-se de certo prestígio ao notarmos a forma com que era tratado por Meneses ao ser chamado de “Meu senhor”, “Senhor meu”, – a despeito da negativa deliberada pelo governador quando a carga de seu patacho chegou atrasada.¹⁸³ O fato de este indivíduo ser dono de uma embarcação, como era seu caso, e responsável por coordenar pessoas para conexões entre diferentes localidades no Atlântico, revelam o teor de sua influência. Entre seus vínculos com Meneses, era comprador de escravos enviados de Angola dos quais revendia, principalmente no Rio de Janeiro. Um dos carregamentos chegou a contar com um total de quatrocentas *cabeças*, entre elas cem da conta de Meneses, a quem avisou por ocasião da morte de vinte e três e acerca das setenta e sete que restaram, deu prosseguimento ao negócio as revendendo e repassando o líquido através dos procuradores de Meneses no Rio de Janeiro, sobretudo, Ignácio Correa. Além disso, foi responsável pela ampliação das áreas de negócios do governador ao introduzi-lo no comércio de couros em Buenos Aires, articulando-o ao seu procurador, Antônio Moreira da Cruz.

4) *Joseph de Carvalho*, estabelecido na Bahia a partir de 1699, era capitão e cunhado do procurador Miguel da Silva Siqueira.¹⁸⁴ Como capitão de navios prestou serviços de transporte de mercadorias entre Angola e os principais portos da América portuguesa. Exercia não apenas esta função de condutor de navios, ao passo que juntamente com Miguel articulava o envio de gêneros do interesse de Meneses, principalmente os panos. “O dito capitão Joseph Carvalho vendo a pouca fazenda que trouxe para o meu negocio me seguiu que elle e VM me poderião fazer hua remeça dos jeneros que lhe mandaçe com a segurança de avâmços que forem”.¹⁸⁵

¹⁸³ Cf. Texto desenvolvido entre as páginas 114 e 115. Ou, em: Carta a Joseph Rabello Palhares. Luanda, 20 de março de 1699. IHGB, 71, 08, folha 38 verso.

¹⁸⁴ Cf. parentesco em: Carta a Miguel da Silva Siqueira. Luanda, 06 de fevereiro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 09 verso.

¹⁸⁵ Idem. Luanda, 06 de fevereiro de 1698. IHGB, 71, 08, folha 09.

Mesmo que não se tenha nenhuma carta direcionada a ele na documentação, são muitas as que seu nome aparece citado como articulador de mercadorias, num total de vinte e quatro menções, figurando-se como o sétimo mais citado entre quase duzentos indivíduos. Evidentemente, somente as citações não bastariam para provar sua efetividade na rede mercantil, que pode ser mais bem notabilizada ao relembrarmos que seu cunhado era um dos sujeitos centrais da companhia de Meneses. Em um dos navios que capitaneou para o Rio de Janeiro chegou a carregar uma remessa de 617 escravos, dos quais 50 eram de sua conta e de Miguel Siqueira, logo o fazendo sócio de Meneses, mesmo que minoritariamente. Levando em conta que nas ocorrências de sociedade entre o governador e demais indivíduos, estes eram primordialmente proprietários de embarcações, burocratas ou procuradores (os mais destacados), e outros com relações de compadrio. Como capitão de navio, seria uma exceção entre os demais.

Fazendo um balanço entre todos citados acima, temos o seguinte quadro situacional da rede com os três grupos até então: ¹⁸⁶

Entre os com pouca efetividade: Antônio de Aguiar Marinho, Baltazar da Silva Siqueira, Fernão da Gama, “Juiz e Mordomos da Confraria”, Manoel Antônio Pinheiro da Câmara, Fernão Soares de Noronha, Joseph Francisco da Luz, Manoel Soares de Albergaria e Manoel de Souza de Castro.

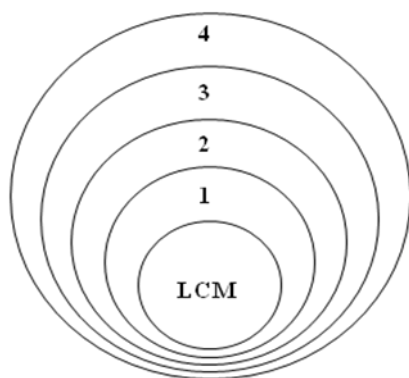
Entre os com participação secundária: Antônio Moreira da Cruz, Francisco Galvão, Francisco de Melo, Manoel Francisco Cazado de Barros, João Correa Granja, Domingos Maciel e Luís Maciel.

Entre os com participação efetiva, porém não central: Francisco Velho da Costa, Thiófilo Borges de Brito, Joseph Rabello Palhares e Joseph Carvalho.

Vejamos abaixo um gráfico da rede em camadas de proximidade/importância:

Gráfico 8: *Efetividade relacional na companhia mercantil de Luís César de Meneses:*

¹⁸⁶ Ver também a tabela com as funções exercidas. Mais à frente ainda veremos o último grupo, dos com efetividade central.



LCM – Luís César de Meneses

1 – Efetividade central

2 – Efetividade não central

3 – Participação secundária

4 – Pouca efetividade

1 – Arthur de Sá de Meneses, Francisco Lourenço da Rocha Moutinho, Gonçalo Ferreira Souto, Luíz Lopes Pegado, João Lopes Fiuza, Joaquim Ignácio Correa, Joseph Pereira Araújo, Manoel Ferreira de Matos, Miguel da Silva Siqueira, Pascoal da Silva Siqueira, Policarpo Falcão Ferreira e Vasco Fernandes César.

2 – Francisco Velho da Costa, Thiófilo Borges de Brito, Joseph Rabello Palhares e Joseph Carvalho.

3 – Antônio Moreira da Cruz, Francisco Galvão, Francisco de Melo, Manoel Francisco Cazado de Barros, João Correa Granja, Domingos Maciel e Luís Maciel.

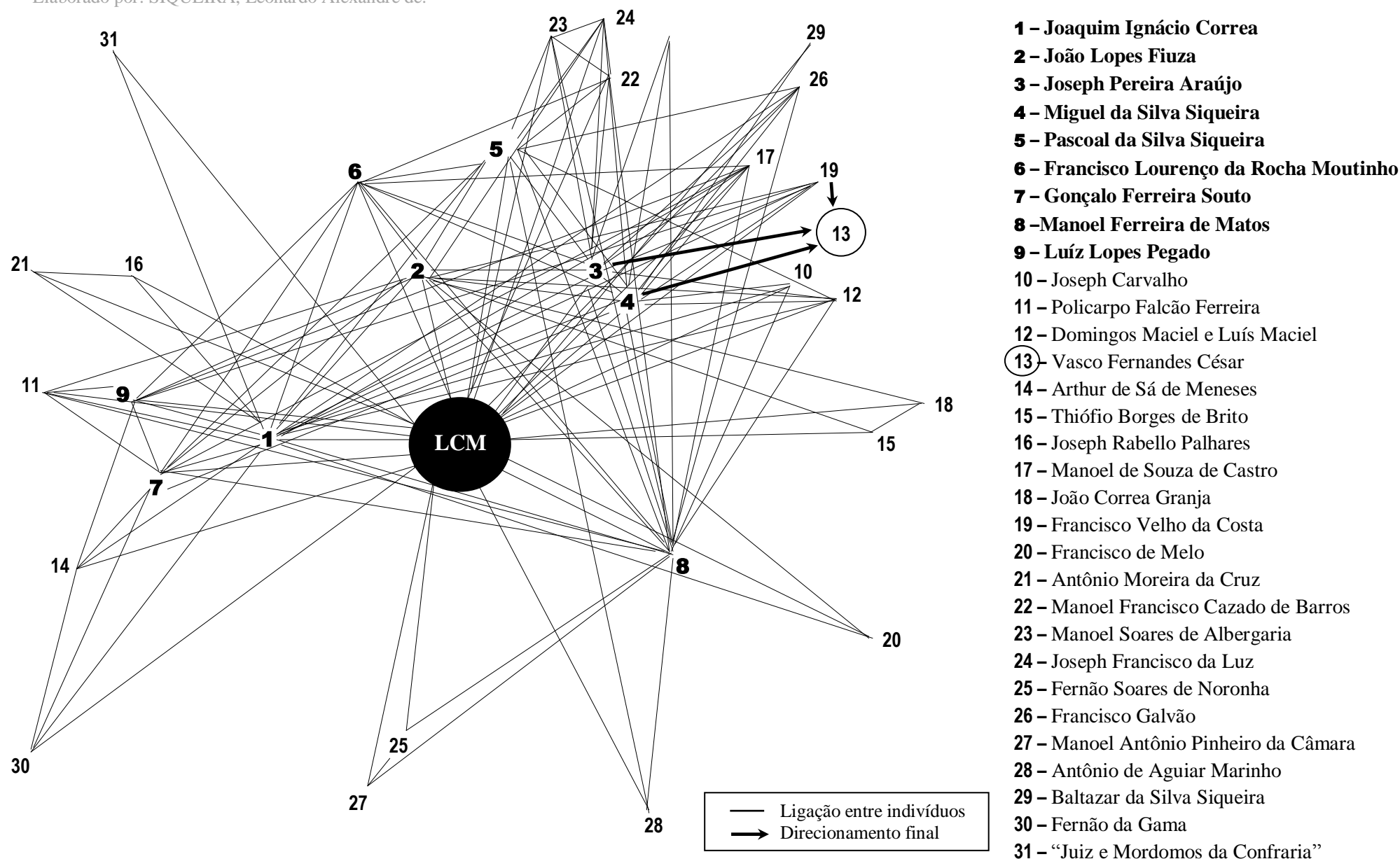
4 – Antônio de Aguiar Marinho, Baltazar da Silva Siqueira, Fernão da Gama, "Juiz e Mordomos da Confraria", Manoel Antônio Pinheiro da Câmara, Fernão Soares de Noronha, Joseph Francisco da Luz, Manoel Soares de Albergaria e Manoel de Souza de Castro.

O grupo central (1) tem um maior grau de participação; o segundo tem ligação com o grupo nuclear e Meneses, mas com relações não tão centrais; o terceiro tem uma participação mais secundária no ciclo relacional e o quarto uma participação bem mais escusa. Os primeiros e segundos têm maiores benefícios e são atores de centros decisórios. Contudo, há de se atentar a ligação de grupos de diferentes camadas a partir de suas posições para compor o funcionamento geral da rede.

Apesar de o gráfico mostrar camadas que simplificam visualmente a proximidade dos indivíduos a Meneses, suas relações eram muito mais elásticas e heterogêneas, pois não só admitiam relações entre os níveis relacionados, como também, sem as mesmas, a rede não teria funcionabilidade pela dependência das múltiplas relações entre indivíduos embora disponham de hierarquias diferenciadas. Ao observarmos as ligações entre os indivíduos na rede através do Gráfico 9, esta explicação ficará ainda mais clara.

Gráfico 9: Ligação entre os indivíduos na rede

Elaborado por: SIQUEIRA, Leonardo Alexandre de.



Pelo Gráfico 9 vemos maior convergência de contatos, sobretudo, entre os principais procuradores de Meneses, justamente por serem os grandes articuladores da companhia mercantil e, por conseguinte, os indivíduos centrais da rede. Observando os pontos mais afastados e com menos ligações identificamos então aqueles com menor dinamismo relacional entre outros indivíduos ligados a Meneses, o que se conclui que tinham menor efetividade no dinamismo relacional da rede.

Sendo assim, após o estreitamento dos indivíduos que assinalamos e descrevemos, partimos agora para os indivíduos com *efetividade central*, compostos em sua maioria por procuradores e sócios. Deixando claro que só por ser procurador e/ou sócio não significava ter papel central na rede, pois isto demandava quantitativos de mercadorias enviadas e recebidas, volume de cartas, quantidade de pessoas a ele relacionadas que faziam a interligação com Meneses, sua participação nos negócios e até mesmo maiores laços de solidariedade com Meneses em comparação a outros. Basta lembrar os exemplos de Fernão Soares de Noronha, em São Tomé, e Manoel Francisco Cazado de Barros, em Pernambuco. Para as análises que seguirão é importante listarmos os indivíduos, posicionando-os em suas respectivas localidades, para que suas ações e conexões aos demais sejam mais bem esclarecidas. Sendo: Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, no “Brasil”; Lisboa e Angola.

Quadro 5: *Lista de indivíduos centrais por localidade*

Local	Nome	nº.
Angola	Manoel Ferreira de Matos	1
Bahia	Francisco Lourenço da Rocha Moutinho João Lopes Fiuza	2
Pernambuco	Miguel da Silva Siqueira (até 1699) Pascoal da Silva Siqueira	2
Rio de Janeiro	Arthur de Sá de Meneses Gonçalo Ferreira Souto Joaquim Ignácio Correa Luís Lopes Pegado Policarpo Falcão Ferreira	5
Lisboa	Joseph Pereira Araújo (a partir de 1699) Miguel da Silva Siqueira (a partir de 1699) Vasco Fernandes César	3

Fonte: IHGB, 72, 08.

Croqui 1: *Indivíduos efetivos nas respectivas localidades*

Elaborado por: SIQUEIRA, Leonardo Alexandre de.



Condizendo com o fluxo de embarcações e mercadorias de Angola e para Angola, o Rio de Janeiro é a localidade com o maior número de indivíduos *efetivos* num total de cinco, sendo que desses quatro são procuradores (Gonçalo Ferreira Souto, Joaquim Ignácio Correa, Luís Lopes Pegado e Policarpo Falcão Ferreira). Arthur de Sá, como governador da capitania, está relacionado por ser o governante que teve mais proximidade à companhia, como comprador de escravos, marfim e outros artigos, e fornecedor de aguardentes, farinha, tábuas e outras mercadorias para a África. Mesmo quando esteve em Santos manteve contatos mercantis com Meneses através de Ignácio Correa, no Rio de Janeiro.

Eu tambem tenho mandado fazer outra em os ditos Portos que dtrimino mandar carregar em janro. [janeiro] em huma sumaca grande de Antonio Falcão da arqueaçam de 200 cabessas para com estas hir em direitura a Sanctos a ordem de meu Am^o e Senhor Gn^{al} Artur de Sá e Menezes com quem VMce cumunicará este [rasgado]

para que o dito Senhor me faça o favor de ter lá ordens para que favoreção a pessoa que com a tal carregação mandar, e lhe dem toda a ajuda e favor para sahir daly com os efeitos della com toda a brevidade para esse Porto para o qual detrimino tão bem remeter outro Pataxo meu /que he o em que ahy foi o mestre Joseph da Silva) em vindo da Bahia:¹⁸⁷

Mas o que a difere de outras relações, que muitas vezes eram puramente mercantis, eram os laços de solidariedade entre as partes, contando inclusive com “mimos” enviados de Angola para o governador no Rio de Janeiro. “Das cabessas que vam no navio vam 4 livres de fretes, duas para o senhor G^l. Artur de Saá de Menezes, e duas que vam mais de mimo”.¹⁸⁸ Esta proximidade lhe garantiu, por exemplo, prerrogativas na escolha de melhores negros, independente de os enviados especificamente a ele chegarem mortos ou vivos, pois poderia ter “os que elle escolher” para sua satisfação retirando-os de outros embarcados da armação de Menezes.¹⁸⁹ Demonstrava assim uma relação muito mais horizontal, que é exceção entre os vínculos expostos nas demais cartas. Em determinadas situações aparenta ser um indivíduo até mesmo acima de Menezes, conjecturalmente falando, levando-se em conta algumas ordenações que versou. Na mesma carta a Ignácio Correa, em 04 de outubro de 1698, por exemplo, Luís César instruía seu procurador sobre o que lhe ‘ordenava’ o Arthur de Sá. Dizia: “O senhor Gl. [Arthur de Sá] me hordena diga a VM que as couzas que o capitão Manoel Simois Coloço lhe pedir para a Santa Caza da Misericordia as carregue nesse seu navio porque he Provedor da dita Santa Caza, e o será emcoanto quá estiver”.¹⁹⁰ Coerentemente, ao tempo em que Arthur deixava ordens, submetia Ignácio aos seus serviços, pois se Menezes coordenava os negócios existentes em Angola, naturalmente Arthur de Sá era articulador e coordenador de mercadorias que saíam e entravam no Rio de Janeiro por ser o governador daquela capitania e ter ligação direta ao comércio entre os dois lados do Atlântico. Não obstante, devemos levar em conta que existia uma formalidade no repasse das ordenações entre indivíduos com cargos superiores, Luís César a Arthur de Sá, sobre outro sujeito a eles subordinados, neste caso, Ignácio Correa. Desta forma, é difícil conceber outra estilística que não

¹⁸⁷ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 15 de setembro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 47 verso.

¹⁸⁸ Idem. Luanda, 04 de outubro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 21.

¹⁸⁹ Cf. Idem. Luanda, 03 de outubro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 19 verso.

¹⁹⁰ Idem. Luanda, 04 de outubro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 21.

semelhante a essa como forma de abordagem a um governante, onde podemos tirar como modelo os direcionamentos que foram dados ao governador/capitão-mor Manoel Soares de Albergaria quando Meneses o referiu como “Meu Senhor”.

Ao seu cunhado Dom João de Lencastre, não incluso efetivamente na rede mercantil,¹⁹¹ cabe suscitar o porquê de sua pouca participação numa atividade que demandou grande empenho de Meneses num período relevante da sua carreira. Distinguindo, patentemente, que suas ligações aparecem menos para vínculos e mais para laços pela recíproca solidária entre ambos. Como sabido, neste período Lencastre estava à frente do governo-geral do Brasil, na Bahia, local que Meneses contava com dois nomes como os principais representantes, Francisco da Rocha Moutinho e João Fiuza, que corriam com todos os seus negócios. Sendo assim, nas cartas aparenta pouco ocupar seu cunhado na Bahia acerca de seus interesses mercantis, resumindo-se a pequenos favores como a assistência aos capitães enviados com mercadorias e auxílio para saídas de embarcações, seja para Angola ou para o Reino.

Ainda bem no começo de seu governo, em carta para Miguel Siqueira em 06 de fevereiro 1698, que naquele período se encontrava em Pernambuco, Meneses comunicava-o do carregamento de 30 *cabeças* que enviava aos cuidados de seu irmão Pascoal Siqueira, e “mais tres ou quatro mil cruzados para o emprego das carregações” consignados ao próprio Miguel, dizendo-lhe sobre a ajuda que poderia dispor junto de seu cunhado Lencastre.

O capitão Joseph Carvalho partira com favor de Deos perá a Baia sabado que se contam 8 do corrente. Espero que meu cunhado Dom João Lencastro a quem escrevo com todo o empenho lhe de [rasgado] a ajuda, e favor para que possa hir de licença por ora se me não oferece mais de que pedir a VM me dê muitas ocasiõens de servillo para o que me achara semre com prompta vontade guarde Deos a VM &ca.¹⁹²

¹⁹¹ A partir das correspondências no que diz respeito à sociedade e acertos.

¹⁹² Carta a Miguel da Silva Siqueira. Luanda, 06 de fevereiro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 10.

Em carta posterior, em 20 de abril de 1698, reforçava o auxílio que seu cunhado poderia oferecer no que precisasse desta vez a João Fiuza, que diferente de Miguel Siqueira,¹⁹³ permaneceu como procurador na Bahia durante todo o governo de Meneses.

A meu cunhado o Senhor D. Joam de Lancastro avizo que para tudo o que lhe puder valler, lhe não falte com o seu favor que tambem experimentará em o provedor Francisco Lamberto a quem faço a mesma recomendação, veja VMce em que lhe posso dar gosto porque para o fazer me achará sempre certo, a quem Deos guarde &ca.¹⁹⁴

Depois desta recomendação, durante todo o governo em Angola não houve menções suas sobre assistências específicas para com seus procuradores no “Brasil”. Com isso, diante da documentação nos é deixado questões acerca da efetividade de Lencastre. Por ser uma peça tão importante na rede de Meneses, nuançado reiteradamente pela historiografia, estaria ele por trás de boa parte dos tramites que envolvessem a entrada e saída de embarcações na Bahia? Mesmo que não tivesse participação efetiva na companhia em valores mercantis, sua presença numa capitania tão importante para a amarração da rede comercial é no mínimo pertinente para sua melhor funcionabilidade. Doutro modo, como usual aos seus familiares e pessoas mais próximas afetivamente, Meneses o enviou alguns agrados, mas sem grandes valores conferidos. Um deles tratava-se de duas escravas novas que avisava ter mandado o capitão Bernardo Berganha¹⁹⁵ carregar.

Ofereseme mais diser a Vm que na dita charrua hordenei se carregaçe no Loango duas mollequas pera meu cunhado o Senhor Dom Joam de Lancastro, e andem hir mais huns mossos que o mestre della a de levar a Senhora Marquesa da Fontes Mãe a quem Deos Guarde.¹⁹⁶

No ano seguinte agradecia os préstimos de Fiuza ao saber da entrega da encomenda ao destinatário: “e da minha fes VM rezam em a nossa corr^e. no que fico de

¹⁹³ Já mencionamos anteriormente que Miguel partiu para Lisboa, onde continuou como procurador do governador.

¹⁹⁴ Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 20 de abril de 1698. IHGB, 72, 08, folha 16 verso.

¹⁹⁵ Assim como Manoel Ferreira de Matos, Berganha era estabelecido em Angola para serviços de carregamento e despacho de embarcações.

¹⁹⁶ Idem. Luanda, 25 de fevereiro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 32 verso.

acordo, e tão bem em a entrega que fez as duas mollequas que do Loango forão por minha ordem para meu cunhado o Senhor D. João de Alencastro”.¹⁹⁷

Outro agrado foi oferecido somente no último semestre de seu governo, em agosto de 1701, quando já fazia o fechamento de suas contas junto a seus procuradores, acima de tudo sobre a grande quantidade de marfins que enviou para o “Brasil”. Dizia a Fiuza que do montante estava reservando “2 pontas com 2C19L^{as} [2 arrobas e 19 libras]¹⁹⁸ e que levavão a minha marca com hua estrela [rasgado] por deviza, estas mandei ao senhor Dom João, e as não meto nesta conta sem embargo de hirem debaixo do mesmo conhecimento”.¹⁹⁹

No que diz respeito a parentesco, além de Lencastre, Meneses também remeteu outras mercadorias para sua casa em Lisboa como os fechos de açúcar para sua mulher, Dona Mariana de Lencastre e sua filha Dona Joana de Lencastre. Assim como em diversas cartas recomendava que em tudo assistissem a sua família. Para Lisboa encomendou do “Brasil” muitas madeiras entre as “consoeiras de arariba” e os “paos de quiquiquongo” de Pernambuco, através de Pascoal Siqueira, e principalmente da Bahia, em pedidos constantes a João Fiuza: “Para as que tenho em Portugal me he necessario que todos os annos me remeta VMce desse Porto para o de Lisboa 5 ou 6 duzias de boas consoeiras a entregar”,²⁰⁰ que seriam recebidas pelo Executor da Junta do Comércio Geral, seu compadre Baltazar Mendes Azevedo,²⁰¹ que segundo Meneses era: “meu criado a quem deixei procuração geral para poder obrigar minha fazenda algumas coantias de dinheiro que lhe fose nesessario tomar a juro durante a minha auzença”.²⁰² No caso de sua ausência deveria ser então recebido pelo Escrivão dos Contos e Casas, o senhor Aleixo Pedro de Alcântara, que também poderia estar a serviço para outros fins na ausência dos procuradores titulares em Lisboa, mas que só em casos específicos foi acionado para a prestação de serviços, possivelmente por não tê-lo como principal procurador no Reino. Entrevamos que Meneses mandava através de Antonio Gonçalves

¹⁹⁷ Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 15 de fevereiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 56 verso.

¹⁹⁸ O equivalente a 38,01 quilos.

¹⁹⁹ Idem. Luanda, 25 de agosto de 1701. IHGB, 72, 08, folha 88 verso.

²⁰⁰ Idem. Luanda, 20 de abril de 1698. IHGB, 72, 08, folha 16 verso

²⁰¹ Meneses era padrinho dos filhos de Baltazar Azevedo que o cumprimentava como compadre, fazendo menção igualmente a sua esposa como comadre. Quando este faleceu, assim como foi a Gonçalo da Costa, cuidou de tudo para que seus afilhados recebessem as heranças, sobretudo, fazendo cobranças para pagamento de dividas de terceiros ao Executor. Cf. relação de compadrio em: Carta a compadre Baltazar de Azevedo. São Paulo de Assumpção, 30 de janeiro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 07 verso.

²⁰² Carta a Miguel da Silva Siqueira. Luanda, 06 de fevereiro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 09 verso.

Rosa, mestre do navio Sam Joseph e Sol Dourado, um carregamento de 40 cabeças de escravos com o custo de 1.194\$000 em carta para João Lopes Fiuza para que este fizesse sua saída por meios de “letras de risco de bons paçadores”, que sem o qual deveria ser encaminhado em “letras seguras” em nome de seu procurador Joseph Pereira de Araújo ou, em ausência, a Miguel de Silva Siqueira. Os trâmites deveriam seguir linhas seguras, haja vista, o número de pessoas acionadas em um único carregamento, pois ainda mandava avisar do mesmo ao escrivão dos contos, Aleixo Pedro de Alcântara que Meneses se referia como “pessoas de minha obrigação”.²⁰³ Acerca deste, tratava-se mais de um indivíduo que recebia as informações para que pudesse assegurar sua execução em casos imprevistos na ausência dos procuradores titulares do que propriamente executor das ordenações como Joseph e Miguel.

De Baltazar Azevedo, porém, Meneses pouco usufruiu de seus préstimos, pois ainda em agosto de 1698 já avisava a Pascoal Siqueira sobre seu falecimento e da substituição deste por seu irmão (de Pascoal) Miguel Siqueira.²⁰⁴ O mesmo avisando a outros procuradores na Bahia e no Rio de Janeiro explicando para quem deveria proceder ao mandar mercadorias e correspondências a Lisboa, inicialmente consignado a Joseph Pereira e depois, também, a Miguel quando este chegasse ao Reino para servi-lo preenchendo a vacância deixada por Baltazar Azevedo. Portanto, deixava não um, mas dois procuradores titulares em seu lugar como forma de garantir seus trâmites para que de tudo fosse resguardado de avisos e representação.

Hierarquicamente falando, acerca dos representantes de Meneses, não há dúvidas que existia maior participação de uns sobre outros nos seus respectivos locais. Em Lisboa, inicialmente, esteve em primeiro lugar Baltazar Mendes de Azevedo, que o representou efemeramente até seu falecimento ainda no primeiro semestre de 1698. Após sua morte, substituindo-o viria um dos mais importantes para Meneses, Joseph Pereira de Araújo, que ao lado de Miguel Siqueira recebeu todas as mercadorias para venda ou armazenamento, documentos e valores a serem repassados aos seus familiares.

²⁰³ Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 20 de julho de 1698. IHGB, 72, 08, folha 17.

²⁰⁴ Cf. Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 12 de agosto de 1698. IHGB, 72, 08, folha 17 verso. Antes mesmo de avisar a Pascoal já tinha escrito para Gonçalo Ferreira contando sobre seu falecimento e depois ainda avisaria o ocorrido a João Fiuza. Cf. Carta a Gonçalo Ferreira Souto. Luanda, 03 de agosto de 1698. IHGB, 72, 08, folha 19 verso & Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 30 de outubro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 22.

Ainda que quase a totalidade das mercadorias estivesse consignada aos dois, em determinadas cartas Joseph aparece em primeiro plano

me he mais conveniente e de seu liquido rendimento fará VM rezam em minha conta, porque esta me ha de mandar VM na frota que vier todos os efeitos que em seu poder athe tal tempo estiverem em letras de risco de bons paçadores, e navios e em faltas destas em letras seguras comsignadas a Joseph Pereira de Araujo auzente a Miguel da Silva Serqueira.²⁰⁵

O asima dito he a copia do que avizei a VM o dia que pr^{ce}. [parece], e o que nella digo novamente o retefeco, e de novo se me offerese dizerlhe que acompanha esta o conhecimento e carregaçam de 170 pontas de marfim que carreguei na forma que nelle se declara em este navio do avançador Antonio Martins de Carvalho, [...] em bom navio comsignando a Joseph Pereira de Araujo auzente a Miguel da Silva Serqueira, e mandando-lhe em companhia do dito marfim o despacho delle que com esta remeto.²⁰⁶

Embora na grande maioria das cartas as remessas apareçam enviadas aos dois em igualdade, as transcritas acima mostram que Joseph Pereira seria o consignatário principal da remessa. Além do mais, se contarmos pelo número de citações encontradas há uma prevalência do nome de Joseph sobre Miguel, pois o primeiro foi o mais citado dentre os quase duzentos indivíduos, com noventa e oito menções, contra sessenta e três de Miguel, que por sua vez foi o terceiro no quadro geral. Não se usando deste fator somente para comparar suas efetividades, pois, como todos os procuradores estabelecidos no Brasil tinham contato com ambos impreterivelmente, seus nomes eram sempre mencionados a partir da instrução de Meneses sobre a maneira de proceder com as remessas dos líquidos e produtos com destino a Lisboa.

Apesar de ser uma fórmula quantitativa, este exemplo ajuda-nos a reforçar a existência de maior efetividade por parte de Joseph, ainda que possamos corroborar com outras reservas qualitativas, como no caso das cartas em que Meneses instruía que fizessem cópias de uma mesma correspondência a esses dois consignatários, obedecendo a ordem do nome que viria escrito primeiro conforme a quem era destinada. Por exemplo, em carta para Pascoal Siqueira, em 02 de março de 1700, ao qual

²⁰⁵ Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 20 de julho de 1698. IHGB, 72, 08, folha 17.

²⁰⁶ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 20 de dezembro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 26 verso.

contabilizava os valores auferidos em Pernambuco, após os devidos ajustes de contas pedia-lhe que enviasse o líquido que restasse a Lisboa

E do mais que sobrar me fará remessa para Lisboa por minha conta em letras derrisco de bons passadores, ou açucares finos /senão prometerem perdas) tudo comsginado ao [rasgado] Miguel da Silva Serqueira e a Joseph Pereira de Araujo, e na capa desta e das mais remessas que VMce fizer porá em a primeira via ao Senhor Miguel da Silva Serqueira e Joseph Pereira de Araujo, e na segunda a Joseph Pereira de Araujo e ao Miguel da Silva Serqueira; e na 2a a Joseph Pereira de Araujo, e ao Senhor Miguel da Silva Serqueira.²⁰⁷

Reparemos que com este formato organizacional das vias, Meneses buscava harmonizar os valores atribuídos entre os procuradores, demonstrando primazia a ambos. Visto que, na primeira carta dirigida a Miguel seu nome viria no primeiro plano, já na segunda, dirigida a Joseph desta vez o seu é que estaria à frente, na terceira carta, uma segunda via, o nome de Joseph Pereira viria primeiro novamente. Carta esta que possivelmente seria dirigida ao seu filho, como havia instruído a Pascoal, que “de mais a mais dará razão de tudo o que for a meu filho Vasco Fernandes Cezar”.²⁰⁸ Portanto, oficialmente, seria o nome de Joseph que deveria vir em primeiro lugar, concordante ao número de vezes que este indivíduo foi citado, em alguns casos até com consignações exclusivas.

Num momento que nos desperta curiosidade, em carta escrita em 28 de novembro de 1701, Joseph avisa a Meneses da chegada em Lisboa da frota do Brasil com os efeitos enviados por Ignácio Correa e Luís Pegado, do Rio de Janeiro, e por João Fiuza, da Bahia. Na mesma carta Joseph reclamava que Meneses havia remetido um carregamento de marfim de Pernambuco consignado a Miguel Siqueira e não a ele – talvez esperando receber comissões. Meneses então o diz que não teria motivos em mandar-lhe a remessa, pois Miguel Siqueira o fez sem ganhar comissão alguma pelo fato do marfim ser endereçado ao seu filho, Vasco César.²⁰⁹ Além do que, desta forma, o livraria dos gastos a serem pagos desta frota que foi do “Brasil”, pelo capitão

²⁰⁷ Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 02 de março de 1700. IHGB, 72, 08, folha 61 verso e 62.

²⁰⁸ Idem. IHGB, 72, 08, folha 62.

²⁰⁹ Foram os mesmos marfins que enviou para que fossem armazenados em sua trecena (armazém) em Lisboa.

Francisco Velho da Costa.²¹⁰ Conta que naturalmente só seria paga dentro de muitos meses, por não serem carregados produtos que seu consignatário em Lisboa comercializaria.

Forma VMce notavel queixa de que eu mandasse comsignar a remessa de Pernambuco a Miguel da Silva Serqueira sem atender que de Rezão o devia fazer, porque se este homem fiou da minha palavra o seu dinheiro, e me mandou sem este o que lhe pedi, que necessidade tinha eu para lho satisfazer de mandar os efeitos para isso por via de VMce; e quanto ao marfim que lhe foi de Pernambuco se he para entregar a meu filho que interesse se lhe segue ao dito disso mais que trabalho e ao capitão Francisco Velho da Costa da outra partida o mesmo porque como hia daqui com lhe encarregar essa deligencia /como fis) livrava os gastos que no Brasil co' elle se havia de fazer.²¹¹

Joseph questionava ainda ter sido excluído das notícias das remessas que foram do “Brasil” ao Reino. Dando lhe resposta, Meneses escrevia:

Dis VMce que he escuzado das remessas que lhes vão darem os procuradores nocticia a outrem [a Miguel Siqueira]; muyto bom hera isso se VMce fora inmortal, porem como nenhum de nos o hé, como pode VMce estranhar o prevenir eu o que pode soceder, se isto he desconfiança que VMce tomou de si proprio vive muy enganado, porque não havia rezão nenhuma para isso; nem VMce dado motivo para tal porque nesse cazo quando o ouvera feito nem de huma nem de outra sorte me a[rasgado]mará ao cupallo porque com o mesmo brio e disvello com que VMce se emprega em os meus particulares, me costumo eu haver em a co'rrespondencia do que se me fas:²¹²

Meneses o alertara que a remessa ainda assim fora pequena e nem ele mesmo tinha respostas da dita, porque há muito não recebia notícias de Pernambuco e que desde aquela data, de 06 maio de 1701, fazia oito meses não lhe chegava navio da Bahia para que pudesse receber notícias da chegada da carga de marfim e as letras enviadas a Fiuza, que por sua vez esperava segunda ordem de Meneses para assim remeter para Lisboa. E que do Rio de Janeiro a maioria das mercadorias que para lá seguiram para serem comercializadas foram passadas fiadas. Sendo assim não deveria se preocupar

²¹⁰ O mesmo que partiu de Luanda com sua família em direção ao Reino. Carregando muitos artigos para Meneses, incluindo grande remessa de marfim a Vasco César.

²¹¹ Carta a Joseph Pereira Araújo em resposta a de 28 de novembro de 1700. Luanda 06 de maio de 1701. IHGB, 72, 08, folha 82 verso.

²¹² Idem.

nem se desconfiar de algo que não existia propósito. Até mesmo porque todo o carregamento que fosse da Bahia e do Rio de Janeiro, quando rumassem em frota para Portugal, estaria consignado a ele. Seu mais assíduo procurador no Reino.

Aproveitando o ensejo, neste tocante em particular, a assiduidade pode ser notada desde bem antes quando Meneses se questiona se era viável que Joseph Pereira, ainda na Ilha da Madeira, se ocupasse em tratar de remeter mais panos para o comércio em Angola, visto que, naquele momento, estava dedicado a cuidar dos interesses de sua casa e família.

he mui verdadeiro he mui aferrolhado, com que precisamente me ha de ser nesessario mandar vir algumas fazendas para continuar o negocio; mas como VM tem por sua conta a asistencia de minha casa, receio pedrilher que me faça a dita remeça com tudo vai essa memoria dos generos que me são nesessarios no caso em que VM me os possa remeter.²¹³

Apesar da importância que dava a atividade mercantil, notemos como era imprescindível o cuidado com esposa e filhos, onde os representantes centrais eram os indivíduos que tinham acesso aos seus familiares, direta ou indiretamente. Além disso, como procuradores, no que tange a questões de cunho comercial e burocrático, lhes era incumbido múltiplas funções: recebiam, negociavam e emitiam mercadorias, despachavam documentos, negociavam compra de embarcações e fretamentos. Com efeito, passavam letras em seus nomes a favor do pagamento de serviços, produtos e dívidas da conta de Meneses, que prontamente reembolsava-os. Isto porque, em muitos casos, ainda não tinham em mãos o líquido sobre os produtos que lhes eram consignados, em situações que só seria obtido após a venda tramitada por eles próprios, que posteriormente retiravam suas partes e repassavam o líquido de Meneses para Lisboa. Por conseguinte, este líquido ficaria a encargo de Vasco César, que também possuía procuração em nome do pai, pois era recebedor final de todo o montante obtido desde Angola, passando pelo “Brasil” e depois seguindo para Portugal.

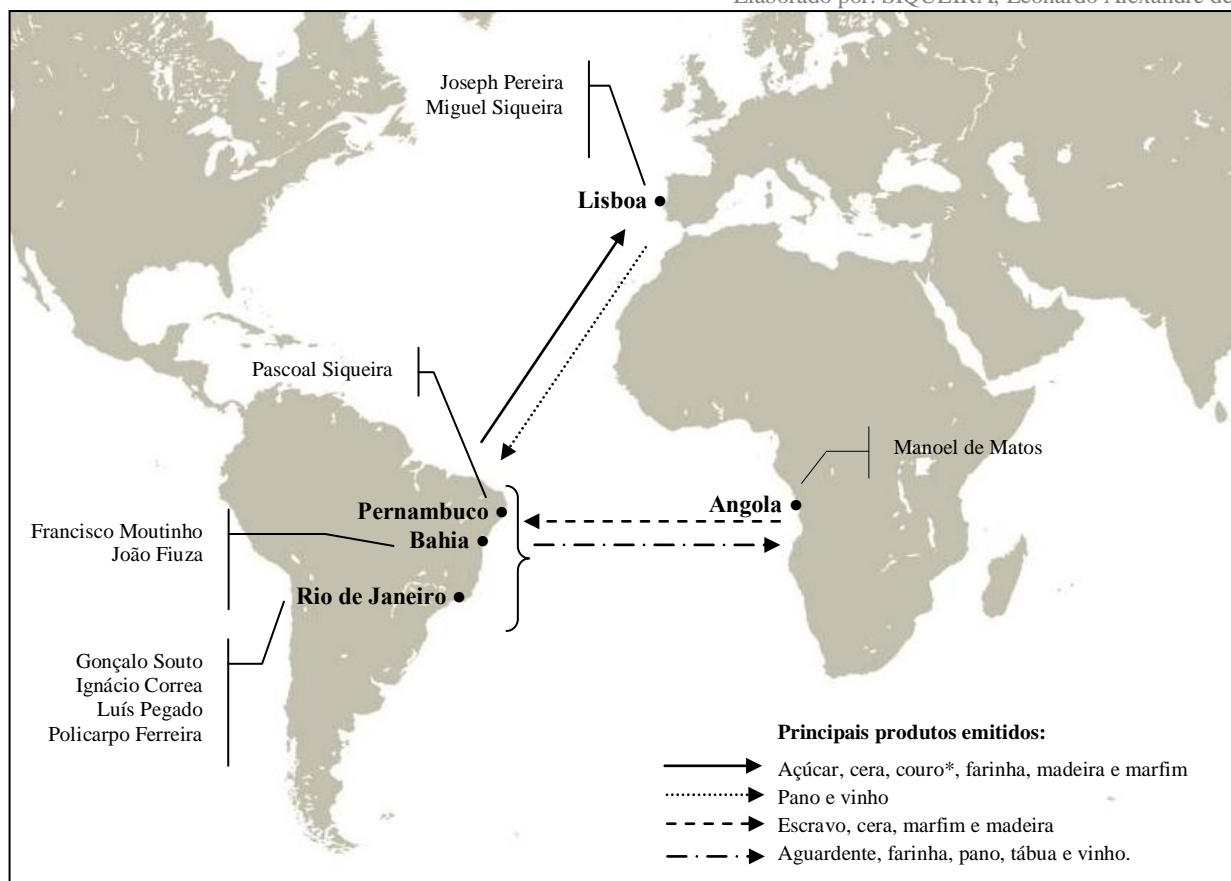
Acerca dos produtos, diante da grande operacionalidade de recebimento e remessas de várias origens e destinos, é mister apresentar visualmente seu fluxo para

²¹³ Carta a Joseph Pereira Araújo. Luanda, 29 de janeiro de 1698. IHGB, 72, 08, folha 06 verso.

melhor entendimento da exposição do assunto, contiguamente aos representantes que os recebiam e emitiam.

Croqui 2: *Indivíduos com representação de recebimento e envio de produtos nas respectivas localidades*

Elaborado por: SIQUEIRA, Leonardo Alexandre de.



* Produto advindo da região do rio da Prata.

O primeiro ponto a assinalar é a conexão entre os três eixos centrais existentes: Angola–Brasil–Portugal. Questão esta que já fora discutida por Pyrard de Laval e evidenciada por Luiz Felipe de Alencastro, em *O Trato dos Viventes*. Segundo este autor:

Várias trocas uniam as duas margens do oceano. Conforme as conjunturas econômicas e os movimentos sazonais das correntes, as carreiras cobriam cinco percursos: Portugal–Angola–Brasil–Portugal, Portugal–Brasil–Angola–Portugal, Portugal–Brasil–Angola–Brasil–

Portugal, Portugal–Brasil–Angola–Prata–Portugal e, enfim, Brasil–Angola–Brasil.²¹⁴

Entretanto, estes modelos não compõem a logística de remessas de produtos e valores ao que concerne a Meneses e sua companhia, justamente por haver especificidades. Na sua operacionalidade, majoritariamente, os carregamentos que tivessem como destino o Reino, antes passavam por algum porto do “Brasil” para inspeção de seus procuradores onde também aguardariam a partida da frota. O mesmo ocorrendo com os carregamentos que saíam do Reino em direção a Angola. Mas tanto suas embarcações, quanto as fretadas de terceiros, em sua grande maioria, fixavam-se nos trajetos Angola–Brasil e Brasil–Angola responsável pelo grande volume de pessoal e de trâmites. Neste ponto entram os procuradores do Brasil e seu principal representante em Angola, que fizeram com que todo esse fluxo tornasse viável. Aos primeiros, Meneses sempre os encomendava aguardentes e panos,²¹⁵ para troca por escravos; tábuas, principalmente para forrar e reparar as embarcações; farinha, sobretudo para a subsistência das *peças*; além de repassarem o vinho enviado de fornecedores de Portugal por meio de Joseph Pereira e Miguel Siqueira.²¹⁶ Ao segundo, ficava a responsabilidade de receber quase a totalidade do carregamento chegado a Angola e de despachar todos os artigos e, principalmente, os escravos que iam em direção ao “Brasil”.²¹⁷

Contando que Manoel Cazado de Barros tenha sido um procurador com participação secundária em Pernambuco, tendo em vista que seus serviços foram de caráter pontual e em casos direcionados, os únicos efetivos na capitania foram o elogiado Pascoal Siqueira,²¹⁸ segundo Meneses: “E nenhu dos meus procuradores dos mais portos exprimentei igoal primor e correspondencia como a sua”²¹⁹; e seu irmão Miguel Siqueira, que partiu de Pernambuco para Lisboa já em 1699. A presença de dois

²¹⁴ PYRARD DE LAVAL, F. *apud* ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op.cit.*, p. 248.

²¹⁵ Os panos, como vimos, eram intermediados no Brasil através das carreiras da Índia ou repassados quando advindos de Portugal.

²¹⁶ Lembremos também da remessa de vinho que partiu da Ilha da Madeira ainda em 1697 quando Joseph Pereira era procurador na ilha.

²¹⁷ Reforçando que a grande maioria dos produtos que tinham Portugal como destino final, passavam antes pelo Brasil, aos cuidados de seus procuradores.

²¹⁸ Na sua ausência estaria a encargo de João Baptista Jorge, que não há um registro sequer sobre algum cargo ou documento que tenha recebido ou emitido.

²¹⁹ Carta a Miguel da Silva Siqueira. Luanda, 02 de janeiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 55 verso.

irmãos aos serviços da companhia merece menção, pois além de serem sócios e prestarem serviços de representação, admitiam o favoritismo do parentesco para reforçar os laços da rede ao tramitarem entre si denotando confiança e solidariedade entre os indivíduos mais próximos de Meneses. A Pascoal, reforçando o exemplo de solidariedade, Meneses resolvera inclusive custear a ida de sua família para o “Brasil”. Algo que não era de sua obrigação, mas que demonstra sua proximidade para além das relações mercantis.

Pontuemos por hora alguns dos vários trâmites envolvendo os irmãos, pois só de Pascoal para Miguel foram enviadas nove remessas, particionadamente, por “carregação”, um total de: 4 fechos de açúcares com peso de 36 arrobas (529,2 quilos) e 5 dúzias que “consoeiras” sem valores especificados; 600\$000 como pagamento a Miguel; 44 caixas de açúcar que rendeu a quantia de 2.145\$955; 100 caixas de açúcar e uma letra segura que deu o total de 4.799\$999; 22\$810 para pagamento de panos enviados de Lisboa; outras letras de risco e açúcares finos em valores e quantia não especificados; 319 pontas de marfim do custo de 1.401\$312; mais 10 caixas de açúcar branco, que custaram 523\$660, além de mais tantas outras caixas que importavam o valor de 455\$332. Assim, somente com os valores que foram especificados temos a soma de 9.949\$068, enviados de Pernambuco para Lisboa através de Pascoal para seu irmão, mesmo que tenhamos isentado desta conta as remessas que foram exclusivamente para Joseph Pereira. Em sentido contrário foram enviadas por Miguel remessas de panos num total de 1.469\$172, depois 337\$050 para cobrir os serviços que Pascoal tinha prestado a Meneses.²²⁰

Logicamente, se não fosse Miguel, haveria outro procurador ao qual Pascoal enviaria os carregamentos ordenados ao Reino. Porém, o que queremos destacar é a própria efetividade do indivíduo levando em conta o volume de produtos e valores consignados aos seus cuidados e sua relação com os demais procuradores que Meneses tratava de intermediar comunicando sobre outras importâncias com rumo para a Bahia e para o Rio de Janeiro, independentemente se Pascoal não tivesse obrigações sobre a

²²⁰ Cf. Carta a Pascoal da Silva Siqueira. Luanda, 02 de abril de 1701. IHGB, 72, 08, folha 82; Idem. Luanda, 26 de fevereiro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 29 verso; Idem. Luanda, 25 de agosto de 1699. IHGB, 72, 08, folha 45 verso e 46; Idem. Luanda, 10 de outubro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 49 verso e 50; Idem. Luanda, 02 de março de 1700. IHGB, 72, 08, folha 61 verso e 62; Carta a Miguel da Silva Siqueira. Luanda, 21 de fevereiro de 1701. IHGB, 72, 08, folha 77.

carga. Ou quando, indiretamente, informava-lhe que o carregamento que estava recebendo antes ou depois havia passado pelas outras duas capitanias, discriminando o que fora desembarcado e o que fora embarcado em cada uma delas donde seguiu viagem.

Na Bahia temos outros dois com efetividade central que, ao contrário de Pascoal e Miguel, estiveram fixos na capitania durante todo o período estudado. Juntos, Francisco da Rocha Moutinho e João Fiuza receberam trinta e três cartas, quatorze do primeiro e dezenove do segundo, e foram citados setenta e três vezes em todas as correspondências, sete e sessenta e seis, respectivamente. Embora Moutinho tenha sido o terceiro indivíduo que mais recebeu correspondência entre todos os demais, é evidente a maior efetividade de Fiuza, mesmo porque Moutinho não era o procurador titular na capitania. Em poucas vezes, é verdade, era imbuído de obrigações somente no caso da ausência de Fiuza, pois na maioria das vezes as remessas eram consignadas aos dois. Apesar disso não figurava como sócio em nenhum carregamento para qualquer porto. Se compararmos ainda as funções exercidas, teremos o seguinte quadro: Moutinho com uma função de comando, a de procurador; três de representação, fornecedor de produtos, intermediário e negociador de carga; e uma de execução, como recebedor de carga, num total de cinco. Fiuza com duas funções de comando, procurador e sócio; seis de representação, fornecedor de aguardente, panos e outros produtos, intermediário e negociador de carga, e vendedor (negociador) de navio; e uma de execução, como recebedor de carga, num total de oito funções. Deixando ainda mais notória a participação maior de Fiuza, que além da conectividade com Angola como o principal fornecedor dos panos asiáticos, foi um dos mais assíduos conectores de Meneses ao Reino, tanto para fins comerciais, como para assuntos ligados a família do governador.

No Rio de Janeiro o quadro foi maior, com um total de quatro procuradores diretos, ou seja, indivíduos diretamente encarregados de prestar serviços para a companhia mercantil do governador de Angola. Devemos ressaltar a maior conectividade de Meneses nesta capitania, por já ter sido governador, que se tornou a principal rota dos escravos saídos de Angola pelo que foi mostrado nos carregamentos sob sua chancela expostos anteriormente. Como poderíamos esperar, tal como noutras localidades, havia mais ordenações a uns do que a outros, como vimos a partir do número de cartas e citações onde tivemos o seguinte quadro: Gonçalo Souto com nove

cartas e seis citações; Ignácio Correa com vinte e três e vinte e três; Luís Pegado com seis e seis; e Policarpo Ferreira com duas e vinte e uma. Ademais, de suas funções tivemos o seguinte panorama: Gonçalo Souto com duas funções de comando, sócio e procurador; três de representação, fornecedor de produtos, intermediário e negociador de carga, e vendedor (negociador) de navio; e um de execução, como recebedor de carga, num total de seis. Ignácio Correa com duas funções de comando, sócio e procurador; cinco de representação, fornecedor de aguardentes e de outros produtos, intermediário e negociador de carga, e vendedor (negociador) de navio; uma de execução, como recebedor de carga; e uma de recepção, como comprador, num total de nove. Luís Pegado com três de comando, sócio, procurador e burocrata;²²¹ três de representação, fornecedor de produtos, intermediário de negociador de carga, além de ser parente de Meneses, num total de seis. Policarpo Ferreira com uma de comando, procurador; e três de representação, como fornecedor de produtos, intermediário de negociador de carga, num total de quatro.

Tal como os representantes das demais localidades, onde, por exemplo, um estabelecido na Bahia ficava informado de negócios firmados em Pernambuco, também no Rio de Janeiro seus procuradores recebiam informações passadas sobre trâmites que não necessariamente lhes dizia respeito por não estarem diretamente ligados seja na venda, prestação de contas e envio a Lisboa. Mesmo assim eram deixados sob seus conhecimentos todos os acordos tratados em Angola, na Bahia e em Pernambuco, e em Lisboa. Em carta a Gonçalo Souto de 03 de agosto de 1698, informava-lhe do carregamento de panos que foi de Lisboa para Angola Através da Bahia:

Bem emteirado estou da boa vontade com que VM me faz merce e da delligência que fez para me virem os generos da reseita que pedia, e de me querer suprir com o dinheiro pera elles, por cujo favor fico novamente obrigado, e estimo se não achase, por que de Lisboa pella Bahia me mandão dezoito mil cruzados de fazendas e para o miseravel estado em que está o negócio desta terra me não há de custar pouco o mandar desfazerme della.²²²

²²¹ Esta se trata de uma função que nos ajuda a notabilizar a importância do indivíduo além dos trâmites mercantis.

²²² Carta a Gonçalo Ferreira Souto. Luanda, 03 de agosto de 1698. IHGB, 72, 08, folha 20.

A propósito, Gonçalo Souto era primo do principal representante em Angola, Manoel de Matos, o que mais uma vez reforça os laços de parentescos entre os subordinados a Meneses. Na mesma carta relatava-lhe sobre uma sumaca que Matos enviou para São Tomé para resolver as pendências de pagamentos junto ao governador da Ilha, senhor Manoel Pinheiro da Câmara, e o procurador Fernão de Noronha. Em outras tantas há muitas informações contidas que se Meneses assim quisesse poderiam ser ocultadas, pois perceptivelmente não implicariam no que o recebedor das correspondências deveria executar, mas que fazia parte das articulações entrelaçadas do governador para com seus procuradores.

Dentre os quatro procuradores no Rio de Janeiro, Policarpo Falcão Ferreira era o de menor representatividade e menos funções. Seria responsável pelo recebimento de apenas dois carregamentos de escravos através da consignação de 160 *cabeças* ²²³ despachadas por Bernardo Berganha, em Angola, com destino ao Rio de Janeiro em duas sumacas, que caso não fossem todas vendidas deveriam seguir para a Bahia aos cuidados de Fiuza. As duas embarcações eram: a sumaca Santa Rosa e Santo Antônio de propriedade de seu irmão Antônio Falcão, ²²⁴ que seria levada pelo mestre e avançador Domingo André transportando 60 *cabeças*; e a sumaca São Lourenço do Tenente Rodrigo da Costa, que seria ser levada pelo mestre e avançador Manoel Antunes Loureiro com mais 100 *cabeças*. Da venda, Policarpo deveria remeter em letras de risco, ou seguras, ou ouro, ou açúcares para Lisboa aos procuradores, Miguel Siqueira e Joseph Pereira, assim como avisar sobre tudo a Vasco César. No entanto, ambos os carregamentos não chegaram a ser efetuados, pois as duas embarcações acabaram sendo queimadas por ingleses em Loango – a outra seria de Rodrigo da Costa. Fato que foi relatado em cartas, tanto a Fiuza, quanto a Joseph Pereira.

Agora me chegarao novas do Loango de que as duas sumaquas que para la haviao hido que heram a de Antonio Falcão e de [Rodrigo] da Costa em que mandou a carregar 160 cabessas /como a VMce nocticey) que estando ancoradas no Beqare[dúvida] chegara hum navio levantado ingles e as represara, e botando aquele em terra as queimarao sem quererem deixar de o fazer por mais que lhe oferecia o seu valor em marfim; ou fazendas ou escravos que não bastou para

²²³ Nas cartas para Fiuza e Joseph Pereira, Meneses diz serem 160 *cabeças*, já em carta para Policarpo, refere-se a 180.

²²⁴ Antônio Falcão estava estabelecido em Loango.

os despresuadir disso, do que me não maravilho a vista de fazerem coazy o proprio a hua nao da sua nação que ahy se achava; eu suposto não tive perda em este incendio não deixo de ater grande em a falta nas ditas embarçoens pella que fazem para poder tirar as ditas cabeças do tal Porto onde estão em terra feitas e agora fico para comprar ou fretar embarcação para as hir carregar para esse e tão bem por me faltar a remessa dos ditos effeitos em essa frota como imaginava me hirião.²²⁵

Como os escravos não chegaram a ser embarcados, Meneses não contraiu prejuízos da perda, embora tenha se visto dependente de outras embarcações que chegassem para levar o carregamento ao porto de destino.²²⁶ O que lhe acarretou maiores custos com sustento ao manter todos os cativos em Loango.

e ainda que neste socesso não tive parte em o prejuizo do dito incendio /porque estavam ainda os escravos em terra) comtudo não deixo de ter grande perda em não ter lá outras embarçoens que os levem nem aquy pronta por hora para isso, porque faço grande despeza com a dita gente alem do grande rrisco que corre e o que mais cinto he por me não poderem hir os ditos effeitos nesta frota para esse Reino.²²⁷

Em outros trâmites passou uma letra no valor de 49\$177 para Rocha Moutinho destinada aos herdeiros de Gonçalo da Costa, além de remeter outros líquidos para os procuradores de Lisboa. Também fora suscitado para assistir Fiuza em caso de “lhe faltar dinheiro” para o pagamento dos 2.600\$000 a João Granja do patacho Taquiriçá de Thiófio de Brito e Joseph Manê, justamente pela maior proximidade da Bahia ao Rio de Janeiro, ao passo que Fiuza esperaria mais tempo até que lhe fosse remetido o valor de Angola. Interjeição esta que evidencia, inclusive, a comunicação entre os procuradores no “Brasil”, mas sempre sob coordenação do governador.

Já Ignácio era o indivíduo com maior número de funções a serviço de Meneses – também o com maior número de correspondências recebidas entre todos os demais. Quiçá por isso tenha protagonizado alguns momentos de desentendimento acerca de seus serviços prestados, já que numa maior constância de contatos se permite suceder

²²⁵ Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 07 de maio de 1700. IHGB, 72, 08, folha 63 verso.

²²⁶ Há cinco meses que reclamara que não chegava a Angola qualquer embarcação do Brasil, sobretudo, as duas das três embarcações que mandou para o Rio de Janeiro em Janeiro de 1700 levando o total de 340 cabeças.

²²⁷ Carta a Joseph Pereira Araújo. Luanda, 07 de maio de 1700. IHGB, 72, 08, folha 64.

um arrefecimento de comunicações corteses por um ou ambos os lados, dependendo do tipo de relação, se horizontal ou vertical. No caso de Ignácio, por ser uma relação vertical, como subordinado de Meneses, cabia-lhe acatar as ordens de seu superior diante de suas repreensões. Numa delas, diante das desconfianças lançadas sobre o capitão Antônio Coelho em vista de seus maus procedimentos. Escrevendo em agosto de 1700, queixava-se a Ignácio o fato do dito capitão estar interessado na compra da metade da embarcação que lhe havia encomendado – a “fragatinha” Espírito Santo e Nossa Senhora da Conceição. Por se tratar de um barco em bom estado, sendo uma encomenda importante para sua companhia, demonstrou grande insatisfação pela possibilidade do dito Coelho querer se meter em negócios de seu interesse num momento que lhe pareceu oportuno justamente pela facilidade, visto que a embarcação já havia sido localizada para compra após avaliações de Ignácio, que buscava uma que atendesse as necessidades dos carregamentos, específicas para o comércio com Angola.²²⁸ Atividade esta exercida diretamente por Antônio Coelho, que além de capitão e/ou mestre, carregava algumas *cabeças* por sua conta nas remessas que Meneses enviava ao Brasil.

Questionando tal acordo, de modo a constranger Ignácio Correa acerca da possibilidade de ser algo acordado entre ele e Coelho, dissimuladamente expunha incredulidade no feito, pois uma atitude que fosse de encontro aos seus interesses particulares não poderia ser obrada por Ignácio, a quem correria com seus particulares no Rio de Janeiro: “não me posso cápacitar que fundamento ouvesse para este tracto que entendo so teria lugar do que o tal negocio se fizeçe la sem hordem minha ou não tivesse efeitos para isso e VMce ou o dito mestre ouvessem suprido com eles”.²²⁹

Na de julho de 1701 dava resposta a de Ignácio de 22 de abril, desta vez fazendo acusações diretas sobre os valores que o procurador cobrava sobre as comissões da compra da embarcação e valores pagos pelos serviços de costeamento ao mestre da embarcação.

No que toca a comição que eu estranhey tirar VM da compra que fes da fragatinha o dinheiro que dá aos mestres para costiamiento dos meus navios, tem culpa de eu olhar para isto os comissarios da Bahia e

²²⁸ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 16 de agosto de 1700. IHGB, 72, 08, folha 68.

²²⁹ Idem.

Pernambuco que fazendo o mesmo quando os ditos navios lá vão, me não tirão a tal comicção. Não duvido eu que será dessimulação sua, por me fazerem essa graça, ~~a qual~~ [está riscado no original] mas eu não conhecia por tal, VM agora deso o fazerme conhecer para lhes saber mais meresser esta obrigação em que me puzerão.²³⁰

Mesmo antes já escrevia a Joseph Pereira relatando as desditas de seus negócios. Dentre elas, os vinhos marinados que “nem por pouco nem por muito se pode dar sahida aos que estão em ser”²³¹ e as comissões pagas a Fiuza por panos que da mesma forma não lhes renderam bons lucros, que do todo foram comercializações abaixo do esperado. Mas, acima de tudo, manifestava verdadeira insatisfação com altas comissões cobradas por Ignácio e os valores pagos por serviços a terceiros, aos quais lhe retirara grande quantia. Dizia: “porque Ignacio Correya ma levou do dinheiro que deu aos mestres dos meus navios para o costeamento delles, o certo he que cada hu trata da sua conveniência”.²³² Mas, ainda assim, continuava a tê-lo como principal procurador no Rio de Janeiro até o fim de seu governo, a despeito da desconfiança depositada.

Ao que parece, Meneses tinha maior confiança e proximidade a Luís Pegado do que em Ignácio, visto que, em uma mesma ordem que foi dada aos dois as exigências tiveram pesos diferentes. Ao instruir para que Ignácio ordenasse que o mestre Antônio Dias Crestello “infalivelmente” não demorasse mais que 40 dias no Rio de Janeiro para então retornar a Angola, o mesmo dizia a Pegado com o adicional de que se este assim julgasse de melhor proveito poderia fazê-lo esperar 15 ou 20 dias a mais para remeter melhor carga. Isto não era por acaso, pois Pegado exercia um cargo de prestígio no Rio de Janeiro, o de Provedor da Fazenda, além de ser compadre de Meneses, explicando o afrouxamento das rédeas que comumente tinha sobre os prazos. Dizia: “O meu Pataxo do mestre Antonio Dias Crestello que remety a meu comp^e. Luis Lopes Pegado”; “Meu comp^e. e Senhor Luis Lopes Pegado”.²³³ O que nos faz convir que mesmo Ignácio sendo o indivíduo com maior participação na companhia, isso não lhe asseguraria primazia sobre os laços de solidariedade entre indivíduos com posto de destaque e/ou parentes do governador. Não deixando de pontuar que se Joseph Pereira era o principal

²³⁰ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 30 de julho de 1701. IHGB 72, 08, folha 87.

²³¹ Carta a Joseph Pereira Araújo. Luanda, 20 de fevereiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 75.

²³² Idem.

²³³ Respectivamente: Carta a Ignácio Correa. Luanda, 22 de janeiro de 1700. IHGB, 72, 08, folha 56; Carta a Luís Lopes Pegado. Luanda, 17 de novembro de 1699. IHGB, 72, 08, folha 53.

indivíduo em Lisboa, no âmbito comercial Ignácio era o principal no Rio de Janeiro e no “Brasil”, ainda mais pela crescente nas relações firmadas entre Rio de Janeiro e Angola, no decorrer do aumento do preço dos escravos; na proximidade de Meneses com a capitania e indivíduos por que lá eram estabelecidos; e, como não, em algum valor, que não o principal, pela própria possibilidade de alargamento do comércio a partir de contatos com a região do rio da Prata, já que algumas representações foram ordenadas para este fim, principalmente para o comércio de couros.

Em outras circunstâncias novamente fora preterido em questões tanto de confiança quanto de afeição. Numa contenda com Manoel Ferreira de Matos, Ignácio ficara insatisfeito pelo fato do capitão, em Angola, não ter atendido ao seu pedido de lhe tirar algumas conveniências, possivelmente em pedidos para que carregasse algumas cabeças por sua conta. Em resposta Matos o escrevera em tons ácidos, o que fizera com que Ignácio retrucasse, espalhando notícias do ocorrido tanto em Angola, quanto no Rio de Janeiro. Atitude que foi reprovada por Meneses, pois, ao contrário de espalhar os “varios avisos”, fazendo “bandeiras em sua ofensa”, primeiramente, deveria ter encaminhado-o a notícia para que assim pudesse intermediar de forma a contornar a situação, extenuando quaisquer dissensões entre as partes. Dizia ainda que, diferentemente de Ignácio, Matos o avisara do ocorrido comunicando não ter procedido no trâmite solicitado em respeito a Meneses, ordenador das obrigações, demonstrando que o comércio de *peças* era uma prerrogativa em primeiro lugar aos interesses do governador, apesar de não se eximir do proveito de ser sócio no mesmo comércio, a exemplo de outros carregamentos que fez em Angola com participação de sociedade, tanto na remessa de escravos, como no pedido de produtos que chegavam para sua troca. Doravante, como havia de se esperar, Meneses acabou tomando partido de Matos, visto por ele como um indivíduo com “mayor lealdade e verdade e zello”, tendo assistido a seus negócios como a nenhum de seus antecessores. Segundo Meneses: “O dito aqui não he mal quisto nem o foi nunca e como lhe não falta intiligencya nem amigos”.²³⁴ Mostrando com isso que este era um dos homens de maior confiança de

²³⁴ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 16 de agosto de 1700. IHGB 72, 08, folha 68 verso.

Meneses, assim como seus procuradores em Lisboa, Joseph Pereira de Araújo e Miguel da Silva Siqueira, e, no Recife, Pascoal da Silva Siqueira.²³⁵

Afinal, por ser o principal homem em Angola, afora todas as funções que exerceu as quais já listamos anteriormente, Matos lidava com Meneses mais assiduamente do que com qualquer outro procurador do “Brasil” ou de Lisboa. Se Ignácio teve maior participação em relação a todos os demais, isto se deve a necessidade que Meneses tinha em se comunicar com a capitania que mais lhe garantia ganhos por motivos que também já conhecemos. Mas para maiores afeições, o primeiro aparece mais qualificado nos apreços de Meneses. Matos foi o conector direto da maior parte dos carregamentos que entravam e saíam de Angola, mas chegando a falecer ainda em solo africano no dia 09 de junho de 1701.

Em 9 do corrente foi deos servido levar para si o capitão Manoel Ferreira de Matos de uma malina aos quatorze dias de doente em tempos que mais necessitava da sua asistencia. Ao trezeiro dia de doente se sacramentou e fes seu testamento como quem adivinhava a morte. Nelle me pedio quizesse aceitar ser seu testamenteiro em primeiro lugar em toda parte, ocupação que asisti de boa vontade por lhe satisfazer na morte parte do cuidado, e amor com que me servio na vida.²³⁶

Seu falecimento teria vindo num momento inoportuno para Meneses, justamente quando já precavia fazer todos os acertos necessários de seu comércio até então. Mas, por sua concepção e o que nos deixou perceptível, dificilmente haveria outro momento que fosse menos inoportuno, seja por sua importância para rede comercial, seja pelos laços de amizade que mantinha. Tanto que assim como a Gonçalo da Costa, cuidou de recolher todos os valores que lhe era de direito para então repassar aos seus herdeiros.

A partir do segundo semestre de 1699, Meneses pedia constantemente aos seus procuradores que lhe enviassem notícias de Portugal sobre a ida de sucessor para o governo de Angola (a Luiz Lopes Pegado, Ignácio Correa, Gonçalo Ferreira Souto, Policarpo Ferreira, João Fiuza, Joseph Pereira, Miguel Siqueira e Pascoal Siqueira). Dessa forma, poderia programar todo seu comércio e não remeter certas carregações que poderiam ocasionar negociações pendentes, devido aos descaminhos territoriais,

²³⁵ Este último, como já havia demonstrado em carta a Miguel, seu irmão, era o procurador que melhor atendia aos seus preceitos, sendo o de maior confiança no Estado do Brasil no exercício de sua função.

²³⁶ Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 22 de junho de 1701. IHGB, 72, 08, folha 85 verso.

quando então partisse para o Reino. No ano seguinte, ordenava a Ignácio que “por todo o mes que vem o espero e bem carregado e com noticia certa de se me vem sucessor ou nao este ano para ter mais que lhe agradezer”,²³⁷ e assim procedeu nas demais cartas que seguiram a ele. Para Joseph Pereira ordenava que pagasse tudo o que Vasco César dissesse e que lhe desse todo o dinheiro que pedisse. Com efeito, o solicitava notícia sobre o sucessor, devendo remetê-las através do Rio de Janeiro, que neste caso seria o seu canal de comunicação, ao passo que, doutra forma, em caso de envio de carregamentos, estes deveriam se encaminhar pela Bahia, justamente pela menor distância com o Reino em comparação ao Rio.²³⁸ Já em fevereiro de 1701 sabendo que não teria sucessor, avisava a Joseph que pouco lhe renderia aquele ano, justamente por saber de tal notícia tão tardiamente, fazendo com que pedisse poucos panos para comércio por escravos para assim não ficar a mercê das ditas pendências no momento em que tivesse de saída para dar lugar ao novo governador, que do contrário, lhe renderia muito mais. Àquela altura mostrava-se ansioso, esperando que o quanto antes viessem as boas notícias, dizendo a Joseph: “e se venha logo embora com esta certeza, e certamente me ha de pezar bem se não vier porque ja estou enfadado de lidar nesta Ithiopia”.²³⁹

Em carta a Fiuza em 22 de junho de 1701 escrevia sobre a tão esperada notícia que chegava de Lisboa no dia 04 daquele mês.

a quatro do corrente chegou aqui hum Patacho de Lisboa que partio a dezesseis de fevereiro no qual tive avizo que no dia antecedente tinha vindo nomeado de salva terra para me vir subçessor, Bernardino de Tavora Pay de Alexandre de Souza e que emfallivelmente partiria per todo abril na nao de seu filho cuja notiçia estimo muito por me ver livre dos major desta negregada terra; que o deste anno foi hu' dos mais rigorosos que a muitos anos se vio.²⁴⁰

Com a chegada do novo velho governador, tratando-se de um homem octogenário, já programava seu retorno para o Reino através do Rio de Janeiro, que ocorreria em dezembro, quando poderia enfim retirar-se após período de intensa correspondência e labor sobre o comércio que coordenou.

²³⁷ Carta a Ignácio Correa. Luanda, 22 de janeiro de 1700. IHGB, 72,08, folha 56.

²³⁸ Carta a Joseph Pereira Araújo. Luanda, 03 de março de 1700. IHGB, 72, 08, folha 61.

²³⁹ Idem. Luanda, 06 de maio de 1701. IHGB, 72, 08, folha 83.

²⁴⁰ Carta a João Lopes Fiuza. Luanda, 22 de junho de 1701. IHGB, 72, 08, folha 85 verso.

Considerações finais

Independente do tema abordado e a pesquisa realizada para a construção de um trabalho de dissertação, quando chegamos ao seu término, a conclusão jamais significará o esgotamento das análises a serem feitas sobre o objeto, pois se abrirá muito mais lacunas do que se fecharão. Quando levantamos questões e procuramos dar respostas a elas, tantas outras surgem das quais não damos conta de responder, deixando muitos outros caminhos a serem percorridos. Assim como na teoria, a vida é um cômputo de coisas incompletas e nas vias que percorremos há tantas adjacências que não podemos mensurar. Em certos momentos surgem bifurcações como divisores de águas tanto súbitas, quanto comuns a nossas realidades relacionais.

As trajetórias percorridas por um indivíduo indubitavelmente permitem construir relações, formando redes de pessoas ligadas a ele que o faz ser o que é. Por esta ótica, para melhor compreensão do sujeito é preciso analisar suas relações, acima de tudo, nas situações além dos contextos institucionais.

O primeiro cargo de governança de Luís César de Meneses, no Rio de Janeiro, serviu de grande impulso para que sua carreira se estendesse para o outro lado do Atlântico Sul. O contato direto com o governador Gonçalo da Costa, como procurador, lhe permitiu maior familiaridade com a conjuntura, acima de tudo comercial, entre Brasil e Angola. Além disso, tinha uma estrutura familiar adentro de uma rede governativa, somada a presença de seu cunhado na mesma governança antes mesmo dele e, posteriormente, quando João de Lencastre era governador-geral do Brasil enquanto Meneses governava Angola, sendo este mais um ponto relevante sobre uma rede de poder exercida pela família para o auferimento do posto.

Sendo assim, a origem familiar e a posição social que Luís César de Meneses ocupava foram os viabilizadores comuns para desse continuidade à herdade e pudesse exercer cargos destacados na burocracia do Império Ultramarino português, que indelevelmente o possibilitou construir uma rede de poder ao seu favor controlando a distância indivíduos com funções que garantiam o funcionamento de sua companhia mercantil, o que lhe proporcionou ganhos para o alargamento de seus cabedais. Eram procuradores, representantes e prestadores de serviços em geral, inseridos numa

administração personificadamente centralizada em sua pessoa. Outros como ele quiçá tenham traçado caminhos bem parecidos na época em que governou e comerciou, mas poucos com tantos detalhes numa documentação tão importante e reveladora quanto ao seu comércio.

No entanto, o puro exercício do cargo de governador de Angola não pode ser encarado como uma grande distinção se relacionarmos ao nível social que Meneses pertencia a partir de sua ascendência. Tanto havia herdado cargos existentes há várias gerações, quanto seu posto era equivalente ao histórico de trajetórias de sua família em governanças angolanas, que se estendeu a mais um geração ao chegar a ser exercido por seu filho Rodrigo César de Meneses, que inclusive já tinha sido governador da capitania São Paulo (1721-1728). Porém, se não fora o exercício, sem dúvida foi a maneira com que se valeu do posto, pois foi a partir do cargo de governador de Angola que Luís César de Meneses angariou maiores ornatos representativos, ascendendo sua influência sobre um grupo maior de indivíduos. Tratava-se de um momento crucial da sua trajetória ao qual lhe exigiu um pouco mais de quatro anos de grande labor em articulações frente a tantas demandas sejam administrativas, comerciais e pessoais, numa conjuntura facilitada, é verdade, pelo aviltamento dos antagonismos entre portugueses e autóctones.

Posteriormente, como governador-geral do Brasil Meneses dava um importante passo na escanolada de sua carreira, já que se tratava um ofício jamais alcançado por seus ascendentes diretos, não obliterando a possibilidade do poder de influência exercido por João de Lencastre ter contribuído em alguma medida para isso. Mas o que fica como correto é o escopo significativo deixado para que seu primogênito recebesse cargo e título que ele mesmo não chegou a granjear.

O aumento do fluxo mercantil para o Atlântico Sul e sua conexão com os navios destinados às *carreiras da Índia*, sobretudo através da Bahia, introduziu principalmente os panos como novas mercadorias, que foram de suma importância para comércio de escravos em Angola. Não obstante, estes produtos não tiveram materialidade preponderante como se imaginava ter. O ímpeto de pedir muitos panos sofreu muitas variações durante o período em que foi comercializado por intermédio do governador. Os preços eram tão variados quanto eram seus tipos, visto que, os mais caros não eram atrativos e os mais requisitados para a troca tinham valores tão baixos que demandava maior volume, justificando as grandes remessas realizadas. As aguardentes, por sua vez,

mesmo que refutadas em alguns momentos, tiveram seu comércio efetivado em todos os semestres (de finais de 1697 a dezembro de 1701), demonstrando a importância desta bebida para o comércio de escravos. Não deixando de dizer que a presença dos panos gerou maior diversidade dos gêneros que eram utilizados no mercado angolano no troca por cativos. Logo, as aguardentes sozinhas não dariam conta de abastecer os navios com escravos para os principais portos do Brasil, exatamente num momento em que havia uma crescente demanda para o Rio de Janeiro com preços mais atrativos muito em favor da descoberta das Minas.

Ao que pese o comércio, em seu estilo coordenativo, esmerava que seus representantes atendessem prontamente suas requisições com prazos dispostamente estabelecidos. Tudo seguido por meio de cartas instrutivas com o detalhamento das mercadorias circulantes nos livros de registros de cargas que deviam estar sob a responsabilidade de homens também sumariamente indicados por ele. Apesar de, indubitavelmente, depender de que todos fossem articuladores entre si para dar conta de um comércio tão segmentado, tendo em vista os múltiplos acordos até a finalização do negócio e recebimento das quantias finais. Desta forma, havia uma dependência a todos esses indivíduos, sendo sempre recompensados por seus serviços, algumas vezes mais beneficiados num acordo específico do que o próprio governador.

A companhia mercantil que conseguiu estruturar dependia de uma complexa rede de embarcações de diversos tipos, em sua grande maioria de arqueação menor porte para dinamizar todo o fluxo de entrada e saída de mercadorias em Angola, deixando evidente a existência de uma interdependência. Mas, acima de tudo, manifesta seu campo de influência por manter contatos em tão vários lugares com diferentes particularidades. Aos seus procuradores mantinha representantes responsáveis em dar continuidade aos tramites nas possíveis ausências dos titulares, mantendo sempre mais de um indivíduo em cada localidade para que não faltasse sua conexão com todos os importantes portos do Brasil e sua eminente conjugação com Lisboa, que em tudo solicitava o bom trato de seus familiares.

Os contatos eram majoritariamente firmados com indivíduos que tinham posição de subordinação em relação a ele e as possíveis ligações entre diferentes redes em torno do comércio, ao menos no que ele estava envolvido, eram mais pontuais do que fortes. Para isso, leva-se em conta que homens do mesmo nível que o seu estavam igualmente ocupados com suas próprias negociações juntamente com seus subordinados, fazendo

com que suas redes ao se cruzarem estivessem a atender, acima de tudo, tanto aos seus interesses particulares, quanto manter seus laços de reciprocidade como indivíduos equivalentes. A moderada ligação de seu cunhado em relação as suas práticas mercantis são conjunturas que, inclusive, corroboram para esta interpretação, pois estava mais ligado a laços de afetividade via benefícios corporativos e, no caso dos produtos comercializados, através do recebimento de regalos. Porém, como importante viabilizador de sua rede mercantil na Bahia.

Dito isto, apesar de seus procuradores e prestadores de serviços serem todos subordinados a ele, por outro lado, Meneses dependia fortemente de cada peça do conjunto, mostrado o porquê de, mesmo insatisfeito, ter mantido um capitão no comando de seu patacho após inúmeras queixas feitas sobre as práticas do sujeito. Ou, ainda sim, continuou a enviar importantes carregamentos e suas devidas instruções a um procurador que lhe gerava desconfiças. Embora este último tenha sido o mais constante correspondente, tendo particularmente, com efeito, o maior número de carregamentos e funções, este fator diz respeito aos interesses comerciais do governador, mostrando que a afetividade e o comércio não são necessariamente contíguos, mas que depende indelevelmente de cada especificidade. Desta forma, quando nos debruçamos sobre uma pesquisa que tem como objeto uma rede relacional devemos levar em consideração as várias possibilidades de vínculos entre os indivíduos, mesmo que para isso tenhamos que primeiramente separá-los e utilizarmos de métodos quantitativos, para então ligarmos uns aos outros de forma a compreender a dinâmica da rede.

Por fim, este trabalho procurou apresentar, com efeito, a história da trajetória de um indivíduo que buscou ascensão numa carreira que poderia ser bem parecida com a de seus ascendentes, estabelecidos num patamar mais ou menos equivalente dentro de algumas gerações, mas que através de circunstâncias alheias a sua vontade, como mortes, ordenações régias, mudanças políticas, econômicas e sociais, e de circunstâncias que demandavam empenho próprio, alçou a um nível acima de sua linhagem mais próxima. Quadro que ficou mais evidente com a continuidade de seus descendentes, sobretudo, de seu primogênito, que já estava introduzido na dinâmica de rede muito antes de ocupar qualquer posto de grande relevância, mostrando que o resultando de uma escalonada vai além de uma trajetória individual, sendo passada como herança para a prole.

Anexo 1

FAMÍLIA CÉSAR DE MENESES A PARTIR DE VASCO FERNANDES CÉSAR E D. ANA DE MENESES.¹

Vasco Fernandes César,² 1580 + 24.12.1640 ☐ D. Ana de Meneses, 1580 + 16.12.1638	
Filhos:	
1.	Luis César de Meneses, alcaide-mór de Alenquer 1600 ☐ Vicência Henriques
2.	Manuel Pereira César, Fidalgo Cavaleiro da Índia
3.	Pedro César de Meneses, governador de Angola ³ + 1666 ☐ Guiomar Henriques
4.	D. Sebastião César de Meneses, bispo do Porto e de Coimbra 1600
5.	Diogo César
6.	Joana da Silva 1600 ☐ D. Álvaro Coutinho, alcaide-mór de Almourol
7.	Cecília de Meneses 1620 ☐ D. Pedro de Castelo-Branco da Cunha, 1º conde de Pombeiro

Luis César de Meneses,⁴ 1600 + 1666 ☐ Vicência Henriques, 1600	
Filhos:	
1.	Vasco Fernandes César de Meneses 1630 ☐ D. Maria Madalena de Lencastre
2.	Francisco César de Meneses, cônego da Sé de Lisboa
3.	Pedro César de Meneses, governador de Angola (sobrinho)
4.	Guiomar Henriques 1630 ☐ Pedro César de Meneses, governador de Angola (tio)
5.	Ana de Meneses

Vasco Fernandes César de Meneses,⁵ 1630 + 1659 ☐ D. Maria Madalena de Lencastre, 1630	
Filho:	
1.	Luis César de Menezes, alcaide-mór de Alenquer bp 07.08.1653 D. Mariana de Lencastre

¹ SOUSA, D. António Caetano de. *Op. cit.* Tomo V, livro VI, pág. 300-304; Tomo IX, livro VIII, pág. 75-78.

² Alcaide-mór de Alenquer, Comendador de São Pedro de Lumar e de São João do Rio Frio pela Ordem de Cristo, Provedor dos Armazéns da Casa da Índia, Provedor de Armadas do Reino, Conselheiro Del Rey.

³ Comendador de São Salvador de Minhotães, na Ordem de Cristo, provido no ano de 1659.

⁴ Alcaide-mór de Alenquer, Provedor dos Armazéns e Armadas, 1º Alferes-mór do Reino e Comendador de São Pedro de Lumar e de São João do Rio Frio, na Ordem de Cristo.

⁵ Morreu 1659 antes de herdar a Casa de seu pai, diga-se, Alcaide-mór de Alenquer.

**Luis César de Meneses,⁶ Lisboa, Ajuda bp 07.08.1653 + Lisboa, Ajuda 23.03.1720
(20/02/1720)**



D. Mariana de Lencastre, 04.03.1657 + 12/06/1731

Matrimônio: Lisboa, São Tiago 09.02.1672

Filhos:

1. Vasco Fernandes César, 1º conde de Sabugosa 16.10.1673 D. Juliana Francisca de Lencastre
2. Rodrigo César de Meneses 11.07.1675 + 1738
3. Inês Isabel Virgínia da Hungria de Lencastre 10.12.1678 Diogo Correia de Sá e Benevides Velasco, 3º visconde de Asseca
4. José João Bernardo Lourenço César de Menezes 1681 + 1755, Porcionista do Real Colégio de São Paulo de Coimbra, principal da Igreja Patriarcal de Lisboa
5. Maria Madalena de Lencastre 1675 João Pedro Soares da Veiga Avelar Taveira e Noronha
6. Joana Bernarda de Noronha e Lencastre 28.12.1686 João de Saldanha da Gama, 41º Vice-rei da Índia
7. João José Lourenço António Bernardo Gaspar de Menezes 1688, religioso da Ordem de São Bernardo

Vasco Fernandes César,⁷ 16.10.1673 + 24.10.1743



D. Juliana Francisca de Lencastre, 02.10.1679

Matrimônio: Lisboa, Ajuda 04.10.1692

Filhos:

1. Teresa Inácia de Moscoso 03.08.1697 D. Henrique da Costa Carvalho e Sousa, 4º conde de Soure
2. Luis César de Meneses, 2º conde de Sabugosa bp 07.08.1698 D. Ana Maria Mascarenhas
3. José Carlos César de Moscoso bp 19.10.1699 , Deão da Sé de Lisboa Oriental
4. Mariana Rosa de Lencastre, 3ª condessa de Sabugosa 18.12.1701 Rodrigo de Melo da Silva, 5º conde de São Lourenço
5. Pedro César de Meneses 19.11.1702 nc ss
6. Joaquim César de Meneses
7. Inês Bárbara Joaquina Brásia Josefa de Gusmão Lencastre * 03.02.1703
8. Francisca Polixena César de Meneses 04.10.1707, religiosa no Mosteiro da Anunciada

⁶ Alcaide-mór de Alenquer, 2º Alferes-mór do Reino, Comendador de São Pedro de Lumar e de São João do Rio Frio, na Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, Governador do Rio de Janeiro, Governador e Capitão-geral de Angola e Governadores do Brasil.

⁷ Alcaide-mór de Alenquer, 3º Alferes-mór do Reino, Comendador de São Pedro de Lumar e de São João do Rio Frio, na Ordem de Cristo, Mestre de Campo do Terço de Peniche, Capitão de Mar e Guerra, General de Batalha, Sargento-mor de Batalha, Governador e Vice-rei da Índia (1712 a 1717), Vice-rei do Brasil (título permanente) e 1º Conde de Sabugosa.

Anexo 2 - Quadro gera de cartas por semestre (1697 - 1701)

Cartas	26/11/1697	1698 (provavelmente)	03/01/1698	30/01/1698	29/01/1698	06/02/1698	20/03/1698	06/04/1698	13/04/1698	15/04/1698	20/04/1698	30/05/1698	1º Sem 1698	15/07/1698	06/07/1698	03/08/1698	12/08/1698	03/10/1698	04/10/1698	30/10/1698	31/10/1698	02/??/1699 (nov. ou dez)	02/12/1698	15/12/1698	20/12/1698 (Carta de Ignácio)	21/12/1698 (2º carta)	2º Semestre 1698	20/01/1699	20/02/1699	25/02/1699	27/02/1699 (Lomos)	26/02/1699	04/03/1699	05/03/1699	06/03/1699	04/05/1699 (Lomos)	06/05/1699 (Lomos)	07/05/1699	08/05/1699	10/05/1699 (Lomos)	19/05/1699	20/05/1699	26/06/1699	28/06/1699	30/06/1699 (Lomos)	1º sem 1699	25/08/1699	15/09/1699	22/09/1699
Joaquim Ignácio Correa													0				1	1						1		2	5		2														1	1	4		1		
Baltazar da Silva Serqueira				1						1			2						1								1			1	1									2	1	2		7					
Francisco Lourenço da Rocha Moutinho									1				1	1					1								2						1									1		3					
Pascoal da Silva Siqueira	1		1									1	2		1	1							1				3				1		1											2	1				
Joseph Pereira Araújo		1		1			1						3														0				1					1									3				
Gonçalo Ferreira Souto													0			1							1				2																			0			
Miguel da Silva Siqueira						1							1														0				1			1												2			
Luíz Lopes Pegado													0														0	1																		1			
Domingos Maciel e Luís Maciel													0														0				1		1													2			
Fernão da Gama													0														1		1																	0		1	
Manoel Francisco Cazado de Barros													0			1						1					2																			0			
Manoel Soares de Albergaria													0														0					1													1	1			
Manoel de Souza de Castro									1				1									1					1														1				1				
Thiófio Borges de Brito													0														0																			1			
Antônio Moreira da Cruz													0														0																				1	1	
Joseph Rabello Palhares							1						1														0																			0			
Policarpo Falcão Ferreira													0														0																				0		
Antônio de Aguiar Marinho													0			1											1																			0			
Arthur de Sá de Meneses													0					1									1																			0			
Baltazar da Silva Serqueira				1									1														0																			0			
Fernão Soares de Noronha													0										1				1																			0			
Francisco de Melo													0														0																				0		
Francisco Galvão													0														0																				0		
Francisco Velho da Costa													0														0																				0		
João Correa Granja													0														0																				0		
Joseph Francisco da Luz													0														0																				1		
"Juiz e Mordomos da Confraria"													0														0																				0		
Manoel Antônio Pinheiro da Câmara													0										1				1																			0			
TOTAIS	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	12	1	1	1	3	1	2	2	1	1	3	2	1	2	21	1	2	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	2	3	4	1	1	29	2	2	1

Fonte: IHGB, 72, 08.

Anexo 2 - Quadro gera de cartas por semestre (1697 - 1701)

29/09/1699	10/10/1699	29/10/1699	10/11/1699	17/11/1699	20/11/1699	20/12/1699	2º Sem. 1699	02/01/1700	20/01/1700	22/01/1700	15/02/1700	26/02/1700	02/03/1700	30/04/1700	??/05/1700	07/05/1700	08/05/1700	23/06/1700	1º sem. 1700	10/07/1700	20/07/1700 (Lomos)	24/07/1700 (Lomos)	30/07/1700	15/08/1700	16/08/1700	17/08/1700	28/08/1700	12/10/1700	15/11/1700	??/12/1700	08/12/1700	21/12/1700	2º sem. 1700	16/01/1701	20/01/1701	21/01/1701	20/02/1701	21/02/1701	22/02/1701	29/02/1701	02/04/1701	06/05/1701	20/05/1701	22/06/1701	1º sem. 1701	30/07/1701	25/08/1701	30/09/1701	13/10/1701	30/12/1701	2º sem.1701	TOTAL GERAL	
					1		2	1	1										1	1	20/07/1700 (Lomos)	24/07/1700 (Lomos)											5	1							1	1					3	1	1	1	3		23
1							1		1						1		1		3		1	1							1				3												1		1		1		19		
1							1			2			1						3	1	1	1						1					4																0		14		
	1						2				1								1														0				1										0		12				
							0	1			1				1				3														0				1									2		0		11			
							0	1											1				1		1								3			1										2	1		1		9		
							0	1				1	1						3														0				1									1		0		7			
							2												0				1										1		1										1	1		1		6			
							0				1								1														0				1										0		0		4		
							2												0														0															0		1		4	
							1					1							1														0														0		0		4		
							2					1							1														0														0		0		4		
							0												0														0															0		0		3	
							0					1							1														0				1										1		0		3		
							1												0														0															0		0		2	
							0					1							1														0														0		0		2		
							0	2											2														0														0		0		2		
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
							0												0														0															0		0		1	
2	2	1	1	1	1	1	14	2	3	1	4	3	5	2	1	1	1	1	24	1	1	2	1	2	1	1	1	1	2	1	2	1	17	1	3	1	1	1	1	1	1	3	1	1	15	3	1	1	1	1	7	140	

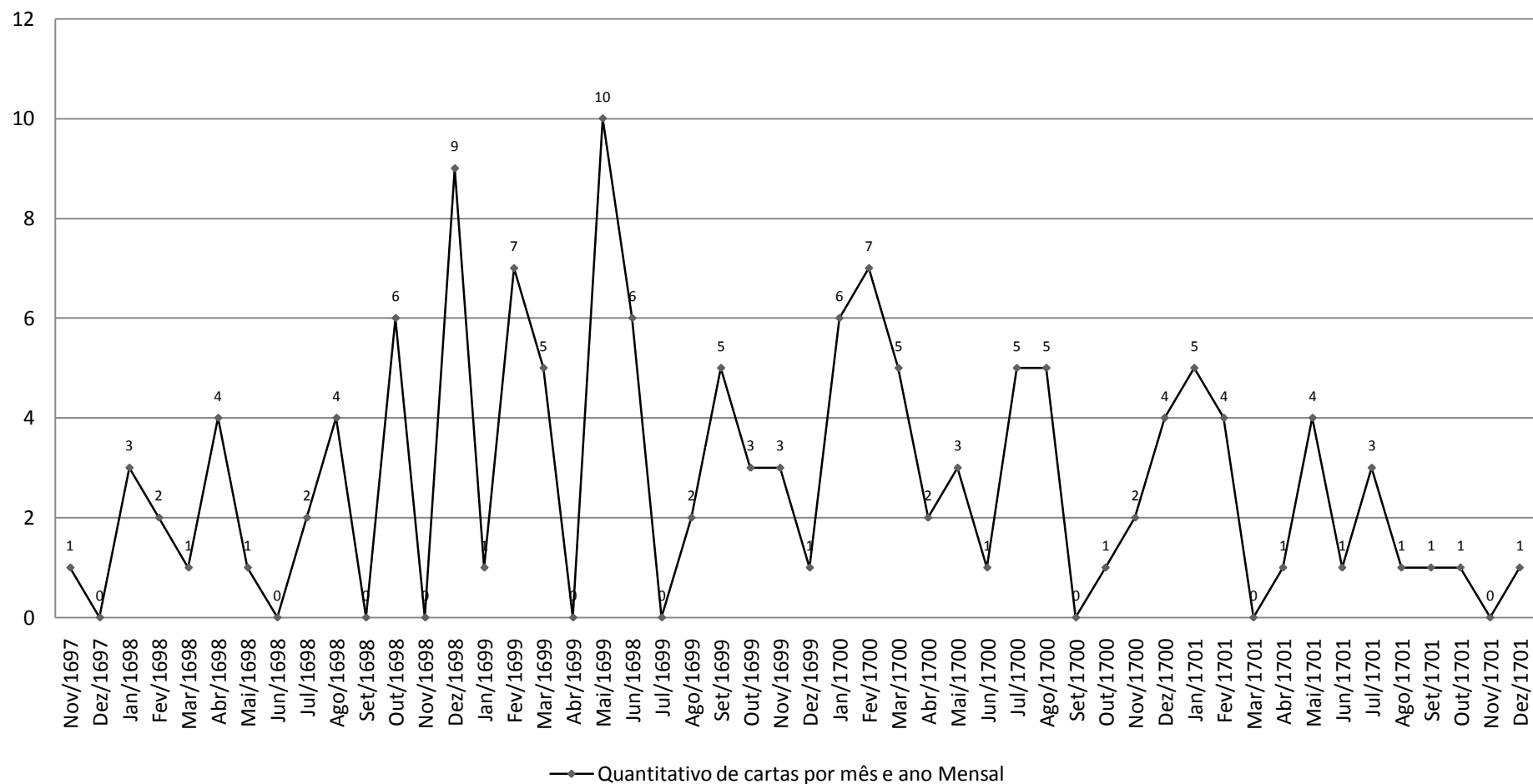
Fonte: IHGB, 72, 08.

Anexo 3 - Quadro geral de cartas por local

	Angola					Santos					Rio de Janeiro					Bahia					Pernambuco					Lisboa					São Tomé					Ilha da Madeira					Paraliba							
	1698	1699	1700	1701	TOTAL	1698	1699	1700	1701	TOTAL	1698	1699	1700	1701	TOTAL	1698	1699	1700	1701	TOTAL	1697	1698	1699	1700	1701	TOTAL	1698	1699	1700	1701	TOTAL	1698	1699	1700	1701	TOTAL	1698	1699	1700	1701	TOTAL	1698	1699	1700	1701	TOTAL	TOTAL GERAL	
Joaquim Ignácio Correa					0					0	5	6	6	6	23						0						0					0					0								0	23		
João Lopes Fiuza					0					0					0	3	8	6	2	19							0					0				0									0	19		
Francisco Lourenço da Rocha Moutinho					0					0					0	3	4	7		14							0					0				0									0	14		
Pascoal da Silva Siqueira					0					0					0						1	5	4	1	1	12						0				0									0	12		
Joseph Pereira Araújo					0					0					0											0		3	2	5			0			3	3		6						0	11		
Gonçalo Ferreira Souto					0					0	2		4	3	9						0						0						0				0								0	9		
Miguel da Silva Siqueira					0					0					0						1					1		2	3	1	6			0				0							0	7		
Luíz Lopes Pegado					0					0		3	1	2	6											0							0				0									0	6	
Domingos Maciel e Luís Maciel					0					0					0											0		2	1	1	4			0				0								0	4	
Fernão da Gama					0					0	1	2	1		4											0							0				0									0	4	
Manoel Francisco Cazado de Barros					0					0	2				2								1	1		2							0				0									0	4	
Manoel Soares de Albergaria					0					0					0											0								0				0							3	1	4	4
Manoel de Souza de Castro					0					0					0											0	2	1		3				0				0									0	3
Thiófio Borges de Brito					0					0					0											0		1	1	1	3			0				0									0	3
Antônio Moreira da Cruz					0					0		2			2											0								0				0									0	2
Joseph Rabello Palhares					0					0	1				1											0			1		1			0				0								0	2	
Policarpo Falcão Ferreira					0					0		2			2											0								0				0									0	2
Antônio de Aguiar Marinho	1				1					0					0											0							0				0									0	1	
Arthur de Sá de Meneses					0	1				1					0											0								0				0									0	1
Baltazar da Silva Serqueira					0					0					0						1				1		0						0				0										0	1
Fernão Soares de Noronha					0					0					0											0								0				0									0	1
Francisco de Melo					0					0					0											0								0				1									0	1
Francisco Galvão					0					0					0											0								0				0									0	1
Francisco Velho da Costa					0					0					0											0								0				0									0	1
João Correa Granja					0					0					0		1		1							0								0				0									0	1
Joseph Francisco da Luz					0					0					0											0								0				0									1	1
"Juiz e Mordomos da Confraria"					0					0		1			1											0								0				0									0	1
Manoel Antônio Pinheiro da Câmara					0					0					0											0								0				1									0	1
TOTAL	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	11	13	15	11	50	6	12	14	2	34	1	7	5	2	1	16	2	6	10	7	25	2	0	0	0	2	3	3	0	0	6	0	4	1	0	5	140	

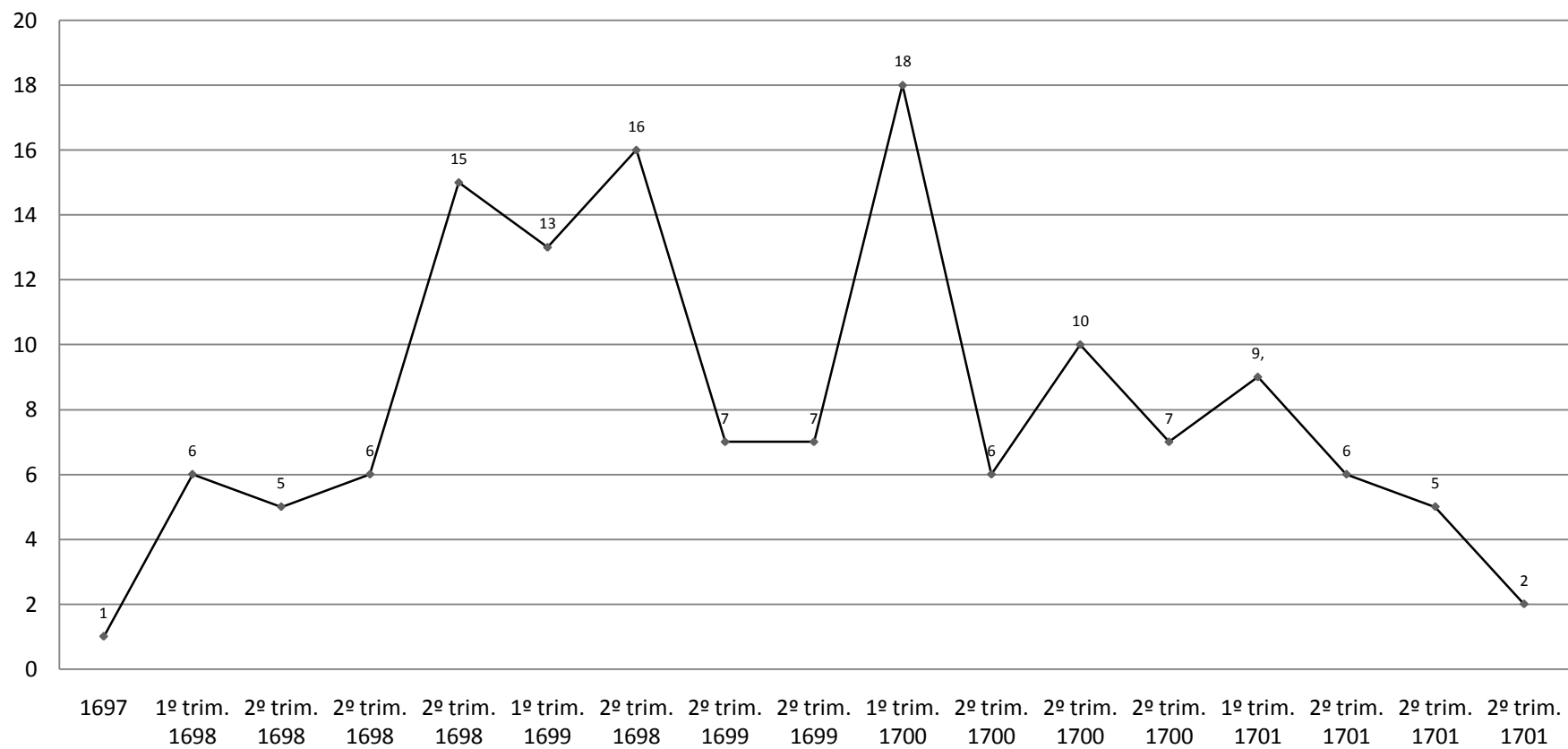
Fonte: IHGB, 72, 08.

Anexo 4 – Quantitativo de cartas por mês e ano.



Fonte: IHGB, 72, 08.

Anexo 5 - *Quantitativo de cartas por trimestre.*



Fonte: IHGB, 72, 08.

Anexo 6 - Quadro das funções gerais dos correspondentes de Luís César de Meneses

NOMES	Sócios	Procuradores	Governantes	Burocratas	Credores	Proprietários de embarcação	Despachantes de embarcação	Fornecedores de pano	Fornecedores de vinho	Fornecedores de aguardente	Fornecedores de couro	Fornecedores de escravo	Fornecedores de outros produtos	Intermediários de carga	Negociadores de carga	Procuradores de terceiros	Tutor de herança	Vendedores de navio	Avançadores	Capitães	Mestres	Curadores de escravos	Recebedores de carga	Prestadores de serviços gerais	Passadores de letra	Agraciados com regalo	Agraciados com serviço	Compradores	Compradores de escravo	Compradores de pano	Parentes	Devedores	Devedores de terceiros	Total por indivíduo
Antônio de Aguiar Marinho																				1														1
Antônio Moreira da Cruz											1			1		1																		3
Arthur de Sá de Meneses	1		1			1																				1	1			1				6
Baltazar da Silva Siqueira		1												1	1								1											4
Domingos Maciel																																		1
Fernão da Gama													1	1		1				1														4
Fernão Soares de Noronha		1		1										1																				3
Francisco de Mello				1					1					1			1														1			5
Francisco Galvão	1		1					1																										3
Francisco Lourenço da Rocha Moutinho		1											1	1	1								1											4
Francisco Velho da Costa														1					1	1				1										4
Gonçalo Ferreira Souto	1	1											1	1	1			1		1			1											6
Joaquim Ignácio Correa	1	1								1			1	1	1			1					1						1					9
João Correia Granja																1																		1
João Lopes Fiuza	1	1						1		1			1	1	1			1					1											8
Joseph Francisco da Luz															1	1																		2
Joseph Pereira de Araújo	1	1			1			1	1				1	1	1								1											9
Joseph Rabello Palhares	1					1					1																			1				4
Juiz e Mordomos da Confraria				1						1			1																	1				4
Luís Lopes Pegado	1	1		1									1	1	1																1			7
Luís Maciel					1																													1
Manoel Antônio Pinheiro da Câmara			1	1					1						1								1											5
Manoel de Souza de Castro				1										1			1																	3
Manoel Francisco Cazado de Barros		1												1									1	1									1	5
Manoel Soares de Albergaria			1																													1		2
Miguel da Silva Siqueira	1	1			1			1	1				1	1	1								1											9
Pascoal da Silva Siqueira	1	1								1			1	1	1																			6
Policarpo Falcão Ferreira		1											1	1	1																			4
Thiófio Borges de Brito	1					1			1	1																								4
Total por função	11	12	4	6	3	3	0	4	5	5	2	0	11	17	12	4	2	3	1	3	0	0	9	2	0	1	1	1	3	0	2	1	1	127

Fonte: IHGB, 72, 08.

Fontes e Referências Bibliográficas

FONTES PRIMÁRIAS:

Arquivo Digital de Lisboa

Livro de Registro de Baptismos - 1592-1662

ADL, Lv B1 - Cx. 1, Microfilme nº 926 SGU, ref. PT-ADLSB-PRQ-PLSB01-001-B1_m0350.

Registro de batismo de Luís César de Meneses, de 07 de agosto de 1653.

Arquivo Histórico Nacional de Angola:

AHN, Códice A-17-4, fls. 71-72.

Sobre a limitação de munições e pólvora para o abastecimento das fortalezas e presídios de Angola.

Arquivo Histórico Ultramarino:

AHU, Códice nº. 122.

Carta com nomeação de Luís César de Meneses para o governo de Angola, despachada sob consulta do Conselho Ultramarino, de 23 de Maio de 1696,

AHU, Códice nº. 124.

Carta com nomeação de Luís César de Meneses para o cargo de Governo-geral e Capitão General do Brasil, despachada sob consulta do Conselho Ultramarino Consulta do Conselho Ultramarino, de 4 de junho de 1703.

Coleção Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

IHGB D.L. 06, 01.

“Documentos relativos à administração de Angola. Contendo catálogo de governadores, correspondência, certidão, relatório e orientação para construção de fortaleza” (1575/1755).

IHGB D.L. 81, 02. 07.

“Carta régia de [D.Pedro II] para [Luís César de Meneses], governador e capitão geral de Angola, ordenando como proceder com os capitães-mores a respeito da violência utilizada por eles com os negros” (15/03/1698).

IHGB D.L. 81, 02. 08.

“Carta régia... Idem... Aumento do estado das missões no sertão” (13/02/1700).

IHGB, 72, 08.

“Registro da correspondência do [Luís César de Meneses] governador de Angola, com seus procuradores no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Lisboa e Ilha da Madeira, tratando de seus negócios comerciais, principalmente, o tráfico negreiro” (1697-1701).

[Carta I] Acrescentamento a carta de Pal da Silva Serqueira Lomos em 26 de novembro de 1697.

[Carta II] Acrescentamento a memoria que [rasgado] 4 [rasgado] pipas de aguardente de cana pello preço que [rasgado] Lomos em 3 de janeiro de 1698.

[Carta III] Senhor Joseph Pereira de Araujo Loanda 29 de janeiro de 1698.

[Carta IV] Senhor Miguel da Silva Serqueira Loanda 6 de fevereiro de 1698.

[Carta V] Senhor João Lopes Fiuza -- Loanda 6 de fevereiro de 1698.

[Carta VI] Senhor Joseph Pereira de Araujo Loanda 6 de abril de 1698.

[Carta VII] Senhor Baltazar da Silva Serqueira [São Paulo da Assumpção 30 de janeiro de 1698.

[Carta VIII] De Joseph Pereira de Araujo.

[Carta IX] Senhor Capitão Lourenço da Rocha Moutinho Loanda 15 de abril de 1698.

[Carta X] Lomos em 15 de julho de 1698.

[Carta XI] Senhor Manoel de Souza de Castro - Para Lisboa -- Loanda 13 de abril de 1698.

[Carta XII] Senhor Pal da Silva Serqueira Loanda 30 de maio de 1698.

[Carta XIII] Lomos em 6 de julho Por via do Loango.

[Carta XIV] Senhor Joam Lopes Fiuza --- Ba. [Bahia] --- Loanda 20 de abril de 1698.

[Carta XV] Lomos em 20 de julho de 1698.

[Carta XVI] Senhor Paschoal da Silva Serqueira Lomos em 12 de agosto de 1698.

[Carta XVII] Senhor Capitão Antonio de Aguiar Marinho Loanda 12 de agosto de 1698.

[Carta XVIII] Senhor Francisco Cazado de Barros Loanda 12 de agosto de 1698.

[Carta XIX] Senhor Capitão Ignácio Correa Loanda 3 de outubro de 1698.

[Carta XX] Senhor Capitão Gonçalo Ferreira Souto Loanda 3 de agosto de 1698.

[Carta XXI] Senhor Capitão Ignacio Correa Loanda 4 de outubro de 1698.

[Carta XXII] [Carta escrita por Ignácio Correa ao] Senhor Artur de Saá de Menezes Loanda 4 de outubro de 1698.

[Carta XXIII] Senhor Joam Lopes Fiuza - Bahia - Loanda 30 de outubro de 1698.

[Carta XXIV] Senhor Lourenço da Rocha Mouto. Lomos [ou Loanda, está sobrescrito] em 30 de outubro de 698.

[Carta XXV] [Carta escrita por] Senhor Lourenço da Rocha Mouto. Loanda 31 de outubro de 1698.

[Carta XXVI] Senhor Manoel Francisco Cazado de Barros Loanda 2 de [ilegível] de 1698.

[Carta XXVII] Senhor Pascoal da Silva Serqueira Loanda 2 de dezembro de 1698.

[Carta XXVIII] Senhor Manoel Antonio Pinheiro da Sam [dúvida] Loanda 2 de dezembro de 1698.

[Carta XXIX] Senhor Fernão Soares de Noronha Loanda 2 de dezembro de 1698.

[Carta XXX] Senhor Capitão Gonçalo Ferreira Souto - Rio de Janeiro - Loanda 15 de dezembro de 1698.

[Carta XXXI] Senhor C. Ignácio Correa Loanda 15 de dezembro de 1698.

[Carta XXXII] Lomos em 21 do dito.

[Carta XXXIII] Senhor Fernam da Gama Loanda 20 de dezembro de 1698.

[Carta XXXIV] Senhor Capitão Ignácio Correa Loanda 21 de dezembro de 1698.

[Carta XXXV] Lomos em 20 de fevereiro de 1699.

[Carta XXXVI] Senhor Capitão Ignacio Correia Loanda 20 de fevereiro de 1699 .

[Carta XXXVII] Senhor Ignacio Correia Loanda 20 de fevereiro de 1699 .

[Carta XXXVIII] Senhor Pal da Silva Serqueira Loanda 26 de fevereiro de 1699.

[Carta XXXIX] Lomos, em 6 de março de 1699 [Está riscado no original].

[Carta XL] Senhor Jozeph Francisco da Lus Loanda 26 de fevereiro de 16[rasgado].

[Carta XLI] Senhor Joam Lopes Fiuza Loanda 25 de fevereiro de 1699.

[Carta XLII] Lomos em 27 do dito.

[Carta XLIII] Senhor capitão Lourenço da Rocha Monto. Loanda 26 de fevereiro de 1699.

[Carta XLIV] Senhor Jozeph Pereira de Araujo Loanda 4 de marco de 1699.

[Carta XLV] Lomos em 10 de maio de [rasgado].

[Carta XLVI] Senhor Miguel da Silva Serqueira Loanda 4 de março de 1699.

[Carta XLVII] Lomos 6 de maio de 1699.

[Carta XLVIII] Senhor Manoel Soares de Albergaria S.P. da Asumpção 5 de março de 1699.

[Carta XLIX] Senhores Domingos e Luis Maciel Loanda 4 de março de 1699.

[Carta L] Lomos em 4 de mayo de 1699.

[Carta LI] Senhor Manoel de Souza Castro Loanda 20 de mayo de 1699.

[Carta LII] Senhor Jozeph Rabello Palhares Loanda 20 de março de 1699.

[Carta LIII] Senhor João Lopes Fiuza Loanda 20 de mayo de 1699.

[Carta LIV] Senhor Jozeph Pereira de Araujo Para Lisboa Loanda 20 de mayo de 1699.

[Carta LV] Senhor capitão Lourenço da Rocha Moutinho Lomos em 7 de mayo de 1699.

[Carta LVI] Senhor capitão Lourenço da Rocha Mouto -- Bahia -- Loanda 26 de Junho de 1699.

[Carta LVII] Senhor João Lopes Fiuza Bahia Loanda 19 de mayo de 1699.

[Carta LVIII] Senhor Thifio Borges de Brito -- Para Lisboa -- Loanda 8 de mayo de 699.

[Carta LIX] Senhor João Lopes Fiuza -- Para a Bahia - Loanda 19 de mayo de 699.

[Carta LX] Senhor Joam Lopes Fiuza --- Para a Bahia --- Loanda 26 de junho de 699.

[Carta LXI] Senhor capitão Ignácio Correya -- Para o Rio -- Loanda 26 de junho de 1699.

[Carta LXII] Lomos em 30 do dito.

[Carta LXIII] Senhor Antonio Moreira da Cruz -- Rio -- Loanda 28 de junho de 1699.

[Carta LXIV] Senhor Joam Lopes Fiuza Bahia Lomos em 26 de junho de 699.

[Carta LXV] Senhor Manoel Soares de Albergaria -- Paraiba -- Loanda 25 de agosto de 1699.

[Carta LXVI] Senhor Pal da Silva Serqueira -- Pernambuco -- Loanda 25 de agosto de 1699.

[Carta LXVII] Senhor Antonio Moreira da Cruz -- Rio de Janro. -- Loanda 15 de setro. de 1699.

[Carta LXVIII] Joaqm. Ignco. Correia Rio de Janeyro Loanda 15 de setbro. de 1699.

[Carta LXIX] Cap. Mor Fernão da Gama Loanda 22 de 7bro de 1699.

[Carta LXX] Senhor Joam Lopes Fiuza --Bahia -- Loanda 29 de setembro de 1699.

[Carta LXXI] Ao Capm Lourenço da Rocha Monteiro Ba. Loanda 29 de setembro de 1699.

[Carta LXXII] Senhor Manoel Moraes de Albergaria Parahiva Loanda 10 de outro. de 1699.

[Carta LXXIII] Senhor Pal da Sa. Serqra. Pernco. Loanda [rasgado] de outubro de 1699.

[Carta LXXIV] Senhor Franco. Cazado de Barros --- Pernco. -- Loanda 29 de outubro de 1699.

[Carta LXXV] Senhor capm. Ignacio Correa Rio de Jano. Loanda 20 de novro. 1699.

[Carta LXXVI] Senhor capm. M. Fernão da Gama -- Para o Rio -- Loanda, 10 de novro. de 1699.

[Carta LXXVII] Meu compe. e Senhor Luis Lopes Pegado -- Rio de Janeiro -- Loanda 17 de novembro 1699.

[Carta LXXVIII] Lomos[dúvida] 20 de dezembro de 1699 .

[Carta LXXIX] Senhor capitão Gonssallo [rasgado] Souto Loanda 20 de janeiro de 1700.

[Carta LXXX] Meu compo. e Senhor Luis Lopes Pegado Loanda 20 de janeiro de 1700.

[Carta LXXXI] Senhor Policarpio Falcão Ferreira [ou Pereira] Loanda 20 de janeiro de 1700.

[Carta LXXXII] Senhor Joseph Pereira de Araujo Loanda 20 de janeiro de 1700.

[Carta LXXXIII] Senhor Miguel da Silva Serqueira Loanda 2 de janeiro de 1700.

[Carta LXXXIV] Senhor capitão Inacio Correia Loanda 22 de janeiro de 1700.

[Carta LXXXV] Senhor Joao Lopes Fiuza Loanda 15 de fevereiro de 1700.

[Carta LXXXVI] Senhor Lourenço da Rocha Moutinho.

[Carta LXXXVII] Senhor Policarpio Falcão Pereira Loanda 20 de janeiro de 1700.

[Carta LXXXVIII] Lomos[dúvida] em 15 de fevereiro de 1700.

[Carta LXXXIX] Senhor Joam Correa Granja.

[Carta XC] Senhor Francisco Cazado de Barros -- Para Pernambuco -- Loanda 2 de março de 1700.

[Carta XCI] Senhor Manoel Soares de Albergaria -- Parahiva-- Loanda 2 de março de 1700.

[Carta XCII] Senhor Manoel de Souza de Castro -- Lisboa -- Loanda 25 de fevereiro de 1700.

[Carta XCIII] Senhor Joseph Rebello Palhares -- Lisboa -- Loanda 26 de fevereiro de 1700.

[Carta XCIV] Senhor Thiofio Borges de B[rasgado] -- Lisboa -- Loanda 26 de fevereiro de 1700.

[Carta XCV] Senhores Domingos e Luis Maciel -- Lisboa -- Loanda 26 de fevereiro de 1700.

[Carta XCVI] Senhor Joseph Pereira de Araujo -- Lisboa -- Loanda 2 de março de 1700.

[Carta XCVII] Senhor Miguel da Silva Serqueira -- Lisboa -- Loanda 2 de março de 1700.

[Carta XCVIII] Senhor Pal da Silva Serqueira -- Pernambuco -- Loanda 02 de março de 1700.

[Carta XCIX] Senhor Miguel da Silva Serqueira -- Para Lisboa -- Loanda 30 de abril de 1700.

[Carta C] Senhor Joam Lopes Fiuza -- Para a Ba. -- Loanda [rasgado] de mayo de 1700.

[Carta CI] Senhor Joseph Pereira de Araujo -- Para Lisboa -- Loanda 7 de [rasgado] de 1700.

[Carta CII] Senhor [rasgado] Rocha [rasgado]inho -- Ba. -- Loanda 30 de abril de 1700.

[Carta CIII] Senhor Capitão Francisco Velho da Costa Loanda 8 de mayo de 1700.

[Carta CIV] Senhor Capitão Lourenço da Rocha Mouto. -- Para a Ba. -- Loanda 10 de julho de 1700.

[Carta CV] Lomos[dúvida] 24 de julho de 1700.

[Carta CVI] Senhor João Lopes Fiuza Loanda 23 de junho de 1700.

[Carta CVII] Lomos[ou duvida] em 24 de julho de 1700.

[Carta CVIII] Lomos em 20 do dito.

[Carta CIX] Senhor Lourenço da Rocha Mouto. Loanda 30 de julho de 1700.

[Carta CX] Lomos em 15 de novembro de 1700.

[Carta CXI] Senhor Ignacio Correa -- Rio de Janeiro -- Loanda 17 de agosto de 1700.

[Carta CXII] Senhor Juiz e Mordomos da Comfraria do Santissimo Sacramento da Candellaria -- Para o Rio -- Loanda 15 de agosto de 1700.

[Carta CXIII] Senhor Gonçalo Ferreira Souto -- Para o Rio -- Loanda 28 de agosto de 1700.

[Carta CXIV] Senhor Capitão Inacio Correa -- Para o Rio -- Loanda 16 de agosto de 1700.

[Carta CXV] Senhor Luis Lopes Pegada -- Para o Rio de Janeiro -- Loanda 15 de agosto de 1700.

[Carta CXVI] Senhor capitão Inacio Correa -- Para Rio -- Loanda 12 de outubro de 1700.

[Carta CXVII] Senhor João Lopes Fiuza -- Para Bahia -- Loanda 15 de novembro de 1700.

[Carta CXVIII] Senhor capitão Goncalo Ferreira -- Para o Rio -- Loanda 8 de dezembro de 1700.

[Carta CXIX] Senhor Ignacio Correya -- Para O Rio -- Loanda 8 de dezembro de 1700.

[Carta CXX] Lomos 21 do dito.

[Carta CXXI] Senhor C. Goncalo Ferreira Souto -- Lomos em de dezembro de 1700.

[Carta CXXII] Senhor Joseph Pereira de Araujo Para Lisboa Loanda 20 de fevereiro de 1701.

[Carta CXXIII] Senhor Miguel da Silva Serqueira -- Para Lisboa -- Loanda 21 de fevereiro de 1701.

[Carta CXXIV] Senhor Francisco de Mello Para Lisboa.

[Carta CXXV] Senhor Thiofio Borges de Brito -- Para Lisboa -- Loanda 20 de janeiro de 1701

[Carta CXXVI] Senhor Domingos e Luis Maciel -- Para Lisboa -- Loanda 20 de janeiro de 1701.

[Carta CXXVII] Senhor Francisco Galvão -- Para Lisboa -- Loanda 22 de fevereiro de 1701.

[Carta CXXVIII] Senhor Capitão Inacio Correia -- Rio de Janeiro -- Loanda 16 de janeiro de 1701.

[Carta CXXIX] Senhor Luis Lopes Pegado Rio de Janeiro Loanda 20 de janeiro de 1701.

[Carta CXXX] Senhor capitão Gonçalo Ferreira Souto -- Rio de Janeiro -- Loanda 21 de Janeiro de 1701.

[Carta CXXXI] Senhor Pal da Silva Serqueira -- Para Pernambuco -- Loanda 2 de abril de 1701.

[Carta CXXXII] Senhor Joseph Pereira de Araujo -- Lisboa -- Loanda 6 de mayo de 1701.

[Carta CXXXIII] Senhor Capitão Goncalo Ferreira Souto -- Rio de Janeiro -- Loanda 6 de mayo de 1701.

[Carta CXXXIV] Senhor capitão Ignacio Correa -- Para o Rio -- Loanda 6 de mayo de 1701.

[Carta CXXXV] Lomos em 20 de mayo de 1701.

[Carta CXXXVI] Senhor Joam Lopes Fiuza .

[Carta CXXXVII] Senhor capitão Gonçalo Ferreira Souto Loanda 30 de julho de 1701.

[Carta CXXXVIII] Senhor capitão Ignacio Correa Loanda 30 de julho de 1701.

[Carta CXXXIX] Senhor Luis Lopes Pegado Loanda 30 de julho de 1701 .

[Carta CXL] Senhor João Lopes Fiuza -- Bahia -- Loanda 25 de agosto de 1701.

[Carta CXLI] Senhor capitão Ignacio Correa -- para Rio de Janeiro - Loanda 30 de setembro de 1701.

[Carta CXLII] Senhor Capitão Ignacio Ferreira Souto Loanda 13 de outubro de 1701.

[Carta CXLIII] Senhor Capitão M Fernão da Gama Loanda 30 de dezembro de 1701.

Conselho Ultramarino:

CU, 01,01, 022, folha 276.

Consulta ao Conselho Ultramarino. Lisboa, 29 de outubro de 1695 “Sobre o que escreve Sebastião de Castro e Caldas, a cujo o cargo está o governo do Rio de Janeiro, e os officiaes da Camara sobre se levantar a prohibição que ha de navegarem as aguardentes para Angola, e vão os papeis que accusam”.

Projeto Acervo Digital Angola-Brasil:

PADAB: DVD 07; pasta 05; BR RJ IHGB 126, DSC00056.

“Carta régia [D. Pedro II] aos oficiais da câmara do reino de Angola na qual não aprova o pedido de acabar com a proibição da gerebita”.

PADAB: DVD 07; pasta 05, BR RJ IHGB 126, DSC00057.

“Carta régia [D. Pedro II] aos oficiais da câmara do reino de Angola informando que fez mercê do governo do dito reino a Henrique Jacques de Magalhães”.

“Carta régia [D. Pedro II] aos oficiais da câmara do reino de Angola, na qual comunica que foi servido permitir a entrada no dito reino das aguardentes vindas do Brasil, como fica exposto na ordem que vai para o governador Henrique Jacques de Magalhães”.

PADAB: DVD 07; pasta 05, BR RJ IHGB 126, DSC00058.

(Continuação) “Carta régia [D. Pedro II] aos oficiais da câmara do reino de Angola, na qual comunica que foi servido permitir a entrada no dito reino das aguardentes vindas do Brasil, como fica exposto na ordem que vai para o governador Henrique Jacques de Magalhães”.

PADAB: DVD 07, pasta 05, BR RJ IHGB 126, DSC00061.

“Carta régia [D. Pedro II] aos oficiais da câmara do reino de Angola informando que fez mercê do governo do dito reino a Luís Cesar de Meneses”.

PADAB: DVD 07; pasta 05, BR RJ IHGB 126, DSC00097.

“Alvará régio [D. Pedro II] ordenando que os capitulares da Sé de Angola que se encontrarem presentes possuam privilégios em relação aos ausentes que faltarem à sua

residência sem justa causa ou licença do Cabido, a modelo do que havia sido concedido a Pernambuco e Rio de Janeiro”.

PADAB: DVD 07; pasta 05, BR RJ IHGB 126, DSC00098.

(Continuação) “Alvará régio [D. Pedro II] ordenando que os capitulares da Sé de Angola que se encontrarem presentes possuam privilégios em relação aos ausentes que faltarem à sua residência sem justa causa ou licença do Cabido, a modelo do que havia sido concedido a Pernambuco e Rio de Janeiro”.

FONTES IMPRESSAS OU DIGITALIZADAS:

ATAÍDE, Tristão da Cunha (1 ° Conde de Povolide). *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e D. João V. Memórias Históricas 1 ° Conde de Povolide*. Lisboa: Chaves Pereira - Publicações, S. A., 1989.

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*, 3 Tomos. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972 (1681).

“Carta de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, governador e capitão geral do Brasil, a Mendo de Foios Pereira, secretário de Estado, sobre a conveniência ou não da proibição da aguardente em Angola. Dando parecer contrário à proibição, pois seria prejudicial a Angola e ao Brasil. (12/07/1693)”, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 117, 1908.

CORREA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*, 2 volumes. Lisboa: Ática, 1937 (1782).

GODINHO, Padre Manuel. *Relação do Novo Caminho que fez por Terra e Mar, vindo da Índia para Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842 (1663).

MENEZES, D. Luis de. (3°. Conde de Ericeira). *História do Portugal Restaurado*, 4 Volumes. Porto: Livraria Civilização – Editora, 1946 (1698).

MENESES, Sebastião César de. *Summa Política*, 2ª edição. Tipografia de Simão Dias Soeira, Amsterdã, 1650.

ORDENAÇÕES FILIPINAS – disponível em www.uc.pt/ihti/proj/filipinas.

SOUSA, D. António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I livro I, Tomo V livro VI e Tomo IX, livro VIII. Coimbra, Atlântida Livraria Editora, 1948 (1751).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (artigos, capítulos de livro, livros, trabalhos em congresso, teses, etc.):

AGUIAR, Pascoal Leite de. *Administração colonial portuguesa no Congo, em Angola e em Benguela - (1661 – 1799)*, 2 volumes. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: A Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANGRA, Barão de. *Diccionario Maritimo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877.

ARGAN, Giulio Carlo. *Clássico anticlássico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BARTH, Fredrik. “Models of social Organization” (I, II, III). In: *Process and form in Social life: Select Essay of Fredrik Barth*. London\Boston\Henley: Routledge&Kegan Paul, 1981.

BERTRAND, Michel. “Grupo, Clase o Red Social? Herramientas y debates en torno a la reconstrucción de los modos de sociabilidade en las sociedades del Antiguo Régimen”. In: Casaús Arzú, Marta Elena; Pérez Ledesma, Manuel (eds.). *Redes Intelectuales y formación de naciones en España y América Latina (1890-1940)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2004.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In. FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1750)*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola, 2004.

BOYER, Richard. “Negotiating Calidad: The Everyday Struggle for Status in Mexico”. *Historical Archaeology*, 31(1), 1997.

BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

_____. *O Império Marítimo Português – 1415-1815*. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1973.

_____. *A Idade de Ouro do Brasil: Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial*, 3ª edição, 2ª impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2004.

CAETANO, Marcelo. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1968.

CAMPO BELLO, (Conde) Henrique de. *Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil*. Porto: Delegação Executiva do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal, 1940.

CARVALHO, Filipe Nunes de. “Aspectos do tráfico de escravos de Angola para o Brasil no século XVII: 1. Prolegómenos do inferno”. In: *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. I, s/d, pp. 233-248.

CARVALHO, Flávia Maria de. “O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental”. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano IV, nº. 7, Julho/2011, pp. 07-28.

CASTELLANO, Juan Luis. “La movilidad social y lo contrario”. IN: González, Inés Gómez; López-Guadalupe Muñoz (orgs.). *La movilidad social en la España del Antiguo Régimen*. Granada: Editorial COMARES, 2007.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2005. Tese de Doutorado

_____. “Perfil social e importância política dos Governadores Gerais do Estado do Brasil (1640-1705)”. *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades*: UFRN, Caicó (RN), vol. 9, nº. 24, Set/out. 2008.

CLOGG, Richard. *História da Grécia*. Cambridge: Cambridge UP, 1998.

CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XII).” In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista. & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*, 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

CURTO, José Carlos. “Vinho verso Cachaça – A Luta Luso-Brasileira pelo comércio do Álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703.” In: PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio (orgs.). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico-Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Editora Vulgata, 2002.

DELGADO, Ralph. *História de Angola: Terceiro período 1648 a 1836*. 3º e 4º volume. Lisboa: Edição do Banco de Angola, s/d.

DIOGO JUNIOR, Alfredo. *O Brasil na restauração de Angola*. Luanda: s/n, 1965.

ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPARTEIRO, António M. *Catálogo dos Navios Bragantinos (1640-1910)*. Centro de Estudos da Marinha, 1976

FERNANDES, Luiz Henrique Meneses. “Ação metropolitana e sertanistas na incorporação das minas de Cuiabá e Goiás à capitania de São Paulo durante o governo de Rodrigo César de Menezes (1721 – 1728)”. *Revista de História Regional* 15(2):, Inverno, 2010, pp. 129-158.

FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos.” In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & BICALHO, Maria Fernanda Baptista (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “O Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII).” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº. 39, jan.-jun. de 2007, pp. 3-23.

FONSECA, Mariana Branks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012. Dissertação de Mestrado.

FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império”. *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, nº 23, 2000, pp. 67-88.

_____. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro. *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro: UFRJ / 7 letras, 2000, #1, pp. 45-122.

_____. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua elite senhorial (séculos XVI e XVII).” In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & BICALHO, Maria Fernanda Baptista (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. & CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Ilha de Vitória: EDUFES, 2006.

_____. & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII”. *Tempo*, Niterói, vol. 14, nº. 27, jul-dez de 2009, pp. 49-63.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1968.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808).” In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & BICALHO, Maria Fernanda Baptista (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. & FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira dos. “Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735.” *Topoi*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 96-137.

_____. “Trajetórias administrativas e redes governativas no Império Português (1668-1698)” In: *VI Jornada Setecentista; Conferências e Comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006, p. 400-414.

_____. “André Cusaco: o irlandês ‘intempestivo’, fiel súdito de Sua Majestade. Trajetórias administrativas e redes governativas no Império Português, ca. 1600-1700.” In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das.

Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português XVI a XVII. Niterói: EdUFF, 2006.

_____. & SANTOS, Marília Nogueira dos. “Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII.” In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: Historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c.1680-1730)”. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista. & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*, 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

HANSON, Carl A. *Economia e Sociedade no Portugal Barroco*. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

HESPANHA, Antônio Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do poder & As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *História de Portugal – Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, vol. 4, 1993.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IMÍZCOZ, José María. “Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen”. In: *Elites, poder y red social. Las Élite del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996, pp.13-50.

KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da Honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641 – 1683)*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010. Dissertação de Mestrado.

LARA, Silvia Hunold (org.) *Ordenações Filipinas, Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira das Índias*. São Paulo: Editora Brasileira, 1968.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, volume. II Lisboa: Palas Editores, 1983.

MATIAS, Maria de Fátima Resende. *A agonia do português de Olivença*. *Revista de Filologia Românica*, n º 18, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio. O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MILLER, Joseph C. “O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos”. *Afro-Ásia*, nº. 19/20, 1997.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. “A consolidação da Dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*, 2ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2001.

_____. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII.” In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista. & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*, 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

MOUTOUKIAS, Zacarias, “La notion de réseau em histoire sociale: um instrtument d’analyse de l’action collective”. In: CASTELLANO, J.L. & DEDIEU, J.-P. (orgs.) *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l’Ancien Régime*. Paris: CNRS Éditions, 2002, pp. 231-245.

NARDI, Jean-Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

OLIVAL, Maria Fernanda de. *Honra, Mercê e Venalidade: As Ordens Militares e o Estado Moderno em Portugal (1641-1789)*. Évora: Universidade de Évora, 1999. Tese de Doutorado.

_____. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Évora: Estar, 2000.

PANTOJA, Selma. “Inquisição em África: Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII”. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano III*, 2004, n.º5/6, pp. 117-136.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n° 36, 1998, pp. 187-249.

_____. “A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX”. *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2001.

SAIA, Políbio. *Memória da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

SAMPAIO, Zélia M. C. Silvestre. *Política, diplomacia e mentalidade na Ásia portuguesa de Setecentos: A Governação do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses no Estado da Índia (1712-1717)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2004. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o Império: A correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1702)*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007. Dissertação de Mestrado.

_____. “Serviços, honra, prestígio e... fracasso: a herança imaterial dos governadores-gerais do Brasil e vice-reis da Índia, no século XVII”. *Anais das Jornadas de 2007 do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, 2007.

_____. “O império na ponta da pena: cartas e regimentos dos governadores-gerais do Brasil”. *Tempo*, Niterói, vol. 14, n°. 27, jul-dez de 2009, pp. 117-133.

SANTOS, Nuno. *A Fortaleza de São Miguel*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1967.

SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de. *A Herança Genética de D. Afonso Henriques*. Universidade Moderna, 1ª Edição, Porto, 2002.

SIMMEL, George. “El cruce de los círculos sociales - La ampliación de los grupos y la formación de La individualidad”. In: *Sociología*, 2. *Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

_____. *Questões Fundamentais da Sociologia, de George Simmel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias de & GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Marina de Mello e. “Povos em Contato. Comércio, Poder e Identidade”. In: *Reis negros no Brasil escravista*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. “Religião e poder no Congo e Angola, séculos XVI e XVII – universo mental e organização social.” In: SOUZA, Laura de Melo e & FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas Minas Setecentistas*, Brasília, Universidade de Brasília, 2009. Tese de Doutorado.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglês*, 5ª reimpressão. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

THORNTON, John. *The Kingdom of Kongo: Civil Wars and Transition, 1641-1718*. Wisconsin Press, 1983.

_____. “The Art of War in Angola, 1575-1680”. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge University Press, vol. 30, Nº 02, Abril de 1988, pp. 360-378.

_____. *A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia das lutas com os Holandeses no Brazil desde 1624 a 1654*. Viena: Impressão de C. Finsterbeck, 1871.